

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

 **Atena**
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-276-0

DOI 10.22533/at.ed.760192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado.

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em

solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades.” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenuncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos

sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora mas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ISABEL O MUERTE!**: **O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA *EL CAUDILLO* (1973-1975)**, a autora Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski, busca investigar procuramos demonstrar como a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, mesmo não se declarando como uma publicação da direita peronista, possuía um discurso pró-Isabel e de aniquilação dos infiltrados e traidores. Seu tom ameaçador através do slogan “*el mejor enemigo es el enemigo muerto*”. No artigo **OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER** o autor ou autora CLAUDIA PEIXOTO CABRAL, buscam abordar a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. No artigo **A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO**, os autores Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Mariele Rodrigues Correa Leonardo Lemos de Souza buscam analisar o envelhecer feminino na contemporaneidade. A velhice têm sua história e,

esta, é determinada em cada época e em cada cultura de forma diferente. No artigo **A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA** o autor Gabriel Pancera Aver buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. No artigo **A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA** a autora Érica Elisa Nickel, apresentou os resultados de pesquisa do programa de educação para o trânsito, direcionada à pessoa idosa, denominado “Boa prosa sobre trânsito” ocorrido em Curitiba, no Paraná, entre 2014 e 2016, realizado por uma organização não governamental. No artigo **A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO**, as autoras Francisca Janice Silva Ana Paula Fernandes Cunha, objetivo deste é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, para o processo de aprendizagem do coordenador pedagógico como formador de professor, na abordagem transdisciplinar. No artigo **A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA**. As autoras Andréia de Oliveira Militão e Angela Maria Sales Barros buscam trazer informações relevantes sobre a DA com ênfase à genética e aos novos avanços, coletadas, através de revisão bibliográfica, e anteriormente publicadas em revista científica e anais de congresso, foram reorganizadas e disponibilizadas de forma a facilitar o conhecimento sobre a doença, ao acesso e contribuir com pesquisas voltadas ao entendimento da doença. No artigo **A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE** a autora Amanda Rebeka Lima de Souza buscou se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali. No artigo **A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ** as autoras Janaiára Maria de Paiva Ferreira e Sandra Maria Fontenele Magalhães buscam entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. No artigo **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**, os autores Everton Gabriel Bortoletti e Laise Ziger buscam identificar os desafios e potencialidades da participação social no Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), tendo em vista suas peculiaridades de atribuições, composição e representação. No artigo **A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO, os autores Fernanda Penteado, Alison Diego Leajanski, Willian Samuel Santana da Roza buscam pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, destacando alguns aspectos referentes ao êxodo rural e a sua problemática, assim, apresentar uma discussão teórica e conceitual. No artigo **A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA** busca analisar a moda não é somente a escolha do vestuário, mas está ligada a formas culturais de expressão e principalmente de linguagem. É através dela que o sujeito pode demonstrar sua personalidade, seus costumes e representar uma dada forma de ser, atribuindo significados e valores para essa ação. Acredita-se que todos esses significados englobam a semiótica e moda que dentro dessa perspectiva é vista como um produto cultural desses significados. No artigo **A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA**, os autores Isa Stavracas, Ana Lee Claudio, Rebeca Josiane Ferreira da Silva, Sandra Esteves de Camargo, Vanessa Alves Duarte de Oliveira, buscar fazer uma análise da transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como os níveis de ensino se articulam para dar continuidade aos processos que envolvem o lúdico que se iniciam na educação infantil e devem se formalizar nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização. No artigo **A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA** os autores Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida, Universidade, Stefani Monique Vasconcelos, Sheila Marta Carregosa Rocha, buscam investigar o seguinte: De que forma o projeto de extensão intitulado “Universidade Aberta a Terceira Idade” desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba. No artigo **AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO**, os autores Helane Santana Cruz e Vínicius Zacarias Maldaner da Silva buscam relatar o caso de uma idosa atendida pela equipe de estratégia saúde da família na cidade de Brasília-Distrito Federal. Método: estudo observacional, do tipo relato de caso, conduzido à uma idosa da comunidade durante a visita domiciliar. Os dados foram coletados por meio do questionário VES-13. No artigo **CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR**, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia e Mara Rúbia Rutzen realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental para comparação e discussão com a realidade do Centro de Saúde do Idoso de Blumenau. No artigo **COMO NOS TEMPOS DA “BABA” : A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI**, Matheus Alexandre Razera, Valter Martins analisar diferentes receitas e a prática de preparar cerveja artesanal, descobrir como este saber é aprendido e repassado. Para tanto

utilizamos o método da História Oral e textos teóricos sobre História da Alimentação. No artigo **CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**, os autores José Daniel Soler Garves, Andrezza Santos Flores, Cibele Diogo Pagliarini, Ângela Coletto Morales Escolano buscam discutir a importância do uso consciente da água, os motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água. No artigo **CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)**, os autores Auristela Duarte Moser, Fernanda Cury Martins Teigão, Kethelyn Contente Alves, buscam Construir um instrumento multidisciplinar de avaliação da funcionalidade em idosos institucionalizados baseado na CIF e validá-lo com especialistas da área. No artigo **DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**, a autora Pamela da Costa Lopes Sales busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. No artigo **DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”**, os autores Ana Elisa Nardo Caseri e Carmem Lúcia Sussel Mariano buscou-se analisar como o Programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo de Televisão, abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e os usos que têm sido feitos desses temas pela mídia. No artigo **EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o papel da formação continuada**, os autores Maria Almerinda de Souza Matos, Cátia de Lemos, Claudenilson Pereira Batista buscaram relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. No artigo **ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMAR DO SÉC. XXI**, os autores Marcia Scavinski e Valter Martins analisar mudanças e permanências nas práticas e no ofício dessas benzedadeiras ao longo do tempo, compreendendo as suas práticas curativas, investigando a memória dessas mulheres a partir de depoimentos, relacionando com a história da religiosidade popular.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“¡ISABEL O MUERTE!”: O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> (1973-1975)	
Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski	
DOI 10.22533/at.ed.7601924041	
CAPÍTULO 2	17
OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER	
Claudia Peixoto Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.7601924042	
CAPÍTULO 3	35
A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO	
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva	
Mariele Rodrigues Correa	
Leonardo Lemos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924043	
CAPÍTULO 4	47
A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
Gabriel Pancera Aver	
DOI 10.22533/at.ed.7601924044	
CAPÍTULO 5	61
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA	
Érica Elisa Nickel	
DOI 10.22533/at.ed.7601924045	
CAPÍTULO 6	69
A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO	
Francisca Janice Silva	
Ana Paula Fernandes Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7601924046	
CAPÍTULO 7	80
A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA	
Andréia de Oliveira Militão	
Angela Maria Sales Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7601924047	
CAPÍTULO 8	92
A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE	
Amanda Rebeka Lima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924048	

CAPÍTULO 9	107
A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ	
Janaiára Maria de Paiva Ferreira Sandra Maria Fontenele Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.7601924049	
CAPÍTULO 10	115
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	
Everton Gabriel Bortoletti Laise Ziger	
DOI 10.22533/at.ed.76019240410	
CAPÍTULO 11	122
A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	
Fernanda Penteado Alison Diego Leajanski Willian Samuel Santana da Roza	
DOI 10.22533/at.ed.76019240411	
CAPÍTULO 12	130
A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA	
Gabriela Cristina Maximo Evandro Fernandes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240412	
CAPÍTULO 13	139
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA	
Isa Stavracas Ana Lee Claudio Rebeca Josiane Ferreira da Silva Sandra Esteves de Camargo Vanessa Alves Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.76019240413	
CAPÍTULO 14	152
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: OS RITOS DE PASSAGEM E AS EXPECTATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE O PROCESSO	
Isa Stavracas Fernanda Alexandre dos Santos Loide Giacometti Bervanger Stefani Leite Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.76019240414	

CAPÍTULO 15	165
A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA	
Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida Stefani Monique Vasconcelos Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.76019240415	
CAPÍTULO 16	174
AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO	
Helane Santana Cruz Vínicius Zacarias Maldaner da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76019240416	
CAPÍTULO 17	182
CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia Mara Rúbia Rutzen	
DOI 10.22533/at.ed.76019240417	
CAPÍTULO 18	192
COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI	
Matheus Alexandre Razera Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240418	
CAPÍTULO 19	207
CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
José Daniel Soler Garves Andrezza Santos Flores Cibele Diogo Pagliarini Ângela Coletto Morales Escolano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240419	
CAPÍTULO 20	216
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)	
Auristela Duarte Moser Fernanda Cury Martins Teigão Kethelyn Contente Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240420	
CAPÍTULO 21	230
DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)	
Pamela da Costa Lopes Sales	
DOI 10.22533/at.ed.76019240421	

CAPÍTULO 22	246
DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”	
Ana Elisa Nardo Caseri	
Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240422	
CAPÍTULO 23	258
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA	
Maria Almerinda de Souza Matos	
Cátia de Lemos	
Claudenilson Pereira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.76019240423	
CAPÍTULO 24	270
ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI	
Marcia Scavinski	
Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240424	
SOBRE A ORGANIZADORA	287

“¡ISABEL O MUERTE!”: O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA *EL CAUDILLO* (1973-1975)

Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski

Universidade Federal de Pelotas

Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História
Pelotas/RS

RESUMO: O processo de radicalização política na Argentina durante os anos sessenta e setenta foi marcado pela divisão do peronismo entre grupos guerrilheiros de esquerda, como *Montoneros* e *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR) e, de direita, representado pela *Juventud Peronista de la República Argentina* (*La Jotaperra*) e *Juventud Sindical Peronista* (JSP). Em 1974, María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabel, assumiu a presidência da república após a morte de seu esposo, o general Juan Domingo Perón. Porém, desde sua candidatura ao cargo de vice-presidente, Isabel recebeu o apoio de setores ligados à chamada direita peronista. Este artigo propõe uma análise sobre a aprovação de Isabel Perón como presidente da nação e líder do Movimento Peronista através das páginas do semanário *El Caudillo* durante os anos de 1973-1975. A publicação estava sob a direção de Felipe Romeo, vinculado à *Triple A* (*Alianza Anticomunista Argentina*), organização armada comandada pelo *Ministro de Bienestar Social*, José López Rega. Apesar dos responsáveis da

revista nunca se reconhecerem como de direita, entendemos que é possível classificá-los como tal dentro do espectro político e, portanto, *El Caudillo* pode ser considerada como órgão de expressão da extrema-direita do peronismo.

PALAVRAS-CHAVE: Peronismo, Isabel Perón, extrema-direita peronista.

ABSTRACT: The process of political radicalization in Argentina during the sixties and seventies was marked by the division of Peronism between leftist guerrilla groups, such as *Montoneros* and *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR) and, on the right, represented by the *Juventud Peronista de la República Argentina* (*La Jotaperra*) and *Juventud Sindical Peronista* (JSP). In 1974, María Estela Martínez de Perón, also known as Isabel, assumed the presidency of the republic after the death of her husband, General Juan Domingo Perón. However, since her candidature for the post of vice president, Isabel has received the support of sectors connected to the so-called Peronist right. This article proposes an analysis on the approval of Isabel Perón as president of the nation and leader of the Peronist Movement through the pages of the weekly *El Caudillo* during the years 1973-1975. The publication was under the direction of Felipe Romeo, linked to *Triple A* (Argentine Anti-Communist Alliance), an armed organization

led by the Minister of Social Welfare, José López Rega. Although the leaders of the magazine never recognize themselves as right wing, we understand that it is possible to classify them as such within the political spectrum and, therefore, *El Caudillo* can be considered as an organ of expression of the extreme right of Peronism.

KEYWORDS: Peronism, Isabel Perón, Peronist extreme right.

1 | INTRODUÇÃO

No dia do retorno definitivo de Juan Domingo Perón à Argentina, em 20 de junho de 1973 após dezessete anos de exílio, um enfrentamento entre a esquerda do movimento peronista e a direita sindical ofuscou a chegada do maior líder das massas argentinas desde 1945. O episódio, que ficou conhecido como *La Masacre de Ezeiza*, deixou um grande saldo de mortos e feridos. Durante a ausência física de Perón na Argentina, foram anos marcados por intensas batalhas ideológicas entre setores antagônicos dentro do Movimento: a esquerda, liderada por grupos guerrilheiros como *Montoneros*, *Fuerzas Armadas Revolucionárias* (FAR) e *Fuerzas Armadas Peronistas* (FAP) e a extrema-direita, representada pela *Juventud Peronista de la República Argentina* (*La Jotaperra*), *Juventud Sindical Peronista* (JSP) e pelo grupo armado conhecido como *Alianza Anticomunista Argentina* (*Triple A*).

A *Revolución Argentina* iniciada por Juan Carlos Onganía em 1966 começa a declinar quando o general Alejandro Lanusse, presidente de fato, em 1972, propôs o *Gran Acuerdo Nacional* (GAN) a fim de restabelecer o regime político democrático e chamar eleições para 1973. Em março, o peronismo volta à cena política nacional com *el tío* Héctor Cámpora, como uma estratégia do Movimento para preparar a volta de Perón ao poder. Com o lema “*Cámpora al gobierno. Perón al poder*” seu governo durou apenas quarenta e nove dias. Após a renúncia de Cámpora e de seu vice Vicente Solano Lima, assumiu interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Raúl Lastiri, que convocou novas eleições para setembro do mesmo ano. Perón saiu vitorioso do pleito com expressivos 62% dos votos contra seu histórico rival, o radical Ricardo Balbín e o vice Fernando de la Rúa. Juntamente com Perón integrava a chapa sua esposa, María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabel.

Após a morte de Perón, em julho de 1974, Isabel assume o comando efetivo da nação, tornando-se a primeira mulher a assumir o cargo de presidente na Argentina. Durante seu governo de dezoito meses sofreu com os ataques da esquerda peronista que entoava, entre outros, a frase “*¡Si Evita viviera, Isabel sería copera!*”, deixando claro que não nutriam simpatia pela nova esposa do presidente, diferentemente da *Jotaperra*, grupo da extrema-direita, que lhe demonstrava amplo apoio. Segundo Besoky (2013), a direita peronista se refere às organizações que, reivindicando sua lealdade a Juan Domingo Perón e a Isabel, entraram em confronto político e ideológico com *La Tendencia Revolucionária* do peronismo e com a esquerda em geral. O peronismo estava de volta à Argentina e os anos que se seguiram foram marcados

pela grande violência de ambos os setores.

2 | A VOZ DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA: *EL CAUDILLO DE LA TERCERA POSICIÓN*

Em 16 de novembro de 1973, cinco dias antes do atentado a bomba contra o senador radical Hipólito Solari Yrigoyen, apareceu nas bancas de Buenos Aires o semanário *El Caudillo de la Tercera Posición*. O termo *Tercera Posición* (Terceira Posição), parte do título da revista, sintetizava as coordenadas doutrinárias do grupo e era como Perón se referia à doutrina *Justicialista*: nem comunista, nem capitalista.

A publicação chegava aos quiosques de maneira quase regular, às sextas-feiras. Na direção de *El Caudillo* estava Felipe Romeo, quem levantava a bandeira de intelectuais fascistas e advertia sobre a conspiração judia mundial. A publicação contava com o respaldo do *Ministerio de Bienestar Social*, comandado pelo *brujo* José López Rega, assim como da *Unión Obrera Metalúrgica* (UOM) de Lorenzo Miguel e das *62 Organizaciones*, de Casildo Herreras. O atentado a Solari Yrigoyen foi o cartão de apresentação da *Alianza Anticomunista Argentina (Triple A)*, organização armada que contava com “matones” da *Juventud Sindical Peronista* (JSP) e *Concentración Nacional Universitaria* (CNU).

De acordo com Besoky (2010) em nenhum momento, os responsáveis pela publicação se reconhecem como de direita, referindo-se a si mesmos sempre como peronistas e se apresentavam como católicos, nacionalistas e antimarxistas. O autor acredita que é possível classificá-los claramente como direita dentro do espectro político. Compartilhamos da mesma opinião e para tanto, entendemos aqui, a revista *El Caudillo* como porta-voz da extrema-direita peronista. Em seu número de estreia com título de seu editorial “*La tendencia se acabó: el que manda es Perón*”, Romeo explicou a aparição do novo semanário

Como no existe prensa peronista y todos los medios conspiran por la destrucción, se unen con el negativismo o niegan el triunfo del Pueblo, por eso sale EL CAUDILLO, para lograr la RECONSTRUCCIÓN definitiva. Sabemos que es hora de dejar de pensar con la cartuchera y ponernos a pensar con la cabeza, por eso elegimos este medio de lucha y no decidimos hacer una trichera en la calle. Por esto y porque Perón manda (*El Caudillo*, 16/11/1973, p.2).

A expressão “*dejar de pensar con la cartuchera*”, faz referência aos sequestros e assassinatos atribuídos ao grupo de esquerda *Montoneros*. Em maio de 1970, o grupo sequestrou e assassinou o general Pedro Aramburu, ditador da *Revolución Libertadora*, um dos responsáveis pela queda de Perón em 1955 e pelo desaparecimento do corpo de Evita. A publicação oficial dos *Montoneros* era a revista *El Descamisado*, a qual foi censurada pelo governo, teve circulação entre maio de 1973 e abril de 1974.

O relato da morte de Aramburu foi publicado detalhadamente na revista *La Causa Peronista*, de 3 de setembro de 1974, cujos discursos e estética eram semelhantes

a *El Descamisado* e foi uma continuação desta. O grupo também foi responsável pelo sequestro de empresários a fim de arrecadar fundos, como foi o famoso caso dos irmãos Jorge e Juan Born, herdeiros do império econômico Bunge & Born. Os irmãos foram libertados mediante pagamento de resgate de US\$ 60 milhões, sendo o mais caro da história até hoje. Os dirigentes sindicais, Ignacio Rucci e Augusto Vandor, os quais consideravam traidores do Movimento, foram assassinados e os crimes atribuídos ao grupo de esquerda.

Os integrantes de *El Caudillo* declararam guerra aos militantes da esquerda e aos marxistas, sendo que em um de seus números, denunciou que os quiosques expunham apenas a revista *El Descamisado* e escondiam a sua. A revista também rivalizava com o periódico *Noticias* (censurado durante o governo de Isabel), dirigido por Miguel Bonasso, militante *Montonero*. De acordo com Larraquy (2007), a revista vendeu aproximadamente 9400 exemplares somente na Capital Federal, mas conseguiu arrecadar grande quantidade de dinheiro graças às propagandas do *Ministerio de Bienestar Social* pagas por López Rega. No entanto, não era o dinheiro que motivava Romeo, mas sim o prazer de promover a caça de “infiltrados” no peronismo como marxistas, líderes dos *Montoneros*, principalmente Mario Firmenich, e a todos identificados com a esquerda considerados como traidores. Para eles, era necessário eliminar a inimigo interno e a ameaça comunista. Nos anos sessenta Romeo fez parte da ala da direita sindical peronista do *Movimiento Nacionalista Tacuara* e mais tarde integrou a *Juventud Peronista de la República Argentina* também ligada à *Triple A*.

A revista dirigia suas críticas agressivas e sem eufemismos, nas quais explicitava sentenças de morte ao inimigo. Seus artigos não eram assinados e a única firma presente era a de Romeo nos editoriais. As mensagens de ódio e perseguição eram frequentes tanto nas capas quanto em suas matérias. Uma das seções mais eloquentes da revista era a “¡Oíme!”, a cargo de Salvador Nielsen, com diagramação especial em duas páginas, era o local onde se fustigava e ameaçava a oposição (MURANO; MOYA, 2007).

Em um de seus números anunciou que o assassinato do deputado nacional pelo peronismo, Rodolfo Ortega Peña, estava próximo. De fato, Ortega Peña foi assassinado pela *Triple A* dias depois por haver criticado o governo de Isabel e por ter ligação com a *Juventud Peronista* (ramo da esquerda). O padre Carlos Mugica, ligado a *Montoneros* e representante do *Movimiento Sacerdotes para el Tercer Mundo*, foi outro a quem “¡Oíme!” se dirigiu, assim como personalidades culturais e intelectuais de esquerda. Muitos dos que receberam ameaças decidiram sair do país, entre eles o ex-reitor da *Universidad de Buenos Aires*, Rodolfo Puiggrós, que se exilou no México.

Com o lema “*Las palabras son hembras. Los hechos son machos*”, Romeo desclassificava o movimento *Montoneros* e sua publicação oficial. Muito frequente também são as menções à Sinarquia e o perigo que uma dominação judia podia representar. Em várias de suas edições, *El Caudillo* se dedicou a falar do “marxista barbudo e cabeludo”, em referência a Che Guevara, e se dirigia aos militantes de

esquerda como “*bolches*” (bolcheviques). Em contrapartida, *Montoneros* acusava Isabel, “*la Martínez*”, de encobrimento e conivência pelo funcionamento da *Triple A*, já que nunca fez nada para frear suas ações (SÁENZ QUESADA, 2003).

Exilada na Espanha desde 1981, em 2007 Isabel teve prisão decretada pela justiça argentina por sua relação com a organização criminosa e o desaparecimento de estudantes e militantes de esquerda durante seu mandato. A maioria dos autores sustenta que López Rega exercia grande influência não só nas questões “espirituais” da presidente. O ministro era um estudioso do ocultismo e isso fascinou Isabel que acreditava no poder do *brujo* para comunicar-se com os mortos. *El hermano Daniel*, como ela o chamava, adquiriu imensa importância para decisões do seu governo. No entanto, parece que o peronismo joga toda a responsabilidade dos atos criminosos ao ministro, como forma de não manchar a história do Movimento.

Mesmo com as propagandas pagas por López Rega, a revista teve uma breve interrupção, entre março e setembro de 1975, justificada com a afirmação de que aquele era o momento “*de los hechos*” e o tempo “*de las palabras*” havia terminado (*El Caudillo*, 19/03/1975). Voltou a circular em 15 de outubro e, segundo o editorial, para “*triunfar o morir junto a Isabel*”. A capa trazia como chamada: “*Isabel o muerte. Porque volvemos*”. O texto assinado por Romeo argumenta que

Para nosotros el peronismo se llama Isabel y estamos convencidos de que SIN ISABEL NO PUEDE HABER PERONISMO. El Caudillo vuelve para apoyar al Ejército Argentino en su lucha contra el ejército invasor que pretende suplantar nuestra sagrada Bandera por un sucio trapo rojo [...] para castigar sin piedad a los “Guerrilleros de la retaguardia” [...]. EL ENEMIGO SIEMPRE ELIGE EL METODO, PARA NOSOTROS TODO VALE, PELEAMOS SIN DAR NI PEDIR CUARTEL. Se está con Isabel o contra Isabel. No hay alternativas. (*El Caudillo* 15/10/75, p.3).

O editorial encerra com a frase já famosa do grupo da extrema-direita, porém agora colocando a esposa do falecido líder em destaque: “*Porque es así y porque Isabel Perón manda. EL MEJOR ENEMIGO ES EL ENEMIGO MUERTO. ISABEL PERÓN O MUERTE. ¡VENCEREMOS! Felipe Romeo*”. Após a saída de López Rega do país, a UOM passa a patrocinar a revista e publica propagandas de cunho laudatório a Juan Manuel de Rosas e Perón como exemplos de caudilhos. Romeo, então, soube que seu ciclo estava terminado e decidiu encerrar a revista em dezembro de 1975, três meses antes do golpe que depôs Isabel, para fugir à Espanha. Durante as eleições presidenciais de 1983, Romeo tentou reeditar a revista como ferramenta da campanha eleitoral do Justicialismo. Porém, o candidato do peronismo Ítalo Luder foi derrotado pelo radical Raul Alfonsín e Romeo definitivamente entendeu que era o fim de sua “carreira jornalística”.

Faleceu por complicações cardíacas em 2009, diagnosticado com HIV em um hospital de Buenos Aires. Estava foragido desde 2006, com pedido de captura internacional pela participação em vários crimes da organização *Triple A*. Esteve sob a custódia da justiça, mas quando os médicos informaram que Romeo estava em estado vegetativo, traquiostomizado e sobrevivendo com ventilação mecânica, o juiz

federal Norberto Oyarbide deixou sem efeito sua detenção, já que o suspeito não podia declarar fatos importantes para a investigação e, assim, faleceu livre.

3 | LA PRIMERA DAMA DE LA REVOLUCIÓN NACIONAL JUSTICIALISTA: O DISCURSO A FAVOR DE ISABEL

De acordo com a cientista política Céli Pinto (2006), todo discurso é um espaço de poder, “na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico” (PINTO, 2006, p.92). O discurso político, no entanto, se destaca entre todos os tipos de discurso, pois explicita sua luta pelo poder. Essa imposição pela verdade e a disputa pelo poder está presente nos discursos de *El Caudillo*. Percebemos que, assim como a revista *La Patria Peronista* também ligada à direita do Movimento e em algumas de suas capas estampou o rosto de Isabel, o apoio de *El Caudillo* a presidente vinha desde os tempos em que foi candidata à vice de Perón.

Na edição de 23 de novembro de 1973, a revista publicou uma foto de Isabel sentada à cabeceira da mesa do gabinete presidencial, rodeada por políticos e ministros. Seu discurso era claro: mostrar quem estava no comando. Com o título “*¡Se siente, se siente: Evita está presente!*”, a matéria começa com tom agressivo, dizendo que o inimigo, isto é, a “*imprensa venal y el parloteo marxista*” estavam contra a vice-presidente. O conteúdo refere-se ao momento em que Isabel, pela primeira vez, assumiu a presidência em virtude da ausência de Perón que estava no Uruguai em viagem oficial. O artigo inicia com a frase “*Isabel fue presidente*” e segue enaltecendo a mulher de Perón

[...] fue la fórmula, fue Isabel, fue mujer, fue política, fue caudillo, fue PRESIDENTE”. Todos los grandes caudillos tuvieron grandes mujeres al lado. En esto la historia es terminante. El pueblo siempre las reconoció como tales. Las alentó en la lucha y las convirtió en bandera como a EVITA. Perón siempre supo elegir bien, por eso está con el pueblo, y por eso el pueblo está con él. (*El Caudillo*, 23/11/73. p.3).

A referência a Evita não é por acaso. Eva Perón, segunda esposa do general, falecida em 1952 aos 33 anos vítima de câncer, era conhecida como “*la abanderada de los humildes*” e considerada por seus admiradores como a salvadora do povo argentino que estava sempre disposta a escutar suas aflições. Sua capacidade de cativar as camadas populares parece ter servido de inspiração, vinte anos depois, à Isabel para ter aceitação na campanha eleitoral como vice do marido e, mais tarde, para legitimar seu governo como presidente da nação. Isabel era a sucessora constitucional, a herdeira do sobrenome Perón, do legado que incluía a memória de Evita. Muitos julgaram ser um erro que a escolha de Perón para o cargo de vice-presidente recaísse sobre uma mulher que só tinha o mérito de ser sua esposa (SÁENZ QUESADA, 2016). Assim pensava grande parte da esquerda peronista e setores da oposição.

Em relação a grande aceitação da falecida ex-primeira-dama Eva Perón, que era (e ainda é) unânime entre os peronistas, cabe ressaltar sua dominação carismática e

o poder de despertar ódios e paixões. Segundo Max Weber (1999), como um dos três tipos de poder puro, o carismático é aquele que está na dedicação afetiva à pessoa do chefe (líder) e as pessoas que lhe prestam obediência são seus discípulos. Evita, como era carinhosamente chamada pelo povo, conseguiu uma legião de seguidores e seu carisma transcendeu sua morte e até hoje é possível ver suas fotografias em lares argentinos de orientação peronista. Eva foi toda uma exceção, como afirma Beatriz Sarlo (2005), diferente das demais primeiras-damas que a antecederam. Organizou o ramo feminino do peronismo sob a tutela do *Partido Peronista Femenino* (PPF) e foi porta-voz das mulheres pelo direito ao voto em 1947, questão antes pleiteada sem sucesso pelas feministas Julieta Lanteri, Alicia Moreau e Elvira Rawson (BARRANCOS, 2012).

Ao evocar a memória da segunda esposa de Perón, a revista tentava legitimar Isabel, pois assim como Evita, ela também foi a escolhida do líder e, dessa maneira, deveria ser bem-vinda ao Movimento e receber o apoio de todos os “verdadeiros” peronistas. Diferentemente do que vão fazer os grupos de esquerda, principalmente os *Montoneros*, que diziam não ser contra “*la señora Isabel Martínez*” (não a chamavam pelo sobrenome Perón, pois para eles somente Evita fazia jus ao sobrenome do líder), mas sim a Isabel Martínez como instrumento de burocratas que estavam ao seu redor como Raúl Lastiri, Lopéz Rega, Lorenzo Miguel e Norma Kennedy. Quando seus apoiadores argumentavam que Isabel agora era a quem eles deveriam jurar lealdade, entoavam o cântico: “*¡No rompan más las bolas, Evita hay una sola!*” (SÁENZ QUESADA, 2003, p. 126).

Para Romeo e seus companheiros, a chegada de Isabel Perón ao poder (eles, sim, faziam questão de chamá-la pelo sobrenome a fim de marcar a presença do caudilho) significava, entre outras coisas, “*la presidencia de LA MUJER. La restauración popular y definitiva de LA MUJER destruída por las ligas feministas y por corporaciones machistas*”. Ou seja, entendiam que a figura feminina passava a ser protagonista na política graças ao peronismo, o que não deixa de estar certo, mas em contrapartida negavam a luta das feministas pelos direitos civis. Suas palavras refletiam um momento importante, pois Isabel era a primeira mulher a assumir a presidência de uma nação no mundo. Outras duas mulheres já desempenhavam importante papel político como Indira Gandhi, que naquele momento era a primeira-ministra da Índia e Golda Meir, de Israel. No entanto, foi na América Latina que o cargo de presidente foi ocupado pela primeira vez por uma mulher.

A chegada do sexo feminino em postos de poder real na Argentina foi possível graças à promulgação da lei 13.010/47, durante o primeiro governo de Perón (1946-1951), que concedia às mulheres o direito de votar e serem votadas para cargos legislativos a partir das eleições de 1951. Essa luta pelo reconhecimento das mulheres como cidadãs para exercerem o direito de voto, foi trazida ao debate, como já referimos, graças à empresa de Evita. Segundo a imprensa do país, nas eleições de 11 de novembro de 1951, quase quatro milhões de mulheres votaram pela primeira

vez. Somente o peronismo colocou mulheres em suas listas que teve 23 deputadas e 6 senadoras eleitas. Naquele dia Evita votou pela primeira e última vez, em uma cama de hospital, pois estava internada no Policlínico de Avellaneda em virtude do avançado estágio do câncer que a levou a morte sete meses depois.

Referente a chegada de Isabel à cena política, a publicação também aborda sua escolha para integrar a fórmula presidencial ao lado de Perón, assemelhando-se às falas dos apoiadores de Evita, quando em 1951, chegou a cogitar a possibilidade de ser candidata à vice-presidente ao lado do marido. O segundo número de *El Caudillo* fala sobre ter Isabel neste cargo e que

[...] la posibilidad de que fuera presidenta 'por un segundo' (que daba por tierra con todos los planes trazados en materia política por el sistema) alteraba a los charlatanes más duchos. La sola mención de la fórmula Perón-Isabel, asustaba a idiotas... (*El Caudillo*, 23/11/1973, p.3).

Já na edição de 21 de dezembro de 1973, há uma matéria retrospectiva sobre a política internacional de Perón desde 1972 que, embora estivesse no exílio, não deixou de influenciar nos assuntos políticos do país. Recebe destaque o dia 8 de maio de 1973, ocasião pela qual “*se produjo el ingreso da la mujer argentina en la alta política mundial*”. Isabel, viajou a Pequim com uma mensagem pessoal do general Perón a Mao Tse Tung e, segundo a revista, desempenhou o papel de embaixadora do “Movimento Nacional” na Ásia de maneira estratégica. Isabel também conversou com o primeiro ministro Zhou Enlai e depois seguiu para a Coreia do Norte levando a “*imagen de la política argentina para otro lado del mundo*”.

Não foram encontradas críticas pelo fato da esposa de Perón ter visitado países com lideranças comunistas, considerado por eles como inimigos. Porém, quando Isabel esteve em visita ao Chile de Pinochet, foi criticada ferozmente pela esquerda. Já *El Caudillo* julgava importante manter relações com o país governado pelo ditador que depôs Allende e eliminou a ameaça comunista. Sendo assim, fica explícita a posição dos integrantes da revista frente ao cenário polarizado da época. O que de fato importava era que uma mulher, e não qualquer uma, mas, sim a esposa do líder, desempenhava um importante papel político naquele momento. Não compararam ou fizeram referência a *la gira del arco iris*, isto é, sobre a viagem de Evita pela Europa em 1947, quando passou pela Espanha de Franco e recebeu duras críticas da oposição por estar em um país sob o comando de um ditador.

Apesar de não mencionar o sucesso da viagem de Evita, o número 33 da revista considerou a viagem de Isabel pela Europa, em junho de 1974 como um importante acontecimento e que seu desempenho “*no hace más que confirmar algo que habíamos predicho desde EL CAUDILLO: que su figura comenzaría a crecer políticamente y serviría para marcar muchas pautas en el camino inmediato*”. Em Genebra, seus discursos para delegados na OIT “*llamaron mucho la atención en el ámbito internacional*” e conclui que “*a partir de este momento Argentina ha pasado a ser guía intelectual de uno de los bloques mundiales que ha encontrado definitivamente algo que Perón viene*

suministrando desde 1946: una auténtica deficiencia de Tercera Posición”.

Nesse sentido, *El Caudillo* apresenta um alinhamento total com a presidente Isabel. O editorial de 6 de setembro de 1974, sob o título “¡HAY QUE JUGARSE!”, sustenta que “*la oposición a Isabel se radicaliza en la misma medida en que crece su imagen de conductora del Movimiento e del país*”. Declara que Evita, Juan Domingo e Isabel são uma “trilogia indivisível” que é somente questionada pela *Tendencia* e finaliza o texto dizendo que

El Pueblo, el Movimiento, los sindicatos, la Iglesia, las FFAA [Fuerzas Armadas], están con nosotros. La Sinarquía está con ellos. Perón derrotó a la Sinarquía volviendo al país. Nosotros la estamos enterrando con Isabel en el poder. (*El Caudillo*, 06/09/1974, p.3)

Já que Evita, para eles, fazia parte da trilogia do Movimento, em várias edições *El Caudillo* publicou páginas inteiras sempre com letras garrafais, frases atribuídas à *madre de los descamisados*, termo que não era utilizado por fazer menção a sua publicação rival. No número 52 de 26 de novembro de 1974, a segunda página traz a seguinte frase em um fundo preto com letras brancas que ocupam todo espaço “*NO QUEDARÁ UN SÓLO LADRILLO QUE NO SEA PERONISTA. EVA PERÓN*”. Na verdade, era uma paráfrase de um trecho do último discurso de Evita, pronunciado em 1º de maio de 1952

Y yo le pido a Dios que no les permita a esos insensatos levantar la mano contra Perón porque ¡ay de ese día! Ese día yo, mi general, yo saldré con las mujeres del pueblo, yo saldré con los descamisados de la patria, muerta o viva, para no dejar en pie ningún ladrillo que no sea peronista. (PIGNA, 2012, p. 304).

Os apoiadores de Isabel utilizavam as palavras de Evita de forma bastante conveniente ao que a revista *El Caudillo* se propunha e, assim, justificar os discursos de ódio e morte aos “infiltrados” no Movimento através de suas páginas. A edição também dedicou fervorosas homenagens a Evita, trazendo várias páginas com a cobertura do retorno de seu cadáver à Argentina. Quando retorna em definitivo à Argentina, Perón deixa o corpo de Evita em Madri, por julgar não ser o momento apropriado para “devolve-la ao povo”. Logicamente Perón não queria dividir o protagonismo da volta com a ex-primeira-dama. A página 20 traz uma propaganda da UOM, na qual aparece a imagem de Perón e Evita no topo e logo abaixo a de Isabel com a frase “*Gracias Isabel de Perón por hacer realidad el anhelo de millones de argentinos*”.

Segundo a publicação, o desejo de milhões de argentinos era receber de volta o cadáver embalsamado daquela a quem eles veneravam e que alguns ousavam comparar com a presidente. Em outro artigo, com o título “*Gracias España, gracias generalísimo*” agradecem a Franco, mas, sobretudo, a López Rega por haver viajado a Madri para buscar “*los restos preciados de Eva Perón, para que descansen definitivamente en nuestro suelo*”. Como referido anteriormente, o desaparecimento do cadáver embalsamado de Eva Perón foi efetuado pelo general Aramburu, após o golpe de 1955 que derrubou Perón de seu segundo mandato. Em 1957 o corpo foi

levado para a Itália com a ajuda de autoridades da Igreja e foi enterrado secretamente em um cemitério de Milão sob o nome de María Maggi di Magistris, sendo devolvido a Perón quando estava em Madri, paradoxalmente, por outro ditador, Alejandro Lanusse, em 1971.

De acordo com Júlio González (2007), ex-secretário técnico de Isabel, a imprensa escrita na Capital Federal, assim como no interior, tratou muito bem a terceira presidência de Perón, diferentemente de seus dois primeiros governos. Porém, a situação era diferente com jornais e revistas divulgadas por setores juvenis. González afirma que Isabel não teve a [grande] imprensa lhe defendendo. O ex-secretário cita em seu livro a existência de *El Caudillo*, mas não admite que a revista fora apoiadora da presidente e que, talvez por esse motivo, não sofreu censura como as demais publicações de esquerda. Certamente, não queria que de alguma forma a viúva de Perón estivesse ligada a uma imprensa que destilava o ódio e a perseguição a todos que considerassem inimigos, marxistas e *zurdos*. Acrescenta-se a isso, o fato do diretor Felipe Romeo ter tido participação nos crimes da *Triple A*, os quais eram publicados e comemorados em sua revista.

Os decretos para que jornais e revistas fossem fechados de maneira definitiva recaiu sobre *El Mundo*, *Noticias*, *El Descamisado* e *Cabildo*, e foram propiciadas pelo Secretário de Imprensa, Carlos Villone e pelo Ministro do Interior, Alberto Rocamora (GONZÁLEZ, 2007, p.111). *El Caudillo*, que seguia com sua publicação sem restrições, comemorou quando foram censurados jornais, revistas e canais de televisão considerados “marxistas”. Ainda na edição de 26 de novembro de 1974 aparece uma nota com o título “*Estado peronista, cultura y medios de comunicación*” abaixo do título de “*Doctrina*”. O artigo põe-se de acordo com a estatização dos meios de comunicação promovida pelo governo, ao mesmo tempo em que declara “*el cine actual sirve de cloaca de toda la carroña norteamericana y europea*” qualificando de imperialista. Em uma questão a esquerda e a direita peronista convergiam: era necessário barrar o imperialismo e triunfar “*la tercera posición justicialista*”. Porém, os lemas “Pátria Peronista” e “Pátria Socialista” mostravam a divergência dos dois grupos.

41 “AHORA QUE PERÓN NO ESTÁ”: APOIAR ISABEL “CON TODOS LOS CALIBRES”

Segundo Sáenz Quesada (2016), nos quatro dias que seguiram após a morte de Perón, a Argentina recebeu uma enxurrada de matérias que falavam sobre o luto e a dor da perda do presidente eleito três vezes pelo povo. No dia 12 de julho, a capa do *El Caudillo* apresenta uma faixa preta sob seu nome e o título “*El Pueblo con Isabel*”, complementado na contracapa “*No está sólo*”, mostrando que apesar do líder haver falecido, o “*Pueblo*” estaria sob a liderança de Isabel. No editorial “*Todo el pueblo llora a Perón*” diz que

[...] nosotros que gritamos hasta llagar la garganta el nombre de Isabel para que el grito sea el prologo de la bala con que cortaremos las ambiciones de los cuervos, porque Perón nos lego el poder para que Isabelita lo custodie. (*El Caudillo*, 12/07/1974, p.9).

Para os membros de *El Caudillo* renegar a condução de Isabel Perón ou questionar a Lorenzo Miguel e Casildo Herrera, dirigentes da CGT e das 62 Organizaciones, respectivamente, significava renunciar ao peronismo. Na seção *¡Oíme!* (que a partir do número 33 passa a intitular-se “*¡Oigame!*”) que, em muitos números serviu para intimidar inimigos e ameaça-los, na edição que saiu onze dias após a morte de Perón, se dirigia ao velho general com tom respeitoso e demonstrando o apoio a sua viúva

¡Oigame, general! [...] [usted] nombro heredero suyo al Pueblo y puso a su frente, hasta que ese Pueblo en que usted confiaba quiera consagrar a un nuevo Caudillo, a Isabel. Usted, mi general, sabía que la fortaleza estaba en el Pueblo y por eso no titubeó en elegir a esa frágil mujer para una misión que ha de ser heroica. En ella – unida a usted, mi general, por lazos de amor y de lealtad [...]. Confiando en que ella, al frente de su Pueblo y defendida por los peronistas de primera línea, sabrá continuar la lucha por la Argentina que queremos. (*El Caudillo*, 12/07/74, p.12).

Na mesma edição, no artigo “*Isabel no está sola*”, “os verdadeiros peronistas” argumentam que quando lutaram pelo retorno do peronismo e votaram na chapa Perón-Perón sabiam o que estavam fazendo, isto é, reconheciam que a vice era a esposa do líder e possuía legitimidade. Repetem várias vezes que Isabel não está sozinha, reafirmando seu apoio, que o povo a acompanha e que “*la guía el espíritu del Caudillo y la orienta el alma de Evita inmortal*”. Afirmam que María Estela Martínez de Perón tem aptidão e formação para a liderança política, lembrando que ela teve anos de aprendizagem com Perón no exílio. Essa é opinião de seus editores, os quais certamente estavam entre os apoiadores de Isabel quando, pela primeira vez, em 1965, viajou à Argentina no papel de delegada pessoal de seu esposo.

Desde 1955, quando se conheceram no Panamá, tudo faz crer que Perón teve tempo suficiente para instruir e iniciar Isabel na política. Ela o acompanhou em seu longo exílio de quase dezoito anos, passando por dificuldades e vivendo com poucos recursos financeiros. Mostrou lealdade ao homem que foi expulso de seu país e que não possuía mais nenhum bem material, pois a *Revolución Libertadora* lhe subtraiu tudo que podia até mesmo o direito de pronunciar seu nome e de sua falecida esposa. O casal passou por situações de risco em Caracas quando o medo de atentados era constante e uma bomba chegou a destruir o automóvel do ex-presidente (LARRAQUY, 2007). Receberam auxílio dos ditadores Somoza (Nicarágua) e Trujillo (República Dominicana) no curto exílio em seus países para depois se fixarem definitivamente em Madri sob a ditadura franquista.

Em nenhum momento Isabel separou-se de Perón e, por esse motivo, Romeo e seus companheiros, afirmavam que ela foi leal ao general e incansável em fortalecer, consolidar e unir o justicialismo. Porém, estavam equivocados, pois tudo que Isabel não fez foi unir o Movimento, caso contrário o peronismo não estaria dividido e a verdadeira história do terror de Estado do terceiro governo peronista não estaria na

penumbra (SÁENZ QUESADA, 2016). Um exemplo sombrio dessa história foi quando, em fevereiro de 1975, Isabel assinou decretos para aniquilar elementos subversivos na província de Tucumán, no norte da Argentina, região na qual era dominada pelo ERP, *Ejército Revolucionário del Pueblo*, (de orientação marxista/trotskista e não peronista), sob a liderança de Mario Roberto Santucho.

O chamado *Operativo Independencia* foi uma das formas mais ostensivas do terrorismo de Estado durante o governo de Isabel. O aval para o aniquilamento “*del accionar subversivo*” se estenderia a todo território nacional e foram esses decretos e o escândalo do cheque *de la Cruzada* que a colocariam no banco dos réus depois do golpe de 1976. Isabel foi acusada de ter utilizado fundos da *Cruzada de Solidaridad Justicialista*, instituição benéfica que seria uma espécie de *Fundación Eva Perón*, para fins pessoais e pagamento de parte da herança das irmãs de Evita, que há muitos anos estavam em litígio na justiça, antes mesmo da morte de Perón.

Ainda sobre a legitimidade de Isabel no cargo, a publicação de 19 de julho de 1974 traz na capa o título: “*ISABEL NO ES LA HEREDERA DE PERÓN*” e na contracapa “*ES PRESIDENTE POR MÉRITO PROPIO*”. Antes do editorial assinado por Felipe Romeo, a publicação traz a frase “*ni alianzas ni pactos con el enemigo: apoyar fanaticamente a Isabel es el deber de la hora*”. A expressão “apoiar fanaticamente” era muito utilizada por Evita em seus discursos com relação a Perón. Mais uma vez, a publicação usa uma paráfrase de falecida ex-primeira-dama para justificar seus discursos. Fica bastante claro que, para *El Caudillo*, Isabel tinha capacidade e entendimento necessário, além de legitimidade para governar, pois

María Estela Martínez de Perón, es presidente de los argentinos por mérito propio, por voluntad popular, por haber sido elegida por nuestro Líder y apoyada por todo nuestro Pueblo. Isabelita no es presidente por un mandato testamentario, sino por sus largos años de militancia, por su capacidad, lealtad y trabajo demostrados al lado de Perón en todos ellos. (*El Caudillo*, 19/07/1974, p.3).

Acrescentam que “*siete millones y medio de votos la respaldan en su gestión*” e concluem que estão ali para fazer a Revolução e cumprir a sangue e fogo o mandato de Perón. Em outras palavras, para eles, apoiar Isabel “até a morte” significava a possibilidade de transformar em realidade os postulados do *Justicialismo*. O editor ainda sugere que o apoio à presidente significa o mesmo que apoiar ao general Perón, uma vez desaparecido fisicamente, transferiu seu poder a sua esposa. Mas como que os demais militantes iriam aceitar que Isabel ocupasse o lugar do maior líder do *Movimiento Justicialista*? Não era uma tarefa simples. Poderia haver peronismo sem Perón? Para a direita peronista, valia a pena insistir que a viúva poderia preencher o vazio deixado pelo velho caudilho. O *staff* da revista estava implicado com Isabel, tanto que não poucas vezes, inclusive, aparece um “*nosotros*” (nós) compreendido nas decisões do governo em suas matérias.

Romeo e seus companheiros defendiam a reorganização da CGT com uma “*imagen de fuerza*” que nos poucos dias de governo de Isabel já havia sido evidenciado.

Para eles, os primeiros atos de governo de María Estela Martínez de Perón, deixavam claro que ela estava disposta a inaugurar um estilo “forte” e uma forma de atuar que não deixasse lugar para muitas réplicas, já que “*se puede asegurar que el timón del país está dirigido por manos firmes y decididas. La que estaba conceptuada como la ‘mejor alumna’ de Perón está demostrando serlo*”. Finalmente, na publicação do dia 19 de março de 1975, aparecem mencionados os aliados de *El Caudillo*, peronistas conhecidos por suas ideias conservadoras, entre eles, dirigentes ligados à direita sindical, interventores e ministros

Hemos apoyado a Lorenzo Miguel, José López Rega, Raúl Lacabbane, el teniente Coronel Navarro, Oscar Ivanissevich, Ricardo Otero, Casildo Herreras, etc. y –no por causalidad- todos ellos tienen la confianza de la compañera Isabel y desempeñan papeles importantes para el futuro justicialista. (*El Caudillo* 19/03/1975, p.4).

Em um de seus últimos números, um dos poucos em que aparece uma imagem na capa, traz a foto de Isabel em um aperto de mãos com Lorenzo Miguel, líder dos metalúrgicos. No final do ano de 1975, Isabel se licencia do cargo alegando um quadro esgotamento e leve de depressão. Assume, então, Ítalo Argentino Luder, presidente da Câmara dos Deputados como interino até a volta da presidente. Com o título da capa “*Señora cuente con nosotros*”, na página antes do editorial lê-se a frase “*No hay peronismo sin Isabel*”. Esta frase relembra o pacto proposto pelo líder sindical Augusto Vandor, que durante o exílio de Perón, sugeria um “peronismo sin Perón” o que acabou propiciando uma facção dentro do peronismo denominada “vadorismo”, a qual não foi bem recebida pela esquerda e culminou, através do *Operativo Judas*, em seu assassinato em 1969.

Aos membros da direita peronista se consideravam como “peronistas verdadeiros” e, como tal, deveriam defender ferozmente o término do mandato da presidente o que acabava por irritar a esquerda que não enxergava em Isabel a continuidade do peronismo e muito menos que ela pudesse ser a verticalidade do Movimento. Onde ficaria a personificação do poder na pessoa de Perón, líder incontestável do *Justicialismo* a quem a esquerda peronista considerava comandante da revolução tão sonhada pelos quadros de sua “*juventud maravillosa*”? Nesse caso, para os militantes da direita, Isabel estava sendo equiparada ao líder, uma vez que foi ele quem a escolheu e por isso deveria ter todo o respaldo de seus seguidores. Essa aproximação que *El Caudillo* faz com a figura de Isabel e a de Perón mostra que os responsáveis se colocavam como mediadores para que a militância mais inclinada à aceitação da presidente a reconhecesse como a nova líder.

Segundo Eric Wolf (2003), o mediador precisa ter a capacidade de comportar-se de forma apropriada nos diferentes ambientes em que circula, para agir como um amortecedor entre o que o autor denomina de “grupos orientados para a nação e grupos orientados para a comunidade” (WOLF, 2003, p.82). Sendo assim, a revista servia aos interesses do grupo atuante em nível nacional, tanto a presidente como os grupos sindicais e promoviam a mediação entre o governo e os militantes do

partido, sobretudo entre os simpatizantes da direita peronista. Percebe-se, então, o total engajamento em defender o mandato da *señora de Perón*, uma vez que ela era, agora, a voz a quem eles deveriam prestar obediência.

O último número de *El Caudillo* saiu às bancas três meses antes do golpe chamado de *Proceso de Reorganización Nacional* liderado pelo general Videla, o almirante Massera e o brigadeiro Agosti. O lema “*seguí luchando Isabel, seguí luchando, seguí luchando que te vamos a apoyar*” aparece em suas derradeiras edições quando o governo já estava agonizando. Com essas frases de amparo alguns grupos gritavam na *Plaza de Mayo* pouco antes de ver a saída do helicóptero que a “raptou” da Casa Rosada na madrugada de 24 de março, mesmo dia em que foi detida pela Junta Militar. Isabel cumpriu parte de sua prisão em uma residência em Neuquén chamada *El Messidor*, totalmente isolada de tudo e todos. A ditadura lhe concedeu liberdade em 1981 e, desde então, a primeira mulher presidente dos argentinos vive exilada em Madri de forma bastante discreta e evitando falar com a imprensa.

Isabel regressou à Argentina em 1983 quando foi convidada pelo presidente recém-eleito Raúl Alfonsín para que participasse da sua cerimônia de posse. Voltaria outras vezes ao país, talvez com a ideia de retornar à atividade política. No momento em que o país era governado por Carlos Menem (1989-1999), com quem nunca teve uma boa relação, foi quando percebeu que sua presença nunca fora reivindicada na Argentina, nem mesmo pelos peronistas que eram governo naquele momento, sendo que praticamente ignoraram sua ida ao país (SYLVESTRE, 2016).

Passados mais de 40 anos do golpe que a depôs, falar sobre o período em que Isabel Perón foi presidente segue sendo um tabu na sociedade argentina, pois muito tem a ver com sua ligação com a extrema-direita do Movimento e das lembranças desagradáveis vividas durante os duros anos de repressão dos governos das Juntas Militares.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo procuramos demonstrar como a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, mesmo não se declarando como uma publicação da direita peronista, possuía um discurso pró-Isabel e de aniquilação dos infiltrados e traidores. Seu tom ameaçador através do slogan “*el mejor enemigo es el enemigo muerto*”, suas sentenças de morte e a vinculação com a *Triple A* não deixam menor dúvida sobre os valores de seus idealizadores. Isabel Perón assumiu a presidência em um contexto bastante conturbado, não só pelo vazio deixado por Perón, mas também em um momento de forte radicalização política e predominância de ditaduras militares na América Latina.

El Caudillo rivalizou com a principal publicação da esquerda peronista, *El Descamisado*, a qual ao longo de sua circulação pode ser observado um sistemático afastamento do poder. Os responsáveis pela revista reconheciam a importância de

uma mulher estar ocupando o mais alto cargo político do país, mas não qualquer mulher, mas sim, a “*mejor alumna*” de Perón. Através de suas capas e artigos que defendiam a legitimidade de Isabel no cargo, a revista se constituiu em um apoiador incansável que teve de se retirar de cena quando o cerco estava se fechando e a chegada dos militares na cena política era algo iminente.

Sendo assim, se não fosse o apoio de um desses setores (o mais conservador) através da imprensa, talvez Isabel não tivesse permanecido durante dezoito meses na presidência (desses, nove foram sem a presença de López Rega). Isabel não teve de fato a grande imprensa lhe apoiando, mas *El Caudillo* pode ser considerado como o maior defensor de seu governo ao jurar lealdade quase até o fim.

REFERÊNCIAS

BARRANCOS, Dora. **Mujeres entre la casa y la plaza**. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

BESOKY, Juan Luis. *La revista El Caudillo de la Tercera Posición: órgano de expresión de la extrema derecha*. **Conflicto Social**. Ano 3, n. 3, junho 2010. p. 7-28.

_____. *La derecha peronista en perspectiva*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Cuestiones del tiempo presente (2013). Disponível em <http://journals.openedition.org/nuevomundo/65374> Acesso em 29 junho 2018.

GAMBINI, Hugo. **Historia del Peronismo. La violencia (1956-1983)**. Buenos Aires: B de Books, 2016.

GONZÁLEZ, Júlio. **Isabel Perón: intimidades de un gobierno**. Buenos Aires: El Ateneo, 2007.

IRIBARNE, María Clara. *Los semanarios El Descamisado y El Caudillo: antagonismos y filones de una cultura política compartida*. **Estudios**. n.34, Jul-Dez, 2015, p. 51-78.

LARRAQUY, Marcelo. **López Rega. El peronismo y la Triple A**. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.

MOYA, Alberto; MURANO, Adrián. *Los intelectuales del brujo*. **Veintitrés**, n.450, 15 de fevereiro 2007. p.20-24.

Murió Felipe Romeo, vocero de la banda de ultraderecha “Triple A”. **Clarín**, Buenos Aires, 05 de maio de 2009. Online. Disponível em https://www.clarin.com/ediciones-anteriores/murio-felipe-romeo-vocero-banda-ultraderecha-triple_0_ry5Ok9RpKe.html acesso em 29 jun 2018.

PIGNA, Felipe. **Evita: jirones de su vida**. Buenos Aires: Planeta, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Elementos para uma análise de discurso político*. **Barbarói (UNISC)**, v.24, p. 87-118, 2006. Acessado em 30 abr. 2018. Online. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605> acesso em 18 mai 2018.

SÁENZ QUESADA, María. **Isabel Perón. La Argentina em los años de María Estela Martínez**. Buenos Aires: Planeta, 2003.

_____. **La primera presidente: Isabel Perón - una mujer en la tormenta**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

SARLO, Beatriz. **A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón e Montoneros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SYLVESTRE, Gustavo. **Intrigas, alianzas y traiciones: el detrás de nuestra democracia**. Buenos Aires, Ediciones B, 2016.

WEBBER, Max. *A dominação carismática e sua transformação*. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociedade compreensiva**. Brasília: Editora UNB, 1999. p. 323-356.

WOLF, Eric. *Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf**. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p. 73-91.

El Caudillo de la Tercera Posición (novembro de 1973- dezembro de 1975) - 73 números.
Disponível em <http://www.ruinasdigitales.com/el-caudillo/listado-de-numeros/> acesso em 29 abril 2018.

OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER

Claudia Peixoto Cabral

RESUMO: O artigo aborda a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. A pesquisa “Os dois lados do espelho” que está em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás versa sobre as relações de poder que se estabeleceram no contexto dos protestos de junho de 2013 e as práticas de repressão que ocorreram nas maiores manifestações públicas que aconteceram no Brasil no século XXI. Durante os protestos de junho, a construção discursiva oficial e da mídia, aliada à violência física nas ruas, intelectual e psicológica, foi utilizada como estratégia de controle, como forma de deslegitimar as manifestações públicas, por meio da criminalização da ação coletiva e dos manifestante e como mecanismo de exclusão e controle social.

PALAVRAS-CHAVE: Protestos de junho de 2013; Congresso Nacional; Discurso; Criminalização da ação coletiva

ABSTRACT: The article discusses the relationship of domination and control, exercised by the State, in the historical context of the protests of June 2013, from the conception of discursive construction in occurs the creation of an image that establishes a stereotyped discriminatory representation of collective action and subject protester. The research “Two sides of the mirror” that is underway with the Graduate Program in Social Anthropology of the Faculty of Social Sciences of the Federal University of Goiás deals with the power relations that were established in the context of the protests of June 2013 and the practices of repression that occurred in the largest public demonstrations that happened in Brazil in the 21st century. During the June protests, official and media discursive construction, combined with physical violence on the streets, intellectual and psychological, was used as a control strategy, as a way of delegitimizing public demonstrations, through the criminalization of collective action and the protester and as a mechanism of social control and exclusion.

KEYWORDS: Protests from June 2013; National Congress; Discourse; Criminalization of collective action

1 | INTRODUÇÃO

A representação, assim como, a identidade podem ser construídas a partir de um discurso e têm como elemento formador a criação de uma imagem. A construção discursiva sobre os protestos de junho de 2013 é o foco principal e ponto de partida da pesquisa antropológica que estou realizando junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Durante as manifestações públicas dos protestos de junho de 2013, a construção discursiva, aliada à violência física nas ruas, intelectual e psicológica, foi utilizada como estratégia de controle, como forma de deslegitimar as manifestações públicas, por meio da criminalização da ação coletiva e do sujeito manifestante.

No decorrer dos fatos da ação coletiva de junho de 2013 a fabricação da imagem do sujeito e da ação coletiva buscava instaurar uma representação estereotipada discriminatória das manifestações públicas dentro no discurso oficial e da mídia. No contexto histórico dos protestos de junho, essa construção discursiva foi utilizada como mecanismo de controle, dominação e “higienização” das ruas das cidades brasileiras. A ação coletiva nas manifestações públicas de junho de 2013 necessita ser compreendida em sua complexidade, considerando um universo extenso de situações e elementos físicos e simbólicos como: a participação dos atores sociais em diferentes campos; a posições dos sujeitos manifestantes e da ação coletiva no contexto histórico; as práticas de controle e “limpeza” e “purificação” das ruas; as estratégias e manobras visíveis, e a sensibilização para as práticas ocultas de contenção da insurgência popular, que poderiam arranhar uma imagem pretendida do país que sediava a Copa do Mundo de futebol e atrapalhar os planos do mercado, das instituições e do Estado.

A noção de limpeza de Mary Douglas ao abordar as questões de limites externos, assepsia, limpeza, pureza e perigo são teoricamente contributivas. Nesta perspectiva, as concepções que definem o corpo como um modelo que pode ser aplicado em qualquer sistema estruturado e aborda as questões de limites externos, assepsia, limpeza, pureza e perigo são formulações interessantes para pensar o processo de “purificação” das ruas no contexto dos protestos de junho de 2013.

A sociedade é uma imagem poderosa. Ela é potente no seu próprio direito de controlar ou estimular os homens à ação. Esta imagem tem forma, limites externos, margens e estrutura interna. Seus contornos cerram poder de recompensar a conformidade e repelir o ataque (DOUGLAS, 1966: 141). Pois, acredito que as ideias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressores têm como função principal impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada. E somente exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, fêmea e macho, com e contra, que um semblante de ordem é criado. Neste sentido não tenho medo da acusação de ter feito a estrutura social parecer demasiado rígida (Idem: 15).

O estudo das manifestações públicas que proponho à reflexão exige o entendimento da ação coletiva não por meio de um olhar reducionista, mas por um raciocínio expandido, em que não sejam somente consideradas as categorias que

dizem respeito à classe, as relações de trabalho e de mercado, ou ainda as relações políticas e institucionais.

A criação de uma imagem estereotipada e discriminatória como manobra de dominação pode ocorrer em qualquer processo relacional individual ou coletivo e atua de forma particular e universal em processos de submissão, dominação, ou exclusão seja de sujeitos, atores ou grupos sociais e até mesmo, como aconteceu nos protestos de junho, pode vir a controlar uma multidão.

A abordagem do estereótipo discriminatório no contexto dos protestos de junho de 2013 é fundamentada partir da teoria crítica pós-colonialista e a noção de Homi K. Bhabha sobre a construção da identidade, da representação e o do discurso como operação de dominação, subordinação de indivíduos, grupos sociais e territórios. Mecanismos que se repetem e podem ser utilizados em processos como o utilizado para deslegitimar a ação coletiva de junho de 2013. O princípio de controle e dominação advém de uma estratégia que implementa a criação de uma imagem estereotipada discriminatória pejorativa, que passa a ser percebida pelo imaginário coletivo. Por meio dessa imagem, se instaura uma identidade e uma representação desses atores sociais, construída dentro de um discurso em um contexto histórico específico.

A reflexão sobre a construção discursiva dos protestos de junho de 2013 teve como recorte inicial as manifestações que ocorreram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, mas durante a pesquisa de campo foi necessário ampliar o recorte e ampliar a abordagem da pesquisa. O estudo também tem como eixo a análise da construção da identidade do sujeito manifestante e da ação coletiva no discurso oficial do Congresso Nacional e da mídia.

Esclareço que delimito o foco da pesquisa no âmbito do discurso oficial e da mídia a dois dias específicos e emblemáticos, em que as relações de poder entre os atores sociais e a representação política no âmbito do poder legislativo se apresentaram pragmaticamente e simbolicamente mais tensas e conflituosas. O dia 17 de junho de 2013, quando dez mil pessoas estiveram na Esplanada dos Ministérios, e parte da mobilização popular ocupou a marquise do Congresso Nacional, chamada de “invasão” pelo discurso da mídia; e o dia 20 de junho quando os manifestantes tentaram entrar no prédio do Congresso Nacional. Neste dia, os manifestantes foram dispersados do gramado em frente ao prédio e desviados pelo aparato policial para as ruas laterais, momento em que houve a ocupação do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores.

O recorte de espaço é um dos pontos de partida da pesquisa. Durante mais de dez anos, de 2000 a 2010 e de 2012 a 2013, trabalhei no Congresso Nacional e observei a ocupação do gramado na Esplanada dos Ministérios em Brasília. As barreiras estéticas de contenção; as performances; as reivindicações semanais. Um lugar onde todos podem se misturar na cidade modernista que foi planejada para separar todas as atividades com setores delimitados para as instituições administrativas, bancárias, comerciais, residenciais, de diversão e lazer. Em narrativas que ouvi no cotidiano e na

convivência com os moradores da cidade sobre a construção de Brasília, as pessoas comentavam que o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa planejaram o gramado em frente ao Congresso Nacional para que justamente a população tomasse posse do espaço para se manifestar em frente a “Casa do Povo”. Afirmações e considerações essas que, até o momento e, por mais que eu procurasse, ainda não encontrei em nenhum documento ou registro. Dando a impressão de se tratar de uma convicção e impressão das pessoas. Começo a considerar inclusive essa atribuição dada ao gramado em frente ao Congresso Nacional, quase como narrativas que emergem do imaginário coletivo da cidade, e realmente essa pode ser uma constatação real, caso não seja possível encontrar a comprovação dessa destinação democrática e popular em nenhuma afirmação que atribuem ao arquiteto Oscar Niemeyer e ao urbanista Lúcio Costa, responsáveis pela concepção urbanística e pelo conjunto arquitetônico da Esplanada dos Ministérios.

O gramado em frente ao Congresso Nacional, em que acontecem semanalmente protestos e onde aconteceram as manifestações públicas de junho de 2013, integra o complexo arquitetônico da Esplanada dos Ministérios e faz parte de uma ideia única e peculiar de planejamento urbanístico. Compõe uma concepção urbanística e arquitetônica que evocou para Brasília o título de cidade monumento, Patrimônio Mundial, única cidade e bem contemporâneo a receber essa titulação, tombada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

De forma geral, este é local de concentração final das manifestações públicas que ocorrem na Esplanada dos Ministérios. A dinâmica das ações coletivas na Esplanada dos Ministérios consiste em um momento inicial de concentração na Rodoviária do Plano Piloto que fica a aproximadamente 2,4 km de distância do Congresso Nacional. A ação coletiva ocupa a faixa de rua à direita, sentido à Praça dos Três Poderes, passando pela Catedral e o Palácio do Itamaraty que ficam também à direita do extenso gramado. Os manifestantes ao chegarem à frente do Congresso se colocam diante ao espelho d'água que, inclusive é o um elemento espacial e simbólico que inspirou o título desta dissertação, e que é uma barreira estética que separa “os de dentro” os congressistas e “os de fora” os sujeitos e os grupos sociais. Os dois lados do espelho, ambiguidades entre a multidão e os seus representantes constitucionais e institucionais é também uma significação simbólica de hegemonia e hierarquia social e política.



Figura 1 -Foto: Acervo da autora – Esplanada dos Ministérios visão do Salão Negro do Congresso Nacional

A reflexão sobre ocupação do espaço na Esplanada dos Ministérios pode se amparar sobre questões teóricas que emergem das noções de panopticismo e vigilância. Os dois conceitos são utilizados por Foucault para elaborar o sistema disciplinar, dizem respeito ao poder disciplinador e de vigilância que é exercido sobre os sujeitos. “O Panóptico (...) permite aperfeiçoar o exercício do poder. (...) Sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído (...) Vigiar todas as dependências onde se quer manter o domínio e o controle (FOUCAULT 1997, p.170). No contexto da pesquisa, as noções sobre o espaço são importantes inclusive para refletir sobre as estratégias de repressão policial realizadas no gramado do Congresso Nacional em comparação com outras localidades urbanas.

O interesse em realizar a pesquisa sobre a compreensão do processo da construção da identidade do sujeito manifestante e da ação coletiva no discurso oficial e da mídia nos protestos de junho, fenômeno social, cultural e político, surge da constatação da divergência existente entre as narrativas de apreensão do sujeito e do discurso oficial e da mídia a respeito da ação coletiva ocorrida durante as manifestações públicas. Importante ressaltar que em pesquisas exploratórias documentais foram verificadas alterações e adequações estratégicas do discurso oficial e da mídia que buscavam adequar a organização social pretendida pelo Estado e as instituições utilizando as considerações da opinião pública e ao “senso comum” e a realização de um processo discriminatório, criminalizador, de fixidez pejorativa exacerbada para estabelecer como verdade a construção da imagem do sujeito manifestante e da ação coletiva como potencialmente ofensiva e como ameaça à segurança da sociedade.

Nesse contexto, foram realizadas no discurso oficial e da mídia estratégias enunciativas que propagavam operações de controle e intimidação da ação coletiva no decorrer do período da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de futebol

da FIFA com o propósito de fazer a limpeza das ruas e impedir a qualquer custo que as grandes manifestações públicas acontecessem. Imagens e narrativas incansavelmente repetidas compunham o mecanismo do discurso hegemônico.

Guy Debord faz considerações lúcidas e oportunas sobre como a articulação de forças, como as da polícia e da mídia, podem se apoderar de verdades e imputar aos sujeitos valores e ações no contexto da “sociedade do espetáculo”. “Boatos da mídia e da polícia adquirem de imediato, ou, na pior hipótese, depois de terem sido repetidos três ou quatro vezes, o peso indiscutível de provas históricas seculares” (DEBORD, 1992, p.210). Chama atenção e é adequada a pesquisa essa crítica que se encaixa de forma ajustada à proposta da pesquisa e ainda a concepção de Debord sobre os cinco aspectos combinados principais da sociedade do espetáculo: “ a incessante renovação tecnológica, a fusão econômica-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo. (1992,p.175)

Os protestos de junho se apresentam um campo de análise consistente para o estudo antropológico. A maior manifestação pública do século XXI no Brasil foi um processo de ação coletiva que cresceu progressivamente em um momento de prévia de festividade, em que se preparavam os megaeventos esportivos Copa das Confederações e a Copa do Mundo “no país do futebol”. Houve uma mudança inesperada de representação e de agência do sujeito. Naquele momento o que se esperava um clima de passividade, atenção voltada para as competições e comemorações. Mas diante da programação oficial de passividade e controle, ocorre um imprevisto, a ação coletiva ocupa os espaços urbanos, tomando de surpresa as instituições. As manifestações nas ruas eram assunto de conversas de intelectuais, políticos, jornalistas, populares nos espaços urbanos e nas salas fechadas das instituições. Carlos Vainer enfatiza a percepção sobre as ações coletivas nas manifestações públicas de junho.

Governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face e o cotidiano de nossas cidades em junho. Pela rapidez com que se espraiaram, pelas multidões que mobilizam, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, elas evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inaceitáveis (VAINER 2013).

Nesse contexto busco contribuir para a compreensão dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção desse fenômeno social, político e cultural como uma nova forma e prática simbólica de ação coletiva que desencadeou uma série de acontecimentos de outra natureza ou vertente social, cultural e política que na minha perspectiva foram influenciados pela ocupação do espaço urbano das ruas em 2013. Dessa forma proponho reflexões sobre as nuances e práticas que sucederam aos momentos de efervescência dessa ação coletiva, como por exemplo, as estratégias e manobras de regulação, controle, dominação e exclusão social. As relações de poder

controle e limpeza das ruas. Nesse aspecto são abordadas as questões dos protestos de junho de 2013 enquanto um novo paradigma de ação coletiva; em que se constituem as formas simbólicas. As manifestações públicas se tornam nacionais e passam a acontecer em várias cidades ao mesmo tempo. Em junho de 2013, reivindicações diferenciadas, sem líderes determinadamente identificados por instituições ou partidos políticos específicos levam às ruas milhões de pessoas, sujeitos difusos, atores sociais de diversos grupos sociais em um mesmo contexto de ação coletiva. As mídias sociais propagavam as informações e as pessoas compareceram às ruas com a intensão de participar e apresentar os seus questionamentos a respeito de questões políticas e sociedade. O que aconteceu a partir e em junho de 2013, apesar de todas as formas de repressão, vai influenciar toda uma série de mobilizações que se seguiram e se torna um formato e uma prática de mobilização social de diversos grupos ideológicos e políticos.

Os protestos de junho não são aqui compreendidos somente como um movimento social. Acredito que não devem ser entendidos apenas dessa forma, pelas características peculiares de como se concretizaram enquanto ação coletiva, como por exemplo, a inexistência de estruturas sólidas de comando, poder e hierarquia em sua formação; defesa de uma ideologia determinada; ou de reivindicação específica. A perspectiva que busco adotar é de entendimento de uma ação coletiva diversa, uma nova forma de mobilização social formada por atores sociais múltiplos que dificultam o recorte de identificação; várias formas de expressão e diversas bandeiras que não foram e, pelo o que parece, sequer tiveram a intenção de se apresentarem e de se estabelecerem como bem definidas.

Alberto Melucci é um dos autores que contribui para o entendimento dessa perspectiva. Em 1999 o autor escreve a respeito das novas formas contemporâneas de ação coletiva nas últimas três décadas. Suas considerações críticas enfatizam, uma certa dificuldade, o que ele chamou de “miopia do presente” que sofrem muitos sociólogos a lidar com esse tema de estudo. Defende em sua concepção que a controvérsia da não aceitação do “novo paradigma” de ação coletiva é fútil, e que é dispensável comparar as formas clássicas de movimentos sociais das atuais e as novas concepções de ação coletiva. Melucci argumenta que há diferenças circunstanciais, pois as novas formas de ação coletiva contemporâneas não podem ser analisadas como um objeto empírico unitário, devido a suas características específicas, por ter em sua unidade empírica uma composição com diversidade de elementos, anteriormente não identificados em contextos históricos diferentes, e por isso não podem ser observadas como um todo.

Los enfoques recientes con respecto a la acción colectiva, en términos de movilización de recursos, estructura de la oportunidad política o elección racional, tienden a reducir la acción a sus rasgos más evidentes y aquellas dimensiones que son fácilmente medibles. Pero este tipo de reduccionismo ignora la interrogante relativa a la aparición de un nuevo paradigma de la acción colectiva, sin ofrecer ningún tipo de respuesta. Más aún, hace a un lado aquellas dimensiones específicamente culturales de la acción que están arraigadas en la experiencia

cotidiana de la gente, y que son tan significativas para los “nuevos movimientos”. Esto da lugar a una “miopía de lo visible”, que sólo alcanza a ver las características mensurables de la acción colectiva- a saber, sus relaciones con los sistemas políticos y sus efectos sobre las políticas públicas-, a la vez que pasa por alto la producción de códigos culturales y prácticas innovadoras, aun cuando ésta es la principal actividad de las redes de movimientos, ocultas entre la trama de la vida cotidiana, además de ser la base para su acción visible (MELUCCI 1999: 15).



Figura 2 -Foto: Marcello Casal Jr/ Agência Brasil -O dia 17 de junho, um dos mais numerosos dos protestos em Brasília.



Figura 3- Foto: Orlando Brito – Esplanada dos Ministérios 20 de junho de 2013



Figura 4 -Foto: Reprodução Globo News – 20 de junho – Ocupação do Palácio do Itamaraty

Proponho, dessa forma, o entendimento dos protestos de junho a partir de uma concepção que leve em consideração as configurações que unem a cultura à política e o entendimento desse processo de ação coletiva como uma manifestação, um fenômeno cultural e política. O conceito de cultura, nessa perspectiva, tem um enfoque além dos padrões de comportamento, expressões e manifestações de grupos e indivíduos. A partir da compreensão de que a vida social vai além de questões relacionadas a objetos e fatos, as abrange a percepção do mundo sócio-histórico como um campo de significados interligados, parto das considerações do conceito de cultura, com a colaboração da concepção simbólica de cultura de Clifford Geertz, que a define “como um sistema ordenado de significados e símbolos... em cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revelam seus achados e fazem seus julgamentos” (KUPER, 2002:132).

Nessa perspectiva considero que a ênfase deste estudo se estabelece sobre a análise do discurso oficial e da mídia no processo de construção de uma imagem do sujeito manifestante e da ação coletiva como controle da sociedade em momento de efervescência política em que elementos referenciais devem ser considerados: a proporção da ação coletiva; a importância, social, cultural, política e simbólica das grandes manifestações de junho; a indignação que mobilizou as pessoas; a diversidade de demandas e questionamentos e sobre as estratégias de controle baseadas na força e na enunciação discriminatória que emergiram nos espaços públicos e no imaginário social.

2 | A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO MANIFESTANTE – O ESTERÉOTIPO DISCRIMINATÓRIO

Para buscar a compreensão das fases que integram o processo de construção /fabricação do sujeito manifestante e da ação coletiva adoto como referência teórica os estudos pós-coloniais e o projeto crítico de Homi K. Bhabha. O estudo não trata de questões especificamente relacionadas ao pós-colonialismo e à discriminação racial, mas coincide com perspectiva teórica de Bhabha que é significativa para refletir sobre o processo relacional discriminatório, estereotipado que se impõe e é delineado pelo discurso oficial e da mídia sobre os protestos de junho, o sujeito e a ação coletiva em 2013.

O ponto de partida do recorte teórico para compreensão da elaboração do discurso criminalizador da ação coletiva é a concepção de Homi K. Bhabha sobre a construção da posição discursiva do sujeito em uma proposta hegemônica estabelecida visando o controle e a instrução. Uma imagem, identidade e representação do sujeito determinada que atenda as temporalidades históricas, as relações de poder e os projetos políticos do Estado. A questão da construção da identidade a partir da construção discursiva supera o enfoque da representação e da linguagem. Nesse contexto considero que os estudos pós-coloniais são oportunos como referência teórica porque versam sobre a construção da identidade e a representação do sujeito a partir de um grupo hegemônico. No caso específico é em relação ao Estado e os atores sociais.

Para Bhabha, o estereótipo é a principal estratégia do discurso colonial, tem como elemento a fixidez e reúne como ferramentas estratégias a desordem, a degeneração e a repetição. Enfatiza que a ambivalência é que concede ao estereótipo legitimidade, promovendo condições para a sua repetição e possibilidade de que coloque em prática seu objetivo de ser um discurso de verdade, por meio de mecanismos de individuação e marginalização em um processo de subjetivação estereotipada.

Minha leitura do discurso colonial sugere que o ponto de intervenção deveria ser deslocado do imediato reconhecimento das imagens como positivas ou negativas para uma compreensão dos *processos de subjetivação* tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereótipo. Julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política previa é descartá-la, não deslocá-la, o que só é possível ao se lidar com sua *eficácia*, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado). Não pretendo desconstruir o discurso colonial para revelar seus equívocos ou repressões ideológicas, para exultar diante de sua auto-reflexividade ou tolerar seu “excesso” liberatório. Para compreender a produtividade do poder colonial e crucial construir o seu regime de verdade e não submeter suas representações a um julgamento normatizante (BHABHA, 1998, p.106).

Na concepção de Bhabha, o estereótipo como estratégia discursiva contribui para a legitimação de mecanismos que buscam justificar ações e estabelecer sistemas de administração e instrução e exige observações apuradas, divergindo, portanto, de outros estudos que viam no estereótipo com uma forma confiante e dessa forma

limitadora e demasiadamente conservadora.

Ao contrário, proponho que, de forma bem preliminar, o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo, exigindo não apenas que ampliemos nossos objetivos críticos e políticos mas que mudemos o próprio objeto da análise (BHABHA, 1998, p.110).

A representação é inicialmente realizada a partir da linguagem e da identidade no contexto da análise das imagens projetadas. Dessa forma, há a verificação da reafirmação das relações de poder que promovem a criação de imagens discriminatórias e pejorativas estabelecidas como discurso de verdade, apresentadas, percebidas e assimiladas como autênticas e reais. Essas relações, como forma de representação são examinadas por meio da análise de imagens e da análise ideológica. As verificações feitas a partir da teoria crítica de Homi K. Bhabha apontam que a estratégia desse modo de operar e instaurar a representação do sujeito promove uma fixação da hierarquia privilegiada e de dominação.

3 | OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA OFICIAL E DA MÍDIA

É possível definir três fases distintas como ponto de partida da análise dos protestos de junho e o processo de construção discursiva do sujeito manifestante e da ação coletiva como atores sociais. As fases que defino como foco de análise da construção do discurso buscam sobretudo a compreensão do discurso oficial e da mídia sobre os protestos de junho, seguindo as considerações teóricas de Foucault e seu esforço crítico em ver o discurso como forma de poder, visando organização, dominação e instrução das forças e dos atores sociais. O discurso como forma de esconder operações antiéticas, violentas e estratégicas que promovem interpretações como definem Hubert Dreyfus e Paul Rabinow.

Estas interpretações foram criadas e impostas por outra pessoa, não pela natureza das coisas. Nesta descoberta da ausência de fundamento, a inerente arbitrariedade da interpretação é revelada. Pois, se não há nada a interpretar, então tudo é passível de interpretação; os únicos limites são as arbitrariedades impostas. Esta opinião se elucida à medida que o trabalho de Foucault procede (2012).

Todas essas estratégias foram utilizadas para tirar a qualquer custo as pessoas das ruas e evitar que as ações coletivas ocupassem as ruas e que a população continuasse a participassem das manifestações. Como no dia 17 de junho de 2013, quando os protestos aconteceram em 40 cidades e 11 capitais, e houve a tentativa de ocupação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e do Congresso Nacional. O discurso oficial e da mídia se referia em várias de suas ocorrências de forma pejorativa aos protestos “um grupinho de vândalos”, “meia dúzia”, a imagem do manifestante era de uma minoria desqualificada e não representativa. No dia 12 de junho, de Paris, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin declarou em

entrevista:

- É um movimento organizado.

-Por quem? (pergunta o repórter)

- Por um grupinho, um grupinho é de, de, de vândalos, com uma ação evidentemente criminosa. (disponível em Junho o filme – 21:38< <https://www.youtube.com/watch?v=vhAPWD8hXk8>> acesso em set. de 2014).

A mobilização popular resumida a uma denominação depreciativa e discriminatória, já se denotava desde o início, que o “grupinho” causava incômodo necessitava ser desqualificado imediatamente, no âmbito simbólico, referencial e pragmático. Apesar dos vários elementos de interesse da Antropologia Social que podem ser observados nos protestos de junho, busco ater a pesquisa a estratégia de construção discursiva hegemônica como mecanismo de poder. A respeito do discurso dos grupos hegemônicos sobre o *outro*, Frantz Fanon faz sua observação apurada de como a estratégia de dominação inscrita em posições discursivas estereotipadas, agressivas, buscam mascarar saberes “oficiais” para conceber posições e oposições.

No caso do manifestante a posição discursiva determinada era “olhe um manifestante”, “olhe um vândalo”, “olhe um baderneiro” e que, posteriormente, avançaria para- “Olha o criminoso”! Mesmo com as operações discursivas estereotipadas e depreciativas ocorre uma ampliação da ação coletiva, a população vai às ruas e surpreende o Estado, as instituições, e a própria sociedade. Nessa fase inicial a representação simbólica da ação coletiva como atividade geradora de significado, de contestação foi inicialmente diminuída, desconsiderada e deslegitimada, sendo tratada pelas narrativas oficiais e institucionais como uma ação isolada. No entanto, o “grupinho”, multiplica-se e expande a sua ação em várias cidades do país.

A partir da fase inicial, segue-se o segundo momento do processo que proponho considerar e refletir, a de identificação da população com as manifestações coletivas em que milhares de pessoas se tornam manifestantes. A imagem das pessoas nas ruas buscando, exigindo melhores condições de vida, seja nas reivindicações iniciais de qualidade de transporte público, saúde, educação, contra a corrupção e outras demandas, se amplia. O discurso oficial que antes era de diminuir e tratar a ação coletiva como um ato isolado é reformulado. Passa-se momentaneamente, ainda sem uma estratégia imediata de controle, a uma situação de reconhecimento da mobilização e da ação coletiva que estava reunindo milhares de pessoas nos espaços urbanos. O discurso oficial e da mídia que antes era inquisidor é reformulado.

Exemplo emblemático e surpreendente é a transmissão ao vivo do programa sensacionalista Brasil Urgente, transmitido diariamente pela rede Bandeirantes de televisão, às 16h30, apresentado por José Luiz Datena. Durante a cobertura dos protestos no dia 17 de junho de 2013, o discurso propagado era o já estabelecido de deslegitimar os protestos, fixar com palavras pejorativas e enunciativos apelativos a criminalização da ação coletiva. Porém, a confiança do comando da sociedade

do espetáculo é abalada. Fica evidente quem joga quem contra quem, mostrando um episódio, esse sim, espetacular. Em uma pesquisa, em que a votação era feita por telefone, sobre os protestos o discurso foi refeito para que pudesse atingir os objetivos, a reprovação ao vivo dos protestos. Mas mesmo assim, apesar da mudança do enunciado, com direito a um constrangimento visível, gagueira do apresentador, diante de um resultado imprevisível, e um improviso quase desesperado, foi confirmada a aprovação popular aos protestos sejam lá como acontecessem.

Transcrevo a formulação discursiva como aparato reflexivo da pesquisa. (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jqRVKAiEVbl>, acesso em agosto de 2013).

Eu acho que o protesto tem que ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública e joga esses caras contra a população. Tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento. Então vou fazer uma pesquisa sobre isso aqui (imagens dos protestos no mosaico do estúdio) Você é a favor desse tipo de protesto?

As afirmações depreciativas continuavam durante toda a votação, quando a diferença atinge quase mil votos, 1851 pessoas não eram favoráveis e 2.811 eram favoráveis aos protestos, resolvem reformular, de forma desconcertante, a pergunta.

Será que formulamos mal a pergunta. Você é a favor de protesto com baderna? Eu acho que essa seria a pergunta. 2.839 pessoas disseram que são a favor e 1.871 não são a favor desse tipo de protesto. O cara que liga está vendo ali tudo calmo, tranquilo pode até achar que a pergunta é essa. Faça a pergunta da, da forma que, que eu, eu, pedi para formular. (visivelmente desconcertado) Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor, da, do protesto com baderna? Tem que ficar claro se não o cara não entende. Cadê a outra pesquisa que eu pedi para fazer aí. Você é a favor do protesto com baderna? (zeram o contador e reinicia a votação). 899 pessoas votaram não e 2.149 pessoas votaram sim. O povo está tão “p” da vida que apoia qualquer tipo de protesto.

Diante da situação de apoio e aprovação popular sobre a legitimidade dos protestos, impossível de não ser considerada, e sem uma estratégia de controle imediata não há apoio explícito, mas foi possível verificar o reconhecimento das manifestações. Outra marcação discursiva pejorativa relevante sobre a construção da identidade do sujeito e da ação coletiva nos protestos de junho foram as ambivalências presentes nos enunciados do comentarista Arnaldo Jabor no Jornal Nacional da Rede Globo de televisão. No dia 13 de junho essas foram suas considerações: (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>) acesso em agosto de 2013).

O que provoca um ódio tão violento contra a cidade. Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus, não pode ser por vinte centavos. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos.

Pouco mais de uma semana, no dia 22 de junho de 2013, a posição discursiva sobre o manifestante foi modificada. Ele aparece em uma construção bem diferente da comparação às organizações criminosas, suavizada e até poética. “De repente reapareceu o povo, de repente o Brasil virou um mar”. (disponível em <https://www>.

[youtube.com/watch?v=yKpxMJxfrsg](https://www.youtube.com/watch?v=yKpxMJxfrsg)>, acesso em agosto de 2013).

A terceira fase em que proponho a observação a ser referida nessa pesquisa sobre os protestos de junho é de elaboração de operações, manobras estratégicas e de um discurso oficial para estancar o processo rizomático de ampliação da ação coletiva em todo o país. Para refletir sobre os protestos de junho o conceito de rizoma Gilles Deleuze e Félix Guatarri é oportuno e referencial. Milhares de vozes, ideias, personas, reivindicações se propagam sem controle.

O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados (DELEUZE, GUATARRI 1995, p.32).

A dinâmica da propagação rizomática da ação coletiva e a mobilização popular em âmbito nacional apontavam para a necessidade de uma intervenção imediata do Estado, todas as operações até então pareciam ter sido insuficientes. A força precisava ser mostrada para que o controle do Estado fosse reestabelecido. O contexto social e histórico era imprevisível. A vigilância, a tecnologia repressiva e a construção discursiva sobre a ação coletiva, visando instruir os atores sociais aos seus posicionamentos planejados e estabelecidos. As estratégias de controle necessitavam de operar de forma mais coordenada e efetiva com urgência. Uma nova forma operatória tinha que ser elaborada, para fazer a limpeza, a assepsia das ruas, uma vez que o país em menos de um ano se tornaria a vitrine do mundo, o palco de um dos mais lucrativos espetáculos da terra, a Copa do mundo de Futebol da FIFA, com suas redes de mercado, suas estrelas publicitárias de ganhos e gastos astronômicos.

Nesse cenário festivo e opressivo, seja para embelezar a imagem do país vitrine ou para atender as expectativas e o papel programado para a população nesse contexto, os atores sociais deviam retomar as posições no planejamento oficial. Exercer a ação esperada de efervescência comemorativa deveria dessa forma assumir o seu papel já traçado que se resumia as atividades programadas e reforçadas pelo discurso oficial de se preparar para receber os estrangeiros, trabalhar, agradecer, torcer e comemorar e tornar esse o único objeto de sua atenção. Nesse aspecto é válido refletir sobre a questão da representação imposta e apresentada como verdade que o discurso assume nos projetos de poder. Stuart Hall faz um recorte sobre esteriótipo racial, que pode ser ampliado para pensar os processos discriminatórios de posições sociais ambivalentes e o confronto cultural e político. Segundo Hall, essas representações do *outro* são estabelecidas para manter uma política que determina os posicionamentos do sujeito na ordem social pretendida.

La representación es posible sólo porque la enunciación siempre está producida dentro de códigos que tienen una historia, una posición dentro de las formaciones discursivas de un espacio y tiempo particular. El desplazamiento de los discursos "centrados" de Occidente supone cuestionar su carácter universalista y sus reclamos transcendentales para hablar por todos, mientras que el discurso está

Partindo da hipótese repressiva, Foucault estabelece que manter o equilíbrio social e o controle não é papel da virtude, mas da força. O processo de construção discursiva sobre o manifestante e a ação coletiva está calcado na força. De forma pragmática da força da polícia, da tecnologia disciplinar de vigiar e punir e do discurso. Esses três elementos são pontos referenciais da pesquisa que proponho. Segundo Foucault, a polícia é o instrumento que possibilita aumentar o controle do Estado sobre os sujeitos e que articula as técnicas de controle; a tecnologia disciplinar, como a criminalização e as prisões, são táticas para disciplinar os sujeitos e as populações; e o discurso pretende se estabelecer na categoria das leis, é o poder que pretende tomar posse, controlar.

...suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2009, p. 9).

No contexto dos protestos de junho de 2013 é importante ressaltar a estratégia de criminalização da ação coletiva, dentro da perspectiva do controle do Estado utilizando no mecanismo discursivo a categoria do “terrorismo”. A denominação da prática terrorista já vem sendo utilizada pelos Estados Unidos para a dominação, opressão e ocupação de territórios desde o início do ano 2000. Além das estratégias físicas, psicológicas, afetivas e sociais, é necessário refletir sobre o processo de criminalização da ação coletiva no âmbito do contexto do ordenamento jurídico. Há quinze projetos de lei que tipificam ou tratam de “terrorismo” na Câmara dos Deputados, mas é em 2013, a partir das manifestações públicas de junho que a construção do discurso criminalizador oficial do sujeito manifestante e da ação coletiva se impõe. A categoria do “terrorismo” para tipificar como crime a ação coletiva e as manifestações públicas, se estabelece de forma rápida no contexto político e nas relações de poder. Mecanismos institucionais jurídicos de controle e de contenção, como o projeto de lei do senado 728/2011, que previa até 30 anos de prisão para os sujeitos envolvidos nos protestos durante os eventos esportivos, teve sua tramitação acelerada no Senado Federal em 2013, foi colocado em pauta para apreciação nas Comissões da Casa, mas foi rejeitado em novembro de 2014.

No entanto, no final de outubro de 2015 avançou a tramitação do Projeto de Lei do Poder Executivo 2016/ 2015 que tem o mesmo teor jurídico e tipifica o crime de terrorismo e participação em protestos, com a mesma punição de até 30 anos, superior às sanções aplicadas a crimes de homicídios que vão de 6 a 20 anos. O projeto foi aprovado na Câmara, em agosto, e no final de outubro de 2015 no Senado. Por ter sido alterado de forma mais conservadora do que a redação final na Câmara, em que se estabelece os protestos de cunho ideológico e social como terrorismo, o projeto volta para a Câmara dos Deputados. Outro exemplo de controle da ação coletiva no

país de caráter discursivo implementado no ordenamento jurídico e de controle que cabe aqui registrar é a iniciativa da Presidência da República que publica em 24 de maio de 2014, o decreto 8.243/2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, sinalizando o interesse em ampliar a base de participação da sociedade civil e dos movimentos sociais no âmbito estatal, mediante uma possível operação de institucionalização, burocratização, mapeamento e controle da ação coletiva.

A reflexão que pretendo trazer com os argumentos e questões levantadas é buscar o entendimento da composição das operações, o jogo simbólico a violência física e psicológica da dominação para realizar um processo efetivo de limpeza e higienização das ruas das cidades brasileiros, ou seja tirar os atores sociais da rua. Para tanto, foram utilizadas formas arbitrárias. Estratégias discursivas no discurso da mídia e no discurso oficial do Congresso Nacional e no Poder Executivo, repressão e prisões disciplinares aconteceram, dando suporte a construção discursiva oficial sobre o sujeito manifestante e a ação coletiva.

Slavov Zizek faz uma consideração crítica sobre as relações de poder que se estabelecem visando o controle dos atores e na ordem social cuja noção reflete a situação em que os atores sociais vivem e viveram. No âmbito dos conflitos surge o cinismo surge como atitude pós-moderna e emerge como uma característica relevante a se considerar quando se busca analisar questões críticas relacionadas às diferenças ideológicas e políticas.

O ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade. O modo mais destacado dessa “mentira sob o disfarce da verdade” é o cinismo. “eles sabem muito bem o que estão fazendo e fazem mesmo” (ZIZEK P. 14).

Ao pensar sobre o cinismo como elemento das operações de controle, dominação e opressão aparecem inúmeros exemplos sintomáticos desse estado das coisas e da repressão e criminalização dos movimentos sociais. Sobretudo a reflexão que pretendo estabelecer é a de mostrar que para compor as operações, o jogo simbólico a violência física e psicológica da dominação e fazer o processo de limpeza foram utilizadas formas arbitrárias.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estratégias implementadas no discurso da mídia e no discurso oficial do Congresso Nacional e no Poder Executivo, repressão e prisões disciplinares aconteceram, dando suporte a construção discursiva oficial sobre o sujeito manifestante e a ação coletiva, abuso do poder, arrogância e prepotência que estão refletindo no funcionamento institucional político, social e cultural do país. Ocorrências que apontam para os reflexos e as consequências da ação coletiva dos protestos de junho como significativos no contexto do país e que o Estado, em suas esferas institucionais,

demonstraram uma incapacidade considerável, fomentada pelo aparato repressivo, o uso excessivo da força e da violência intelectual e simbólica, para compreender e atender as demandas sociais e de confronto cultural e político da sociedade.

REFERÊNCIAS

a-BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG .1998.

_____. *O bazar global e o clube dos cavaleiros ingleses*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011.

CABAÇO, José, L.; CHAVES Rita. *Colonialismo, violência e identidade cultural*. Em: Abdala Benjamin, J. (org.), *Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs*. vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DREYFUS Hubert L.RABINOW, Paul. *Michel Foucault- Uma trajetória filosófica*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2010.

FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador. Editora UFBA

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 1997.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo. Edições Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. *Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença*. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p.30-49. p.32.

GUY, Debord. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HALL, Stuart. *Nuevas etnicidades*. Bogotá.: Envió editores, 2010.

HOLSTON, James. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MELUCCI Alberto, *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México.1999.

SOUZA, Lynn. *Hibridismo e tradução cultural em Bhabha*. Em: Abdala Benjamin, J. (org.), *Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. Em: *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIANA, Silvia. *Será que formulamos mal a pergunta?* Em : *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VILLEGAS, Daniel C. *História mínima do México*. El colégio do México, México. 1974.

ZIZEK ,Slavoj. *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO

Camila Cuencas Funari Mendes e Silva

Discente do Doutorado do Programa de Pós graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP/ASSIS

Mariele Rodrigues Correa

Coorientadora e Docente do Programa de Pós graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP/ASSIS

Leonardo Lemos de Souza

Orientador e Docente do Programa de Pós graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP/ASSIS

RESUMO: O presente trabalho analisa o envelhecer feminino na contemporaneidade. A velhice têm sua história e, esta, é determinada em cada época e em cada cultura de forma diferente. Reunimos narrativas de idosas (participantes de um programa para a Terceira Idade (UNATI/UNESP- Campus de Assis)) sobre seus corpos envelhecidos e usa como pressupostos teóricos autores da psicologia, antropologia e ciências sociais integrando diferentes campos de saber, que nos permitem refletir sobre o que está em cena: o corpo envelhecido, composto pelo desejo, pelo sofrimento, por renúncias. Corpo que abriga e compõe junto com sua realidade social e cultural uma subjetividade em constante desenvolvimento. A estética tem grande valorização em nossa sociedade, preconizando

e definindo o humano à beleza dos corpos, a capacidade produtiva, a força, a independência e ao poder aquisitivo. A velhice – e as diferentes faces do envelhecer, nesse contexto, passam a significar uma resistência frente em uma sociedade individualista, narcísica, que exige que a idosa seja principalmente bela e jovem. Assim, há de se refletir e tecer uma análise crítica sobre as vivências do envelhecimento feminino, seus efeitos na subjetividade no contemporâneo. Para fornecer uma estrutura clara e objetiva ao leitor, organizamos as narrativas colhidas em Oficinas terapêuticas em temáticas e, em seguida, trouxemos nossa análise e as referenciamos.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento Feminino; Contemporâneo; Narrativas.

ABSTRACT: The present work analyzes feminine aging in the contemporaneity. The oldness has its history and, this, is determined at each time and each culture of different form. We congregate aged narratives of (participant of a program for the Third Age (UNATI/UNESP- Campus of Assis)) about their aged bodies and it uses as estimated theoreticians authors of psychology, anthropology and social sciences integrating different fields to know, that in they allow them to reflect on what it is scene: the aged body, composed for the desire, for the suffering, for resignations. Body that shelters

and composes, together with its social and cultural reality, a subjectivity in constant development. The aesthetic one has great valuation in our society, praising and defining the human being to the beauty of the bodies, the productive capacity, the force, independence and to the purchasing power. The oldness - and the different faces of aging, in this context, starts to mean a resistance front in an individualistic, narcissistic society, that it demands that the aged one is mainly beautiful and young. Thus, it has of it reflecting and weaving a critical analysis on the experiences of the feminine aging, its effect in the subjectivity in the contemporary. To supply a clear and objective structure to the reader, we organize the narratives harvested in thematic Therapeutical Workshops and, after that, we brought our analysis and we referenced them.

KEYWORDS: Feminine aging; Contemporary; Narratives.

INTRODUÇÃO

“A vida é breve, mas cabe nela muito mais que somos capazes de viver.” “Nem a juventude sabe o que pode nem a velhice pode o que sabe” . (SARAMAGO, 2006, S/P). Tais frases são referências de José Saramago e a partir delas pensamos disparadores para uma introdução a questão na velhice na cena contemporânea.

As impressões e expressões da passagem do tempo, no contemporâneo, são associadas à velocidade; seja pela presença maciça e tão significativa do avanço tecnológico e dos interesses capitalistas que geram pessoas, desejos e manufaturas, seja pela imediatez que se apresenta em nossos dias, tal qual um líquido que escorre pelas mãos e evapora em um curto espaço de tempo.

Diante dessa ideologia produtivista a velhice é facilmente relacionada a decrepitude, fragilidade, pobreza e a privação. Sobre esta questão, Correa (2009, p. 28) afirma:

Atualmente, a regra é não envelhecer. Não somente a velhice por si só indesejável, mas a finitude humana também o é. Por isso, o envelhecimento permaneceu na orla social por tanto tempo como uma espécie de tabu, da ordem de um interdito em relação ao qual o silêncio seria o melhor aliado.(CORREA, 2009. p. 28).

Os dados demográficos nos auxiliam a tecer uma crítica ao conceito de velhice empregado no contemporâneo, e estes, nos indicam que o Brasil é um país de idosos. O aumento da expectativa de vida brasileiro acompanha a tendência mundial, reconfigurando o cenário social com novas demandas e novos desafios, trazendo a velhice para uma posição privilegiada nos lócus das discussões científicas. Pesquisas (BERQUÓ, 1999; VERAS, 2001; MYNAIO, 2011) realizadas em diferentes campos – Medicina, Antropologia, Psicologia, Sociologia, entre outros – apontam que os principais protagonistas do saudável envelhecimento da população são as inovações tecnológicas e científicas, com destaque para a indústria farmacêutica e as ciências da saúde, as quais contribuíram para uma maior longevidade humana.

De acordo com dados estatísticos oferecidos pela Diário Geral da União (2014)

(através ao acesso no endereço eletrônico: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>) a expectativa de vida do brasileiro é de 75,2 anos, sendo esta uma média nacional que contempla o estado de São Paulo (local de realização deste trabalho) em que mulheres vivem em média 7,2 anos a mais que os homens, alcançando a média de 78,8 anos.

Uma das principais características do fenômeno contemporâneo do envelhecimento, no Brasil (que acompanha a tendência mundial), gira em torno do eixo socioeconômico que, por sua vez, conduz à possibilidade de um prolongamento da vida e um maior convívio entre diferentes gerações.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a velhice se inicia aos 65 anos, nos países desenvolvidos, e aos 60 anos, nos países ainda em desenvolvimento. Uma importante ressalva realizada pela OMS condiz no reconhecimento de que a idade cronológica “não é um marcador preciso para as mudanças que acompanham o envelhecimento, aonde fazer revigorar políticas sociais abrangentes somente na idade cronológica pode ser discriminatório e contraproducente. Todos esses números apresentam um prefácio, anunciando um país com novas demandas e necessidades. Ainda conforme um relatório elaborado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) com representantes de cada continente, prevalece uma grande desinformação sobre a saúde do idoso e suas particularidades, configurando um desafio para as políticas públicas no século XXI. (OMS, 2005).

Os conceitos e representações sobre o envelhecimento estão condicionados ao ideal de ciência e sociedade moderna, com a periodização dos ciclos de vida, ou seja, estão vinculados ao contexto sócio-histórico da Modernidade (SILVA, 2008). Contudo, sob a perspectiva do ciclo vital, o envelhecimento é definido pela OMS (Organização Mundial de Saúde, 2005) como um processo biopsicossocial com mudanças complexas a níveis biológicos e fisiológicos (com consequências nos processos moleculares e celulares que aumentam a probabilidade de doenças), psicológicos (com possíveis processos de lutas e perdas) e sociais (com a aposentadoria, por exemplo). A complexidade do processo de envelhecimento se caracteriza pelo fato de que “essas mudanças não são lineares ou consistentes e são apenas vagamente associadas à idade de uma pessoa em anos”. (OMS, 2005, s/p).

Ou seja, o envelhecer é multideterminado, multifacetado. Segundo Beauvoir (1990), “ (...) é o que acontece as pessoas quando ficam velhas, impossível encerrar essa pluralidade em um conceito, ou mesmo uma noção”. (BEAUVOIR, 1990, p. 345). Contra a qualquer expressão reducionista e homogênea com a concepção da velhice, os estudos da autora apontam que o tempo e a maneira para se viver é moldado pela sociedade a que se pertence. Neste sentido, Beauvoir (idem), sublinha a necessidade de pensarmos na totalidade do indivíduo, em que os processos fisiológicos, psíquicos e históricos são inseparáveis e se influenciam mutuamente.

Neste sentido, o pensamento contemporâneo está envolto por ideais de uma estética de eterna juventude associam a felicidade, saúde e bem estar a cremes e procedimentos de congelamento do tempo, e, com eles temos a desvalorização da

velhice concretizadas no corpo através de inovações tecno-científicas de poder, que controlam de corpos e subjetividades. (DEBERT, 1999; TÓTORA, 2010; POCAHY, 2011).

Tais movimentos são direcionados em sua maioria a mulheres, e aqui se faz um campo específico de nossa análise: o olhar ao envelhecer através de um recorte de gênero.

Essa própria categoria, mulher idosa, é heterogênea, multifacetada, plural. Recorde-se as diferentes idosas que se vê na rua: pobres, ricas e remediadas; brancas, pretas e pardas; mais velhas, menos velhas, conservadas; bem femininas, ou, até, parecendo homens; sérias e ridículas. Que têm em comum que as identifique como o objeto de nossa análise? (BRITO DA MOTTA, 2011, s/p).

Ainda contando com o apoio de dados demográficos os estudos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa) de 2010 ressaltam uma maior predominância de mulheres e igualmente mais envelhecidas. Elas representam 55,7% dos idosos: um dado comparativo ilustra que, para cada 100 mulheres idosas, há 81,6 homens idosos. Esse fator é denominado por estudiosos como a “feminização da velhice”, enfatizando-se a necessidade de estudos de gênero, devido a seu caráter multifacetado para o fenômeno do envelhecimento (CAMARANO, 2003; NERI, 2014).

Pesquisas realizados por Camarano (1999; 2003; 2004;) retratam a existência de um maior número de viúvas em comparação a outras faixas etárias, evidenciando um dado arraigado a nossa cultura: o de que a maioria das esposas são mais jovens e esse dado também se associa a maior mortalidade masculina. Tal fator é explicado por especialistas devido ao “maior” cuidado feminino com a saúde devido a maternidade e também pelo fato que os homens estão mais suscetíveis a violência cotidiana por ocuparem em maior parte o espaço público e o mercado de trabalho.

Outra característica das idosas brasileiras está nos questionamentos de alguns papéis sociais. Segundo Goldani (1999), atualmente há um importante movimento de libertação dessas viúvas que não mais permanecem em um luto eterno, isoladas socialmente. Cada vez mais, elas conquistam uma velhice ativa, que ocupa espaços públicos e programas voltados a Terceira Idade, além de viagens, cursos e trabalhos remunerados temporários, busca por novos relacionamentos e por prazer (GOLDENBERG, 2014).

A viuvez, na maioria dos casos, representa ainda um importante fator no quesito econômico, com a expressiva maioria de mulheres que possuem a aposentadoria ou pensão herdadas de seu cônjuge, e as que possuem a própria aposentadoria ganham um valor menor comparado ao sexo masculino. Este fato apresenta sua complexidade ao relacionarmos que as idosas possuem, em número significativo, baixa escolaridade em comparação aos homens de mesma faixa etária. (CAMARANO, 1999; GOLDANI, 1999).

A idosa brasileira, segundo Camarano (2003), se apresenta como um agente de mudança social. Nesse cenário, muitas delas são chefes de família através do desenvolvimento de trabalhos fixos ou temporários, representando um suporte

econômico para suas famílias.

Outro aspecto do envelhecimento refere-se ao ambiente familiar. Neste espaço são reproduzidos em sua grande maioria violências e maus tratos a pessoas idosas, concentrando as estatísticas em mulheres idosas, onde o perfil dos agressores se concentra no filhos e noras das vítimas (Brito da Motta, 2009).

O contemporâneo traz para a velhice desafios e possibilidades para o velho e sua inserção ao meio social. A feminização da velhice nos apresenta idosas como agente de mudanças sociais, tais como: a maioria são chefes de família, viúvas, cuidadoras e estão ocupando cada vez mais espaços públicos (bailes, programas de assistência social, universidades) e buscando novos conhecimentos e novas experiências de vida (NERI, 2014).

Os dados estatísticos, em um primeiro momento, nos parecem trazer uma visão otimista do envelhecer feminino, especialmente do ponto de vista da maior longevidade da mulher. Entretanto, apesar de muitas conquistas, no contemporâneo, ser mulher e velha ainda representa uma dupla estigmatização e violência. Segundo a interpretação de Salgado (2002, p. 9): “A mulher idosa é universalmente maltratada e vista como uma carga. É parte de uma maioria invisível cujas necessidades emocionais, econômicas e físicas permanecem, em sua maioria, ignoradas”.

Dessa maneira, as duas categorias: ser mulher e ser velha, se apresentam para potencializar esse lugar de invisibilidade e exclusão. Os processos de subjetivação da velhice e da mulher produzem efeitos sobre a existência marcada pela imposição da beleza/juventude como sendo uma marca que faz circular melhor entre pares e outros setores da sociedade. Geralmente, as mulheres que “congelam o tempo” tem mais visibilidade, são mais destacadas e situadas como mais capazes e com mais acessibilidade a contextos de inserção econômicos, midiáticos, de trabalho e no campo social. A ideia de um corpo belo-jovem para a mulher tem muito mais força e imposição do que no universo masculino, colocando-as como inviáveis se não se parecerem jovens – enquanto sinônimo de viver bem.

A autora (Salgado, 2005) afirma, ainda, que a imagem de velhice desperta uma aversão aos mais jovens em relação ao envelhecimento, tanto por seus desafios físicos quanto sociais, culturais e econômicos, construindo uma sociedade orientada para a juventude, sexista e ageísta.

OBJETIVO

Nosso objetivo com este trabalho foi a reunião de narrativas de mulheres idosas participantes da UNATI sobre suas experiências no envelhecer, buscando refletir e tecer uma análise crítica sobre as vivências do envelhecimento feminino, seus efeitos – seja no corpo e também na subjetividade e desafios enfrentados no contemporâneo.

MATERIAIS E MÉTODOS

De abordagem eminentemente qualitativa esse trabalho reúne narrativas de idosas colhidas em intervenções nas Oficinas terapêuticas que se realizaram com participantes da UNATI (Universidade Aberta à Terceira Idade) realizados no campus da UNESP em Assis-SP. A UNATI é um programa institucional vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, de caráter multidisciplinar e permanente, no qual são oferecidos diversos cursos e oficinas voltados para a comunidade local acima dos 60 anos de idade. No campus da UNATI-UNESP Assis, o projeto existe há 24 anos e atende uma média de 230 idosos anualmente. O referido programa visa a inserção de idosos no campus acadêmico com o oferecimento de atividades didáticas, artístico- culturais e de saúde que propiciam o acesso a novos conhecimentos e interesses do segmento etário através de um espaço de convivência e troca de experiências entre gerações.

As Oficinas de Psicologia fazem parte da programação de atividades da UNATI com o nome “Encontros com a Terceira Idade” e têm como objetivo construir um espaço coletivo para troca de experiências e cenário para expressões e anseios acerca da velhice. Oficinas são estratégias de promoção de saúde, auxiliando no processo de envelhecimento tanto no que condiz aos seus desafios bem como em descobertas de potencialidades, especialmente no contexto grupal (DEBERT, 2004; YASUDA, SILVA, 2010; CORREA, JUSTO, 2010; CORREA, JUSTO, ROZENDO, 2013;).

Neste espaço, buscamos disparar perspectivas e narrativas de mulheres idosas no tangente ao envelhecimento de seus corpos. Tais trechos de histórias foram compilados durante a realização de oficinas durante o ano de 2018, as quais são descritas e analisadas sob o viés do diálogo entre psicologia, antropologia e ciências sociais na sequência. Considerando que o indivíduo é um sujeito histórico, imerso em uma cultura, um ator social e também narrador de suas histórias, transmitindo-as de geração em geração, as narrativas surgiram com o objetivo de buscar explicações para a origem da Humanidade e o lugar do homem no mundo, significando a experiência humana.

Este caminho metodológico viabilizou que experiências, sentidos e significações fossem apresentados e interpretados. O recurso metodológico da narrativa permite ao pesquisador aliar ao seu tema de pesquisa uma concepção de indivíduo e de ciência, considerando-o como um “construtor de significados” (HENRIQUES, 2000).

Fonte (2006) nos diz que, por definição, a narrativa é considerada um elemento central por dar voz à experiência do indivíduo, organizando pensamentos e identidades, um conhecimento intrínseco a experiência do existir. “A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem que lembrar. É a sua memória. (BOSI, 1994, p. 68).

Benjamin (1994) nos traz mais uma associação ao ato de narrar: a valorização das experiências através da memória, pois ao buscar lembranças e partilha-las em grupo, estamos criando uma história não só individual, mas social. Assim, quando

se conta uma história, o narrador passa a construir uma história coletiva com seu ouvinte e cada uma a sua maneira associa fatos, afetos e emoções ao conteúdo, imprimindo sua identidade, “como Bosi (1994) assinala que a pesquisa com a velhice é um campo em potencial para a composição de múltiplas vozes e significados através da metodologia narrativa e da psicologia:

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra -se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com característica bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis. (BOSI, 1994, p. 60).

Portanto, a narrativa nos permitiu buscar histórias narradas por mulheres idosas, compilando experiências e memórias, produzindo novos saberes e conhecimentos, numa inter-relação entre indivíduo e sociedade, estando também em consonância com uma política de narratividade, baseados em princípios éticos e com pressupostos científicos que nos permitem um posicionamento enquanto pesquisadores e pesquisados, valorizando a toda a experiência intrínseca a produção do conhecimento.

E, um dos efeitos da passagem do tempo pode trazer é contornar caprichosamente os corpos, imprimindo-os rugas, lembranças, marcas, cicatrizes. Mudanças concretas de um tempo que também é simbólico e complexo, tal como os questionamentos de Rita Maria (66 anos, lembrando que os nomes das participantes são fictícios a fim de preservar eticamente as mesmas.): “*Como aprender a envelhecer? Esse processo de velhice é triste! Qual a beleza da pele enrugada ? Mas pra mim o grande aprendizado é não se comparar, querer ficar adaptando o corpo a um modelo de juventude, de beleza, acho que o grande pecado da humanidade é a velhice*”.

Como apresentado na fala da participante, os efeitos do tempo tornaram-se sintomas para nossas entrevistadas, dentre tais, foram unânimes as prerrogativas que associavam o envelhecimento corporal a questões discriminatórias e preconceituosas. Após muitas análises, nos questionamos: quantos desafios a subjetividade feminina enfrenta ao longo da vida? Essa questão nos levou a refletir acerca das temáticas do envelhecimento, do feminino e dos processos de luto – sejam concretos ou simbólicos – frente a uma sociedade contemporânea que cultua a juventude.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Perdas e ganhos no processo de envelhecimento são questões que envolveram e afetaram muito as participantes.

As narrativas de Sandra (72 anos) e Marina (64 anos) imprimem e reproduzem discursos produzidos sociais e culturalmente de uma velhice permeada por dissabores e sofrimentos, definindo o envelhecer com perdas intensas e frequentes: “*O meu envelhecimento, pelo menos hoje como eu vejo, como eu me preocupo muito de como as pessoas estão me vendo e o que pensam de mim como velha*”. E, de acordo, com

Marina: *“Me identifico muito com mulheres que são guerreiras mas no fundo ainda tenho muita insegurança com o envelhecimento, não queria ficar velha, chorei muito, por que quem quer uma velha por perto?”*.

Indagamos se equalização entre perdas e ganhos pode ser possível. Se de um lado alguns atributos são perdidos outros só podem ser somados através da experiência vivida em anos, como nos conta Ivete (71 anos) sobre suas vivências: *“Sou muito mais feliz e livre na velhice, minha juventude, casamento e vida adulta foram de proibições agora sou livre e essa liberdade me faz ver beleza no meu corpo envelhecido”*. Torna-se importante ressaltar que Ivete também falou de limites e perdas, contudo com o passar dos anos pôde simbolizar e interpretar os sinais do envelhecimento.

O envelhecimento masculino e o feminino são vivenciados de maneiras distintas, ainda que vivam em um mesmo contexto social e cultural. Contudo, podemos observar que as experiências do envelhecer feminino se tornam mais complexas e problemáticas do que a de homens velhos. Tal questão também nos traz registros históricos de padrões de beleza e culto à juventude impostos desde a infância de nossas entrevistadas, onde cabe a mulher obedecer o imperativo de não envelhecer recorrendo a produtos e procedimentos que lhe garantam uma aparência bela, ou seja, uma aparência jovem. Fatos estes comprovados e elucidados Ana: *“Os homens se ficam com o cabelo branco está charmoso, se a mulher ficar está desleixada, doente, feia. A cultura é machista e com velhos é pior”* – Ana Maria, 68 anos.

O tom de pesar impregnado na voz de Virgínia (65 anos) ao pronunciar sua experiência nos alerta para a violenta reprodução de discursos que caracterizam o corpo envelhecido enquanto abjeto e também para o sofrimento causado pela ditadura da beleza jovial: *“Um homem me olhou e disse você está velha e feia, era tão bonita, somos cobradas pelos outros, pelo social, use isso, use aquilo, mas não me perguntam se estou me sentindo bem?!”*.

Ivete, Rita Maria, Virgínia, Sandra e Marina (assim como tantas) são retratos de uma sociedade ageísta, que desencanta os corpos de sua potências simbólicas visando códigos de “boa aparência”. De acordo com Sibilia (2014), a autora nos adverte que apesar de tantas evoluções e aumentada expectativa de vida “novos tabus e pudores converteram a velhice num estado corporal vergonhoso (...) as ruga constituem uma afronta à tirania da pele lisa sob a qual vivemos” (SIBILIA, 2014, p. 83).

Os olhares e falas dirigidos a Rita Maria nos fazem questionar o quanto é o olhar do outro – seja um indivíduo ou até de uma sociedade – que lhe atribui o envelhecer. Como já nos apontou Simone de Beauvoir (1990) em sua construção, velho “é sempre o outro”, ou seja, é o exterior que nos demarca enquanto envelhescentes e, ainda ressaltamos, o quanto este olhar pode ser estigmatizante e estereotipado. Assim nos relata: *“As rugas são sociais, tenho sempre alguém que me coloca no lugar de velha, mas não no lugar de respeito, mas de defeito”*. As histórias de Rita nos auxiliam a contrapor o quanto as experiências de envelhecer são singulares, em que cada uma imprime seu universo interno, mas também múltiplas, em que a realidade objetiva

se concretiza. Contudo, o estranhamento de se “ver” envelhecida se dá justamente pelo desencontro entre as realidades interna e externa. (BEAUVOIR, 1990, MUCIDA, 2017).

Além de imperativos do mercado da beleza, as mulheres também são marcadas por imperativos da indústria da moda que fragmentam seus corpos com *looks* que são precisamente estipulados a cada faixa etária. Mirian Goldenberg (2014) aponta que estamos em uma fase de transição de conceitos e costumes, mas que as marcas deixadas por tais preceitos ainda devem ser combatidas por muitos anos. Sandra (72 anos) e Marina (64 anos) nos contaram: *“Não tem moda para a terceira idade. O que tem é tudo que não combina, como se não precisássemos de roupa”*, Marina concorda: *“O que tem roupa de vó, e vó usa qualquer coisa”*. Virgínia (65 anos) sempre nos fez questão de dizer que sabia costurar e que ela ditava suas roupas, sua moda e que isso só foi conquistado na velhice.

E nossas participantes representantes da velhice transmitiram o quanto o envelhecimento belo, saudável e prazeroso é possível. Nas palavras de Ivete (71 anos): *“Meu corpo gordinho me mostra o quanto sou feliz hoje, e o quanto no envelhecimento que conquistei minha liberdade e o prazer em viver de acordo com o que quero, com minhas escolhas”*. Já Rita Maria (66 anos) encontrou na velhice seu conceito de beleza: *“Tem dias em que eu acordo e me olho no espelho e penso “estou bonita, aliás, acho que o tempo me fez bem, estou muito bem hoje”*. Suas falas vão de encontro com pesquisas (GOLDENBERG, 2014; NERI, 2013; VERAS, 2014) que militam e consolidam o processo de envelhecimento com olhares transformadores, capazes de buscar soluções, políticas públicas e alternativas para a conquista do bem estar de velhas e velhos brasileiros. Afinal, assim como poetiza Ivete: *“Temos que agradecer por chegar a velhice, antes eu só tinha necessidade, agora tenho vontades... os contratempos me ensinaram que idade é apenas número...os encontros satisfação. Não tenho tempo para rugas”*. Marina (64 anos) nos relata que seus filhos e noras sempre tentam tutelar seus desejos, interditando suas experiências, contudo nossa participante nos repetia em voz alta: *“ Minha vida é muito melhor após ter ficado viúva, já tive cabresto de pai e marido, de filho não”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Almejamos com esse trabalho reunir narrativas de mulheres idosas a respeito do envelhecimento a partir do envelhecimento corporal e com elas interpretar e realizar uma análise crítica dos preceitos difundidos sobre a velhice no contemporâneo, dos aspectos concretos aos simbólicos. Através de vivências e experiências foi possível apreender o quanto a sociedade e a cultura reproduzem um discurso normatizador, excludente e estigmatizante para mulheres e em especial idosas. Cabelos brancos, marcas de expressão, ter a pele mais flácida podem trazer surpresas e sustos as

nossas participantes, mas o olhar do outro, como nos assevera Beauvoir (1970) é que deixa marcas profundas na subjetividade, ou seja, no contemporâneo, envelhecer é um sintoma a ser combatido se quaisquer precauções e preocupações com suas consequências. O corpo para algumas ciências e indústria do consumo seguem um padrão estético de perfeição e jovialidade que destroem e encarceram subjetividades e, principalmente, não aceitam as velhices, que por sua vez são estigmatizadas e colocadas à margem da sociedade. Como nos traz uma participante: “*O pecado da humanidade é envelhecer*”. Almejamos que tais narrativas sejam ouvidas por profissionais e ciências atentas ao cuidado de uma velhice digna e respeitada, lembrando a importância do desenvolvimento de pesquisas e propiciar discussões políticas sociais e o quanto a Psicologia é um potente vetor de forças para buscarmos uma sociedade mais justa, responsiva, igualitária e respeitosa com a velhice.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras Escolhidas** v.1, 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 197-221 (escrito em 1936 sob o título *Der Erzähler: Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskows*).

BERQUÓ, E. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: NERI, A. L. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999, p. 11-40.

BRITTO DA MOTTA, A. **Violência contra as mulheres idosas – Questão feminista ou questão de gênero?** Rio de Janeiro, Congresso da LASA, 2009.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, A. A. Mulher Idosa: suporte familiar ou agente de mudança. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, IPEA, p. 35-64, 2003. CAMARANO, A. A. (Org.). **Como vive o idoso brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CORREA, MR. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 125 p. ISBN 978-85- 7983-003-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CORREA, M. R.; JUSTO, J. S. Oficinas de Psicologia: memória e experiência narrativa com idosos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 1, n. 2, dez. 2010, p. 249-256.

_____; JUSTO, J. S.; ROZENDO, A. S. **Os desafios da Psicologia frente ao envelhecimento populacional**. In: EMÍDIO, T. S.; HASHIMOTO, F. A Psicologia e seus campos de atuação: demandas contemporâneas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 15-50.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 1999.

DEBERT, G.G. Gênero e envelhecimento. **Estudos Feministas**, 2 (3), pp. 33-55, 2004.

FONTE, C. A. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. **Psicol. teor. prá.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 123-131, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872006000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 jul. 2017.

GOLDANI, Ana Maria. “Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros”. Em CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro, Ipea, 1999, pp. 75-114.

GOLDENBERG, M. (org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HENRIQUES, M. **Narrativas e agorafobia: construção e validação de uma narrativa protótipo**. Dissertação (Doutoramento em Psicologia)—Universidade do Minho, Braga, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados da Amostra do Censo Demográfico**. (2010). Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: juh. 2018.

MINAYO, M. C. S. Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida brasileira. In: TRENCH, B; ROSA, T. E. da C. (Org.). **Nós e o Outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011.

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice**. 2 ed. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2017.

NERI, A. N. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas: Alínea, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

POCAHY, F. A Idade: um dispositivo. A geração como performativo. *Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade*.

Polis e Psique, Vol.1, Número Temático, p. 195-210. 2011.

SALGADO, C. D. S. A mulher idosa: feminização da velhice. **Estud.**

interdiscip. envelhec., Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SARAMAGO, J. **As pequenas memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SIBILIA, Paula. O corpo velho como uma imagem com falhas: A moral da pele

lisa e a censura midiática da velhice. In: **Revista Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo. Impresso), v. 9, p. 83-114, 2012.

TÓTORA, Silvana. Apontamentos para uma ética do envelhecimento. **Revista Kairós : Gerontologia**, [S.l.], v. 11, n. 1, jan. 2010. ISSN 2176-901X. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2509>>. Acesso em: 24 out. 2018.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 155-168, jan-mar 2008.

SILVA, C. C. F. M. e. **Os avós e os netos**: um encontro de diferentes tempos verbais. 2014. 113 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/113799>>.

VERAS, R. **Desafios e conquistas advindas da longevidade da população: o setor saúde e suas necessárias transformações**. In: VERAS, R. (Org.) Velhice numa perspectiva de futuro saudável. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2001, p. 11-32.

YASSUDA, M. S.; SILVA, H. S. Participação em programas para a terceira idade: impacto sobre a cognição, humor e satisfação com a vida. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 27(2), 207-214, abril – junho 2010.

A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Gabriel Pancera Aver

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Foz do Iguaçu- Paraná

RESUMO: Buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. Para contemplar tal objetivo, esta pesquisa se dedica em reconstruir o conceito de democracia e representação por meio de duas correntes do pensamento político quase que antagônicas, a saber, a democracia deliberativa e o pensamento elitista, bem como utilizando os conceitos de democracia, paixões e vontades em Thomas Hobbes. A partir desta reconstrução conceitual estabeleceu-se um diálogo entre a concepção da democracia como um processo de construção contínua e os diversos desafios que são enfrentados ao longo desta construção política. Para isto, os elementos levantados por Luis Felipe Miguel (2014) são centrais para corroborar no desenvolvimento do debate ao qual este estudo se propõe. Por meio desta análise, é possível refletir sobre os desafios enfrentados pela democracia representativa

e sobre os resultados que este processo de construção contínua acarreta, perpassando questões como a apatia política, a crise do sentir-se representado e a participação da sociedade civil nos ambientes de deliberação política.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Representação, Crise democrática, Deliberação e Participação.

ABSTRACT: This article seeks to analyze in detail three challenges faced by representative democracy: the difficulty of separating representatives and represented, the formation of a political elite separated from the masses and a break in the link between the will of representatives and those represented. In order to contemplate this objective, this research is dedicated to reconstructing the concept of democracy and representation through two almost antagonistic currents of political thought, namely, deliberative democracy and elitist thinking, as well as using the concepts of democracy, passions and wishes in Thomas Hobbes. From this conceptual reconstruction will establish a dialogue between the conception of democracy as a process of continuous construction and the various challenges that are faced throughout this political construction. For this, the elements raised by Luis Felipe Miguel (2014) are central to corroborate in the

development of the debate to which this study is proposed. Through this analysis, it is possible to reflect on the challenges faced by representative democracy and the results that this process of continuous construction entails, such as political apathy, the crisis of feeling represented and the participation of civil society in the environments of political deliberation.

KEYWORDS: Democracy, Representation, Democracy Crisis, Deliberation and Participation.

1 | INTRODUÇÃO

Retomar os aportes teóricos de Pitkin (1989) é um exercício fundamental para compreender a complexidade do conceito de representação. Ao retomar as palavras da “família” do termo “*represent*” em inglês, Pitkin (1989) afirma que essas não são capazes de corresponder corretamente ao mapa semântico da representação, ou seja, pela representação ser “um fenômeno cultural, político e fundamentalmente humano” (PITKIN, 1989, p.16), não pode ser expresso em sua totalidade pelos termos derivados à palavra “*represent*”, pelo fato de que “não corresponde bem ao “mapa semântico” de termos cognatos até mesmo em outros idiomas muito próximos ao inglês” (PITKIN, 1989, P.16).

Pitkin (1989) afirma que ainda que os gregos tivessem instituições e práticas que hoje nós denominaríamos como “representativas”, não possuíam um termo linguístico específico para tratar da representação, tendo em vista que o termo é de origem latina, “embora também em latim seu significado original não tivesse a ver com agência, governo, ou quaisquer instituições da vida romana que poderíamos considerar como exemplos de representação.” (PITKIN, 1989, p.18). Em latim a palavra “*repraesentare*” significa “tornar presente ou manifesto; ou apresentar novamente” e, como destaca Pitkin (1989) seu uso mais comum fazia referência a objetos inanimados.

Pode significar torná- los literalmente presentes, trazê-los à presença de alguém. Também pode significar apresentar-se à corte em resposta a uma convocação; literalmente, tornar-se presente. Pode significar também tornar presente uma abstração em um objeto, ou por meio dele, como ocorre quando uma virtude parece encarnada na imagem de certo rosto. E pode significar a substituição de um objeto por outro – em vez do outro –, ou a antecipação de um evento, trazendo-o para o presente. Pode significar “desempenhar imediatamente” e mesmo “pagar em dinheiro”. (PITKIN, 1989, p. 20).

Por meio da reconstrução semântica do conceito de representação desenvolvido por Abbagnano (2007) é interessante ainda destacar a concepção da ideia de representação medieval, isto é, a representação relacionada à ideia de imagem. Neste sentido, o autor destaca ainda a perspectiva de Tomas de Aquino que descrevia a representação como o “conter a semelhança da coisa” (ABBAGNANO, 2007).

A partir desta breve reconstrução semântica lança-se o debate da representação à contemporaneidade e, deste modo, aponta-se que ao se pensar as questões da

representação na política hodierna surgem diversos desafios. Estes impasses, seguindo o desenvolvimento teórico de Miguel (2014) podem ser agrupados em dois pontos centrais, a saber, a dificuldade em separar representante e representado e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e dos representados.

Em relação ao primeiro aspecto, é fundamental aclarar o conceito de governante aqui utilizado, sendo este “aquele que exerce de fato a soberania que pertence nominalmente ao povo” (MIGUEL, 2014). Sendo assim, o primeiro obstáculo teórico ao qual se deve enfrentar é a relação entre o conceito primário de democracia, isto é, uma concepção democrática como regime político no qual o povo exerce a soberania, e a concentração da tomada de decisões nas mãos de um pequeno grupo “representativo”. Neste sentido, o segundo aspecto faz referência à que um grupo de governantes tende a exercer permanentemente o poder, sendo que, a separação entre representantes e representados “tende a seguir de perto as clivagens (...) da desigualdade social” (MIGUEL, 2014). Nesta perspectiva, os debates levantados por Michels (1911) em relação à chamada “lei de ferro das oligarquias” tornam-se centrais. O terceiro aspecto a ser tratado de forma mais aprofundada ao longo deste trabalho se refere às condições sociais diferentes (diferenciação funcional), ou seja, a produção de interesses distintos dos interesses da base e a criação de uma nova identidade distinta da dos representados (MICHELS, 1911).

O esforço em compreender os desafios da democracia e entendê-la como processo de construção histórico é fundamental pela relação perigosa que a dicotomia entre o ideal democrático e a prática democrática tende a levantar, ou seja, quando se perde a noção da democracia como processo e a noção histórica na qual ela está inserida, há uma tendência de apontá-la como insuficiente e, nesses apontamentos, tendem a surgir discursos antidemocráticos que convergem muito com as concepções da corrente de pensamento elitista a seguir apresentada.

Busca-se agora analisar a representação em duas correntes de pensamento antagônicas em sua essência, a saber, a corrente da democracia elitista e da democracia deliberativa. A reconstrução do conceito de representação dentro destas duas perspectivas teóricas tem como objetivo demonstrar uma divisão fundamental dentro do pensamento político no que diz respeito à representação, ou seja, busca analisar dois extremos da concepção de representação, sendo eles, a impossibilidade de participação direta e a impossibilidade de se representar ao outro.

Esta escolha epistemológica leva em consideração o recorte utilizado por Miguel (2014), tendo em vista que esta pesquisa busca corroborar no debate realizado pelo autor sobre os desafios da democracia representativa, bem como analisar a democracia como um processo de construção contínua. Entretanto, sabe-se que esta não é a única percepção teórica sobre o conceito de representação e sobre o conceito de democracia.

2 | O DILEMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A ideia da democracia como um dilema entre participação e representação fundamenta-se na ideia dos conceitos de democracia e de representação serem campos teóricos e políticos em disputa, isto é, a necessidade de ampliação da participação popular direta nas deliberações políticas e, ao mesmo tempo, a necessidade de organização política para que as demandas sejam absorvidas e gerenciadas pelas instituições administrativas. Em outras palavras, esse dilema fundamenta-se na ideia de que a participação direta de todo o *demos* nas deliberações políticas é inviável (teoria elitista da democracia) e na concepção da necessidade de uma maior abertura dos espaços de tomada de decisão política para que o *demos* delibere sobre ele mesmo, isto é, a incapacidade de se representar a outro (teoria democrática deliberativa). Este antagonismo essencial entre estas duas correntes de pensamento é o que este trabalho denomina como binômio em disputa da democracia.

Este trabalho busca primeiramente resgatar os fundamentos das duas correntes de pensamento apresentadas (elitista e deliberativa) sobre a democracia para dar maior fundamentação teórica ao debate proposto.

2.1 A representação na corrente de pensamento elitista

A convencionalmente chamada teoria elitista da democracia parte do pressuposto fundamental de que em nenhum regime chamado de democrático o povo realmente governa, isto é, que as decisões políticas são tomadas por uma minoria fechada, onde, para os principais autores desta corrente, a saber, Pareto (1953), Michels (1911), Mosca (1939), o fundamento da elitização das deliberações políticas consiste na desigualdade natural dos homens.

Nesta concepção, como bem introduz Miguel (2014), Nietzsche (1918) coloca a vontade de poder como o fundamento que deve guiar as ações humanas, isto é, a “sede de dominar, de fazer-se mais forte” (NIETZSCHE, 1918 [1902], v.2, p 121-36). Deste modo, divide a sociedade em dois grandes grupos, a saber, os com vontade de poder e os demais. A partir deste pressuposto afirma como imoral julgar a igualdade entre os homens e o dever de respeitar a hierarquia natural entre os sujeitos.

Nesse mesmo espectro teórico, Pareto (1953) afirma que as ações humanas estão carregadas por um caráter irracional e que a elite social possui um grau máximo de capacidade de agir racionalmente (PARETO, 1953 [1916]). Deste modo, muito próximo à separação estabelecida por Nietzsche (1918), destaca a elite como uma constante universal das sociedades possuidoras de astúcia e de força (disposição de uso) para governar.

Estabelecendo um diálogo muito próximo ao de Pareto (1953), Mosca (1939) afirma a desorganização da maioria (massas) e afirma sobre esta característica a impossibilidade desta governar e, nesta perspectiva, Michels (1911) postula a lei de ferro da oligarquia, afirmando que toda organização tende a oligarquização, pois caminha à

burocratização e, vai além, afirma o poder como essencialmente conservador.

Deste modo, é possível perceber como a relação entre representantes e representados se constrói dentro do pensamento teórico elitista. Primeiramente, a separação entre estas duas categorias da representação está fundamentada no discurso de desigualdade natural do homem e, conseqüentemente, reflete na concepção de democracia desenvolvida por estes autores, isto é, a proposição de uma democracia limitada, pois, “se as desigualdades são inatas devem ser respeitadas” (GASSET; ORTEGA, 1920).

Sendo assim, a representação política é concebida como uma característica fundamental da natureza humana. Para parte dos autores desta corrente teórica, como, por exemplo, Pareto (1953) e, em maior grau, Mosca (1939), a desigualdade reside no grau de capacidade natural de tomada de decisões –ações- racionais e, em contrapartida, em outros autores, como, por exemplo, Michels (1911) não concebe a oligarquia elitista como uma minoria autoinstruída, ou seja, já percebe “o exercício do poder político por conta de qualidades distintivas que as colocam em posição superior de forma quase automática” (MIGUEL, 2014), ainda que, mesmo percebendo algo que seus contemporâneos não conseguiram, manteve uma linha de argumentação e de alternativa política semelhante.

Deste modo, a naturalidade da desigualdade dos sujeitos fundamenta a argumentação da estrutura de divisão da sociedade entre uma elite governante e uma maioria governada. Podemos afirmar que a representação dentro do pensamento político elitista está fundamentada na disposição de maior capacidade ou, usando o conceito de Nietzsche (1918), de vontade de poder.

Nesta perspectiva, a representação não está vinculada com princípios de autorização, como teoriza Pitkin (1967), tendo em vista que não se estabelece a relação de uma permissão de representar por parte da maioria a uma minoria. Porém, por não ser caracterizado como um mecanismo de autorização tende-se a aproximar a ideia de representação dentro desta corrente do pensamento à concepção de delegação, onde o sujeito entrega a responsabilidade do agir e do pensar o coletivo a um terceiro, desprendendo-se desta responsabilidade e sem necessariamente esperar uma “prestação de contas” por parte deste representante.

Neste sentido, a relação de delegação torna-se ainda mais complexa tendo em vista que esta relação de representatividade é baseada na ideia de que o representado concede seu pensar e agir ao representante. Porém, para a corrente elitista, quem percebe o menor grau de capacidade das massas de pensar e agir racionalmente visando o bem coletivo é o próprio sujeito –elite- que dispõe deste maior grau. Deste modo, afirmar uma relação “pura” de delegação também é um equivoco, tendo em vista que a delegação neste caso se estabelece através do discurso de superioridade emitido pelo próprio sujeito superior em capacidade. Neste sentido, a delegação se estabelece, no âmbito teórico desta corrente de pensamento, de forma inversa, ou seja, do representante –mais capacitado- ao representado - menos capacitado-.

Essa perspectiva de inversão da relação de delegação é fundamental, pois se baseia na ideia de que quem tem consciência do que é mais favorável para si e para o seu redor é o próprio sujeito. Porém, ao emissor do discurso de diferença natural dos graus de capacidade aquele indivíduo não possui consciência do que é melhor para si mesmo e, deste modo, a representação a partir da concepção de desigualdade natural é fundamentada através da hermenêutica do próprio emissor do discurso desta desigualdade. Assim sendo, os sujeitos (maioria) menos capacitados não são levados em consideração se quer na relação de consciência à delegação do seu pensar e agir em coletivo a uma elite mais capacitada.

Deste modo, tampouco faz referência à *accountability*, tendo em vista que a minoria com maior capacidade e/ou vontade de poder tem maiores possibilidades de compreender quais são as melhores deliberações e as melhores ações a serem tomadas por determinada sociedade e, deste modo, não se traça um diálogo responsivo entre representado e representante. Nesta perspectiva, fundamenta-se a ideia de que a comparação entre as massas e a elite como conjunto de sujeitos iguais é uma imoralidade (NIETZSCHE, 1918).

Portanto, pode-se perceber uma grande descrença no regime democrático e na construção de uma vontade coletiva dentro do pensamento elitista e, conseqüentemente, o conceito de representação se “esvazia”. “Não há, portanto, nenhum espaço para *accountability* e prestação de contas, sendo a concepção elitista esvaziada de qualquer dimensão normativa do regime democrático” (MIGUEL, 2014).

2.2 A representação e a democracia deliberativa

De modo quase que completamente divergente da concepção analisada anteriormente, o pensamento construído em torno da democracia deliberativa tende a um apreço pela razão humana. Como construção teórica crescente a partir da década de 1980, em suma, a democracia deliberativa “julga que as decisões políticas devem ser tomadas por todos que estarão submetidos a elas, através do ‘raciocínio público e livre entre iguais’” (MIGUEL, 2014). Dentro desta corrente do pensamento democrático resgatam-se os aportes de Habermas (1981) e a influência da concepção de justiça de Rawls (1971) para a construção da teoria deliberativa.

A teoria da ação comunicativa (HABERMAS, 1981) parte da idealização do entendimento mútuo por meio do diálogo e da construção na esfera pública das preferências coletivas mediante a interação e a participação direta entre os sujeitos. Nesta perspectiva a autonomia é uma característica central, ou seja, o próprio coletivo deliberando sobre si mesmo tem a responsabilidade de produzir as normas sociais daquele grupo.

A ação comunicativa está baseada em três premissas fundamentais, a saber, o consenso, a consideração apenas de argumentações racionais e a apresentação de toda e qualquer contribuição pertinente ao debate. Deste modo, as eleições

contribuiriam para atomizar ainda mais os sujeito reduzindo assim a efetividade de identidades coletivas (MIGUEL, 2014). Neste sentido, a deliberação estaria respaldada no que Habermas (1981) caracteriza como aspectos inerentes à natureza da linguagem, a saber, a ausência de repressão, na igualdade entre os falantes e na busca pelo consenso.

Nesta perspectiva, a democracia deliberativa consiste então na construção conjunta das preferências de coletivo mediante a interação e o diálogo buscando o consenso via deliberação face a face de um grupo de indivíduos autônomos sobre eles mesmos. Além disso, esta perspectiva de democracia parte fundamentalmente do pressuposto da disposição dos indivíduos à política e assume a apatia política como um reflexo da ausência de oportunidades de participação.

Dentro desta abstração desenvolvida por Habermas (1981), a representação é descartada, ou seja, partindo do pressuposto da deliberação como base da construção conjunta das preferências, a representação é descartada tendo em vista que o sujeito obrigatoriamente necessita estar presente deliberando em busca da construção de um consenso. “O problema é que a comunicação face a face é um modelo impróprio para o entendimento política, exatamente por descartar a questão da representação (...) a representação torna-se ineludível” (MIGUEL, 2014, p.77).

Em relação às capacidades e a autonomia dos indivíduos a colaboração de Nussbaum (2013) com a formação humanista é essencial:

Para lograr una sociedad libre y democrática, la lucha por la libertad y la igualdad debe librarse primero dentro de cada individuo, pues es allí donde se enfrentan “la comprensión y el respeto con el miedo, la codicia y la agresividad narcisista (Nussbaum, 2013, p. 54).

Por meio desta citação pode-se compreender o desenvolvimento das capacidades que podem, em última instância, influenciar na construção do coletivo inicia em uma “esfera mais íntima” (POSADAS, 2016) e, com isto, a educação humanista seria fundamental para “fomentar uma democracia humana e sensível dedica a promover as oportunidades da vida, a liberdade e a busca por felicidade para todos” (NUSSBAUM, 2013, p. 48). Sendo assim, a formação humanista dentro da democracia liberal esta profundamente arraigada a concepção de autonomia e formação das capacidades individuais.

De modo similar Rawls (1971) desenvolve uma crítica à concepção utilitarista do conceito de justiça e afirma que o que faz a sociedade justa é o consenso dos governados, tendo em vista que este consenso seria gerado em uma posição de neutralidade sobre a posição social de cada indivíduo. Nesta concepção, parte dos pressupostos de análise da justiça na estrutura da sociedade para postular a necessidade dos indivíduos, quando reunidos em uma assembleia para deliberar conjuntamente sobre algum ponto de interesse coletivo, de caírem sob um “véu da ignorância” o qual neutralizaria a consciência da posição do indivíduo na estrutura social ao deliberar sobre qualquer objetivo (RAWLS, 1971).

Neste sentido, afirma os indivíduos como sujeitos racionais capazes de deliberar sobre si mesmos e, ao conceber o conceito de véu da ignorância, busca neutralizar as diferenças individuais de cada sujeito dentro da estrutura da sociedade com a finalidade de construir uma vontade coletiva a partir da deliberação direta dos sujeitos. (RAWLS, 1971).

Deste modo, é possível perceber a representação política dentro da teoria democrática deliberativa como uma condição do indivíduo quase que inalienável e, neste sentido, se aproximando da concepção de que o sujeito deve participar diretamente das deliberações que lhe dizem respeito, rompendo com a concepção de representação política.

2.3 Dos desafios da representação

Busca-se aqui, a partir da reconstrução do conceito de democracia e do conceito de representação elaborados anteriormente, aprofundar os debates que cerceiam as problemáticas referentes ao processo de construção da democracia, tendo em vista que, como apresentam Prado, Soares e Colombo (2007), não é uma condição política dada e estática, isto é, é um processo que se constrói permanentemente. Para tal objetivo, retomam-se as duas problemáticas centrais presentes na obra de Miguel (2014) anteriormente apresentadas, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a vontade dos representados

2.3.1 A separação entre representantes e representados

Para corroborar no debate desenvolvido por Miguel (2014) em relação à dificuldade de separarmos representantes e representados retomam-se os conceitos de representação e de multidão postulados por Thomas Hobbes (1911).

Para o Hobbes (2014) [1651] existem dois tipos de pessoas, a saber, pessoas naturais e pessoas artificiais. Uma pessoa define-se como “aquele cujas palavras ou ações são consideradas quer como as suas próprias, quer como representando as palavras ou ações de outro homem, ou de qualquer outra coisa a que sejam atribuídas” (HOBBS, 2014 [1651], p. 138), deste modo, compreende-se o conceito de pessoa natural como àquela qual representa com palavras e ações próprias – autor-, concebendo esta como uma emissora potencialmente representada e, de outro modo, podemos compreender o conceito de pessoa artificial aquela cujas ações e palavras pertencem àqueles a quem representam- atores-, isto é, são representantes que agem por autorização e se caracterizam como transmissores das ações e/ou palavras de um ou mais autores.

Sendo assim, pode-se afirmar a luz das perspectivas teóricas de Hobbes (2014) [1651], que personificar é representar e que a representação pode ser definida como

portar um personagem. Neste sentido, “uma pessoa é o mesmo que um ator, tanto no palco como na conversação corrente” (HOBBS, 2014 [1651] p. 57). Hobbes afirma ainda que os atores agem por autorização. Esta afirmação está baseada na perspectiva de que autorização é o direito de agir. Ou seja, autores e atores pactuam sob um vínculo de autorização, como desenvolvido teoricamente no capítulo 14 do *Leviatã*.

Neste sentido, quando referente a uma multidão, entendendo esta como muitos autores, o pacto de autorização pode ser feito através do voto, sendo que, o voto da maioria representa a totalidade da multidão. Isto é, a multidão se torna uma só pessoa (povo) quando é representada por um só homem ou uma assembleia de homens (soberano), de maneira que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem esta multidão. Deste modo, estes muitos autores conferem sua autoridade em particular ao representante (soberano) e a cada um desses pertence todas as ações praticadas pelo representante dentro dos limites impostos – ou não- pelo pacto de autorização.

Nesta perspectiva, a representação é possível sob um pacto de autorização estipulado e determinado entre os autores e atores, regulado e determinado pela ideia de direito de natureza. Este pacto torna as ações e as palavras do representante autênticas em nome de toda a multidão, tendo em vista que esta lhe concedeu sua autoridade em particular.

Tendo sido abordada a perspectiva conceitual de Hobbes em relação à multidão e a relação da representação enquanto mecanismo de instituição de uma soberania, busca-se agora retomar a argumentação e a problematização desenvolvida por Miguel (2014). Para o autor, a dificuldade em separar representantes e representados reflete-se diretamente na questão eleitoral e fundamenta-se na divergência entre as vontades.

É fundamental destacar então o que Miguel (2014) denomina como crise do sentimento de estar representado, isto é, uma “crise disseminada do sentimento de estar representado no governo e no legislativo, com repercussão na legitimidade das instituições” (MIGUEL, 2014, p. 100). Em outras palavras, combina-se um alto nível de valor democrático, isto é, os representados não colocam em cheque os valores democráticos no momento da construção política e da tomada de decisões, entretanto, atrelado a estes valores soma-se a desconfiança dos representados em relação às instituições políticas.

Fundamentando tais afirmações Miguel (2014) aponta que esta crise do sentir-se representado não se limita a um espaço geográfico ou a democracias eleitorais e reflete-se principalmente no declínio do comparecimento eleitoral e no esvaziamento dos partidos políticos.

Entretanto, no momento em que uma democracia representativa, como anteriormente descrita, a saber, uma relação de disputa entre um binômio democrático, que se fundamenta principalmente no momento eleitoral, isto é, no accountability vertical, enfrenta problemas tanto de comparecimento às urnas quanto de participação

partidária, podemos constatar a existência de uma crise em torno da questão democrática ou, em outras palavras, uma “falta de sincronia (decalagem) entre o ideal de democracia e a compreensão realista do seu funcionamento” (NORRIS, 1999, p.11).

Deste modo, a crise do sentir-se representado pode ser concebida como geradora de apatia política. Isto é, a desvinculação entre ator e autor, somado ao alto grau de desconfiança das instituições políticas se reflete na sociedade como apatia política, sendo essa passível de análise, como veremos a seguir, como uma problemática entre a vinculação da vontade do autor com a vontade do ator.

2.3.2 A questão das vontades

Segundo Miguel (2014) a divergência entre as vontades dos representados e a vontade os representantes é um dos principais desafios da democracia representativa. De fato, os sujeitos, quando não veem suas vontades representadas nas deliberações dos representantes tendem a desacreditar da representação e, em última instância, das próprias instituições democráticas, corroborando para a apatia política e a consolidação e o aprofundamento da crise do sentir-se representado acima apresentada.

Para tal análise a construção teórica feita por Hobbes (2014) [1651] no que diz respeito à construção das vontades individuais corrobora na construção do debate proposto. Hobbes destina uma relevante parte da sua argumentação ao tema da origem das vontades (paixões). Neste momento, não poderemos nos deter às minúcias da sua construção teórica, contudo, para uma compreensão mais profunda da origem da vontade, o capítulo XIV do *Leviatã* e os conceitos de movimentos voluntários e involuntários, apetite e aversão são fundamentais.

Em suma, as paixões são resultantes de um processo no qual a sensação resulta na imaginação, esta gera uma cadeia de pensamentos e/ou um discurso mental que, conseqüentemente, desenvolve pequenos movimentos internos no homem -o esforço- que, quando direcionado, acarreta a deliberação baseada na vontade e esta deliberação resulta na ação, isto é, no movimento voluntário.

Deste modo, nos questiona Hobbes, seria esta vontade, conseqüente do processo de deliberação, tendo como resultante a paixão, algo racional? Segundo o autor esta seria uma afirmação equivocada. Se a vontade é racional não poderia, segundo ele, haver movimentos voluntários contrários à razão. Deste modo, a vontade pode ser compreendida de forma mais concreta como um apetite resultante de uma deliberação anterior. Ou seja, em última instância, poderíamos afirmar, à luz da perspectiva de Hobbes, que a ação ou os movimentos voluntários dependem diretamente da vontade e não necessariamente da razão, assim como que, reforçando o argumento supracitado, por meio da instituição da representação, as vontades individuais da multidão são canalizados na vontade do representante, sendo assim, não há em Hobbes uma diferenciação entre vontade individual e vontade do soberano, tendo em vista que as vontades gerais estão concentradas na vontade do soberano instituído.

Entretanto, como aponta Miguel (2014), no sistema político hodierno vigente, as vontades dos representantes e dos representados são, muitas vezes, divergentes, tendo em vista que a vontade do representante não se constitui apenas no foro íntimo, ou seja, o ator, para além da representação das vontades dos autores - usando a linguagem de Hobbes-, tem que conciliar e dialogar com interesses externos de cunho econômico e político. Ou seja, por vezes, os representantes tendem a desprender-se das vontades dos representados tendo em vista que, a influência econômica e política em relação a sua deliberação sobre algo ou a sua vontade independem apenas do caráter individual do representante, isto é, das vontades dele.

Apesar disso, a divergência das vontades não se limita apenas à interferência de fatores externos. Quando se fala em conciliar as vontades ou em construir meios para que estas sejam convergentes deve-se levar em consideração que tal afirmação não se remete, necessariamente, à criação de um consenso (vontade geral), sabendo das dificuldades – impossibilidade- de representar as vontades de cada indivíduo em um corpo representativo.

Neste sentido, a contribuição de Miguel (2014) em relação à *accountability* vertical tem centralidade no debate. Ainda que não se possa criar uma vontade coletiva ou, que a criação desta não esteja no centro deste debate, é função do corpo representativo criar mecanismos de controle dos representados sobre os representantes.

A criação de mecanismos de aumento de participação direta dos representados nos processos de deliberação política também é um modelo de redução da divergência das vontades. Ou seja, a elaboração e execução de políticas públicas que aumentem a participação direta da sociedade civil nos ambientes de toma de decisões, ainda que em nível micro, pode ter como resultado a inibição da crise do sentir-se representado, bem como pode corroborar para a diminuição da apatia política, tendo em vista que o representado, nesses ambientes, tem condições de corroborar diretamente na construção da coletividade.

3 | CONSIDERAÇÃO FINAIS

Esta pesquisa possibilita questionar-nos a respeito da estruturação da organização política brasileira atual. Neste sentido, em face dos desafios políticos enfrentados nos últimos anos dentro da política nacional, este trabalho nos permite refletir sobre o que está em crise no Brasil. Seria uma crise da democracia? Uma crise da representação política? Seria de fato a apatia e a descrença política resultantes da desvinculação das vontades dos representantes com a vontade dos representados?

Além disso, esse trabalho nos possibilita pensar caminhos e mecanismos para enfrentar esses desafios, tendo em vista que, como afirmado na introdução deste trabalho, a democracia, como todos os demais processos políticos, é um processo em construção contínua e permanente e, sendo assim, os desafios que surgem devem ser enfrentados de modo a corroborar na construção democrática e não de limitar-se à

crítica. Neste sentido, tendo em vista a onda conservadora que tem se consolidado no cenário político nacional nos últimos anos, deve-se pensar como seguir desenvolvendo democraticamente nossas instituições políticas. Caso contrário, abre-se uma perigosa margem a discursos em defesa de uma política de concentração do poder como saída aos desafios políticos atuais.

Neste sentido, no que diz respeito ao caráter representativo da nossa democracia, este artigo está alinhado com a concepção de Miguel (2014) sobre da função e do caráter que a representação deve assumir, a saber, “a representação democrática não admite a independentização dos representantes, nem é um movimento de substituição dos representados” (MIGUEL, 2014, p. 308). Sendo assim, há urgência no cenário atual político brasileiro de repensar a relação das vontades dos representantes e dos representados, bem como de repensar a organização dos movimentos civis.

Neste sentido, a correção das desigualdades históricas, culturais, políticas e étnicas de, por exemplo, classe, gênero e raça, como apontam Miguel (2014) e tantos outros autores e autoras brasileiras e latino-americanas, como por exemplo, Florestan Fernandes (1964), Maria Lugones (2008) e Jessé de Souza (2017) devem ser considerados como um fator fundamental para a reorganização dos movimentos civis e a construção contínua de espaços democráticos de decisão e deliberação política.

A inserção das populações historicamente marginalizadas no cenário político e social brasileiro pode reativar e fortalecer os movimentos de resistência neutralizados e anestesiados pela descrença e apatia política que assola a sociedade brasileira. Esta, desiludida pela divergência das suas ideias com as preferências e as vontades da classe política e, conseqüentemente, da classe economicamente dominante, tendo em vista o alinhamento da classe política com os interesses da classe dominante e do capital, tem muito para aprender com as populações que historicamente jamais tiveram seus interesses e suas ideias alinhadas ou convergidas nas ideias da classe política. A inserção destas populações e a distribuição dos capitais culturais, políticos e econômicos com elas corroboraria para uma renovação efetiva da classe política e, conseqüentemente, para a reconstrução dos interesses desta e, por fim, fortaleceria e possibilitaria a continuidade da construção democrática, tendo em vista a democratização dos ambientes de toma de decisão e a distribuição dos capitais às diversas camadas da sociedade brasileira.

Deste modo, este trabalho serve para fomentar perguntas como, por exemplo, quais caminhos se devem tomar para que o processo de democratização continue sendo fortalecido no Brasil? Há uma real democratização das nossas instituições políticas? Como podemos incluir as diversas camadas sociais brasileiras na construção e deliberação política?

Sendo assim, esta pesquisa permite questionar-nos a fim de avançarmos na análise da nossa política nacional com o objetivo de seguir corroborando na construção de uma democracia sólida onde a deliberação não assuma apenas um segundo plano frente aos interesses privados e às relações de poder e assim, por fim, buscarmos

gradativa e continuamente a transformação da realidade social e a construção democrática do sistema político brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2007.

COELHO, P; SOARES, P. G; COLOMBO, S. **Reflexões sobre a democracia na América Latina**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 1º edição FFCL/USP, 1964.

HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la acción comunicativa**. 4 .ed. Buenos Aires: Taurus, 2003 [1981]. 2v.

HOBBS, T. **Elementos da Lei Natural e Política**. São Paulo, Editora Icone, 2002 [1650].

_____. **Do cidadão**. Editora Martin Claret: São Paulo, 2006 [1651].

_____. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil**. São Paulo, Martins Editora Livraria LTDA, 3º edição, 2014 [1651].

LUGONES, M. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa, Bogotá, Colômbia, Nº 9, 2008.

MANIN, B. **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília. UnB, 1982. [1911].

MIGUEL, F. L. **Democracia e Representação- Territórios em Disputa**. São Paulo, Editora UNESP, 2014.

_____. **As Duas Lógicas da Ação Comunicativa: Democracia e Deliberação no Debate Contemporâneo**. Teoria e Sociedade, Belo Horizonte, v. 10, p. 104-143, jul.- dez. 2002.

MOSCA, G. **The Ruling Class**. New York: McGraw-Hill, 1939 [1896].

NIETZSCHE, F. **La volonté de puissance: essai d'une transmutation de toutes les valeurs**. 10 ed. Paris: Mercure de France, 1918 [1902]. 2v.

NORRIS, P. Introduction: **The Growth of Critical Citizens? In: (Ed.) Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance**. Oxford University Press, 1999.

NUSSABAUM, M. **Por qué la democracia necesita de las humanidades**. Buenos Aires: Katz (2013)

ORTEGA Y GASSET, José. **La deshumanización del arte**. In: meditaciones del Quijote. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1942 [1925].

PARETO, V. **The mind and Society: a Treatise on General Sociology**. New York: Harcourt; Brace, 1953 [1916]. 4v.

PATEMAN, C. **The problem of Political Obligation: a Critique of Liberal Theory**. Reed. Berkeley:

University of California Press, 1985 [1979].

PITKIN, F. H. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

POSADAS, A. S. **Martha Naussabaum y la educación en las humanidades**. *Analecta política*, Nº 10, v. 6, Medellín, 2016.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Editora Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2017.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Nova Iorque: Harper Perennial, 1976 [1942].

A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA

Érica Elisa Nickel

Agência Nacional em Mobilidade – Anamob
Curitiba – Paraná

RESUMO: O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa do programa de educação para o trânsito, direcionada à pessoa idosa, denominado “Boa prosa sobre trânsito” ocorrido em Curitiba, no Paraná, entre 2014 e 2016, realizado por uma organização não governamental. O programa atendeu aproximadamente um mil idosos, por meio de uma palestra cujo conteúdo baseou-se nos fatores e comportamento de risco de acidentes de trânsito envolvendo este público. As estatísticas de acidentes de trânsito, do Projeto Vida no Trânsito de Curitiba mostraram que, em cada cinco pessoas mortas no trânsito, uma tinha 65 anos ou mais. O objetivo do programa foi informar e sensibilizar a pessoa idosa para o autocuidado no trânsito. A avaliação do programa utilizou o método a pesquisa quantitativa experimental do tipo somativa. A abordagem foi a Avaliação baseada em objetivos. Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, com perguntas objetivas, fechadas, de múltipla escolha, preenchido pelos participantes ao final de cada palestra. Teve como indicadores: relevância da palestra; intenção em mudar comportamento;

utilidade da palestra. Os Resultados mostraram que 88% dos participantes aprenderam novos conceitos, e consideraram a palestra relevante para o desenvolvimento da sua percepção de risco; 96% deles registraram sua intenção em mudar comportamento e a grande maioria indicou quais conteúdos foram relevantes para sua segurança no trânsito no dia a dia. Concluiu-se que a realização do programa é uma estratégia fundamental na prevenção de acidentes de trânsito envolvendo o idoso.

PALAVRAS-CHAVE: educação, prevenção, acidente de trânsito, idoso.

ABSTRACT: This Article shows the results of the Traffic Education Program to elderly public named “Good prose about traffic” that happened in Curitiba, Paraná State, between 2014 until 2016, and It was executed by a non-governmental organization. The Program served approximately one thousand elderly people, through a lecture based on the risk factors and behavior traffic accidents involving elderly people. The traffic accidents statistics from de Curitiba Life in Traffic Project show that in each five killed people in the traffic, one of them was sixty-five egged or more. The Program goal was to informing and sensitize the elderly people to self-care in traffic. The Program assessment was the experimental quantitative social research, based on the Program goals. Data collection was performed

by means of questionnaires structured with closed-ended multiple-choice questions, answer by the participating elderly at the end of the lecture. The indicators were: relevance of the lecture; intention to change behavior; the usefulness of the lecture. The results showed that 88% of the participants learned new concepts and considered the lecture relevant for the development of their risk perception. 96% of them expressed their intention to change their behavior and the vast majority indicated which contents were relevant to their traffic safety under usual conditions. It was concluded that the current Program is a fundamental strategy to traffic accidents prevention involving elderly people.

KEYWORDS: education, prevention, traffic accidents, elderly people.

1 | INTRODUÇÃO

O programa de educação para o trânsito “Boa prosa sobre trânsito” foi criado pela Anamob – Agência Nacional em Mobilidade para atender as pessoas idosas da cidade de Curitiba, estado do Paraná. Teve por objetivo informar e sensibilizar o público idoso para o autocuidado no trânsito atendendo aproximadamente a um mil idosos, entre 2014 a 2017. A estratégia educativa foi uma palestra, de uma hora de duração, com metodologia inovadora e conteúdo baseado nos principais fatores e comportamentos de risco de acidentes de trânsito envolvendo este público. Em relação aos fatores de risco: a infraestrutura, a velocidade e o álcool prevaleceram. Quanto às condutas de risco: a atitude imprudente do pedestre, transitar em local impróprio e evitabilidade tiveram os maiores índices.

Os fatores e conduta de risco fazem parte da metodologia de análise estatística utilizada pela Comissão de Coleta e Análise de Dados do Projeto Vida no Trânsito - PVT, em vigência no Brasil, em especial em Curitiba, desde 2012. O PVT está ligado ao movimento denominado Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, determinado pela Organização Mundial de Saúde – OMS e Organização das Nações Unidas – ONU, para os dez países do mundo que possuem os maiores índices de mortalidade no trânsito (ONUBR, 2011).

As estatísticas de acidentes de trânsito do PVT mostraram que em 2013 morreram 189 pessoas no trânsito de Curitiba, sendo 37 idosos mortos por atropelamento (PVT, 2012-2016). Em números absolutos, o público jovem é aquele que mais morre em acidentes de trânsito, porém ao se analisar a taxa de mortes por 100 mil habitantes, o índice da pessoa idosa chegou a 20,6/100 mil enquanto que o jovem foi de 15,8/100 mil (WAISELFISZ, 2014). Constatou-se que, em média, para cada cinco mortes no trânsito em Curitiba, uma acomete a população idosa de 60 anos ou mais. O público que mais morreu por atropelamento em Curitiba foi o idoso representando cerca de 18% das vítimas de trânsito na cidade, valor superior à média nacional de 15,5% (SIM, 2016).

Destaca-se também que o maior número de mortes em 2013 foi do sexo

masculino, enquanto que o sexo feminino atingiu 43% do total. Porém, houve uma diferença significativa no ano de 2016: 70% foi do sexo masculino e 29%, do sexo feminino (PVT, 2012-2016).

Quanto a sobrevivência do idoso após o atropelamento, constatou-se que mais de 55% deles morreram posteriormente, por não resistiram às consequências ou sequelas dos acidentes, conforme a série histórica de análise de acidentes da Comissão de Coleta de Dados, Análise e Gestão da Informação sobre os acidentes do Projeto Vida no Trânsito Curitiba (PVT, 2012-2016).

A criação do programa Boa Prosa sobre o trânsito pela Anamob teve a intenção de priorizar a prevenção do acidente com a pessoa idosa, por meio da educação para o trânsito. Considerou-se que este tipo de educação foi negligenciado nas escolas ou em ambientes não formais de aprendizagem no século passado e não alcançou a maioria dos idosos que hoje transitam pela cidade e estão vulneráveis. Além disso, o trânsito curitibano vem se transformando rapidamente há pelo menos três décadas, com aumento no fluxo de veículos, crescimento da frota de motocicletas, alterações no mobiliário urbano, na estrutura viária, avanços na tecnologia e modificações na sinalização, modificações na mobilidade. Neste contexto o idoso parece necessitar de aperfeiçoamento de suas estratégias de ir e vir com segurança, para se adaptar ao cenário violento do trânsito atual. Por este motivo, sensibilizá-lo e informá-lo pareceu o melhor caminho para desenvolver o seu autocuidado no trânsito.

Para levar a palestra à pessoa idosa, a Anamob teve como parceiros a Secretaria de Saúde de Curitiba, que fazia a articulação com a Fundação de Ação Social de Curitiba – FAS realizando o agendamento nos grupos de convivência de idosos, que participavam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas. Este serviço é realizado em grupos, em dias específicos da semana e, de maneira sistemática, onde são ofertados gratuitamente cursos, palestras, confecção de artesanato, eventos, entre outras atividades. Isto facilitou sobremaneira a implementação do programa Boa prosa sobre o trânsito (FAS, 2018).

O agendamento da palestra teve como prioridade as regionais, chamadas também de subprefeituras, que tinham os maiores índices de mortes de idosos no trânsito, tendo como meta atender as dez regionais. Num período de 2014 a 2017 atendeu-se aproximadamente um mil idosos o equivalente a um terço do total atendido pelo Serviço de Convivência da FAS (FAS, 2018).

Durante a execução do programa percebeu-se que os idosos beneficiados pelo Serviço, em sua maioria, eram pessoas de baixa renda, com baixo nível de escolaridade, com autonomia para ir e vir a pé e geralmente o faziam sozinhos estando ao mesmo tempo mais vulneráveis aos riscos que o trânsito oferece. De todos os idosos atendidos pelo Programa, menos de 10% tinha habilitação para dirigir.

Considerou-se como possíveis benefícios do programa: contribuição para reduzir os acidentes de trânsito envolvendo idosos; diminuição de sobrecarga no sistema público de saúde, com internamentos e atendimentos hospitalares e ambulatoriais,

decorrentes deste tipo de trauma entre outros custos pessoais e sociais; contribuição à qualidade de vida do idoso, pois sua locomoção aconteceria de maneira mais segura; disseminação da cultura de segurança no trânsito, por meio do aperfeiçoamento de conhecimentos e comportamentos seguros no trânsito, tendo o idoso como protagonista, multiplicador de atitudes preventivas.

2 | METODOLOGIA

Quanto ao método de aprendizagem utilizado na palestra, escolheu-se o método da “aprendizagem reflexiva” de Donald Schön, um estudioso norte americano, a aprendizagem significativa de David Ausubel associados à pedagogia da autonomia, do educador brasileiro Paulo Freire.

A relação entre estes três métodos está basicamente na valorização da experiência pré-existente e do conhecimento de quem está aprendendo. Para David Ausubel, a aprendizagem necessita fazer algum sentido para o aprendente e a informação deve dialogar e ancorar-se nos conceitos já existentes e relevantes na sua estrutura cognitiva (AUSUBEL, 2003).

Para o educador Paulo Freire educar envolve considerar o seu conhecimento já adquirido e utilizar a própria realidade concreta para aprender dela e sobre ela, assim pode-se compreender o mundo no qual a pessoa se insere e desenvolver consciência crítica e cidadã para transformá-lo (FREIRE, 1987, 1996).

Do ponto de vista de Donald Schön já existe um “conhecer na ação”, um saber fazer baseado em conhecimentos, vivências, crenças, ideias construídos pela pessoa ao longo da sua vida. Normalmente a pessoa apenas age espontaneamente e não reflete sobre como, porque de sua escolha, e quais regras utiliza neste saber fazer, a exemplo de como atravessar a rua. Este saber já está sedimentado (SCHON, 2000).

Porém, quando a pessoa reflete sobre sua ação, buscando identificar as normas e tipos de escolhas que utilizou, é possível questioná-las, desconstruí-las, aperfeiçoá-las e até ampliá-las. Quando se reflete na ação e sobre a ação, é possível reconhecer falhas, encontrar soluções e aprender novos conhecimentos. Assim, o “conhecer na ação”, ou seja, o “saber fazer” se modifica, se amplia, se aprimora (SCHON, 2000).

Na aplicação deste método buscou-se valorizar a experiência e o saber do idoso, as atitudes seguras aprendidas durante a vida, seu “saber fazer”, mas também questionar suas escolhas, suas crenças, mitos e as consequências para suas vidas.

Isso contribuiu para que o público tomasse consciência do que já sabiam, para ampliar o conhecimento a partir do seu saber, adequando-o ao trânsito atual, complexo e violento.

As estratégias de aprendizagem utilizadas para despertar a atenção e o interesse do idoso durante a palestra foram a exibição de vários vídeos sobre os diferentes riscos do trânsito, a discussão e a resolução de problemas reais dos idosos por meio de seus relatos e imagens locais, da região onde moravam.

O foco da palestra era estimular no idoso a perceber os riscos e fazer a escolha mais segura e os temas tratados foram: o ambiente do trânsito antigo em relação ao atual; a fragilidade e o comportamento do pedestre idoso, levando em conta as limitações de visão, audição, mobilidade, teimosia, desconhecimento sobre riscos, velocidade e a ação dos outros condutores, especialmente motocicletas; travessia de rua; utilização do transporte público, o desembarque e a travessia de rua; uso do cinto de segurança; álcool e outras drogas; o idoso condutor.

Após seis meses de execução do programa, a Anamob iniciou uma pesquisa com o objetivo de avaliar a percepção do público idoso sobre a relevância do programa para a sua segurança no trânsito.

Optou pelo método de Pesquisa Social Quantitativa e Experimental. Quantitativa, por buscar descrever uma determinada situação, medindo, de maneira numérica, as hipóteses levantadas sobre um problema de pesquisa. O método escolhido foi o “Somativo”, para verificar os efeitos e resultados do projeto após longo período de realização, para pensar sobre o seu valor, possíveis ajustes e/ou sua continuidade (GIL, 2008).

A abordagem escolhida foi a “Avaliação baseada em Objetivos”, cuja preocupação central é “buscar informações referentes à distância entre os objetivos de um projeto (o que o projeto se propôs a alcançar) e os resultados obtidos” (RAUPP & REICHLE, 2003, p. 96).

Para a coleta de dados, o instrumento de pesquisa utilizado foi o “questionário estruturado”, com perguntas objetivas, fechadas, de múltipla escolha, para que houvesse uniformidade de entendimento entre os participantes da pesquisa. Deixou-se apenas um espaço, ao final do questionário, para que o participante registrasse alguma crítica, opinião ou sugestão, obtendo-se assim uma informação também qualitativa.

Dos 500 idosos atendidos em dois anos, o período da pesquisa, foram utilizados 74 questionários válidos. O questionário era aplicado ao final de cada palestra para uma amostra de participantes, tendo em vista que nem todos os idosos conseguiam ler e interpretar as perguntas pela sua baixa escolaridade. Mesmo assim, quando alguns deles tinham interesse em responder, os educadores sociais liam as perguntas e alternativas para eles e, em seguida, os mesmos davam suas respostas de maneira independente, conforme sua própria opinião.

Os indicadores escolhidos para a pesquisa foram: relevância da palestra a segurança no trânsito; intenção em mudar comportamento; utilidade da palestra para o dia a dia no trânsito.

3 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

As análises dos dados mostraram os seguintes resultados: em relação ao

primeiro indicador “relevância/importância da palestra”, referente à pergunta “o que você achou da palestra que recebeu sobre trânsito”, 33% das respostas mostrou que a palestra foi “importante” para sua vida; entre “relembrar normas” de segurança para o pedestre e “atualizar conhecimentos” somou-se 42% das respostas e “aprendi novas informações” resultou em 21%. Os participantes podiam marcar mais de uma alternativa nesta questão. Considerou-se que o conhecimento dos idosos sobre comportamento seguro no trânsito foi lembrado e reforçado, mas principalmente foi atualizado e aperfeiçoado para o trânsito atual que é mais complexo, mais violento e mais incerto. Acredita-se que o idoso poderá fazer escolhas mais seguras. Alguns comentários provenientes do espaço deixado para “críticas, comentários, sugestões”, de preenchimento opcional, reforçaram essas considerações: “Parabéns a informação é muito importante”; “Muito bom e necessária. Deveria ser aplicada mais vezes e procurar atingir um público maior”; “Muito boa a palestra, muito bem explicada e partilhada”. “Essas informações foram de grande utilidade, pois sabemos de tudo, mas vale sempre lembrar. Parabéns para o projeto”.

Na segunda questão “depois de participar da palestra você:” (os participantes poderiam assinalar apenas uma das respostas) “o que aprendi irá me ajudar a agir com mais segurança no trânsito” ou “Não mudará muito para mim”; ou “outra resposta”, porém esta alternativa não obteve nenhuma descrição por parte dos respondentes, no espaço deixado para isto. O indicador de referência foi “intenção em mudar comportamento” e obteve-se o seguinte resultado:

Constatou-se que 96% dos respondentes mostraram intenção em mudar comportamento, pois irão “agir com mais segurança no trânsito”, indo ao encontro das respostas da primeira pergunta, pois para a grande maioria dos respondentes houve relevância e importância da palestra para suas vidas o que os pode motivar a “agir com mais segurança”.

A terceira pergunta buscou saber quais temas foram mais relevantes para a segurança do idoso no trânsito, em seu dia a dia: “quais assuntos foram mais importantes para a sua segurança no trânsito no dia a dia”, questão relacionada ao indicador “utilidade para o dia a dia”. Percebeu-se que houve equilíbrio de 18% nas respostas dos temas “Atenção ao transitar”, “Atravessar a rua”, “Ver e ser visto” e “Uso do cinto de segurança”. Em relação aos temas “Uso de drogas”, obteve-se 15% de respostas e “Atravessar após descer do ônibus” obteve-se 12% de frequência nas respostas.

Acredita-se que a palestra teve alta relevância para os idosos pois a “atitude imprudente do pedestre” é um dos indicadores de comportamento de risco predominante nas estatísticas do PVT e os aspectos mais importantes que podem levar a um comportamento preventivo do pedestre e a escolhas seguras no trânsito, foram aprendidos e destacados por eles na pesquisa. Os comentários feitos na pergunta número “4” reforçam estas considerações: “O tema foi muito importante porque ajudou a ficar mais alerta com esse trânsito muito ruim”; “ser atento a tudo, ter calma, refletir

e sair com atenção, saber parar, e ter visualização”.

4 | CONCLUSÃO

Pode-se considerar então que participar de grupos onde o idoso aprende de maneira lúdica e dialogada sobre comportamento e cidadania no trânsito, pode ser uma oportunidade de convivência e construção e/ou manutenção de vínculos e de aprendizado sobre comportamento seguro, direitos e deveres no trânsito.

Um acidente de trânsito traz ao idoso uma redução ou impedimento para o ir e vir, além de consequências à qualidade de vida, especialmente, pela dependência que terá de outras pessoas para suas atividades diárias, rotineiras, lazer e saúde. Além disso, quando o idoso sobrevive a um acidente de trânsito fica por um longo período de tempo confinado a um espaço físico, seja em casa ou no hospital, correndo o risco de adquirir doenças, ter sua saúde agravada ou ainda de entrar em depressão.

O acidente de trânsito interfere na vida social, na saúde física e emocional da vítima e, em muitos casos é fator contributivo para a redução de sua condição econômica. Por isto a importância do Boa Prosa sobre Trânsito focar o trabalho na prevenção e na promoção do direito de ir e vir com segurança, especialmente para aquelas pessoas com maior vulnerabilidade social.

Sendo assim, a partir dos indicadores elencados foi possível perceber a importância que o tema teve para a pessoa idosa de Curitiba, pois o público atendido demonstrou nas respostas à pesquisa, que o seu conhecimento foi aperfeiçoado, que aprendeu coisas novas, que relembrou conceitos importantes para a sua segurança.

Em especial, a grande maioria dos respondentes sinalizou a intenção em mudar seu comportamento e utilizar as informações e o aprendizado no seu dia-a-dia, mostrando a importância da continuidade deste Programa.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003. Tradução do original *The acquisition and retention of knowledge* (2002). 35 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Óbitos por causas externas – Brasil. Sistema de Informações sobre mortalidade – SIM. Brasília, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def> Acesso em: 24 set. 2018.

CURITIBA. Fundação de Ação Social. **Atendimento à população idosa de Curitiba**. Curitiba. Disponível em: <http://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=192> Acesso em: 12 ago. 2018.

CURITIBA. Projeto Vida no Trânsito Curitiba. Comissão de Coleta de Dados, Análise e Gestão da Informação. **Análise dos acidentes de trânsito com óbito ocorridos em Curitiba 2013-2016**. Curitiba, 2016. (Documento em Slides).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p. ISBN 85-219-0243-3.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 34^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 184 p. CDD 374.012-371332, CDU 371.3:376.76

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. ISBN 9788522451425

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **Década de Ação pelo Trânsito Seguro 2011-2020 é lançada oficialmente hoje (11) em todo o mundo**. 11 de maio de 2011, 2011. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/campanha/seguranca-transito/> Acesso em: 10 out. 2018.

RAUPP, Magdala; REICHLE, Adriana. **Avaliação: ferramenta para melhores projetos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. 251 p. ISBN 85-7578-043-3

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 256 p. ISBN 8573076380, 9788573076387.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência. Os jovens do Brasil (Preliminar)**. Rio de Janeiro: Ed. Flacso Brasil, 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf. 170 p. Acesso em 20 set. 2018.

A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO

Francisca Janice Silva

Mestranda da 13ª turma do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado/UEPA.

Ana Paula Fernandes Cunha

Professora Dr^a. Ana Paula Cunha Fernandes,
Orientadora e Coautora do artigo.

Artigo elaborado a partir das leituras e discussões realizadas durante a Disciplina Epistemologia e Educação, ministrada pela Professora Dr^a Ivanilde Apoluceno de Oliveira.

RESUMO: O presente trabalho é fruto de reflexões decorrentes dos estudos provocados na disciplina Epistemologia da Educação, proposta pelo Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Pará-UEPA. O objetivo deste é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, para o processo de aprendizagem do coordenador pedagógico como formador de professor, na abordagem transdisciplinar. Desse modo, tal proposta se apresenta como um dos grandes desafios que abarcam a formação e a atuação do professor ao adotá-la, que precisa considerar a diversidade de saberes, opiniões e contradições existentes na prática docente, a partir da reflexão crítica e dialógica, permitindo a construção de um novo olhar a respeito do conhecimento pedagógico, para favorecer a melhoria da qualidade da prática desenvolvida

em sala de aula. O procedimento metodológico adotado à realização desse trabalho foi o de revisão teórica. Para isso, foi consultado autores com célebre conhecimento como Morin (2000; 2010; 2012) Freire (2000; 2017) Pimenta (2002), Moraes (2008), dentre outros que refletem tão bem sobre a temática estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Formação do Coordenador Pedagógico. Transdisciplinaridade. Complexidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de reflexões decorrentes de estudos realizados na disciplina Epistemologia da Educação, estudada no Curso de Mestrado em Educação, oportunizada pela Universidade Estadual do Pará-UEPA. O objetivo desse artigo é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, no processo de aprendizagem do formador de professor, também conhecido como Coordenador Pedagógico enfatizando os princípios da abordagem transdisciplinar e multidimensional. Sendo que, as reflexões propostas por essa temática apontam para os desafios que abarcam a formação e a atuação desse profissional, sobretudo, com a prática deste no contexto escolar, exige uma postura diferenciada frente ao ensino, ou seja, sensível,

investigadora, crítica e reflexiva. Tal postura implica necessariamente em um novo modelo de educação, que permita o ser humano compreender a realidade através de uma concepção global, em que os conhecimentos sejam religados uns aos outros relacionando as partes com o todo e o todo com as partes nesse todo, concepção da complexidade, que colabore com a construção de sujeitos mais críticos e dispostos a intervir em sua realidade. Morin (2005), afirma que:

Pascal já havia dito que todas as coisas estavam ligadas umas às outras, que era impossível conhecer as partes. Para ele, o conhecimento era um vaivém permanente de todas as partes, que escapava à alternativa estúpida que opõe os conhecimentos particulares não religados entre si ao conhecimento global, oco e vago (MORIN, 2005, p. 66).

Nesse sentido, tanto a formação inicial como a continuada do profissional que atua no processo de aprendizagem precisa abarcar não só os conhecimentos específicos de sua área de atuação, mas compreender que o conhecimento não se dá de forma isolada, compartimentalizada e fragmentada, mas sim globalizado e articulado entre todas áreas do conhecimento, religando todos os saberes.

Desse modo, o ensino transdisciplinar não se resume a simples reunião de disciplinas ou a possibilidade apenas do diálogo entre duas ou mais delas, mas da relação dos conhecimentos entre todas as áreas do conhecimento. Assim, esse estudo justifica-se, pois sua finalidade é possibilitar ao Coordenador Pedagógico-CP, maior compreensão sobre o seu papel e a necessidade de ressignificar os seus conhecimentos, a partir de um olhar crítico e investigativo, capaz de promover reflexão sobre a própria prática, bem como, de todos aqueles que se encontram envolvidos no processo educacional como um todo, incluindo aí principalmente o professor.

Vale ressaltar que, ao investigar a formação do CP tendo por base a abordagem transdisciplinar e multidimensional, é necessário ter em mente que esse profissional enfrenta no seu cotidiano escolar vários desafios, entre os quais se pode destacar: a quebra de concepções tradicionais tidas como verdadeiras, o baixo salário, a aquisição de diversas doenças (estresse e síndromes), a própria indefinição de papel, a falta de bom relacionamento entre a equipe e o não reconhecimento da profissão, entre outros fatores que, na maioria das vezes, acabam influenciando na desmotivação e no descompromisso desse profissional em continuar a busca pela inovação de novas práticas pedagógicas e assim melhorar a sua própria prática. Tais desafios implicam, sobretudo, na mudança do perfil desse profissional, exige de certo modo um olhar diferenciado a respeito da sua formação.

Nesse sentido, conceitos como de dúvida, incerteza e de incompletude devem sempre estar na formação desse profissional, Morin (2000, p.176), assinala que: “[...]o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento”. Com base nesse pressuposto, o objetivo desse trabalho é promover maior reflexão sobre a formação do Coordenador Pedagógico, bem como analisar se a teoria da complexidade e da transdisciplinaridade fazem parte da prática desse

profissional, elucidando princípios que incluem o conhecer, o diálogo, o interagir, o fazer, o agir, e o refletir, como bem pontua Freire (2000, p.43), “[...] A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. Assim, a formação de professor precisa acontecer de forma dinâmica e dialógica, de modo que permita a reflexão sobre o fazer pedagógico desse profissional.

O procedimento metodológico utilizado para a realização desse trabalho foi o levantamento bibliográfico de autores como: Morin (2000; 2010; 2012), Freire (2000; 2017), Moraes (2008), Pimenta (2012) e outros. No primeiro momento far-se-á um debate reflexivo acerca do pensamento complexo, bem como sobre a sua importância para a compreensão da educação moderna, será realizada também uma provocação a respeito da atuação do formador de professor diante da abordagem transdisciplinar. Por último, como resultado das discussões travadas, anuncio que a formação de professores e a educação são peças-chaves para desencadear a transformação da realidade, ambas devem assumir o compromisso com o bem-estar dos seres humanos e com as questões ambientais, no sentido de favorecer a construção de novos valores, ou seja, formar pessoas mais conscientes, onde a alteridade e o respeito à diversidade cultural e social se façam presente.

O texto é apresentado em tópicos, sendo que primeiramente faço reflexões referentes ao pensamento complexo de Edgar Morin (2000; 2010; 2012). Logo após, faço questionamentos acerca da formação e da atuação do Coordenador Pedagógico frente à formação do professor, e por fim, acerca da necessidade da prática desse formador, ser pautada na perspectiva da abordagem transdisciplinar e multidimensional.

REFLETINDO O PENSAMENTO COMPLEXO

O ser humano é eminentemente biológico, social, político, econômico e cultural, por isso é necessário pensar de maneira complexa os fenômenos presentes no seu dia a dia, algo ainda muito desafiador e difícil para a maioria dos seres, não por que querem, e sim por que a vida toda foram “educados” a pensar tais fenômenos de forma simplificante. Por isso, para compreender determinados fenômenos e sua relação com o meio, na maioria das vezes, costuma ordenar, simplificar, reduzir, separar, isolar os conhecimentos e não uni-los uns aos outros, agi sem refletir acerca da relação interdependente que existe entre os mesmos, Morin (2000), afirma que:

Como a nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar e não, a unir os conhecimentos, o conjunto deles constitui um quebra-cabeças ininteligível. As interações, as retroações, os contextos e as complexidades que se encontram na man’s land entre as disciplinas se tornam invisíveis.” (MORIN, 2000, p.43).

Nesse sentido, é necessário enfatizar que as complexidades presentes nas disciplinas e nas áreas do conhecimento existem, porém raramente são percebidas nos seus contextos, pois a educação acabou ensinando o ser humano a pensar de

forma isolada e compartimentalizada os problemas, essa situação aponta para o grande desafio que envolve o formador de professor do século XXI.

Nesse contexto, a formação de formador exerce papel preponderante, pois se coloca como um dos grandes desafios frente a realidade educacional, por isso, precisa considerar as complexidades vivenciadas nos diferentes contextos educacionais, daí surge o pensamento complexo como necessário, pois possibilita uma abordagem transdisciplinar do processo educacional, no que não afasta e tão pouco ignora o paradigma tradicional científico, ao contrário, dialoga, reúne e convive com as diversidades e com as contradições, acredita que os conhecimentos são entrelaçados e tecidos em conjunto uns com os outros, Morin(2000), assinala que:

Complexus é o que está junto; é o tecido formado por diferentes fios que se transformam numa só coisa. Isto é, tudo isso se entrecruza, porém, a unidade do complexus não destrói a variedade e a diversidade das complexidades (MORIN, 2000, p.188).

Diante disso, as reflexões ora apresentadas por Morin, se coloca como fundamental à construção e reconstrução dos saberes necessários a prática, pois nos remete a refletir a respeito do atual processo de formação que vem sendo desenvolvido, apontando principalmente para a mudança na atuação do formador de professor, a partir da necessidade de uma abordagem transdisciplinar, que o possibilite uma visão multidisciplinar e transdisciplinar do processo educacional.

A FORMAÇÃO CONTINUADA E O COORDENADOR PEDAGÓGICO

Na educação, ao se falar em formação logo se vem à mente a formação de professores como se só esses profissionais tivessem continuamente necessidade de passar por formações, não sendo muito comum encontrar estudos sobre a formação de formador de professores. Essa situação nos remete a uma série de questionamentos, como por exemplo: por que será que é mais comum encontrar documentos escritos sobre a formação de professor do que de formador desse profissional? O formador de professor tem sua identidade garantida? Será se ele consegue compreender a sua importância para o processo de formação? A quem cabe a formação do formador de professor? Como esses sujeitos se tornam formadores? Os seus conhecimentos ajudam a ampliar os saberes dos professores? como se dá a atuação desse profissional junto aos professores?

Essas indagações são necessárias, porém, apontam para as inquietações sobre a relevância de definir a nova identidade do formador, no sentido de ampliar os seus conhecimentos e suas aprendizagens, para assim, ter maiores condições de melhorar a prática dos professores em sala, bem como, as de outros agentes envolvidos diretamente no processo de aprendizagem dos alunos. Pimenta (2012), afirma que:

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão

das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativa (PIMENTA, 2012, p. 20).

As considerações da autora apontam que a identidade profissional não é permanente e tão pouco adquirida, mas é construída por meio das relações sociais entre os indivíduos. Nesse sentido, a formação do formador de professor é de suma importância para a construção de sua identidade profissional, precisa ser significativa, a partir de um novo olhar, investigativo, crítico e reflexivo, capaz de superar a visão fragmentada dos saberes, reconhecendo suas experiências e sua identidade cultural, que possibilite uma reflexão crítica sobre a própria prática. Nesse sentido, Freire (2000, p. 45) afirma “[...] É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Essas considerações acenam que é necessário que o profissional faça reflexão acerca da própria prática, para que possa atuar de forma consciente e ser capaz de provocar mudanças significativas na realidade a qual se encontra inserido, de modo a contribuir com a melhoria de outras práticas.

Diante dessa situação, faz-se necessário uma provocação acerca da qualidade dos cursos de graduação, de formação continuada, bem como, a respeito da própria legislação em vigor, que exige formação adequada para atuar no processo de ensino e aprendizagem, essa situação nos remete a refletir que: será que a aquisição de diplomas de nível superior e a obtenção de outros títulos bem como a acumulação de cursos adquiridos em livros, garantem de fato a qualificação desse profissional para atuar na educação?

Em decorrência desse questionamento se faz necessário compreender que o saber é construído pelo ser humano em um dado momento, logo, não é imutável e absoluto, assim Moraes (2008), ressalta que:

Se faz urgente a necessidade de nos distanciarmos de modelos absolutos, certezas incontestáveis, propondo uma nova maneira de encarar o conhecimento de forma integrada aos contextos, interligando áreas diferentes no desenvolvimento de significados (MORAES, 2008, p. 41).

As contribuições de Moraes, vem no sentido de nos alertar sobre a importância de nunca aceitar o conhecimento como algo dado, absoluto e incontestável, é necessário que sentimentos como de dúvidas e de incertezas povoem sempre o pensamento do ser humano, afim de favorecer a interligação e integração dos conhecimentos aos diversos contextos.

Nesse sentido, a abordagem do pensamento complexo é necessário para a construção de uma consciência aberta e planetária, por buscar a conexão entre os conhecimentos, e a superação da visão de mundo fragmentado, preconizado pelo paradigma simplificador e reducionista. Nesse sentido, as reflexões sobre a formação do formador de professor, sinalizam para uma mudança urgente no que se refere a atuação desse profissional frente ao processo formativo, delineando uma formação consciente, reflexiva, que permita os envolvidos irem muito além dos conhecimentos específicos de sua área de formação.

Garcia (1999) e Mizukami (et al., 2002) compreende a formação de professores como um processo contínuo e permanente inicia-se na formação inicial, a qual é considerada como a base para a profissão docente, essa por sua vez segue durante toda a carreira profissional do professor, sendo a formação apontada como continuada. A formação de professores é vista como um processo de desenvolvimento, em que o profissional permanece em constante formação ao longo de sua profissão.

A formação é vista como um processo ininterrupto, pois o professor estará em constante formação na sua carreira, a qual o auxiliará na sua ação, na sua reflexão, no aperfeiçoamento da prática, da relação com os outros profissionais e tornando-se autônomo na profissão (FALSARELLA, 2004).

No entanto, vale considerar também a observação de Formosinho (2009), ao afirmar que em uma primeira etapa a formação dos professores tem a especificidade intrínseca à profissão, pois a docência é uma profissão que se aprende pelo cotidiano da prática da sala de aula.

A afirmação do autor é coerente, nos remete a refletir que o ofício da docência de fato é a primeira formação do professor, é tida como ponto inicial do processo formativo, assim há de se questionar, se a sala de aula é primeiro espaço de formação do professor e no caso do coordenador nos cabe refletir qual será seu espaço inicial de formação?

Nesta perspectiva, o coordenador pedagógico por ser um dos agentes responsáveis pela formação do professor e pelo acompanhamento das ações pedagógicas na escola, também necessita de estudos e aprofundamentos teóricos para que possa conduzir a formação continuada para os docentes de maneira eficaz. Assim, por meio desta pesquisa questiona-se como a formação continuada para o coordenador pedagógico acontece na rede de ensino? .

Neste sentido, Breckenfeld, Guiraud e Romanowski (2009, p. 3621) destacam que:

[...] a proposta de formação continuada para o pedagogo, respaldada pela reconfiguração de seu papel, deve conjugar ações no sentido de lhe dar respaldo teórico e prático para que possa conseguir mudanças didático-pedagógicas qualitativas no âmbito das escolas, levando à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

Nesse contexto, compreendemos que o coordenador pedagógico também necessita de formação, a fim de que possa contribuir com planejamento pedagógico do professor, bem como desenvolver a formação continuada dos mesmos com apropriação teórica de modo que reflita na prática, assim o presente trabalho tem como enfoque a formação continuada dos coordenadores pedagógicos.

Assim, ao refletirmos sobre a formação continuada do coordenador pedagógico devemos assumir o modelo epistemológico em que a teoria é concebida como expressão da prática (MARTINS, 1996), ressalta o compromisso de orientar a prática pedagógica a partir do que os sujeitos possuem, do conhecimento que eles têm, da

forma como foi produzido, suas práticas, experiências e necessidades. Para esta autora, a teoria como guia da prática considera que as mudanças são realizadas no plano dos conceitos, das ideias, que a ação concreta sozinha não promove a mudança necessária que o processo educativo necessita, disso decorre a necessidade da inter-relação entre o saber teórico com a prática.

Nesta perspectiva, é necessário romper com a forma que os conteúdos são transmitidos e assimilados, ainda que críticos, na maior parte das vezes são desconectados e fragmentados. Por isso, buscar um processo de ensino que altere, na prática, suas relações básicas na direção da sistematização coletiva do conhecimento, isso é importante para religar o saber aos diversos tipos de saberes. Nessa direção, a formação continuada se apresenta como um combustível importante para a transformação da prática pedagógica, por ajudar na compreensão de que não basta só garantir o conteúdo ao educando, mas promover efeitos mais críticos historicamente na produção do conhecimento como forma de garantir uma ação transformadora na sociedade.

Para Martins (1996) a formação continuada é um processo metodológico que se fundamenta na proposta de sistematização coletiva do conhecimento que envolve quatro momentos fundamentais e intimamente relacionados, a saber:

- A caracterização e problematização da prática pedagógica dos profissionais do ensino. Esta etapa inclui o levantamento dos problemas da prática e formas de organização do trabalho pedagógico.
- A explicação da prática mediatizada por um referencial teórico. Esta etapa considera os problemas da prática pedagógica e entende que esta é uma síntese de múltiplas determinações. Assim, é necessário buscar mediações teóricas que possibilitem explicar e compreender esse produto de forma a negar a prática dialeticamente e transformá-la.
- A compreensão da prática no nível da totalidade. Nesta etapa é preciso buscar as raízes mais profundas dos determinantes históricos, políticos e sociais da prática no nível da totalidade com a sistematização coletiva da concepção que servirá de parâmetro para análise da própria prática.
- A elaboração de propostas para intervenção na prática. Após compreender os determinantes e analisando criticamente a prática pedagógica com base em um referencial teórico, este é o momento de elaborar propostas concretas de intervenção, seja para aprofundar a prática radicalmente, seja para dar mais consistência às iniciativas já tomadas pelo professor ao enfrentar as contradições inerentes ao cotidiano pedagógico.

Diante disso, percebemos que ao adotar a concepção da teoria como expressão da prática, fica evidente que toda e qualquer formação continuada produzida na escola onde os sujeitos atuam precisam da prática como ponto de partida e também do aspecto teórico como meio refletir sobre a prática, assim para que a formação possa alcançar o seu êxito, conforme ressalta Freire(---) teoria sem prática e prática sem teoria é blablabá, portanto, ambas precisam caminhar juntas.

Desse modo, ao planejar, sistematizar e organizar uma formação continuada é

necessário considerar os problemas da prática, promover discussão teórica, a fim de promover a aquisição e a reflexão do conhecimento de forma crítica.

FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO SOB O OLHAR TRANSDISCIPLINAR

A teoria da transdisciplinaridade e do pensamento complexo, criada pelo teórico Edgar Morin, possibilita o ser humano fazer reflexões concernentes ao conhecimento científico, assim como, buscar compreender a relação existente entre os diferentes tipos de saberes, sendo que com os quais o formador de professores pode pesquisar, relativizar, religar e articular os conhecimentos uns com outros, de forma a permitir a criação de novos conceitos a respeito das coisas, considerando também um jeito novo de pensar, agir, sentir e perceber os mais diversos contextos existentes.

Desse modo, os estudos realizados nessa perspectiva, indicam para uma certa dificuldade em desenvolver uma proposta de ensino pautada no pensamento complexo e na transdisciplinaridade, devido à falta de entendimento por parte de grande parte dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Assim, tal proposta é de fundamental importância à prática dos profissionais que atuam frente a formação de professores, pois possibilita maior reflexão acerca da prática, evidenciando que o ato de ensinar é complexo, que não se dá de forma simples e estático, o mesmo deve prevenir-se de cair no risco do erro e da ilusão, como bem ressalta Morin (2000):

Todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão. A educação do futuro deve enfrentar o problema de dupla face do erro e da ilusão. O maior erro seria subestimar o problema do erro; a maior ilusão seria subestimar o problema da ilusão. O reconhecimento do erro e da ilusão é ainda mais difícil, por que o erro e a ilusão não se reconhecem, em absoluto, como tais (MORIN, 2000, p. 19).

As considerações pontuadas por Morin, refletem que o conhecimento é construído pela ação humana em um dado tempo histórico para atender as suas necessidades, logo, não pode ser concebido como algo pronto e absoluto, mas relativizado e passível de ser mudado. Desse modo, faz-se necessário que os formadores de professores que desenvolvem formação em todos os níveis de ensino apresentem uma postura crítica, flexível, reflexiva e consciente, evidenciando uma visão globalizada, multidisciplinar e transdisciplinar da sua atuação, de maneira que reflita na melhoria do ensino.

Segundo Morin (2000), a inserção da abordagem transdisciplinar no pensamento complexo, não implica em romper de uma vez por toda com o paradigma simplificador, sustentado pela lógica determinista e reducionista, mas, é necessário abrir a mente para um pensamento unificador, que possibilite a conexão dos saberes. Dessa forma, a formação de formadores de professores precisa ser desenvolvida, objetivando mudanças significativas na prática do professor, possibilitando a compreensão e a aquisição do conhecimento, uma vez que essa, não se dá de forma isolada e tão pouco compartimentalizada, logo a prática de sala de aula não se dá de forma

homogeneizada, mas comportando as diversidades culturais.

Assim, a perspectiva transdisciplinar no pensamento complexo, propõe a conexão dos conhecimentos aos diferentes campos dos saberes e sua relação se dá de forma inseparável, com o meio cultural, social, econômico, político e evidentemente com a natureza.

De acordo com essa perspectiva, é necessário um novo olhar sobre o ato educativo, primando principalmente pelo desenvolvimento de uma formação do ser humano a partir de uma visão globalizada da educação, isso é essencial à execução de uma formação, pois possibilita ao formador de professor capacidade de ir além de seus conhecimentos específicos, pois favorece a realização de estratégias formativas em que a ética, a contradição de opiniões, o diálogo e as múltiplas ideias serão sempre ponto de debate, como bem ressalta Freire (2017, p.109):

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Portanto, as considerações de Freire remete-nos a reflexão de que o ato educativo necessita ser sempre mediatizado pelo diálogo entre os sujeitos, como forma de transformar as práticas pedagógicas em práticas mais humanizadas, permitindo assim a conexão dos conhecimentos entre os pares, a compreensão de que a assimilação do conhecimento não se dá de forma simples, porém complexa. A educação necessita de reformas urgentes, e de acordo com Morin (2000, p.41), “atualmente, não se sabe ao certo, quais paredes devam ser derrubadas, quais devam ser erguidas, o que de antigo deve permanecer e o que de novo merece espaço”. Nessa afirmação, percebemos o quão complexos se apresentam as possibilidades e os desafios que ele mesmo propõe em seus estudos, quando nos chama para refletir acerca de uma nova maneira de conceber a educação, a partir de um novo olhar. Um olhar mais humano, mais sensível e mais amoroso nas relações que se estabelecem no processo de ensinar e de aprender.

A tarefa de ensinar implica, sobretudo, na formação de profissionais éticos, sensíveis e preocupados com o processo de aprendizagem dos seus educandos. Acreditamos que essa mudança de paradigma, divulgada pelos teóricos contemporâneos, principalmente na perspectiva de Morin, se apresenta como um grande desafio para os coordenadores pedagógicos e professores, pois, se espera deles, um olhar mais amplo, global do processo educativo. Tal atitude inclui cada vez mais, uma nova forma de ver, pensar e sentir as suas práticas pedagógicas; algo que supere a visão uma e fragmentada dos saberes, em que na maioria das vezes o professor apenas repassa e transmite os conhecimentos de forma desconectada. Ao contrário disso, falar de formação de professores na perspectiva de um olhar global é pensar uma formação que se centra no diálogo e, portanto, no que é dialógico e que

prioriza a ética, a religação de saberes; numa identidade que se constrói de maneira crescente mediante processos recursivos, reflexivos e de auto-eco-organização, continuamente (MORAES, 2010)

Dessa forma, se explica a necessidade da inserção de uma formação de formador de professor com o primado da abordagem transdisciplinar no pensamento complexo, por buscar efetivar uma formação significativa, com a atitude, reflexiva dialógica e consciente sobre a sua atuação na natureza, enfim com práticas que abarca a dimensão transdisciplinar do ensino, para que haja a formação de sujeitos éticos, reflexivos e comprometidos com a natureza e com o bem estar da sociedade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento complexo, assim como a abordagem transdisciplinar se apresentam como alternativas viáveis na transformação do processo de ensino e aprendizagem, nesse cenário o coordenado pedagógico se apresenta como um dos agentes necessário a execução dessa abordagem, para isso precisa buscar desenvolver novas formas de pensar a educação, a fim de fundamentar sua prática formativa, com vistas a melhorar a ação pedagógica do professor e assim sistematizar as aprendizagens dos seus educandos.

Nesse sentido, é importante a realização de formação que busque desenvolver novas maneiras de olhar a educação, vislumbrando um olhar diferenciado acerca do ensino, a saber: crítica, reflexiva, com vistas a construção de seres humanos com uma visão transdisciplinar capaz ligar os saberes. Assim, um modelo de educação com essas características, vem ao encontro da formação do coordenador pedagógico que por sua vez atende aos anseios do professor.

Nesse sentido, ao se planejar uma formação continuada é importante pensar de forma crítica e reflexiva a prática pedagógica, logo a garantia do aprofundamento teórico, para favorecer as ações pedagógicas e a qualidade do ensino, como forma de gerar aprendizagem significativa, além de oportunizar a formação de sujeitos éticos, autônomos, sensíveis, comprometidos com a natureza e com o social capazes de promover as transformações tão urgentes no mundo.

Assim, as reflexões desencadeadas por esse estudo apontam para um novo caminho a ser seguido pela a educação, onde o pensamento humano precisa passar por grandes transformações, considerar o ser humano como sujeito de suas ações e construtor do conhecimento, primando principalmente pela articulação dos saberes.

Dessa forma desenvolver práticas pedagógicas na perspectiva da abordagem transdisciplinar no pensamento complexo, é importante e necessária a educação moderna, devido a gama de problemas vivenciados no interior das escolas e que implicam em atitudes diferenciadas por parte do profissional que atua diretamente no processo de ensino. Nesse sentido, desenvolver tal abordagem, significa que

o ser precisa se enxergar como sujeito situado historicamente nesse processo, ir sempre além dos seus conhecimentos específicos e das suas habilidades cognitivas, enfim está sempre de mente aberta, para refletir sobre a própria prática e ajudar na transformação de outras, assim como, transformar o ensino contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRECKENFELD, E. J. N.; GUIRAUD, L.; ROMANOWSKI, J. P. Considerações sobre a formação continuada do pedagogo escolar no sistema de ensino público estadual paranaense (2004-2008): possibilidades e limites. In: IX Congresso Nacional de Educação, 6, 2009 FALSARELLA, A. M. **Formação continuada e prática de sala de aula**: os efeitos da formação continuada na atuação do professor. Campinas: Autores Associados, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo, ed. Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, ed. Paz e Terra, 2017.

FORMOSINHO, João. A formação prática dos professores. Da prática docente na instituição de formação à prática pedagógica nas escolas. In: (Coord.). **Formação de professores**: aprendizagem profissional e ação docente. Porto: Porto, 2009. p. 93-117

GARCIA, C. M. **Formação de Professores**: para uma mudança educativa. Portugal: Porto Editora, 1999.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A relação conteúdo-forma: expressão das contradições da prática pedagógica na escola capitalista. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas: Papyrus, 1996.

MIZUKAMI, M. G. N., et al. **Escola e aprendizagem da docência**: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MIZUKAMI, M. G. N., et al. **Escola e aprendizagem da docência**: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MORAES, M. C. **Ecologia dos saberes**: Complexidade, Transdisciplinaridade e Educação. São Paulo: Antakarana/ Prolibera, 2008.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo, ed. Cortez 2000.

_____. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O Método 3: O conhecimento do conhecimento**. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PIMENTA, S. G. (Org). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**: formação de professores: Identidade e saberes da docência. São Paulo, Cortez, 2012.

_____. GHEDIN, E. (Org). **Professor Reflexivo no Brasil, gênese e crítica de um conceito**: Professor reflexivo, construindo uma crítica. São Paulo, 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 361

A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA

Andréia de Oliveira Militão

Escola de Ciências da Saúde de Patos.
Patos-Paraíba

Angela Maria Sales Barros

Departamento de Genética da UFPE
Recife-Pernambuco

RESUMO: A Doença de Alzheimer (DA) é uma patologia neurodegenerativa, definida clinicamente por declínio lento e progressivo de funções cognitivas. Promove demência e o óbito advém, em média, no período de oito anos. Sob critérios genéticos a DA é classificada como de início precoce e de início tardio, denominações essas baseadas na idade de aparecimento dos sintomas. Nesse capítulo, informações relevantes sobre a DA com ênfase à genética e aos novos avanços, coletadas, através de revisão bibliográfica, e anteriormente publicadas em revista científica e anais de congresso, foram reorganizadas e disponibilizadas de forma a facilitar o conhecimento sobre a doença, ao acesso e contribuir com pesquisas voltadas ao entendimento da doença.

PALAVRAS-CHAVES: Doença de Alzheimer, Genética, Doença de Alzheimer de Início Precoce, Doença de Alzheimer de Início Tardio.

ABSTRACT: Alzheimer's Disease (AD) is a neurodegenerative disorder, clinically defined

by slow and progressive decline of cognitive functions. It promotes dementia and death occurs, on average, over a period of eight years. Under genetic criteria AD is classified as early-onset and late-onset, denominations based on the age of onset of symptoms. In this chapter, relevant information on AD with emphasis on genetics and new advances, collected through a bibliographical review and previously published in a scientific journal and annals of congress, has been reorganized and made available in order to facilitate knowledge about the disease, access and contribute to research aimed at understanding the disease.

KEYWORDS: Alzheimer's Disease, Genetics, Early Onset Alzheimer's Disease, Late Onset Alzheimer's Disease.

1 | GENERALIDADES

Em 1901, um caso incomum chamou a atenção do médico alemão Alois Alzheimer: uma de suas pacientes apresentava um distúrbio cognitivo progressivo, cujas manifestações culminaram em óbito após um período de quatro anos. Suas observações, juntamente à avaliação *post mortem*, tornaram-se a primeira descrição clínica evidente de uma devastadora doença, que algum tempo depois passou a ser denominada Doença de Alzheimer (DA), em

homenagem a seu célebre descobridor. (ALZHEIMER, 1907)

A DA define-se clinicamente pelo declínio gradativo de funções cognitivas, que evolui para a demência progressiva até a morte do indivíduo. Associada à morte neuronal em locais indispensáveis à memória e para uma série de outras funções mentais, atinge principalmente o hipocampo e o neocórtex. As alterações neuropatológicas prevalentes são a formação de placas de β -amilóide (β A), formadas pelo acúmulo desse peptídeo, e os emaranhados neurofibrilares constituídos pela proteína τ hiperfosforilada contorcida. Estes achados são observações *post mortem*, onde também são visualizadas diminuições no encéfalo, alterações microvasculares e acentuada inflamação (CASELI et al., 2006; JELLINGER, 2006).

Os fatores correlacionados ao surgimento da doença são genéticos, epigenéticos e ambientais, caracterizando-a como um distúrbio complexo multifatorial. Sob critérios genéticos, a DA é classificada em Doença de Alzheimer de Início Precoce (DAIP), que geralmente tem início inferior aos 60 anos e apresenta herança mendeliana, e em Doença de Alzheimer de Início Tardio (DAIT), sem predomínio de agregação familiar e considerada a maior causa de demência em idosos. No entanto, casos que relatam o inverso já foram observados, só que são demasiadamente raros. Inúmeros fatores de risco genéticos, que resultam no surgimento da DA já foram identificados. Mas, diversas pesquisas que elucidem de forma totalmente coesa ou que apontem novos candidatos responsáveis pelo desenvolvimento dessa patologia ainda estão em curso (ALAGIAKRISHNAN; GILL; FAGARASANU, 2012; BIHAQI et al., 2012; GATZ et al., 2006; HOLTZMAN et al., 2011; SCHU et al., 2012).

2 | EPIDEMIOLOGIA

A DA é a forma mais comum de demência atuando progressivamente e irreversivelmente, além de ser considerada a doença neurodegenerativa que mais acomete idosos. Diante da incidência e prevalência, a idade é considerada o principal fator de risco conhecido para o desenvolvimento da doença, que também está intrinsecamente ligada à história familiar. Fatores ambientais e epigenéticos, também estão associados ao risco de acometimento pela doença, porém suas participações na etiologia não foram totalmente esclarecidas diante da dificuldade de integrá-los a estudos experimentais (BEKRIS et al., 2010; REITZ et al., 2011).

Segundo a Alzheimer's Diseases International (ADI), as estimativas de 2009 apontaram que no ano de 2012, 36 milhões de pessoas seriam portadoras de demência havendo um aumento para 66 milhões em 2030 chegando a 115 milhões em 2050, apresentado na Figura 1. O custo em escala global desencadeado pelo problema equivale a \$ 604 bilhões, que compreende cerca de 1% do PIB global, Figura 2, tendendo a aumentar equivalentemente ao aumento do número de indivíduos acometidos. A projeção desse aumento significativo está relacionado, juntamente a outros fatores, ao aumento da expectativa de vida da população. De acordo com a

Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula-se que em 2025 existirão 1.2 bilhões de pessoas acima dos 60 anos, das quais àquelas com 80 anos ou mais formarão o grupo mais numeroso.

Por outro lado, a Organização Mundial de Saúde (World Health Organization) apontou em 2010 dados que mostraram um aparecimento de um novo caso de demência a cada quatro segundos, um valor três vezes mais alto que o de surgimento de novos casos de HIV.

The growth in numbers of people with dementia in high income countries and low and middle income countries

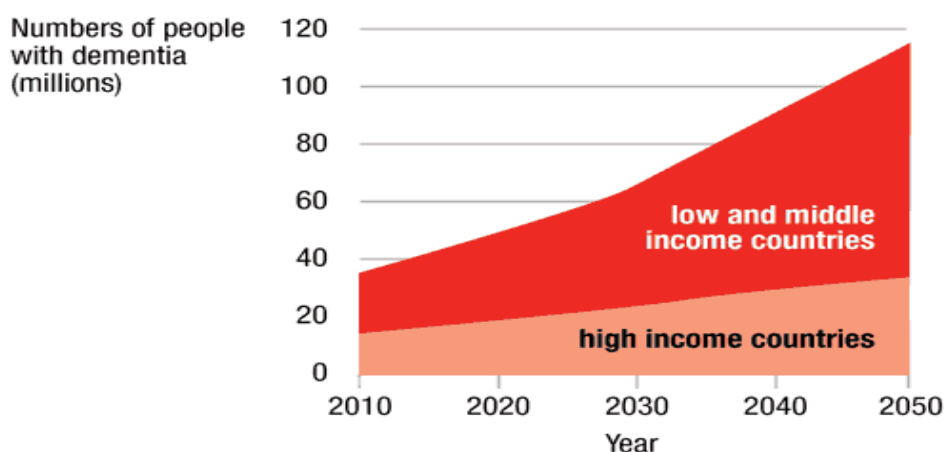


Figura 1: os números de crescimento de pessoas com demência em países de alta renda e os países de baixa e média renda

FONTE: <http://www.alz.co.uk/research/statistics>

Cost of dementia compared to company revenue

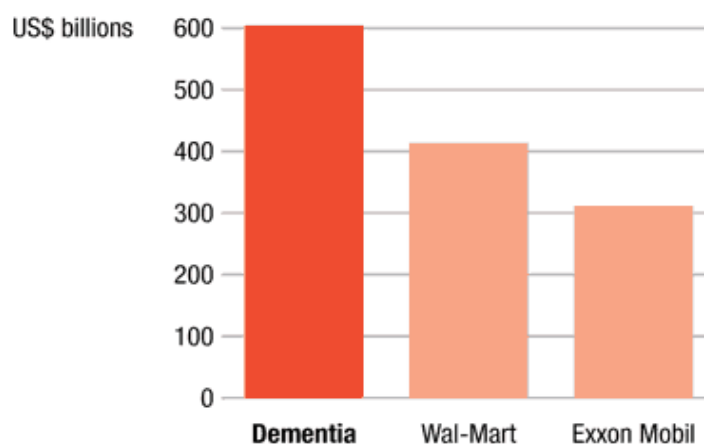


Figura 2: Custo de demência no mundo

FONTE: <http://www.alz.co.uk/research/statistics>

3 | GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER

Durante a década de 1930 foram relatados vários casos de DA familiar, que apresentavam um padrão de herança autossômica dominante, com o acometimento de inúmeros indivíduos em cada geração. Como o aparecimento da doença ocorria quase sempre antes dos 65 anos, os médicos da época caracterizaram a DA como uma demência que surgia antes da fase de vida senil, e portanto distinta da demência senil. No entanto, na década de 80, estudos comprovaram que ambas constituíam a mesma forma de demência (LOWENBERG; WAGONNER, 1934; MCMENEMEY; WORSTER-DROUGHT; WILLIAMS 1939; TERRY; DAVIES, 1980).

A DA é caracterizada como uma doença que apresenta elevada complexidade genética. A forma de Doença de Alzheimer de início precoce (DAIP) está relacionada principalmente a mutações nos genes APP, PSENI, PSENI. Ao passo que a forma tardia, que acomete indivíduos após os 65 anos, está ligada a polimorfismos no gene APOE. Devido à heterogeneidade clínica e de *locus*, a identificação de novos genes é dificultada principalmente na DAIT. Além disso, estudos com pouca eficiência podem resultar em resultados falsos negativos (ERTEKIN-TANER, 2010; WILLIAMSON GOLDMAN; MARDER, 2009).

As duas principais ferramentas de estudo genético para novos genes envolvidos na doença de Alzheimer são as análises de ligação genética e os estudos de associação caso-controle. No primeiro método são utilizados grupos familiares, que apresentam casos hereditários, onde não foram visualizadas mutações, com o objetivo de detectar locais cromossômicos ligados a patologia, utilizando métodos que medem a segregação de marcadores, com especificidade a um fenótipo estabelecido, a uma determinada família. Já nos estudos de associação, são utilizados um grupo de indivíduos que apresentam a DA e um outro, de pacientes saudáveis, e pesquisadores analisam a frequência de um determinado alelo (DAWN TEARE; BARRET, 2005; GUERREIRO; GUSTAFSON; HARDY, 2012).

O processo apoptótico em células neuronais e gliais apresenta um aspecto significativo na patologia da DA. Foram localizados no gene codificante da proteína p73, que participa como reguladora de genes ligados a apoptose, localizado no cromossomo 1, na região 36q3, três polimorfismos de nucleotídeo simples através de um estudo desenvolvido na Itália, com pacientes que desenvolveram a forma tardia da doença, onde foi constatado o surgimento dos sintomas cinco anos antes nos indivíduos homocigóticos para o alelo AT (do SNP G4C14), indicando a participação provável do gene na patologia (SCACCHI et al., 2009).

Um provável gene candidato que também apresenta localização no cromossomo 1, na região 36q1, é o ECE-1, que codifica a enzima conversora de endotelina envolvida na produção de β A e na regulação da endotelina, o alelo 338A, foi evidenciado como protetor na forma DAIT, segundo um estudo realizado com chineses. Recentemente um grande número de estudos, incluindo os de associação do genoma, mostraram que

o loci CR1, região 1q32, membro dos receptores de ativação do sistema complemento, leva a suscetibilidade a forma de início tardio, juntamente a outros dez genes com localizações cromossômicas distintas (ADAM et al., 2011; JIN et al., 2009; SCACCHI et al., 2008).

Segundo alguns estudos, a produção aumentada de β A pode ser induzida pelo aumento nos níveis de colesterol, com isso, a superexpressão de 3-Hidroxi-3-metilglutaril-CoA redutase (HMGCR), que regula a síntese de colesterol, pode ter ligação na patologia de Alzheimer. Foram localizados e estudados polimorfismos existentes nesse gene, localizado no cromossomo 5, região 13q3, e os resultados evidenciaram um maior risco no desenvolvimento da doença, quando em conjunto com a presença de dois polimorfismos existentes no gene ABCA1, localizado no cromossomo 9, região 31q1, que conferiam uma diminuição na produção da proteína de membrana que transporta colesterol, codificada por este gene (RODRIGUEZ et al., 2009; RODRIGUEZ et al., 2010).

Além desses, outros genes envolvidos na síntese ou transporte de colesterol também estão sendo avaliados, o que mostra a importância da interação entre esses genes para apontar o possível risco para desenvolver a DA, ou como, provável alvo terapêutico (PAOLO; KIM, 2011).

Estudos genéticos relatam a presença de 19 genes candidatos, com localização no cromossomo 9, cujas mutações apresentam provável associação com o desenvolvimento da DAIT. Dentre eles está o gene DAPK1, que codifica uma proteína cinase associada ao processo apoptótico, que por sua vez, é degradada pela proteína codificada pelo gene UBQLN1. Este gene apresenta ligação com os genes PSEN1 e PSEN2, dois dos mais significativos encontrados até o momento (BERTRAM; TANZI, 2005; LI et al., 2006).

Por outro lado, mutações em dezenas de genes, que aparentam contribuir para o desenvolvimento da DA, foram localizados no cromossomo 10. Por exemplo, o gene IDE e suas variantes, localizado na região 10q24, tem sua funcionalidade expressa pela produção de uma enzima que promove a degradação da insulina, e como casos de hiperinsulinemia foram sugestivos para o aumento do desenvolvimento de DA em alguns estudos, este gene é um forte candidato. Mutações no fator de transcrição TFAM, por sua vez, juntamente com outras que atingem os genes CH25H e SORCS1, também parecem estar associadas ao desenvolvimento da DA em diversos estudos (BERTRAM et al., 2000; LUCHSINGER et al., 2004; VEPSALANEIN et al., 2007).

Os estudos realizados através da utilização de técnicas de imunohistoquímica e microarray, demonstraram que o gene GAB2 apresentava expressão aumentada em indivíduos propensos ao desencadeamento da patologia. Este gene foi identificado também em neuritos distróficos, e foi comprovada que sua expressão desencadeia um aumento na fosforização da proteína τ . O Gene SORL1, por sua vez, codifica o receptor LR11/SorLA e pode ter participação no processamento de APP (POTTIER et al., 2012; REIMAN et al., 2007; ROGAEVA et al., 2007).

Com localização cromossômica em 21q21, o gene codificante da APP é um dos mais importantes genes relacionados ao desenvolvimento da DA. A proteína precursora amiloide é uma proteína integral constituinte de membranas e expressa em diversos tecidos. Produzida no retículo endoplasmático, sofre modificações no complexo de golgi, e através da via secretora é conduzida para a superfície celular. Ao que tudo indica, apresenta funções relacionadas ao movimento e adesão celular e como reguladora sináptica. Apresenta-se predominantemente em três isoformas de splicing: APP751, APP770 e APP695, sendo a última a de maior ocorrência cerebral. As mutações ocorrentes no gene da APP estão geralmente associadas ao desenvolvimento da DAIP, caracterizada com um padrão autossômico dominante (HOLTZMAN et al., 2011; LAPERLA et al., 2007; PRILLER et al., 2006; WETZEL-BOSSY et al., 2004).

Cerca de 30 mutações relacionadas a este gene já foram apontadas, sendo que o risco de desenvolvimento patológico está presente em 25 destas, desencadeando a forma precoce autossômica. Já a variante N601Y, considerada rara, foi observada em um caso recente de DAIP, evidenciando o envolvimento do gene também na forma menos comum da doença (CRUCHAGA et al., 2012).

Estas proteínas participam do complexo γ -secretase e do processo de clivagem da APP. O gene PSEN1 acha-se localizado no cromossomo 14, na região 14q24, enquanto, o gene PSEN2 tem localização no cromossomo 1. Estes dois genes apresentam homologia de sequência de aproximadamente 80% e estudos mostraram que mutações no PSEN1 promove redução na produção de APP, em contraposição ao PSEN2, que quando mutado, provoca o aumento da produção do peptídeo β A (BEKRIS et al., 2010; VEPSALANEIN et al., 2007).

A apolipoproteína E (APOE) é uma glicoproteína constituída por 299 aminoácidos. Sua síntese é principalmente hepática, cerebral por neurônios e astrócitos e no sistema imune é produzida por macrófagos e monócito. Apresenta como funções a manutenção estrutural e regulação do metabolismo de algumas glicoproteínas das quais participa da constituição, além de contribuir em processos absorptivos e de redistribuição de colesterol no organismo. É codificada por um gene situado no cromossomo 19 (região 19q13). Até o momento, foram identificados três alelos ϵ 2, ϵ 3 e ϵ 4, dos quais, o alelo ϵ 4, quando presente num indivíduo, constitui-se num dos mais importantes fatores de risco para o desenvolvimento da DA. Por outro lado, portadores do alelo ϵ 2 parecem apresentar um risco relativamente baixo de desenvolverem a doença (KIM; BASAK; HOLTZMAN, 2009; VERGHESE et al., 2011).

A proteína associada ao microtúbulo tau, é codificada pelo gene MAPT localizado no cromossomo 17, região 21q1. Devido a splicing alternativo do RNAm, seis isoformas pode ser resultantes. Como função fisiológica é responsável por promover a estabilização de microtúbulos neuronais, ligando-se lateralmente a superfície. De forma anormal, encontra-se hiperfosforilada gerando os emaranhados intracelulares presentes em distúrbios neurodegenerativos (HIMLER, 1989; JEGANATHAN et al., 2012; YOSHIDA; GOEDERT, 2011; WEIGARTEN et al., 1975).

4 | DOENÇA DE ALZHEIMER E SÍNDROME DE DOWN

A síndrome de Down ocorre pela presença de uma cópia adicional do cromossomo 21, sendo considerada a causa genética mais frequente para o desenvolvimento de perda cognitiva. Adultos que apresentam esta síndrome estão mais susceptíveis ao risco de desenvolver a DAIP, ao que tudo indica, pela presença e expressão em duplicata, do gene APP, localizado neste cromossomo, região 21q3, ocasionando o acúmulo excessivo de β A no cérebro (MONCASTER et al., 2010).

5 | AVANÇOS RECENTES

Os recentes avanços na utilização da nanotecnologia têm sido propostos como uma ferramenta de impacto significativo na neurologia. Essas nanométricas partículas que podem ser lipídicas, poliméricas, inorgânicas e de outros constituintes, são testadas para entrega controlada de drogas em diferentes condições. Nanopartículas que apresentam elevada especificidade para células endoteliais localizadas em capilares cerebrais podem contribuir tanto no diagnóstico precoce, quanto no tratamento da DA. As partículas que apresentam essa capacidade de ultrapassar a barreira hemato encefálica podem ser modificadas para liberar de forma controlada fármacos, terapeuticamente (BRAMBILLA et al., 2011; SILVA, 2010).

As nanopartículas podem ser liberadas no organismo, a partir de vias de administração distintas, no entanto, a administração oral indica o provável aumento da biodisponibilidade de fármacos utilizados na DA, maximizando os resultados positivos (BRAMBILLA et al., 2011).

Dentre os compostos estudados, nanopartículas de ferro magnético, já tiveram sua utilização aprovada, como contraste em ressonância magnética, no EUA, devido sua grande área de contato, baixa toxicidade e potencial magnético. De forma semelhante, moléculas de ferro monocristalino associadas a manitol, mostraram-se capazes de reconhecer placas de APP, em um estudo utilizando ratos transgênicos. Inibidores da acetilcolinesterase, tioflavina T e nanopartículas de ouro também obtiveram notória força, em estudos que visam o desenvolvimento de tratamentos eficazes e rápidos no diagnóstico em DA (BRAMBILLA et al., 2011; DE VRIES et al., 2005; SKAAT; MARHEL, 2009 ;WADGHIRI, 2009).

Por outro lado, pesquisadores tentam desenvolver a terapia celular mediada pela utilização de células tronco devido a seu alto potencial terapêutico, de forma a reverter os prejuízos cerebrais desencadeados pela doença. A estimulação de células pluripotentes já existentes no tecido nervoso, através de fatores de crescimento, propiciando a migração dessas para locais alvo afetados, ou mesmo, a inoculação de células tronco exógenas obtidas por culturas, são as principais formas de estudos atuais para a implantação dessa técnica. Para isso, é necessário um total entendimento da participação e contribuição da neurogênese, em indivíduos adultos, e do papel

das células estaminais neuronais, promovendo assim, novas expectativas de bons resultados na busca de tratamentos eficientes contra a DA. (TAUPIN, 2006; TAUPIN, 2009; TAUPIN, 2012).

Outras tentativas incluem a obtenção de diagnóstico precoce, por meio de marcadores biológicos que apresentem grande sensibilidade e especificidade, para conseguirem detectar alterações características da doença, nos períodos iniciais da patogênese. Inúmeras moléculas biomarcadoras estão sendo desenvolvidas e testadas, para assim, efetivarem a rapidez e promoverem a melhoria de vida dos pacientes (HUMPEL, 2011; RINGMAN et al., 2012).

6 | DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

A avaliação da história clínica, juntamente ao exame neurológico e testes neuropsicológicos, compreendem a principal forma de diagnóstico para o reconhecimento de indivíduos portadores da DA. Além de diagnosticar a doença, esses aspectos propiciam a identificação do grau de acometimento que pode ir do mais simples até os mais graves. São avaliados diferentes sinais de comprometimento, uma conduta fundamental para a diferenciação de outras patologias que apresentam sintomatologia semelhante (JACK et al., 2010; SPERLING et al., 2011).

Entretanto, o diagnóstico definitivo da Doença de Alzheimer, como de outras patologias neurodegenerativas, só é possível por análise histopatológica realizado no *post mortem*. Baseia-se na presença de alterações histopatológicas características sendo as principais, os emaranhados neurofibrilares compostos de proteínas τ hiperfosforiladas e as placas com o peptídeo β A. Apesar dessas alterações também se acharem presentes em indivíduos idosos que não apresentam DA, o padrão morfológico encontrado nos indivíduos portadores de Alzheimer é bastante diferenciado pela densidade e distribuição dessas alterações (GOEDERT, 2006).

Apesar dos enormes esforços empregados em grandes pesquisas, ainda não existe uma cura para a DA. O tratamento atual baseia-se em terapia a base de fármacos, visando o retardamento dos sintomas, e a terapia ocupacional. Os principais fármacos disponíveis hoje são os bloqueadores da formação de depósitos de β -amilóide, inibidores da acetilcolinesterase e o N-metil aspartato antagonista do glutamato (KLUGMAN et al., 2012).

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade no entendimento total dos fatores que geram o desenvolvimento da Doença de Alzheimer tem restringido as perspectivas de cura ao futuro, apesar do grande número de pesquisas desenvolvidas. Ao passo que novas descobertas são feitas, inúmeros outros questionamentos são levantados retardando assim, resultados

positivos.

Na genética, um grande número de genes já teve seu envolvimento comprovado, e muitos outros apresentam provável participação, sendo alvo de muitas pesquisas. Além disso, a ligação desses genes geralmente é distinta entre as formas de Doença de Alzheimer de Início precoce e Doença de Alzheimer de Início tardio. Por outro lado, o conhecimento genético que gira em torno dessa patologia, pode indicar o risco do surgimento da doença, mediante perfil genético e a partir de monitoramento permitir uma descoberta precoce, até mesmo na fase assintomática, minimizando e/ou retardando os sintomas.

Apesar de complexas, a utilização da nanotecnologia, terapia celular e os biomarcadores têm aumentado a esperança na busca de melhores tratamentos e na descoberta da doença, na fase inicial. No entanto, pesquisadores ainda terão que trabalhar em formas viáveis e seguras para implantação dessas técnicas.

Diante disso a Doença de Alzheimer, mesmo centrada em inúmeras pesquisas, ainda é vista como um paradoxo, e seu entendimento total encontra-se disperso em pequenas peças que se comportam como um quebra-cabeça complicado. Mas, apesar das dificuldades a luta continua diariamente ao redor do mundo e espera-se que pesquisadores e os milhões de pacientes portadores da doença e possíveis acometidos futuros alcancem em breve a vitória.

REFERÊNCIAS

ALAGIAKRISHNAN, K.; GILL, S.S.; FAGARASANU, A. **Genetics of epigenetics Alzheimer's disease**. Postgraduate Medical Journal, v. 88, n. 1043, p. 522-529, 2012.

ALZHEIMER, A. **Ueber eine eigenartige Erkrankung der Hirnrinde**. Allgemeine Zeitschrift für Psychiatrie and Psychiatrisch-gerichtliche Medizin, v. 64, p. 646-648, 1907.

Alzheimer's Diseases International (ADI). **The global voice on dementia**. London: Alzheimer disease international, 2009. Disponível em: < <http://www.alz.co.uk/research/WorldAlzheimerReport2012.pdf> >. Acesso em: 18 de nov., 2012.

Alzheimer's Diseases International (ADI). **World Alzheimer Report**. London: Alzheimer disease international, 2009. Disponível em: < <http://www.alz.co.uk/research/WorldAlzheimerReport2012.pdf> >. Acesso em: 17 de jan., 2019.

DAWN TEARE, M.; BARRET, J. H. **Genetic linkage studies**. The lancet , v. 366, n. 9490, p. 17-23, 2005.

BEKRIS, L. D. et al. **Genetics of Alzheimer Disease**. Journal of Geriatric Psychiatry and Neurology, v. 23, n. 4, p. 213-227, 2010.

BERTRAM, L. et al. **Evidence for genetic linkage of Alzheimer's disease to chromosome 10q**. Science, v. 290, p. 2302-2303, 2000.

BERTRAM, L.; TANZI, R. E. **The genetic epidemiology of neurodegenerative disease**. Journal of Clinical Investigation, v. 115, n. 6, p. 1449-1457, 2005.

- BIHAQI S, W. et al. **Do epigenetic pathways initiate late onset Alzheimer disease (LOAD): towards a new paradigm.** Current Alzheimer Research, v.9, n. 5, p. 574-578, 2012.
- BRAMBILLA, D. et al. **Nanotechnologies for Alzheimer's disease: diagnosis, therapy, and safety issues.** Nanomedicine, v. 7, p. 521-540, 2011.
- CASELI, R. J. et al. **Alzheimer's disease a century later.** Journal of Clinical Psychiatry, v. 67, p. 1784-1800, 2006.
- CRUCHAGA, C. M. et al. **Rare Variants in APP, PSEN1 and PSEN2 Increase Risk for AD in Late-Onset Alzheimer's Disease Families.** Plos one, v. 7; n. 5, p. 12-26, 2012.
- DE VRIES, I. J. et al. Boerman OC, et al. **Magnetic resonance tracking of dendritic cells in melanoma patients for monitoring of cellular therapy.** Nature biotechnology, v. 23, p. 1407-1413, 2005.
- GATZ, M. et al. **Role of and genes environments for explaining Alzheimer disease.** Archives of General Psychiatry, v. 63, p. 168-174, 2006.
- GOEDERT, M. **A century of Alzheimer's disease.** Science, v. 314, n. 5800, p. 777-781, 2006.
- GUERREIRO, R. J.; GUSTAFSON, D. R.; HARDY, J. **The genetic architecture of Alzheimer's disease: beyond APP, PSENs and APOE.** Neurobiology of aging, v. 33, n. 3, p. 437-456, 2012.
- HIMMLER, A. et al. **Tau consists of a set of proteins with repeated C-terminal microtubule-binding domains and variable N-terminal domains.** Molecular and cellular, v. 9, n. 4, p. 1381-1388, 1989.
- HOLTZMAN, D. M.; MORRIS, J.C.; GOATE, A. M.; **Alzheimer's disease: the challenge of the second century.** Science Translational Medicine, v. 3, n.77, p. 71-77, 2011.
- HUMPEL, C. **Identifying and validating biomarkers for Alzheimer's disease.** Trend in Biotechnology, v. 29, p. 26-32, 2010.
- JACK, C. et al. **Hypothetical model of dynamic biomarkers of the Alzheimer's pathological cascade.** The Lancet of Neurology, v. 9, p. 119-128, 2010.
- JEGANATHAN, S. et al. **Conformations of Microtubule-Associated Protein Tau Mapped by Fluorescence Resonance Energy Transfer.** Methods in Molecular Biology, v. 849, p. 85-99, 2012.
- JELLINGER, K. A. **Alzheimer 100 – highlights in the history of Alzheimer research.** Journal of Neuronal Transmission, v. 1013, n. 11, p. 1603-1623, 2006.
- KIM, J.; BASAK, J. M.; HOLTZMAN, D. M.; **The role of Apolipoprotein E in Alzheimer's Disease.** Neuron, v. 63, n. 3, p. 287-303, 2009.
- KLUGMAN, A. et al. **Antioxydant enzymatic activities in Alzheimer's disease: the relationship to acetylcholinesterase inhibitors.** Journal of Alzheimer's Disease, v. 30, n. 3, p. 467-474, 2012.
- LI, Y. et al. **DAPK1 variants are associated with Alzheimer's disease and allele-specific expression.** Human Molecular Genetics, v. 15, n. 17, p. 2560-2568, 2006.
- LOWENBERG, K.; WAGONNER, R. W. **Familial organic psychosis (Alzheimer's type).** Archives of Neurology and Psychiatry, v. 31, p. 737-754, 1934.

- LUCHSINGER, J. A; TANG, M, X; SHEA, S. **Hyperinsulinemia and risk of Alzheimer's disease.** *Neurology*, v. 63. P. 1187-1192, 2004.
- MONCASTER, J. A. et al. **Alzheimer's Disease Amyloid-b Links Lens and Brain Pathology in Down Syndrome.** *Plos one*, v. 5, n. 5, p. 1-13, 2010.
- PAOLO, G. D; KIM, T. W. **Linking Lipids to Alzheimer's Disease: Cholesterol and Beyond.** *Nature reviews neuroscience*, v. 12, p. 284-296, 2011.
- POTTIER, C. et al. **High frequency of potentially pathogenic SORL1 mutations in autosomal dominant early-onset Alzheimer disease.** *Molecular Psychiatry*, v. 17, p. 875-879, 2012.
- PRILLER, C. et al. **Sinapsion formation and functions is modulated by the amiloyd precursor protein.** *The Journal of Neuroscience*, v. 26, n. 27, p. 7212-7221, 2006.
- REIMAN, E. M. et al. **GAB2 alleles modify Alzheimer's risk in APOE epsilon4 carries.** *Neuron*, v. 54, n. 5, p.713-720, 2007.
- REITZ, C.; BRAYNE, C.; MAYEUX, R. **Epidemiology of Alzheimer disease.** *Nature Reviews Neurology*, v. 7, n. 3, p. 137-152, 2011.
- RINGMAN, J. M. et al. **Cerebrospinal fluid biomarkers and proximity to diagnosis in preclinical familial Alzheimer's disease.** *Dementia and Geriatric Cognitive Disorders*, v. 33, n. 1, p. 1-5, 2012.
- RODRIGUEZ-RODRIGUEZ, E. et al. **Epistasis between intracellular cholesterol trafficking-related genes (NPC1 and ABCA1) and Alzheimer's disease risk.** *Journal of Alzheimer's Diseases*, v. 21, n. 2, p. 619-625, 2010.
- RODRIGUEZ-RODRIGUEZ, E. et al. **Interaction between HMGCR and ABCA1 cholesterol-related genes modulates Alzheimer's disease risk.** *Brain Research*, v. 1280, p. 166-171, 2009.
- ROGAEVA, E. et al. **The neuronal sortilin-related receptor SORL1 is genetically associated with Alzheimer disease.** *Nature Genetics*, v. 39, p. 168-177, 2007.
- SCACCHI, R. et al. **C-338A polymorphism of the endothelin-converting enzyme (ECE-1) gene and the susceptibility to sporadic late-onset Alzheimer's disease and coronary artery disease.** *Diseases markers*, v. 24, n. 3, p. 175-179, 2008.
- SCACCHI, R. et al. **Association study between P53 and P73 gene polymorphisms and the sporadic late-onset form of Alzheimer's disease.** *Journal of Neural Transmission*, v. 116, n. 9, p.1179-1184, 2009.
- SCHOTTKY, J. **Ueber praesenile Verbloedruen.** *The Journal of Neurology and Psychiatry*, v. 140, p. 333-397, 1942.
- SCHU, M. C. et al. **The genetics of Alzheimer's Disease.** *Biological Psychiatry*, v. 28, p. 15-29, 2012.
- SILVA, G. A. **Nanotechnologies applications and approaches for neuroregeneration and drug delivery to the central of nervous system.** *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1199, p. 221-230, 2010.
- SKAAT, H; MARGEL, S. **Synthesis of fluorescent-maghemite nanoparticles as multimodal imaging agents for amyloid-β fibrils detection and removal bya magnetic field.** *Biochemical and Biophysical Research Communications* , v. 386, p. 645-649, 2009.
- SPERLING, R. A. et al. **Towards defining the preclinical stages os Alzheimer's disease:**

recommendations from the National Institute on Aging-Alzheimer's Association Workgroups on diagnostic guidelines for Alzheimer's disease. *Alzheimer's Dementia*, v. 7, p. 280-292, 2011.

TAUPIN, P. **Adult Neurogenesis in Alzheimer's Disease and Therapies.** *Stem Cell Biology and Regenerative Medicine*, p. 383-393, 2012.

TAUPIN, P. **Adult Neurogenesis, Neural Stem Cells and Alzheimer's Disease: Developments, Limitations, Problems and Promises.** *Current Alzheimer Research*, v. 6, p. 461-470, 2009.

TAUPIN, P. **Adult neuronal stem cells, neurogenic niches and cellular therapy.** *Stem Cell Reviews*, v. 2, n. 3, p. 213-219, 2006.

TERRY, R. W.; DAVIES, P. **Dementia of the Alzheimer type.** *Annual Review of Neuroscience*, v. 3, p. 77-95, 1980.

VEPSALAINEN, S. et al. **Insulin-degrading enzyme is genetically associated with Alzheimer's disease in the Finnish population.** *Journal of Medical Genetics*, v. 49, n. 9, p. 606-608, 2007.

VERGHESE, P. B.; CASTELLANO, J. M.; HOLTZMAN, D. M. **Apolipoprotein E in Alzheimer's disease and other neurological disorders.** *The Lancet Neurology*, v. 10, n. 3, p. 241-252, 2011.

WADGHIRI, Y. Z. et al. **Detection of Alzheimer's amyloid in transgenic mice using magnetic resonance microimaging.** *Magnetic Resonance in Medicine*, v. 50, p. 293-302, 2003.

WEINGARTEN, M. D. et al. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 72, N. 5, P. 1858-1862, 1975.

WETZEL-BOSSY, E.; SCHARZENBACHER, R.; LIPTON, S. A. **Molecular pathways to neurodegeneration.** *Nature Medicine*, v. 10, n. 1, p. 2-9, 2004.

WILLIAMSON, M. S.; GOLDMAN, J.; MARDER, K. S. **Genetic aspects of Alzheimer disease.** *Neurologist*, v. 15, n. 2, p. 80-86, 2009.

WORLD Health Organization. **Dementia a public health priority.** Geneva: World Health Organization, 2010. Disponível em: < http://www.who.int/whr/2010/whr10_pt.pdf >. Acesso em: 17 de jan., 2019.

YOSHIDA, H; GOEDERT, M. **Phosphorylation of microtubule-associated protein tau by AMPK-related kinases.** *Journal of Neurochemistry*, V. 120, N. 1, P. 165-176, 2011.

A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE

Amanda Rebeka Lima de Souza

Universidade Federal do Acre-UFAC,

Programa de Pós Graduação Lato Sensu Em
Economia Regional e Políticas Públicas - ERPP

Rio Branco – AC

RESUMO: A região Amazônica possui dimensões continentais e um mosaico de forma de uso e ocupação do solo. A diversidade de ocupação na região ocorre em função de iniciativas governamentais para ocupar e proteger a Amazônia. O desenvolvimento de projetos e programas dados pelo Governo Federal cria e recria modelos de ocupação que traz impactos negativos. Busca – se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação, Amazônia, Ocupação, Reserva extrativista.

ABSTRACT: The Amazon region has

continental dimensions and a mosaic of soil use and occupation. The diversity of occupation in the region occurs due to governmental initiatives to occupy and protect the Amazon. The development of projects and programs given by the Federal Government creates and recreates occupation models that have negative impacts. In the present work, we seek to understand the management models that are currently used in the Alto Acre region. Assessing territorial dynamics is fundamental to research. For that, it was necessary to collect documents, laws and projects at national, state and municipal scale. According to the results found, the public policies implemented in the region do not serve the majority of the population that lives there.

KEYWORDS: Conservation Units, Amazon, Occupation, Extractive reserve.

1 | INTRODUÇÃO

Assim como o restante da Amazônia, o Estado do Acre também possui uma diversidade de ocupação e de conflitos em função das formas de uso e ocupação do solo, em especial a microrregião denominada Alto Acre.

O respectivo local, Alto Acre, encontra-se os municípios de Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia e Xapuri. Os modelos de gestão do território na região Alto Acre são

diversificados, a saber: Reserva Extrativista Chico Mendes, Estação Ecológica, Terras Indígenas, Áreas de relevante interesse ecológico e Projetos de Assentamentos de diferentes modalidades.

Esse mosaico mencionado traz uma série de conflitos entre diferentes atores sociais (seringueiros, agricultores, indígenas, pecuaristas, etc.). Dessa forma o recorte espacial se justifica em função das grandes e históricas transformações ocorridas na área em questão, entre as quais se destacam: pavimentação de estradas, criação de Unidades de Conservação, além dos constantes conflitos entre posseiros, grileiros, pecuaristas, agricultores e populações tradicionais.

De modo geral iremos analisar no contexto temporal e espacial os Modelos de Gestão do Território - Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reserva Extrativista Chico Mendes - Resex e Área de Relevante Interesse Ecológico - Arie) e Projetos de Assentamento (PA) implantados na região Alto Acre.

2 | ÁREA DE ESTUDO

O Estado do Acre está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, corresponde a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional. O Estado ainda faz fronteira internacional com os países da Bolívia e Peru, e os Estados do Amazonas e Rondônia como se observa no mapa 1.

O Estado conta com vinte e dois municípios e a capital é a cidade de Rio Branco. Segundo os dados do IBGE 2010 o Estado conta com uma população de 733.559 habitantes e densidade demográfica de 4,47 hab./Km². O mesmo se encontra dividido em cinco microrregiões estabelecidas pelo IBGE. E no ano de 2000, as microrregiões foram definidas como Regionais de Desenvolvimento, estabelecido pelo Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (ZEE). (Acre, 2000).

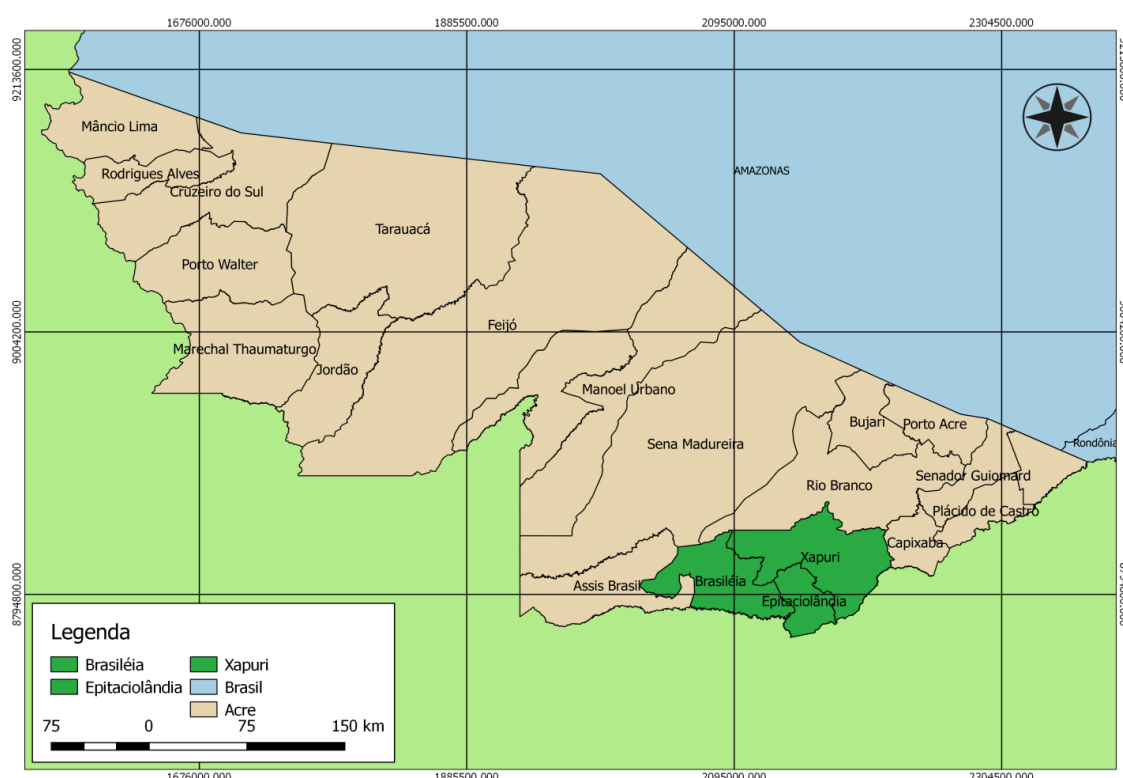
Como estabelecido pelo ZEE os municípios ficaram divididos em regionais e entre elas está a nossa área de estudo, a Regional Alto Acre, dividida por quatro municípios que são eles Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri.

As cidades dessa regional são caracterizadas por se localizarem na Bacia do Alto Rio Acre. Apresentam características distintas como, por exemplo, taxas de desmatamento, composição populacional diversificada, entre outros. Estabelecem relação com o entorno composto de um mosaico de usos diferenciados da terra, como Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Projetos de Assentamentos, pequenas a grandes propriedades rurais. São essas características que influenciam diretamente o perfil de cada uma dessas cidades.

Segundo o Zoneamento Econômico e Ecológico do Acre (2010), a regional Alto Acre se localiza parte na bacia do Rio Acre, com predominância dos argissolos (90% do território) e sua vegetação é variada, nos municípios de Xapuri e Assis Brasil ocorre Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa e os

demais municípios contam com Floresta Aberta Aluvial com Palmeiras.

Segundo o censo do IBGE 2010 os municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri apresentavam os seguintes dados respectivamente: A cidade de Brasiléia (Mapa 1) possui uma área de 4.974,175 Km², a população era de 21.398 habitantes e densidade demográfica de 5,46 hab/km² e IDHM de 0,614. Epitaciolândia (Mapa 1) há uma extensão de 1.654,768 km² com um total de 15.100 habitantes e densidade demográfica de 9,13 Hab/km², com IDHM de 0,653. E Xapuri (Mapa 1) possui uma área de 5.347,468 km², população de 16.091 habitantes, densidade demográfica de 3,01 Hab/km², e IDHM de 0,599.



Mapa 1: Mapa do Estado do Acre em destaque as três áreas de estudo.

Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

3 | AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O PROCESSO DE CRIAÇÃO NO ESTADO DO ACRE

Para criação, implantação e cuidados com as unidades de conservação, foi criada através da Lei nº 9.985 no ano 2000 a legislação Federal específica, denominada de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tendo como objetivo:

Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

Proteger as espécies ameaçadas de extinção;

Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e

Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Ministério do Meio Ambiente, 2000, p. 07.).

Após a aprovação da lei, o SNUC ficou sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente – MMA, e através do CONAMA e o IBAMA, conjuntamente aos órgãos estaduais e municipais teriam a função de praticar o SNUC e auxiliar as propostas de criação em suas respectivas esferas de atuação.

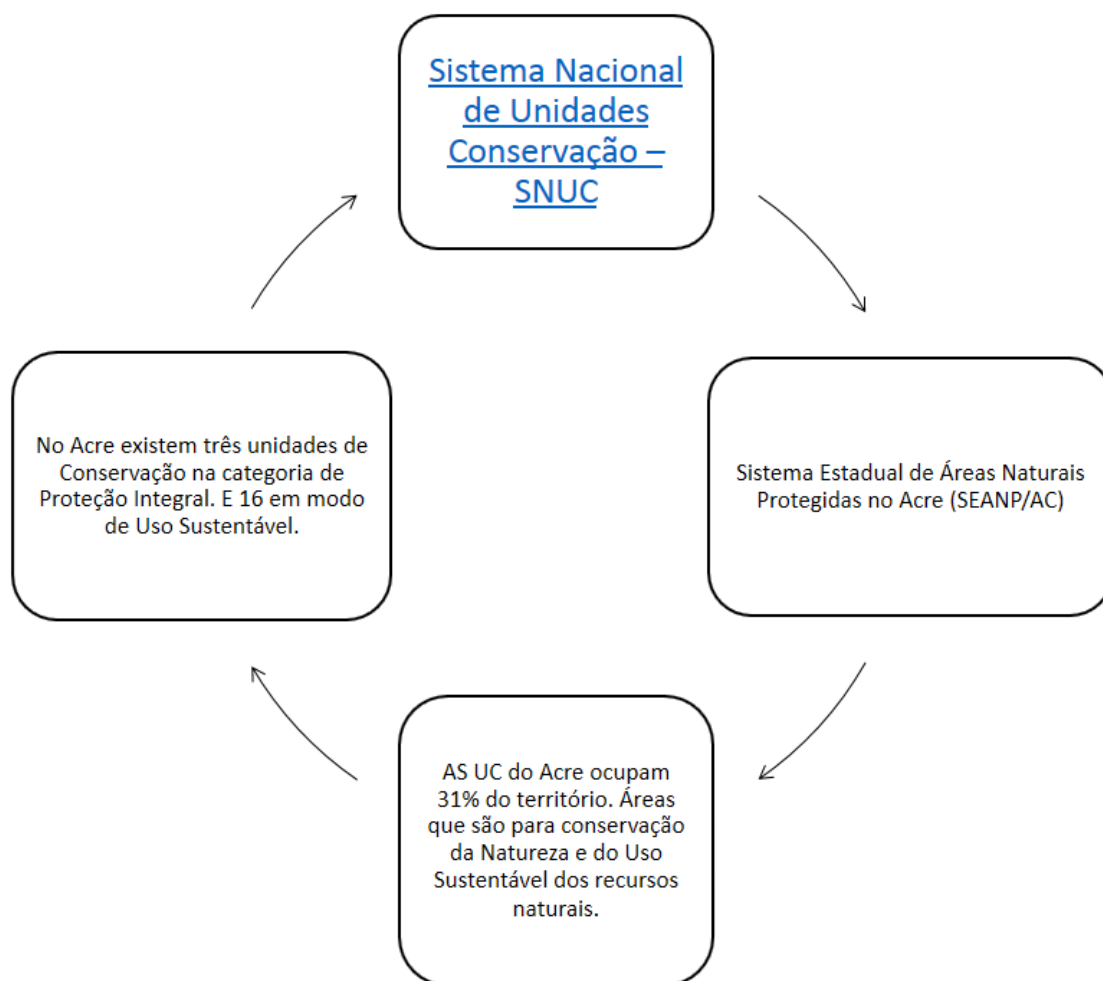
Ainda pela definição da Lei 9.985, as Unidades de Conservação (UC) ficaram definidas em dois grupos, Unidades de Conservação de proteção Integral, com o objetivo de preservação da natureza, podendo apenas fazer uso indireto dos recursos naturais.

E a Unidade de Conservação de uso Sustentável, que tem como ideal a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Cada UC tem características que dependem da região onde se encontram, podem abranger cursos de água, vegetações, animais e paisagens distintas.

No Estado do Acre existem três Unidades de Conservação na categoria de proteção integral (Tabela 1). As UC de uso sustentável são 16 e compreendem Reservas Extrativistas, Florestas Estaduais e Floresta Nacional, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, num total de 22,3% do território acreano.

Após a criação do SNUC, cada Estado ficou responsável pela criação de Leis que abrangessem o seu território, desse modo foi instituída através da Lei nº 1.426 de 27 de dezembro de 2001, Seção II, Art. 14, o Sistema Estadual de Áreas Naturais

Protegidas do Estado do Acre (SEANP/AC), composto pelo conjunto de UCs Estaduais e Municipais. A seguir observa-se a relação que foi criada após a constituição do SNUC com a legislação ambiental do Acre.



Ciclo da formação de proteção ambiental do Acre. Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

Desse modo as UC do Estado do Acre ocupam 31% do território. Áreas que são destinadas para conservação da natureza e de uso sustentável dos recursos naturais, reconhecidas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

Segundo Lira (2015), em 1981 a área de proposta para a criação de uma reserva florestal em 1911, tornou-se a primeira unidade de conservação do Estado, a Estação Ecológica do Rio Acre (EERA), sendo de caráter integral e localizado na região Sudeste do Estado, no município de Assis Brasil.

A segunda área de proteção criada no Estado do Acre foi sete anos após o período militar, a Floresta Nacional do Macauã, com extensão de 173.475 hectares. Sua criação ocorreu durante o Governo de José Sarney.

Em 1990 foi criada a maior Reserva Extrativista do Brasil, a Resex Chico Mendes, com 931.834 hectares, onde abrange sete municípios. *A criação das Reservas Extrativistas (RESEX) foi uma das principais bandeiras de luta de Chico Mendes.*

(Acre, 2010).

Em 1990, os resultados da luta pela terra começaram a ser atingidos, sendo criadas no estado do Acre as duas primeiras reservas extrativistas federais, entre elas a Resex Chico Mendes, conforme Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. (MMA, 2006, p. 11).

Uma das maiores dificuldades após a criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável é em relação ao modelo de desenvolvimento que possa permitir a permanência dos habitantes desse lugar com acesso aos serviços de *saúde, educação, trabalho e renda*.

Categoria	Área (há)	Percentual Estado (%)
I-Unidade de Conservação de Proteção Integral		
Serra do Divisor	844.636	5,14
Estação Ecológica Rio Acre	84.387	0,51
Parque Estadual Chandless	693.366	4,22
Sub-Total	1.622,389	9,87
II-Unidade de Conservação de Uso Sustentável		
Floresta nacional São Francisco	21.142	0,13
Reserva Extrativista do Alto Tarauacá	151.537	0,92
Reserva Extrativista do Alto Juruá	527.831	3,21
Reserva Extrativista Cazumbá – Iracema	742.410	4,52
Floresta Nacional Macauã	177.047	1,08
Reserva Extrativista Chico Mendes	931.834	5,67
Floresta Estadual do Mogno	140.624	0,86
Floresta Estadual do Rio Gregório	212.948	1,30
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	228.861	1,39
Floresta Estadual do Rio Liberdade	125.080	0,76
Resex Riozinho da Liberdade	326.810	1,99
Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança	2.909	0,02
Floresta Estadual do Antimary	65.824	0,40
Sub-Total	3.654,858	22,26
Total de Unidades de Conservação	5.277,247	32,13
III- Terras Indígenas	2.167,146	13,20
Total de áreas naturais Protegidas	7.444,393	45,33
Área total do Estado	16.422,136	Ha.

Tabela 1 Áreas naturais Protegidas no Acre. (fonte: ACRE, 2010).

4 | GESTÃO TERRITORIAL DO ACRE

O Estado do Acre passou por intensas mudanças no seu território ao longo de sua história, tanto na forma de ocupação quanto ao modo de ordenamento territorial. Não sendo diferente nas microrregiões do Estado, distintos modelos de gestão territorial foram implantados sempre buscando associar as comunidades tradicionais destes

locais e o seu estilo de vida com a forma de gestão territorial.

Como parte dessa conjuntura, as políticas de governo ligadas ao Plano de Integração Nacional da Amazônia – PIN (incentivos fiscais do governo federal e estaduais) favoreceram o processo de ocupação e expansão da fronteira agropecuária no Estado do Acre, na década de 1970. Até então, o extrativismo, com prioridade para extração gomífera, se constituía como a principal atividade econômica desse Estado. (Fittipaldu, 2017, p.22).

A região Amazônica sempre esteve em pauta de diversas discussões seja por questão de extensão, pela sua complexidade e dificuldade de ocupação. Uma área que também passou por intensas transformações e fases de apropriação ao longo de dois séculos. Mas foi no período do militarismo que a Amazônia passou a ser apropriada de forma consistente.

Segundo Fearnside (1989), ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, a partir de três objetivos do Governo Militar com a divulgação do Programa de Integração Nacional: fomentar a migração da população nordestina mais pobre para a nova fronteira de colonização, diminuindo as tensões sociais no nordeste brasileiro; promover o desenvolvimento produtivo da Amazônia; e ocupar a região como estratégia geopolítica. (Abreu, 2015, p.13).

É nesse contexto de ocupação territorial e exploração dos recursos naturais que o Acre junto aos demais Estados da Região Norte passa a fazer parte do cenário político, econômico e social do Brasil, com o lema “Integrar para não entregar”.

(...) da estratégia fazia parte a realização de grandes obras de infraestrutura, que tinha como objetivo anunciado a “integração da região ao Brasil”, camuflando o interesse e “entrega” de seus recursos ao capital nacional e internacional através da facilitação de escoamento dos recursos naturais (madeira, minérios) baseado em um forte esquema de isenção fiscal às empresas que ali se instalavam. Com o discurso de integração da Amazônia ao mercado mundial, sintetizado no lema “integrar para não entregar”, praticava-se a entrega da Amazônia ao mercado mundial. (CUNHA, 2010, p.34).

Assim, observa-se que o Estado do Acre trabalha com diferentes modelos de ocupação e dinâmica regional (Tabela 1); De acordo com o mapa de gestão territorial do Acre, o Estado passa a ser dividido por quatro grandes zonas e as detalhando em sub-zonas, dessa maneira cada zona possui as suas diretrizes de gestão de acordo com as características do território acreano, o mapa ainda leva em consideração alguns pontos, observe:

As potencialidades naturais existentes no território, com o cuidado de direcionar a intensidade do uso de acordo com as aptidões e fragilidades desses recursos naturais; a conciliação das atividades econômicas com proteção dos ecossistemas e aspectos culturais, com relevância para a conservação da biodiversidade e do patrimônio histórico e paisagístico; a garantia da diversidade cultural presente nas diferentes etnias indígenas e populações tradicionais, bem como o reconhecimento formal de seus territórios e de suas demandas sociais; a minimização dos conflitos socioambientais, a partir da definição de áreas pretendidas e não regularizadas; a eficácia das atividades econômicas, com adequação da infraestrutura e das tecnologias para melhor aproveitamento dos produtos disponíveis, menores riscos na gestão e nos investimentos públicos e privados. (ACRE, 2010. p.125).

Assim, de acordo com o mapa de gestão territorial do Estado, a Regional Alto Acre

ficou definida na zona 2, que é marcada pelo uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental. Desse modo, diferentes formas de gestões foram e estão sendo adotadas, como forma de amenizar os conflitos daquela área.

(...) o Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre - escala 1:250.000 e a Lei Estadual nº 1.904. A participação da sociedade, através de reuniões, oficinas participativas e Audiência Pública, foi fundamental no processo de construção das decisões a serem tomadas sobre o uso do território contidas no Mapa de Gestão. (ACRE, 2010, p.14).

A região do Alto Acre passou por intensas transformações como pavimentação de estradas, expansão do núcleo urbano, criação de rotas de exportação e unidades de conservação, projetos de assentamentos, sem falar em diversos conflitos entre grileiros, posseiros e população tradicional.

5 | O CONTEXTO PARA CRIAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS DE GESTÃO ADOTADOS NOS MUNICÍPIOS DO ALTO ACRE

A seguir mostra – se um breve resumo das formas de ocupação dos territórios estudados nessa pesquisa.

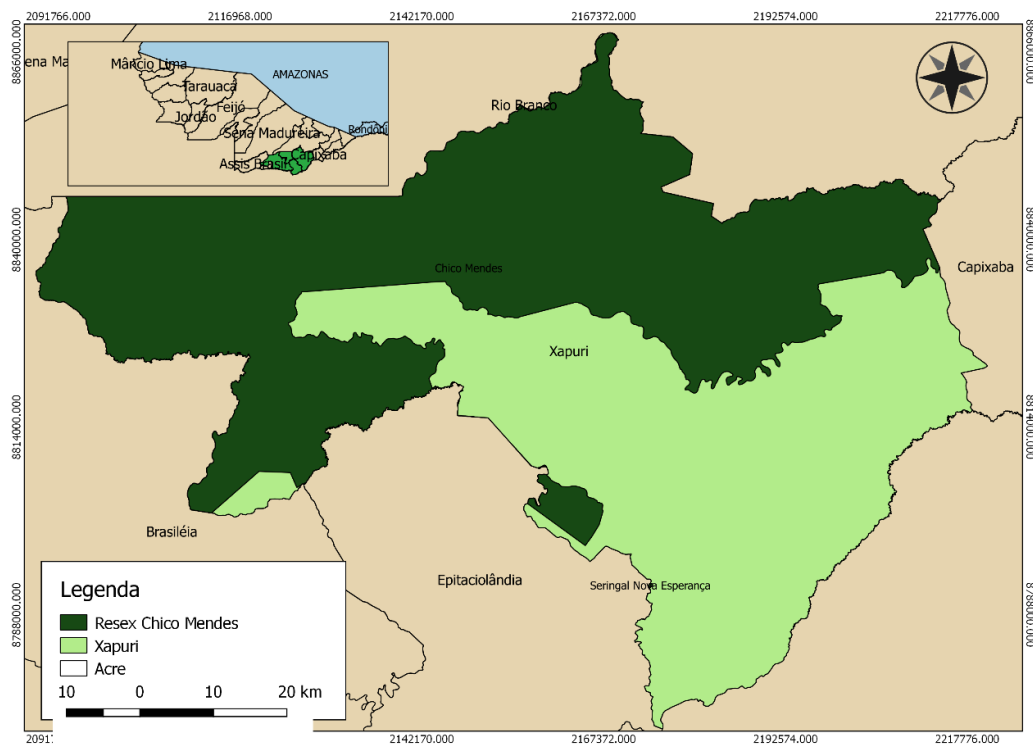
Resex Chico Mendes: Souza (2010) descreve o quão violento estavam os conflitos na região do Alto Acre, principalmente no município de Xapuri (mapa 2), ocorria o aumento de queimadas e desmatamentos visivelmente mais perigosos, dando uma repercussão nacional e internacional negativo para o Brasil em relação às gestões ambientais.

Mas somente após o assassinato do líder sindicalista e seringueiro Chico Mendes, em 1988, a população extrativista recebeu o apoio de ações não governamentais, universidades, instituições de pesquisa e ambientalistas exigindo um novo modelo de desenvolvimento para a região Amazônica. (Fittipaldy, 2017).

A região do Alto Acre era onde se tinha os maiores registros de conflitos de terra, principalmente nas cidades de Brasiléia e Xapuri. A criação da Resex contribuiu para a regularização e estrutura fundiária desses municípios, os seringueiros, extrativista e ribeirinhos eram os principais alvos desse projeto.

Caracterizada como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, as Reservas Extrativistas passaram a ser conhecidas como um exemplo de desenvolvimento sustentável, servindo de paradigma de um novo modelo de desenvolvimento na região Amazônica.

O modelo de gestão adotado para a Resex é conhecido como gestão compartilhada, onde a população local pode ter uma participação mais efetiva nos processos de dentro da reserva.



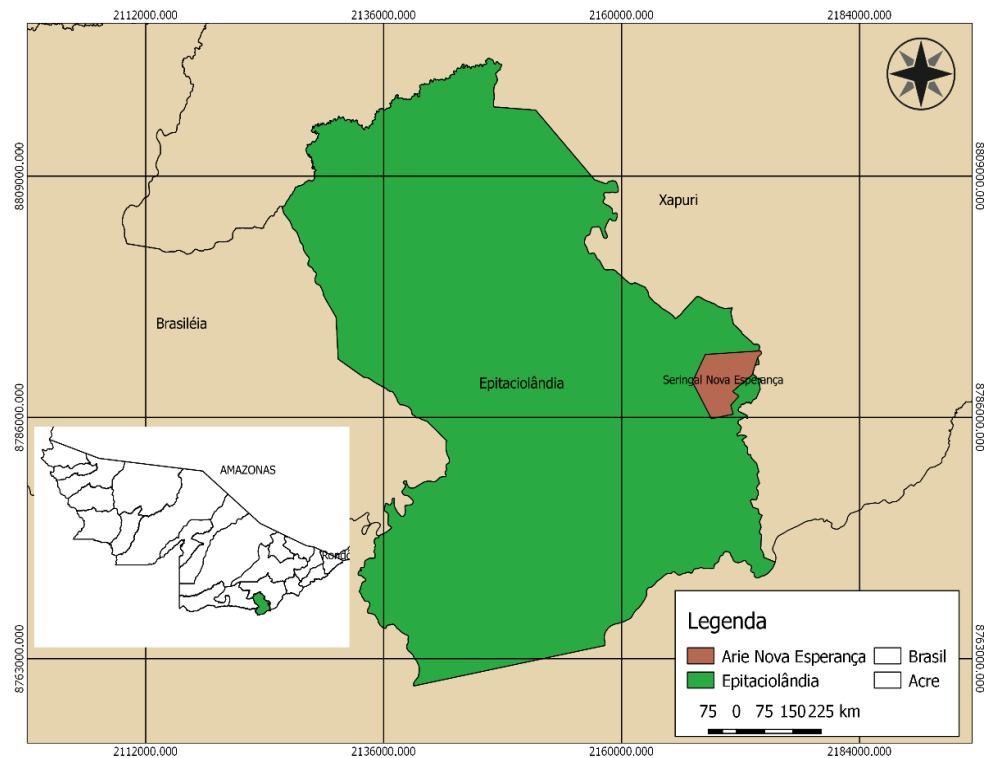
Mapa 2: Reserva Extrativista Chico Mendes.

Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): A Área de relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança (mapa 3) foi criada através de um Decreto s/nº de 20/08/1999, com extensão de 2.576 hectares. O objetivo de criação foi para conservar e proteger a biota regional como a castanheira e a seringueira.

Essa ARIE está localizada nos municípios de Epitaciolândia e Xapuri, no entanto 90% da área encontra-se em Epitaciolândia. O acesso para a unidade é por meio da BR-317 km 180. A ARIE encontra – se na zona 2 definida pelo zoneamento ecológico econômico do Estado, ou seja, uma área onde ocorre o uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental. Parte dessa região encontra-se na zona 1, onde ocorre atividades agropecuárias.

O processo de ocupação dessa região não se distingue muito do processo de criação da Resex, também foi através de conflitos fundiários, da luta de posseiros e o dono da Fazenda Nova Esperança, com início na década de 90. Os posseiros começaram a ocupar a área por volta de 1960, onde se sustentavam na exploração de pequenas escalas dos produtos florestais madeireiros, não madeireiros e culturas de ciclos curtos.



Mapa 3: ARIE Nova Esperança.

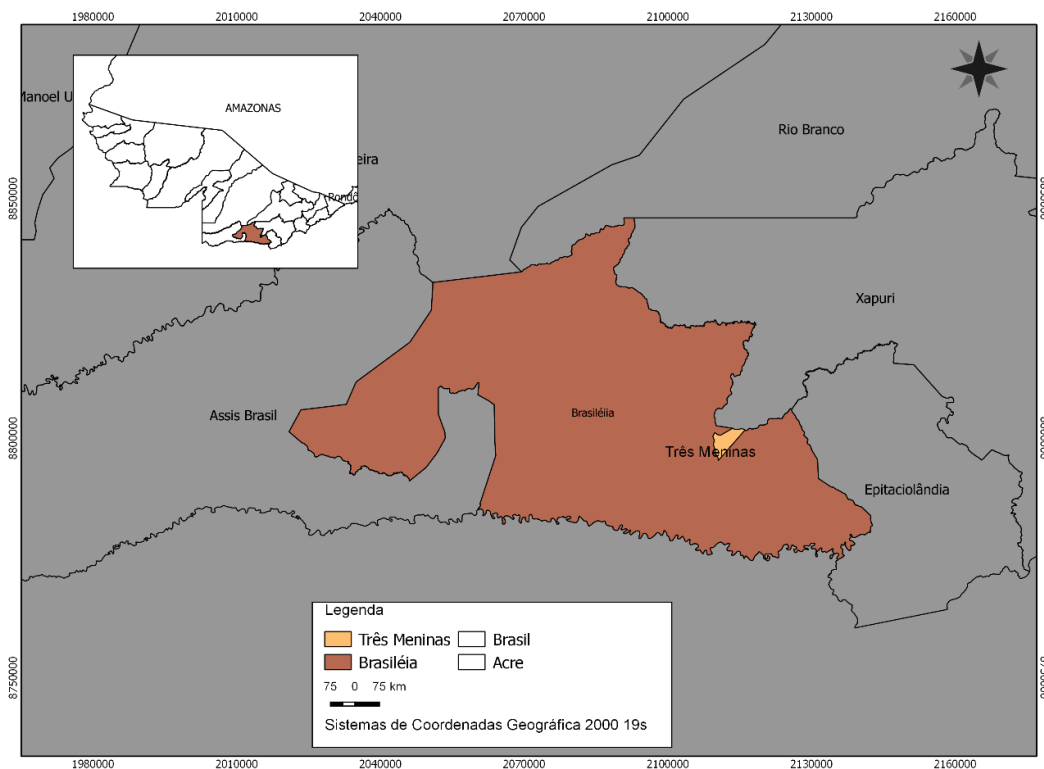
Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

Projeto de Assentamento Três Meninas: O Projeto de Assentamento Três Meninas (mapa 4) se localiza no município de Brasiléia e possui uma área de 1.520 ha, com capacidade para 61 famílias e 59 assentados. Tendo acesso pela BR – 317, sentido Brasiléia - Assis Brasil, a partir do km 19 +17 Km de ramal, atinge a fronteira Norte com um igarapé sem identificação e a Reserva Chico Mendes; Ao sul com o P.A Pão de Açúcar e Projeto de Colonização Quixadá; Ao leste o Projeto de Colonização Quixadá e ao oeste o P.A Pão de Açúcar.

No entanto, o processo de criação da P.A Três Meninas foi por conta de uma assembleia realizada com alguns representantes do Movimento intitulado “Grito da Terra” e o INCRA em 1977. (INCRA, 2001).

Área rural que foi destacada do seringal Humaitá e Pinheiro Machado, e foi decretado de interesse social em agosto de 1998. Parte dos assentados já exploravam as terras há cerca de dez anos, e tinham como base econômica a exploração o extrativismo e pequenos cultivos para sua subsistência.

Inicialmente a P.A foi ocupada por 43 famílias que já estavam no cadastro do INCRA, onde eram as mesmas que já ocupavam o local há dez anos, e receberam total apoio do movimento Grito da Terra e do sindicato dos trabalhadores rurais do município.



Mapa 4: Projeto de Assentamento Três Meninas.

Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

6 | OS PROBLEMAS NA REGIONAL DO ALTO ACRE

Segundo Siviero (2008), o enfraquecimento econômico é um dos maiores problemas que os municípios do Alto Acre enfrentam atualmente, isso é decorrente a falta de ramais, seguido pela falta de capacitação dos produtores, ausência de eletrificação, carência de conhecimento da educação ambiental e principalmente a descontinuidade nos planos de implementação dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Esse declínio ocorre devido às atividades praticadas nessa regional não estarem contribuindo para o desenvolvimento econômico. Praticamente toda a renda gerada pelo extrativismo ficou em mãos de terceiros.

Podemos citar o exemplo da década de 70, onde os incentivos fiscais que tinham o interesse da prática da pecuária na região, não acompanhavam a infraestrutura de apoio aos fluxos migratórios que chegavam.

As dificuldades só pioram nesses municípios, em relação às questões sócio – ambientais, especificamente na cidade de Brasiléia, são inúmeros casos, citamos: aumento das questões latifundiárias, venda das colônias, êxodo rural, a falta de repasse de tecnologia em diversas áreas de produção, inexistência de planejamento estratégico participativo com as comunidades, discrepância entre o urbano e o rural e perda das culturas tradicionais.

Infelizmente, existe uma realidade completamente contrária quando se compara

ao discurso das autoridades, onde o planejamento dessa região estaria voltado de acordo com os conhecimentos tradicionais daquelas pessoas, note a seguir a forma inicial do planejamento estratégico:

Foram realizadas várias reuniões de avaliação da CEZEE, construindo o consenso. Em oficinas ocorridas em todos os municípios do Acre, foi possível ouvir as sugestões de diferentes grupos sociais e de setores econômicos e produtivos. Além disso, também aconteceram discussões técnicas institucionais durante o processo de construção. (ACRE, 2010, p.14).

Ainda segundo Siviero (2008) o setor econômico ambiental de Brasiléia ocorre: elevada valorização dos imóveis rurais, renda familiar com um índice baixo, pouca valorização dos produtos regionais alternativos, maior garantia da venda de produtos dos agricultores e seringueiros, escassez de alternativa de geração de renda, falta de apoio e financiamento dos bancos de créditos.

Os problemas relacionados ao meio ambiente são diversos, desde o município de Brasiléia ao município de Xapuri, os principais são: desmatamento, poluição do Rio Acre e Igarapés (Brasiléia), queimadas, tráfico de animais, falta de espécies viáveis economicamente e sustentáveis, falta de aplicação das leis ambientais, logo, a falta de conscientização da população. (Siviero, 2008).

Muitos desses processos de degradação ambiental iniciaram com o artifício de ocupação da região, com construção de rodovias e com a ideia que a retirada das florestas garantiria a propriedade total das terras.

Justifica-se esse alto índice de desmatamento por conta dos processos de ocupação e organização dos grandes empreendimentos feitos durante a década de 80, ou seja, as fazendas agropecuárias, o maior índice estende-se da BR-364 e 317, vias de acesso que cortam o Estado, sendo na área das regionais do Alto e Baixo Acre, devido a densidade de pessoas e concentração de estradas.

A Regional do Alto Acre contribui em torno de 20% da área total desmatada, em função de sua ligação rodoviária integral (Rio Branco - Assis Brasil) ter sido concluída desde 2002. A tendência é que haja uma maior pressão sobre as florestas que margeiam a BR-317. (ACRE, 2006, p. 79).

7 I “SOLUÇÕES” ENCONTRADAS POR PARTE DO GOVERNO

A Economia Florestal: Essa atividade atualmente em nosso Estado obteve um bom crescimento, tanto que tornou – se a atividade econômica mais importante, com 16,8%. Ampliando a valorização desse recurso florestal e o grau de industrialização do mesmo, tudo por conta da exportação desse produto. (ACRE, 2010).

Segundo ACRE (2010), novas indústrias foram implantadas nos anos de 2003 e 2004 com grande capacidade de produção e industrialização dos recursos florestais. Seguindo desse grande seguimento madeireiro, a Castanha do Brasil também se tornou um importante produto extrativo, que está contribuindo para a economia do estado com uma produção em 10.378 ton./Ano (2007).

A madeira compensada juntamente com a castanha do Brasil torna – se hoje os principais produtos do Acre, exportados para outros países. A borracha natural não deixou de ser um grande produto da região, ainda fornece 1.226 ton./Ano de látex coagulado, principalmente dos municípios de Brasiléia e Rio Branco. (ACRE, 2010).

Produção Agropecuária: A atividade agropecuária é dominante do setor primário e responsável pela ocupação da mão de obra no meio rural, gerando grande parte do setor alimentício que abastece a população da capital e do interior do Estado.

Como se pode imaginar a pecuária está ligada ao crescimento das áreas desmatadas, que hoje são ocupadas com pastagens. Os municípios de Rio Branco, Senador Guimard, Bujari, Sena Madureira, **Xapuri** e Acrelândia caracterizam-se por possuir uma pecuária desenvolvida, com os maiores efetivos de rebanho de bovinos.

Agricultura ficou de maneira geral pelos pequenos produtores familiares, grupos de projetos de assentamento, além das comunidades tradicionais de extrativistas, ribeirinhos e indígenas. Sendo responsável pela distribuição para a capital do Estado e o interior, além de servir como base alimentar para essas pessoas.

8 | CONCLUSÃO

Mesmo sendo muito utilizado o termo sustentabilidade ainda existem controvérsias em relação ao significado. Desenvolver políticas públicas para a gestão de um território voltado a essa temática é sem dúvida um grande desafio, afinal, até onde as práticas de desenvolvimento seriam consideradas sustentáveis.

Como se pode perceber, olhando em retrospecto, os recursos naturais disponíveis na Amazônia serviram e servem até os dias atuais como interesse do capital nacional e internacional. As buscas pelas riquezas naturais da região fizeram da Amazônia palco de um cenário lastimável, ocorreram diversos conflitos, sem dúvidas a morte do líder Chico Mendes é um exemplo do quão intenso foram esses conflitos.

Após a morte de Chico Mendes a pressão no cenário político para aprovação de leis ambientais torna-se maior ainda, pois o movimento tomou proporções mundiais, e o Brasil se viu em um beco sem saída. Não eram apenas os seringueiros que clamavam por isso, eles haviam conseguido apoio mundial. É nesse cenário que surgem às leis ambientais que asseguravam as comunidades tradicionais a sua permanência na floresta e da floresta.

No entanto, com o avanço da ocupação na regional Alto Acre, é possível observar que os povos tradicionais perderam grande parte da sua identidade, por conta dos interesses do capitalismo, essas pessoas tiveram que se adaptar ao cenário que lhes apareciam.

A Resex Chico Mendes, de fato, é a mais afetada com desmatamentos, queimadas, biopirataria, criação de pastos e etc., mesmo com a criação de leis que garantem proteção para essa reserva. É nesse meio que os povos da floresta perdem sua identidade, eles não sabem mais como irão sobreviver, pois a floresta é o seu

único meio de vida.

Na gestão PT período em que Jorge Viana esteve à frente do governo criou-se o *slogan* “Governo da Floresta”, não se pode negar que as políticas apresentadas naquela gestão pareciam excelentes, mas ir ao fundo desse emblema levantado pelo governo mostra que a realidade dos povos tradicionais é bem distante dos discursos realizados. Em outras palavras, atender, no sentido pleno, as propostas do ZEE, as leis implantadas, que buscam atender as comunidades tradicionais e o capital, ainda há um longo caminho a seguir.

REFERÊNCIAS

ABREU, Diego de Lemos. **Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança: intenções e resultados.** [Rio de Janeiro] 2015 76 p., 29,7 cm Monografia (Curso de Especialização) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Curso Lato Sensu em Análise Ambiental e Gestão do Território.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente** - documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000. V 1.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre.** Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre Fase II: documento Síntese - Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 349 p.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre.** Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre Fase II: documento Síntese - Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2010. 356 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza:** Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas: Institucionalização e Implementação no Estado Brasileiro dos anos 1990.** Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (Instituto de Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FITTIPALDY, Márcia Cristina Pereira de Melo. **Reserva extrativista Chico Mendes: dos “empates” à “pecuarização”?** Rio branco, acre, 2012.

Guia para o uso da terra acreana com sabedoria: **Resumo educativo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: fase II** (escala 1: 250.000) Rio Branco: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, 2010. 152p. : il.

LIRA, Elisandra Moreira de. **A criação do Parque Nacional da Serra do Divisor no Acre (1989) e sua inserção nas políticas federais de implantação de Unidades de Conservação federais no Brasil.** São Paulo. Tese de Doutorado. Catálogo USP, 2015.

Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Diretoria de Desenvolvimento Sócio Ambiental – Disam, Superintendência do IBAMA no Estado do Acre. **Plano de Manejo Reserva Extrativista Chico Mendes.** Xapuri - AC, 2006.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano de Desenvolvimento Sustentável - PA TRÊS MENINAS**. Relatório de campo. Acre, 2001.

SIVIERO, Amauri ET AL. **Ordenamento Territorial do Alto Acre**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLVI, 2008, Rio Branco – AC. Pôster. Rio Branco: [s.n], 2008.p.1-18.

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista. **Reserva Extrativista Chico Mendes – AC: Os Desafios de Gestão (Com)Partilhada**. Viçosa, Minas Gerais – Brasil, 2010.

A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ

Janaiára Maria de Paiva Ferreira

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UEVA-
Sobral-Ceará

Sandra Maria Fontenele Magalhães

Universidade Estadual do Vale do Acaraú-UEVA-
Sobral-Ceará

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. Nesse sentido, o problema da pesquisa situa-se em uma realidade de avanço do capitalismo e de crescente precarização das condições de trabalho no campo. Diante dessa realidade contraditória e excludente, os camponeses têm sido incansáveis na luta pela manutenção do modo de vida camponês. O assentamento Ubá é fruto dessa luta pois, o intenso processo de expropriação e exploração vivenciado pelos moradores desencadeou a luta pela conquista da terra. Utilizou-se como metodologia a aplicação de entrevistas semiestruturadas, revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Identificou-se que a terra da fazenda Ubá pertencia à diocese de Sobral e, que a luta pela conquista da terra teve início em 1986 tendo como estopim a mudança de

gerente. Os moradores de Ubá insatisfeitos com o novo gerente, uniram-se aos moradores da fazenda vizinha iniciando a luta contra a dominação dos latifundiários. Portanto, no contexto da luta os camponeses têm suas reivindicações aceitas pela Igreja em 1988, dando origem ao assentamento. A conquista do assentamento tem garantido a reprodução camponesa no território capitalista, garantindo assim a permanência na terra.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos rurais; Campesinato; Reforma agrária.

ABSTRACT: The objective of this article is to understand the process of struggle of the peasants for the conquest of the land of the Ubá settlement of the municipality of Santa Quitéria - Ceará, seeking to understand how the peasants resolved to resist and fight against the domination of the landowners. In this sense, the research problem lies in a reality of the advance of capitalism and the growing precariousness of working conditions in the countryside. Faced with this contradictory and exclusive reality, the peasants have been tireless in the struggle for the maintenance of the peasant way of life. The Ubá settlement is the result of this struggle, since the intense process of expropriation and exploitation experienced by the inhabitants unleashed the struggle for the conquest of the land. The methodology used was the application

of semi-structured interviews, bibliographic review and field research. It was identified that the land of the farm Ubá belonged to the diocese of Sobral and that the struggle for the conquest of the land began in 1986 having as a stop the change of manager. The residents of Ubá, dissatisfied with the new manager, joined the residents of the neighboring farm, beginning the struggle against the domination of the landowners. Therefore, in the context of the struggle the peasants have their claims accepted by the Church in 1988, giving rise to the settlement. The conquest of the settlement has guaranteed the peasant reproduction in the capitalist territory, thus ensuring the permanence on the land.

KEYWORDS: Rural settlements; Peasantry; Land reform.

1 | INTRODUÇÃO

As discussões desenvolvidas neste artigo nascem da necessidade de entender o processo de mobilização dos camponeses pela terra do assentamento Ubá, localizado no município de Santa Quitéria, Estado do Ceará. Procuramos evidenciar como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos patrões.

O contexto de intensa expropriação e exploração social vivenciado pelos camponeses, resultante, sobretudo, da estrutura fundiária concentradora e espoliadora desencadeou a luta pelas terras do assentamento. Os camponeses, resistido à expulsão do campo, se mobilizam, criam estratégias, reivindicam o direito de permanecer na terra e conquistam o assentamento.

2 | OBJETIVOS

Entender o processo de conquista da terra do assentamento Ubá, buscando compreender o processo de luta e resistência camponesa pela conquistar e permanência na terra de trabalho.

Analisar a produção e organização espacial do assentamento.

3 | METODOLOGIA

As reflexões expostas neste artigo resultam de Pesquisa Qualitativa realizada mediante a associação de três pilares fundamentais: pesquisa documental, empírica e teórica. No tocante à empiria, realizamos estudos de campo no intuito de obter informações precisas sobre o processo de luta pelo território do assentamento. No estudo de campo, foram realizamos, ainda, entrevistas com os assentados e com lideranças dos camponeses que participaram da luta pela terra. A pesquisa documental pautou-se no estudo do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

No intuito de obter o auxílio necessário ao entendimento da problemática estudada, recorreremos à leitura de teóricos como Oliveira (1989), Martins (1990),

Nascimento (1986) e Diniz (2008).

4 | RESULTADOS

A história do assentamento Ubá remete a luta camponesa pela reprodução e manutenção de uma vida assentada na autonomia, no controle e na apropriação do resultado do seu trabalho. Os camponeses reagindo ao processo de expropriação e exploração que eram submetidos passaram a questionar a forma de distribuição e propriedade da terra, travando uma luta pela conquista da terra de trabalho.

A terra da Fazenda Ubá pertencia a Diocese de Sobral, tendo com gerente o Sr. José Macário. Na fazenda os camponeses tinham a permissão para morar e trabalhar na terra, ficando estabelecido o pagamento corresponde a 1/5 da produção, ou seja, do milho, feijão, arroz e do algodão, conforme afirmam os assentados entrevistados.

A gente chegou aqui no dia 18 de janeiro de 1972, aí fomos pedir morada ao Sr. José Macário que permitiu que a gente ficasse. Então no mesmo ano construímos uma casa de taipa. O patrão não ajudava em nada, tudo era feito com nossas próprias posses. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

A gente que morava na terra do patrão tinha que aguentar tudo calado, não nos ajudava em nada e tínhamos que pagar a renda da terra que era um quinto de toda nossa produção. Naquele tempo a gente só tinha o para sobreviver. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

O morador arcava com todo gasto do processo produtivo, ou seja, a broca, a destoca, a queima, a construção das cercas, a aquisição de sementes e a colheita. Cabe mencionar que o morador era obrigado a deixar os restos da cultura do roçado como forragem para o proprietário, que a utilizava para alimentar o gado nos períodos mais secos ou arrendava para proprietários vizinhos. Essa situação aparece retratada na fala dos assentados pesquisados.

Quando chegava aqui o patrão dizia logo pra gente que não podíamos criar gado porque a forragem era dele, e se a gente tentasse criar era um gado solto. Aqui tinha gente que criava, mas era pouco porque também o inverno às vezes não ajudava muito. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Nós não criávamos gado porque não tinha como alimentar o gado nos períodos mais secos, porque a gente era obrigada a deixar para o gado do patrão. Então, assim as reses ficavam muito magras às vezes até morriam de fome, aí não valia a pena. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Como a gente que morava na terra do patrão não podia criar gado porque era uma exigência dele, quando o inverno era bom e ficava muita forragem o patrão chegava a arrendar para pessoas que traziam o gado de Groaíras.

(Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Neste caso, o proprietário recebia o pagamento pela renda, tanto em produto como em trabalho, ou seja, fica com uma parte da produção do morador, sem precisar

pagar pela sua mão de obra, e com o pasto para alimentar o gado.

Conforme Oliveira (2000, p. 19), esta relação “revelou que o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas (parceria familiar) para produzir o capital”. Assim sendo, “o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. Portanto, a produção do capital nunca é gerada por relações especificamente capitalistas de produção”. (OLIVEIRA, 2001, p. 479).

A subordinação do camponês em relação ao proprietário se dava, também, na comercialização do algodão, visto que a venda do produto devia ser feita exclusivamente com o patrão, com isso ele garantia a compra do algodão sempre por um preço mais baixo do que estava no mercado, conforme mostra a fala do assentado.

Todos aqueles que moravam na terra do patrão tinha que vender o algodão a ele e o preço era dado por ele. As vezes tinha gente que tentava vender a outra pessoa mais o patrão acabava descobrindo e impedia a venda. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Para Nascimento (1986, p.124), a proibição era uma das formas de controle encontradas pelo proprietário sobre o morador:

Controlar no sentido de impedir que este viesse a ter condições de sair do jugo a que estava submetido, vender para outra pessoa de fora da fazenda significa receber em dinheiro vivo e frequentemente conseguir preços mais altos que os pagos na fazenda.

É interessante lembrar que além da dependência com o patrão os moradores estavam sujeitos a perderem toda a produção caso o inverno não fosse bom. Neste caso, o morador por não ter condição de pagar a renda contraia uma dívida com o patrão que cobraria com juros na próxima safra. Porém se a colheita não fosse satisfatória o montante da dívida do camponês aumentava ocasionando sérios prejuízos.

Conforme Nascimento (1986, p.103)

A dívida uma vez contraída com o proprietário da terra, faz com que o camponês se subordinasse de forma direta ao proprietário pois é no momento da comercialização da produção que o proprietário procede ao que denominamos de sobre-produção.

Assim, a compra antecipada do algodão é a condição que o proprietário estabelece para a concessão de empréstimos aos parceiros. Por esse turno o parceiro por necessitar ao longo do processo produtivo de recursos para tocar no seu roçado e para a própria manutenção e a de sua família, acaba apelando ao proprietário (NASCIMENTO, 1986).

Conforme Oliveira (1981, p.49):

Estes empréstimos eram feitos para financiar as entressafras, período entre uma safra e outra colheita. O proprietário financiava em espécie algumas mercadorias que o trabalhador não produzia, e descontava na colheita, cobrando preços exorbitantes, esse fornecimento em espécie: no fim, restará ao meeiro tão somente sua própria força de trabalho e a de sua família, com a qual recomeçará o círculo infernal de sua submissão.

A relação de sujeição do morador estendia-se também na concessão de alguns dias de trabalho na propriedade do patrão. Isso significava que quando fosse preciso o morador devia trabalhar alguns dias da semana para o dono da terra, recebendo uma diária geralmente com um preço inferior ao da região. Veja o depoimento do assentado.

“A gente que morava na terra do patrão, só podia trabalhar para ele e, geralmente nós trabalhava no máximo dois dias da semana. O preço que ele pagava era muito pouco”. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Sobre essa questão Martins (1990, p.17), ressalta que no sistema da fazenda, as relações eram fortemente marcadas pelo apadrinhamento e a lealdade, isto implicava responsabilidades, “da parte do fazendeiro ou o patrão, a proteção e a prestação de certos serviços assistenciais, do lado do trabalhador, obediência e resignação com a situação de inferioridade”.

Assim sendo, as relações sociais estabelecidas no campo entre proprietário da terra e camponês é construída a partir da relação de dominação mascarada na troca de favores, em que o primeiro cede a terra para moradia e trabalho, faz adiantamentos, fornecimento de mercadorias fiado, ficando ao morador respeito, gratidão e fidelidade.

Dessa forma, aos proprietários interessavam o fortalecimento dessas relações, pois a troca de favores era uma das formas encontradas pelo patrão de exercer controle e disciplina sem alterar a estrutura do sistema de dominação. Com isso, muitos moradores tinham no proprietário a figura de um benfeitor e em consequência não conseguia enxergar a exploração a qual estava submetido.

É no contexto dessas relações que se origina a luta pelas terras da fazenda Ubá, à época propriedade da Diocese de Sobral. Dentre os fatores que gerou a descontentamento dos camponeses está a mudança de gerente e a ausência de prestação de conta, por parte do novo gerente, com a Igreja.

Tal situação fez com que os moradores se mobilizarem e reivindicassem o fim do sistema de subordinação. Participaram do movimento oito famílias. Assim, os moradores foram até a Diocese para negociar. Na ocasião o Bispo Dom Alfredo Teixeira Vieira sugeriu que a cobrança pela renda da terra fosse 10% em vez de 1/5. A proposta do Bispo mostrou que a preocupação da Igreja católica era desmobilizar a organização dos camponeses, impossibilitando manifestações futuras, mantendo assim o controle sobre os camponeses e, ao mesmo tempo, a estrutura dominante.

Assim sendo, os moradores recursam as novas regras e unidos partem para o enfrentamento direto contra o latifundiário. Nesse momento os camponeses tiveram o apoio de alguns poucos padres progressistas e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Groaíras. Mediante ao confronto os camponeses além de deixarem de pagar a renda da terra não aceitaram mais o patrão colocar o gado em seus roçados, arrancaram cercas e queimaram algumas madeiras.

Na tentativa de desmobilizar a organização dos camponeses, a ação passou a ser noticiada pela rádio educadora de Sobral. A rádio procurando criar uma imagem

negativa e violenta dos camponeses envolvidos na lua fazia a transmissão diária, relatando o movimento como um ato de desordem no campo. Sobre essa questão a fala do assentado é bastante enfática.

A rádio passava os nossos nomes de uma e uma hora, dizendo que a gente tava causando baderna no campo porque nós tínhamos parado de pagar a renda. Mas a gente só tava lutando para ter uma vida melhor porque nós era muito submissos ao patrão. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

O confronto entre os camponeses e o proprietário da terra perdurou-se de 1986 a 1988, ou seja, foram dois anos de embate. Assim sendo, em 29 de julho de 1988 a Igreja finalmente aceita as reivindicações dos camponeses. Inicia-se a partir de então o processo de construção do assentamento Ubá. Para tanto, o Estado através do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fez a emissão da posse da terra aos camponeses, entregando 1950 hectares, e alguns investimentos fundiários.

No mesmo ano da conquista da terra foi criada a Associação Comunitária dos Pequenos Trabalhadores Rurais do assentamento Ubá. Na primeira assembleia foi decidido que todos que moravam na terra teriam o direito de ser assentado independente de terem lutado pela posse da terra. Assim o único critério adotado para ser assentado era ser trabalhador rural.

Segundo Alencar (2000, p. 85) “Os assentados têm consciência de que, para superara a servidão, necessitam de capital fundiário, de capital de exploração e de projetos para o financiamento das atividades no assentamento, uma vez que trabalham de sol a sol, e o trabalho rende somente para comer”.

Nesse processo, os assentados aprovam o primeiro projeto no ano de 1995, foi o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), que propunha a viabilização do assentamento como uma unidade de produção sendo que a proposta técnica compreendia os setores econômicos e sociais. Quanto a proposta econômica envolvia tanto a parte da agricultura, quanto a pecuária, quer fosse individual, quer fosse coletivo, enquanto a proposta social previa a construção de casas. O investimento liberado foi de R\$ 600 mil reais. As falas dos assentados relatam esse momento de recebimento dos recursos do FNE:

Com o FNE, a gente pode comprar algumas cabeças de gado. No primeiro momento veio 2 duas vacas para cada assentado, depois veio o gado da associação. Foi muito gado que foi comprado, que foi trazido duas carradas de gado de Quixadá. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Sobre aquele projeto, o FNE foi bom pois com ele a gente construiu nossa casa de tijolo, e começamos a ter uma vida melhor, pois antes a gente não tinha nada. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Em relação ao custeio agrícola, quer fosse individual, quer fosse coletivo destinava-se as culturas de produção do milho e feijão, e cada assentado cultivaria uma área de no máximo 3 hectares. Cabe mencionar que a cultura do algodão foi abandonada devido a chegada do bicudo e o arroz devido à falta de invernos regulares. Enquanto

que a pecuária individual era para a manutenção de aves, suínos e caprinos. E, a pecuária coletiva destinava-se apenas para o manejo de animais de grande porte, ou seja, para o gado.

Referindo-se a distribuição das terras, as lavouras coletivas ficaram nos melhores solos sendo as produções destas destinadas a geração do excedente, em que o milho era usado para alimentar o gado e o feijão ficava reservado para períodos secos e posteriormente ser dividido para os assentados, enquanto que o destino da produção individual era para o consumo do assentado e de sua família.

Verificou-se que após a implantação do assentamento, este contou com a assistência técnica seja da EMATERCE, seja do INCRA apenas nos primeiros seis anos. A conclusão do projeto do FNE que financiou a compra do gado, coincidiu com a suspensão do acompanhamento técnico, ou seja, da capacitação/orientação.

Atualmente o assentamento tem vivenciado problemas de ordem financeira. Os assentados, sem reservas financeiras, tiveram que vender alguns bens coletivos para pagar a dívida com o Banco do Nordeste. Aliado a esse elemento os assentados enfrentam outro problema o pouco interesse pelos roçados coletivos, de modo, que refletiu-se numa grave redução dos trabalhadores o que causou a falência total dessa prática.

No entanto, apesar da ruptura das relações coletivas os assentados resistem ao sistema capitalista ao qual estão inseridos através da cultura de produção de subsistência, do mutirão para limpar as estradas, da relação de solidariedade entre os assentados.

Pode-se dizer que apesar dos entraves e dificuldades na Reforma Agrária encontram – se uma infinidade de fatos que deixam os camponeses felizes em usufruir suas parcelas e compartilharem suas vivências e dificuldades com os demais assentados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que apesar das dificuldades vivenciadas no assentamento Ubá este se constitui como um novo território, portanto, fruto da luta dos camponeses contra o latifúndio. Assim, a luta do camponês configura-se como uma luta pela própria recriação do campesinato.

Nessa perspectiva, percebe-se que no processo de luta os antigos moradores de condição de Ubá, quando partem para o enfrentamento contra o proprietário da terra, conscientizam-se da dominação a qual estavam submetidos, ou seja, identificam as contradições sociais.

Assim sendo, a conquista da terra representa para esses assentados o fim das relações de dominação, passam a compreender a importância de se organizarem, têm o poder de decisão, são os donos do que produzem.

Apesar dos obstáculos enfrentados por esses camponeses/assentados, principalmente no que se refere a políticas de gestão de assentamento, ressaltamos que estes acreditam que a melhor forma de se libertarem de todas as subordinações foi através da luta.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro de. **Os impactos sócio-territoriais dos assentamentos de reforma agrária**: o caso do sertão do Ceará. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2000.

MARTINS, Mônica Dias. **Reforma agrária**: sonho, sonhei, sonhamos-luta de classes e assentamentos em terras do Ceará. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 1990.

NASCIMENTO, Edna dos Anjos. **Terra liberta?** (a luta pela desapropriação da fazenda monte castelo-Quixadá-Ceará). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **“Renda da terra”**. In: Orientação, n. 5, p. 94-95. IGEOG/USP, São Paulo, 1984.

_____: A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, n 43(2001) São Paulo: IEA, 2001.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Everton Gabriel Bortoletti

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Chapecó –
Santa Catarina

Laise Ziger

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
(UNOCHAPECÓ), Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação, Chapecó – Santa
Catarina

RESUMO: a participação social na gestão da cultura se materializa pela existência de espaços de governança pública, instituídos pela política nacional de cultura, com o intuito de permitir a qualquer cidadão, fazer parte do processo de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas deste setor, bem como, participar do gerenciamento dos fundos municipais de cultura. Dessa forma, o presente escrito tem como objeto principal, identificar os desafios e potencialidades da participação social no Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), tendo em vista suas peculiaridades de atribuições, composição e representação. Para tal, utilizou-se como metodologia a participação em reuniões do referido conselho, pesquisa documental e o envio de questionário não-estruturado aos membros. Como resultados, apresentou-se como desafios desta instância de governança

pública, a superação da falta de conhecimento sobre importância deste espaço participativo e o desinteresse por parte da sociedade civil, o distanciamento entre os representantes e seus representados e a ausência de indicação de algumas categorias. Contudo, verificou-se que este conselho setorial, fez avanços importantes relacionados a comunicação entre seus membros, facilitação no acesso às ferramentas de gestão, ampla participação no processo decisório e, sendo assim, efetivou-se como um dos principais canais de interlocução entre os agentes culturais presentes no município.

PALAVRAS-CHAVE: Participação social; Conselho Municipal de Política Cultural; Governança Pública.

ABSTRACT: social participation in the management of culture is materialized by the existence of spaces of public governance, instituted by the national culture policy, in order to allow any citizen to be part of the process of formulating, monitoring and evaluating public policies in this sector, as well as such as, participate in the management of municipal funds of culture. Thus, the main purpose of this paper is to identify the challenges and potentialities of social participation in the Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), in view of its peculiarities of attribution, composition and representation. For that, the methodology used

was participation in meetings of the mentioned council, documentary research and the sending of unstructured questionnaire to the members. As a result, the challenges of this instance of public governance, the overcoming of the lack of knowledge about the importance of this participative space and the lack of interest on the part of civil society, the distance between the representatives and their representatives and the lack of indication of some categories. However, it was verified that this sectoral council made important advances related to communication among its members, facilitating access to management tools, broad participation in the decision-making process, and thus became one of the main channels of communication between cultural agents present in the municipality.

KEYWORDS: Social participation; Municipal Council of Cultural Policy; public governance.

1 | INTRODUÇÃO

Apartir da constituição de 1988, a sociedade brasileira adquiriu novos instrumentos e meios para participar da gestão das políticas públicas. Um dos mecanismos mais difundidos e consolidados para viabilizar essa participação, foi a implementação dos conselhos gestores, criados em várias esferas e setores da administração pública, com características decisórias, atribuições e formatos de representação diversificados, tendo como principal aspecto, possibilitar a interlocução permanente entre o estado e a sociedade civil organizada na construção de políticas públicas. Como caracteriza Rubin (2010) a redemocratização da sociedade brasileira fez emergir um conjunto de conselhos que tem desempenhado um relevante papel na história recente do país, inclusive no processo de construção democrática.

Diante do exposto, a participação social na gestão das políticas específicas da cultura ganhou notoriedade e passou a ser essencial para refletir as demandas sociais deste setor nas políticas e agendas governamentais. Para tal, foi instituído pela lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC), que tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo, voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira e a descentralização para os estados, municípios e territórios, a gestão de políticas culturais, nos quais a participação social se caracteriza como ponto fundamental da formação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) que estrutura o PNC.

Assim, para atender as demandas culturais evidenciadas pelo PNC e materializadas pelo SNC, foram criados os conselhos municipais de política cultural, caracterizados como instâncias colegiadas permanentes, criadas por lei, de caráter consultivo e deliberativo, integrantes da estrutura político-administrativa do poder executivo municipal, constituído de forma paritária por membros do estado e da sociedade civil (BRASIL, 2012). Dessa forma, o estímulo a participação da sociedade como forma de controle social, permite uma transparência nas ações e a elaboração

das políticas culturais que possuam a identidade de cada localidade.

Sendo assim, o presente estudo decorre da necessidade de pautar experiências já consolidadas de conselhos na área das políticas culturais, com o propósito de identificar a situação destas estruturas de governança e visualizar se estão, de fato, funcionando conforme seus objetivos de criação.

2 | METODOLOGIA

A sistematização dessa atividade é resultado de um trabalho desenvolvido junto aos membros titulares do CMPC de Chapecó e à Secretaria Municipal de Cultura (SECUL), que possibilitaram a realização do estudo desenvolvido por meio da técnica de observação, caracterizada por Zanelli (2002), como uma inserção do pesquisador no cenário de forma que ele possa compreender a complexidade dos ambientes e das estruturas, ao mesmo tempo em que lhe permite uma interlocução mais qualificada.

Inicialmente foi realizada uma análise do seguinte conjunto de documentos: lei de criação; decretos de nomeação dos membros do conselho; regimento e atas das reuniões datadas a partir de 2015. Posteriormente, houve a participação em uma reunião do referido Conselho, ocorrida no dia 16/06/2016, na qual foi feita uma explanação sobre a intencionalidade do presente estudo e sugerido o envio de um questionário não-estruturado aos conselheiros presentes que representam os segmentos: governamental e a sociedade civil organizada, dos quais, 13 (treze) responderam.

O questionário teve como questões principais: conhecer a opinião dos conselheiros a respeito da importância do CMPC de Chapecó; a forma como se dá a participação dos membros da sociedade civil nas reuniões, no processo decisório e quais os desafios e potencialidades para viabilizar (ou ampliar) a participação social efetiva no conselho. As respostas foram sistematizadas em ordem de retorno com o indicativo “R” e o segmento ao qual o respondente pertence, como elemento adicional.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O CPMC de Chapecó é uma instância política, criada pela lei nº 4.551, de 10 de abril de 2003 e reformulada pela lei nº 6.769, de 21 de setembro de 2015, para atender ao Plano Nacional de Cultura (PNC), no tocante as suas atribuições e as definições sobre o processo de eleição dos membros. Pertence à estrutura básica da SECUL de Chapecó, possuindo formato de órgão colegiado de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento, integrante do Sistema Municipal de Cultura, cuja missão é promover uma gestão democrática e autônoma da cultura no município.

Como principais atribuições deste conselho estão: contribuir e assessorar no desenvolvimento da política cultural; instituir e administrar junto a SECUL matérias

relativas ao patrimônio histórico artístico e cultural; analisar e aprovar os convênios, editais, contratos, outros acordos e documentos; aprovar anualmente o plano de ação, proposta orçamentária e os balanços mensais e anuais da SECUL; contribuir na organização, realização e divulgação de ações culturais e emitir pareceres.

Com relação ao modelo de representatividade deste conselho, destaca-se o princípio da paridade, através de um modelo tripartite, que conforme Tatagiba (2002), se caracteriza por seu formato de composição ser de um terço por representantes do estado, e os outros dois terços de representação da sociedade civil e mercado. O CMPC de Chapecó é composto por seis conselheiros titulares e seis suplentes para cada categoria de representação, dentre elas: administração pública, segmentos culturais e artísticos atuantes no município e segmentos representativos da sociedade. Considerando que a escolha desses representantes ocorre por seguimentos, através de eleições, com mandatos de dois anos de duração.

Sobre o aspecto de escolha dos representantes Lüchmann (2007), enfatiza que, mesmo sendo democrático, com ampla participação da sociedade através de eleições, audiências públicas, entre outras, existe uma tendência de afastamento entre os representantes e seus representados. Além disso, ainda há uma falta de interesse de participar dos conselhos gestores, por parte da sociedade civil, o que aumenta a distanciamento entre as representações e em muitos casos a não indicação de membros em algumas categorias sociais. Isso pode ser visualizado nos apontamentos presentes nos questionários, quando é relatado a necessidade de “[...] conscientizar a sociedade civil da importância da sua participação” (R2, Cinema e Audiovisual).

Muito embora, haja espaços para a representação das setoriais das linguagens artístico culturais e das organizações da sociedade civil, ainda há por parte de alguns segmentos, a não indicação da representatividade neste conselho. No caso da CMPC de Chapecó, a falta de indicação de representante é recorrente desde a criação do conselho em 2003, por parte de dois segmentos da sociedade civil. Conforme resposta de um conselheiro “[...] não há indicação de representantes nos seguimentos da área de ensino especializado na produção cultural e artística e dos sindicatos dos trabalhadores” (R4, Governo).

Ainda sobre representação, na opinião de Abers e Keck (2008), os membros da sociedade civil, não conseguem representar de forma efetiva a categoria ou, neste caso, a linguagem artístico-cultural a qual foram escolhidos para materializar as demandas dos representados. Conforme explana um dos entrevistados, há necessidade de

[...] engajamento maior por parte da sociedade civil em geral. Os membros que são eleitos dificilmente conseguem representar sozinho toda uma linguagem artístico-cultural ou as demandas da instituição a qual representa, com todas as suas peculiaridades (R5, música).

Para além disso, o conselheiro acrescenta que “[...] cada um dos conselheiros deveria reunir seu segmento para obter propostas e levá-las ao conselho, e que isso representa um grande desafio” (R5, música). Além disso, embora “[...] as reuniões do

CMPC sejam abertas ao público, dificilmente há participação da sociedade ou dos representados” (R12, Artes Visuais).

Por outro lado, os avanços com relação a esse aspecto também são notados pelos conselheiros quando discorrem que,

[...] já houve um certo distanciamento maior dos membros da sociedade civil no Conselho, não só em Chapecó como em outros municípios catarinenses que temos notícias. Porém o que foi trabalhado no antigo Conselho Municipal de Cultura, atual Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó, foi a reformulação da Lei que cria o Conselho, o processo eleitoral para a escolha dos representantes da sociedade civil, mobilizando uma parcela maior de pessoas para participarem do processo eleitoral para escolha dos representantes de cada setorial. Todo este processo resultou em um maior comprometimento dos representantes da sociedade civil, exigindo uma participação mais efetiva nas reuniões e nos processos decisórios e de construção das políticas públicas para a área da cultural no município de Chapecó (R6, Governo).

Quanto a importância deste conselho os representantes salientam que este espaço representa “[...] a voz ativa da sociedade civil dentro da administração cultural”, com a

[...] finalidade de promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural no município, visando garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais (R4, Universidade).

Para Kleba (2008), estes espaços representam conquistas e avanços importantes na composição de modelos de governar mais próximos dos interesses e necessidades da população; contudo, a democratização efetiva, carrega diversos desafios no tocante, às práticas de gestão e às concepções sobre o papel da administração pública na regulação dos espaços sociais e da vida das pessoas enquanto cidadãos.

Em suma, os conselhos buscam democratizar poder, na medida em que abrem acesso para novos grupos sociais no agendamento e execução de políticas públicas, estabelecem canais de comunicação entre as partes interessadas, além de partilharem decisões entre governos e a sociedade (TEIXEIRA, 2000).

No caso específico da cultura, observamos que os conselhos criados nos municípios brasileiros pertencentes ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), se configuram muitas vezes apenas com funções meramente consultivas. Mesmo quando atuam com força de deliberação e representam setores mais amplos do campo cultural, a presença dos conselheiros termina por atender aos seus interesses pessoais e de seus círculos de relação mais próximos. Isso reflete o intimismo com o poder, tão presente na história das relações entre Estado e cultura no Brasil.

Uma das conclusões mais gerais a que foi possível chegar no caso CMPC em estudo, é que esse conselho apresenta, no cenário atual, uma regular capacidade propositiva, exercendo influência direta sobre o processo de definição das políticas públicas no município e gestão do fundo municipal de cultura. Percebe-se através dos dados extraídos nas fontes analisadas, que reside neste espaço um significativo grau

de institucionalidade, vale dizer, uma regular efetividade na construção de políticas culturais locais e na efetivação do controle social sobre as decisões administrativas. Isso, segundo Tatagiba (2002), se configura como a competência de deliberar sobre as políticas públicas, o que trata-se da principal força dos conselhos enquanto espaços potencialmente capazes de induzir à reforma democrática do Estado.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta aproximação possibilitou, por meio das vivências obtidas no percurso deste estudo, uma observação mais complexa no que tange o funcionamento efetivo de um conselho gestor de políticas culturais como instrumento de governança local. A partir da participação nas reuniões, questionário não-estruturado, das atas e legislações do referido conselho, teve-se a oportunidade de verificar suas especificidades e particularidades de operacionalização.

Neste sentido, contextualizou-se o papel do conselho CMPC de Chapecó, na busca pela sua validação como espaço de interlocução permanente entre a sociedade e a administração pública para construção e a gestão de políticas culturais que reflitam as demandas da sociedade, bem como, ressaltar seus desafios e potencialidades no fortalecimento e comprometimento de atores envolvidos neste espaço.

Através desta experiência pode-se avaliar o empenho do poder público em criar uma multiplicidade de canais abertos à participação. Contudo, somente a abertura desses espaços não significa a efetiva democratização da gestão das políticas culturais, uma vez que os desafios apresentados ainda precisam ser superados com vistas a cumprir de fato seus objetivos de criação.

Pode-se observar que o CMPC de Chapecó vem se consolidando ao longo dos anos e possui potencialidades no que tange a relação entre seus membros, a participação social efetiva no processo decisório e o esforço em refletir cada vez mais as demandas culturais do município. Observa-se que, há espaço um espaço ampliado para contribuições acerca melhora da comunicação entre seus membros e nas ferramentas de gestão, dando a possibilidade do espaço ser pensado e construído, pelos sujeitos sociais ali presentes. Neste sentido, como principal potencialidade, verificou-se que este órgão atualmente se caracteriza como importante canal de interlocução entre os artistas locais, instituições com fins culturais e a administração pública no que diz respeito a gestão do fundo municipal de cultura e as demais políticas culturais.

Em contrapartida, evidencia-se que o CMPC de Chapecó, assim como os demais conselhos setoriais presentes na literatura, enfrenta diversos desafios relacionados a falta de interesse da sociedade nas temáticas pertencentes a cultura, carência de participação da sociedade, para além dos representantes, nas reuniões, o distanciamento entre os representantes e seus representados da sociedade civil e o desinteresse de algumas entidades na indicação de representantes.

Entretanto, Ressalta-se que os desafios apontados não podem ser caracterizados

como fator desmotivador ou dar a interpretação de que esse conselho não se configura como um importante espaço de diálogo entre os artistas, segmentos envolvidos com as temáticas culturais e o poder público. Ao trazer para o debate, as especificidades de composição, representação, processo de eleição dos membros, as potencialidades e desafios da participação social no CMPC de Chapecó, evidenciou-se a importância dessa instância na gestão das políticas culturais, bem como na interlocução entre os agentes culturais presentes no município.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N.; KECK, Margaret E. **Representando a diversidade**: Estado, sociedade e relações fecundas nos conselhos gestores. Caderno CRH, Salvador, v.21, n.52, p.99-112, jan/abr 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF: 2012

LÜCHMANN, Lígia H. **A representação no interior das experiências de participação**. *Lua Nova*, n. 70, 2007.

KLEBA, Maria Elisabeth. Participação social, saúde e desenvolvimento local: fragmentos e possíveis costuras na gestão de políticas públicas. **Revista Grifos**, v.17, n. 24, p.9-24, jun. 2008

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010.

TEIXEIRA, E. C. **Conselhos de políticas públicas**: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In: CARVALHO, M. C. & TEIXEIRA, A. C. C. (orgs.). *Conselhos gestores de políticas públicas*. São Paulo: Polis, 2000.

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In: DAGNINO, Evelina (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de Psicologia**. v. 7, p. 79 - 88, 2002.

A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO

Fernanda Penteado

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ponta Grossa - Paraná

Alison Diego Leajanski

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ponta Grossa – Paraná

Willian Samuel Santana da Roza

Secretaria de Estado da Educação do Paraná

Ponta Grossa – Paraná

RESUMO: este trabalho tem como objetivo pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, destacando alguns aspectos referentes ao êxodo rural e a sua problemática, assim, apresentar uma discussão teórica e conceitual. O método de pesquisa é bibliográfico, a partir de leituras e reflexões teóricas de livros e periódicos científicos. A trajetória seguida visa destacar como diversos autores enfatizam a agricultura familiar enquanto subsídio à permanência no campo, evidenciando a importância da renda oferecida por ela, a modernização no campo e o auxílio por meio de políticas públicas. Este trabalho pretende servir de base para futuras pesquisas, aliando-se aos referências apresentados.

PALAVRAS-CHAVE: espaço rural, renda,

modernização, políticas públicas.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o espaço rural brasileiro vem sendo analisado por diversos autores e sob diferentes visões que é impulsionado, principalmente pelo desenvolvimento tecnológico, avanço à agropecuária intensiva, entre outros fatores associados à modernização que facilita o trabalho no campo. Apesar desse desenvolvimento tecnológico, nota-se a saída de pessoas do campo em direção às cidades, contribuindo com o êxodo rural.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, pois à medida que ocorre a saída de pessoas do meio rural, conseqüentemente, sucede-se o abandono da prática da agricultura familiar. Logo, pretende-se apresentar uma discussão teórica e conceitual, tendo como fonte de pesquisa livros e periódicos científicos.

O presente trabalho justifica-se devido à importância que a agricultura familiar possui no Brasil, pois é o segmento agrícola que mais produz alimentos (leite, mandioca, feijão,

entre outros) que chegam à mesa das famílias brasileiras. Segundo Junior (2013), a agricultura familiar no Brasil, atualmente, produz a maior parte dos alimentos que abastecem o país. Segundo levantamentos feitos, cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras são produzidos por agricultores familiares.

Devido a diversos fatores, nota-se que o êxodo rural vem aumentando com o passar dos anos, “a dinâmica populacional do rural brasileiro tem sido marcada pela drástica diminuição da população, principalmente nos últimos 50 anos.” (FROEHLICH et al. 2011, p. 1675). Esse movimento que ocorre no espaço rural é motivado por diversos aspectos como a falta de condições oferecidas pelo governo, o baixo valor no momento da venda de seus produtos, a dificuldade de comercialização, a mecanização do campo, o trabalho árduo, a dependência de fatores climáticos para a produção, entre outros motivos que podem afetar a permanência de pessoas no espaço rural.

Essas dificuldades enfrentadas, cada vez mais, principalmente, pelos produtores familiares foram uma das causas que desencadearam o êxodo rural, ou seja, as pessoas deixam o campo em busca de melhores condições de vida nas cidades. Essas melhores condições envolvem maior acesso à saúde, educação, segurança no trabalho, ofertas mais diversificadas de emprego, entre outras.

Segundo Buainain, Romero e Guanzioli (2003), os agricultores que decidiram permanecer no campo, enfrentaram situações precárias como o acesso limitado à educação, a terra e aos demais serviços de infraestrutura social, do mesmo modo aos benefícios da política agrícola mais acessível aos grandes proprietários.

Nos últimos anos, vem ocorrendo observa-se, no campo, a saída dos jovens, principalmente das mulheres, para as cidades os quais vão em busca de melhores condições de trabalho e de estudo. Este distanciamento dos jovens do espaço rural rompe com a continuidade da atividade agrícola. Coradini (2015, p. 2) conclui que, “há uma crise na sucessão hereditária da agricultura familiar”.

Para Froehlich et al. (2011), a realidade do êxodo rural modificou-se nas últimas décadas, a política pública da aposentadoria rural aumentou a possibilidade da permanência das pessoas mais idosas no campo. Entretanto, para a população jovem que cresceu em meio às dificuldades encontradas para a produção no campo e com maior acesso à escolaridade com viés urbano, a cidade ainda é visualizada como futuro promissor.

O êxodo rural seletivo cria uma dificuldade na formação de novas famílias no espaço rural, pois os jovens, sobretudo as mulheres, buscam na cidade uma nova forma de vida. Isso causa um impacto nas perspectivas de futuro da agricultura familiar.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Dentre as possibilidades de permanência no campo, é possível constatar que a agricultura familiar até hoje compreende numa atividade responsável por manter

pequenos agricultores no espaço rural. Uma vez que, a agricultura familiar pode possibilitar, a partir do modo de produção, a permanência no campo, essencialmente aos pequenos e médios produtores. Aos jovens também pode oferecer possibilidades de renda por meio do trabalho juntamente com a família.

De acordo com Silva e Mendes (2012, p. 34), “A produção familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo, ao mesmo tempo a principal responsável pela efetivação do trabalho”. Portanto, nessa forma de produção a propriedade e o trabalho estão inseridos no contexto familiar.

A agricultura familiar desenvolvida em pequenas propriedades onde tem como principal característica o trabalho a ser realizado pelas famílias, além de ser uma fonte de renda para seus produtores, tem grande importância para a produção de alimentos no Brasil.

Wanderley (2001) aborda que entende-se como agricultura familiar aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Completa, ainda, que essa categoria é genérica, assim, relevante considerar a diversidade de situações econômica e social que determinado grupo apresenta. Para Baiardi e Alencar (2014), essa unidade de produção agrícola familiar tem características que se diferenciam de outros negócios familiares, uma delas é a estabilidade com menor vulnerabilidade a acontecimentos e a ciclos de extinção como acontece em outros empreendimentos.

Esse modo de produção também foi responsável pelo desenvolvimento no espaço rural, pois foi de fundamental importância para a construção de uma nova visão sobre o significado de desenvolvimento rural. Segundo Schneider (2010), as discussões em torno da agricultura familiar remetem à importância que ela tem como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira.

De acordo com Baiardi e Alencar (2014), é uma circunstância significativa para o agricultor familiar a decisão de permanecer no campo e na sua atividade agrícola, visto que, envolve não apenas fatores econômicos, mas também razões afetivas e culturais, pois muitas vezes essa atividade está há várias gerações na família. Dentre os principais fatores ligados à agricultura familiar que favorecem a permanência das pessoas, três podem ser observados como relevantes pelos autores: a renda, a modernização do campo e o incentivo por meio de políticas públicas.

Renda oferecida pela agricultura familiar

Ao se analisar possíveis meios de permanência dos agricultores familiares no campo, a partir da prática da agricultura familiar, destaca-se a renda oferecida por ela, uma vez que, em muitos casos nota-se o baixo nível de alfabetização de agricultores familiares, em consequência, alguns fatores contribuem para esse aspecto, como: “a) a precariedade da oferta de ensino, pois até a década de 1990, as escolas eram

multisseriadas; b) a localização das escolas, distando de algumas propriedades; e c) a falta de transporte público.” (SILVA; MENDES, 2012, p.41).

Para Rummert e Silva (2010), nesse caso é possível considerar que estes pequenos produtores teriam dificuldades para entrar no mercado de trabalho no espaço urbano, visto que os problemas relacionados à inserção ou permanência deles seriam resultantes de pouca ou inadequada formação escolar. Ainda que conseguissem ingressar nesse mercado, não seria tão rentável ao se comparar com o capital gerado pela agricultura familiar.

A dinâmica do mercado de trabalho nas cidades exige cada vez mais que as pessoas possuam uma qualificação profissional adequada para atender essa demanda. Essa falta de qualificação é uma das causas do desemprego urbano, visto a dificuldade da acessibilidade ao ensino pelos habitantes rurais e urbanos, principalmente pelos adultos.

Diante disso, os empregos disponíveis para essa parcela da população na cidade seriam aqueles que exigem menor qualificação, conseqüentemente, os salários seriam baixos. Também deve-se considerar que nas crises financeiras esses empregos seriam os primeiros a serem atingidos. Essa instabilidade e a baixa remuneração podem apresentar-se como fatores ligados à permanência das pessoas na zona rural. A renda alcançada no campo com a produção agrícola pode ser atrativa aos jovens que migram para a cidade em busca de melhores condições de vida, visto que, muitas vezes encontram dificuldades em se inserir no mercado de trabalho ou pela baixa remuneração ofertada.

Modernização no campo

Atualmente, o campo não desempenha somente uma função de produção agrícola, uma vez que, com o processo de modernização nas atividades agropecuárias observa-se cada vez mais atividades não diretamente ligadas à produção agrícola, mas a presença de agroindústrias que alteram a dinâmica do espaço rural.

Para Lemes e Mendes (2011, p. 151), “em razão da instalação de empresas produtoras destes bens materiais no país, é que a ‘industrialização da agricultura’ difundiu-se, e as atividades agropecuárias passaram a constituir ramos de produção semelhantes aos da indústria”. Isso ocorreu a partir da década de 1970.

A inserção de tecnologias e insumos de maior qualidade fez com que a agricultura sofresse menos em relação às condições naturais e climáticas, aumentando assim a produção. Essa tecnologia não foi acessível a todos, porque a modernização era dependente de máquinas, equipamentos e insumos que vinham do exterior, isso aumentou a desigualdade social e econômica entre pequenos e grandes agricultores.

Silva (1996, p. 19) afirma que o processo de modernização na produção agrícola ocorrida no Brasil, foi um “processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num

esforço de aumentar a produtividade”.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o processo de modernização surgiu na agricultura brasileira que foi motivada pela implantação do capitalismo, momento em que houve diversas transformações no meio agrícola, como a implantação de novos insumos e equipamentos, substituindo ferramentas manuais utilizadas na agricultura familiar. “No país esse processo privilegiou os grandes proprietários, sendo que os agricultores familiares ficaram as margens das políticas de desenvolvimento do setor agrário”. (SILVA; MENDES, 2012, p. 35).

Porém, ao longo dos anos, com auxílio de políticas públicas (Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa de Crédito Fundiário (PNCF), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal (Suasa), Terra Legal, Programa Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, Terra Forte, Biodiesel e Garantia Safra), diversos agricultores familiares passaram a usufruir dessa modernização, inserindo-se na dinâmica do mercado, visando garantir a venda do seu produto.

Auxílio a partir de políticas públicas

As políticas públicas são aquelas ações que partem do poder público e que possuem uma finalidade específica, seja para desenvolver determinado setor da sociedade, ou diminuir a desigualdade sócio econômica em certo local. No caso das políticas públicas observadas no campo, pode-se destacar algumas que visam desenvolver a agricultura familiar a partir de financiamentos e facilidades no acesso de insumos e equipamentos.

Em 24 de julho de 2006, foi decretada a Lei 11.326, essa estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e a empreendimentos rurais familiares, à formulação, gestão e execução da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos rurais familiares que serão articulados em todas as fases de sua formulação e implementação, com política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas à reforma agrária. (BRASIL, 2006, p. 1).

Segundo Batista e Neder (2014), em 1996 foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O PRONAF tem como objetivo financiar projetos individuais e coletivos com taxas de juros mais baixas, assim beneficiando agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Pode ser utilizado tanto para custeio de safra quanto para investimentos em máquinas agrícolas e infraestrutura de produção.

O programa é destinado às famílias rurais, com público alvo estabelecido segundo as diversas modalidades do programa, provenientes do estabelecimento rural ou não, que desenvolvem atividades rurais agropecuárias ou não agropecuárias visando a geração de renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida

Além do PRONAF, existem outras diversas políticas públicas criadas com a finalidade de auxiliar e proporcionar melhores condições de produção para os agricultores familiares, como: Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa de Crédito Fundiário (PNCF), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal (Suasa), Terra Legal, Programa Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, Terra Forte, Biodiesel e Garantia Safra.

Mattei (2014, p. 75) afirma que

“a intervenção nas áreas de crédito, de infraestrutura, de pesquisa e de assistência técnica comprova a importância de políticas de desenvolvimento rural que enfatizam a agricultura familiar como atividade prioritária, devido à sua expressão social no âmbito do sistema de produção agropecuária do país.”

Segundo Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), quando recebe apoio suficiente, o produtor familiar é capaz de produzir para consumo próprio e para venda, ou seja, para gerar renda.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da discussão teórica apresentada, pode-se observar que os autores apresentam a agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas, sobretudo das mais jovens, no espaço rural. Portanto, a agricultura familiar deve apresentar alguns fatores, entre eles destaca-se: a renda, a modernização e o incentivo por meio de políticas públicas.

A renda evidencia-se como um aspecto significativo dentre as possibilidades destacadas, pois oferece condições para os agricultores de manter-se em relativa estabilidade financeira. Já a modernização tem possibilitado para que os equipamentos rústicos não façam mais parte da realidade do produtor rural, pois os novos equipamentos estão mais acessíveis, isso influencia também no aumento da produção. Além disso, a modernização facilitou o trabalho dos agricultores, já que utilizam menos esforço físico para produzir.

Nas últimas décadas, as políticas públicas de auxílio aos pequenos agricultores vêm crescendo, viabilizando a permanência dos agricultores no espaço rural com o apoio de órgãos governamentais. Contudo, observar-se ainda que a agricultura familiar somente vai fornecer condições para que seus praticantes perpetuem sua prática se o investimento e a promoção da agricultura familiar ocorrer por meio de políticas públicas eficazes, capazes de fornecer uma renda que atenda às necessidades básicas e que possibilite o investimento em modernização de equipamentos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a complexidade atual do espaço rural, o intenso fluxo de pessoas, sobretudo a migração dessas para as cidades, caracteriza um cenário a ser analisado e discutido, visto a importância da agricultura para o abastecimento das cidades. A busca por alternativas para incentivar a permanência das pessoas no campo tem incentivado trabalhos e pesquisas sobre essa temática há vários anos. Algumas possibilidades são apresentadas e discutidas nessas pesquisas e trabalhos.

Nessa proposta, a partir de consultas bibliográficas em referenciais teóricos que discutem sobre esta problemática (êxodo rural), buscou-se apresentar os principais fatores relacionados à agricultura familiar elementos que possibilitem tal prática para oferecer subsídios à permanência das pessoas no campo. Na próxima etapa da proposta buscar-se-á aliar esses referenciais apresentados com dados qualitativos e quantitativos que serão obtidos a partir de investigações em recortes espaciais específicos.

Nesse contexto apresentado, conclui-se que a prática da agricultura familiar pode oferecer condições de manutenção das pessoas no campo, desde que aliada a políticas públicas de incentivo e de aumento de geração de renda para os pequenos agricultores.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, Amilcar, ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. **Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil**. *RESR*, Piracicaba, v. 52, n.1, p. 45-62, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a03v52s1.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2018.

BATISTA, Henrique Rogê; NEDER, Henrique Dantas. **Efeitos do Pronaf Sobre a Pobreza Rural no Brasil (2001-2009)**. *RESR*, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 147-166, fev. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar Ribeiro; GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n 10, p. 312-347, jul/dez. 2003.

CORADINI, L. **Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno – Brasil**. *Mundo Agrário*, Faxinal do Soturno, v. 16, n. 33, p. 1-14, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v16n33/v16n33a03.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

FROEHLICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set. 2011.

LEMES, Kátia da Costa; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **PRODUÇÃO FAMILIAR EM ORIZONA (GO): desafios e perspectivas frente à modernização agrícola**. *Espaço em Revista*, Catalão, v. 13, n. 2, p. 150-169, jul/dez. 2011.

MATTEI, Lauro. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

RUMMERT, Sonia Maria; ALVES, Natália. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal: alvos da mesma lógica de conformidade.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 511-595, set./dez. 2010.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Desafios dos agricultores familiares nas comunidades rurais Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO).** *Revista Formação Online*, Catalão, v. 2, n. 19, p. 32-50, jul/dez. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

2º JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO, 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <<http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/trabalho2ujornada.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA

Gabriela Cristina Maximo

Graduanda; Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, gabrielacristina.maximo@gmail.com

Evandro Fernandes Alves

Doutor; Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, alvespsy111@gmail.com

RESUMO: A moda é uma forma de vestir-se e de comportar-se, mas é também uma forma de linguagem que atribui significados, sejam eles de uma cultura, da personalidade e que moldam identidade. Este artigo tem como objetivo investigar a moda, a partir da semiótica do psicanalista francês Jacques Lacan. Logo, cremos que a semiótica lacaniana poderá contribuir acerca da nossa compreensão do mundo da moda.

PALAVRAS-CHAVE: Moda; Semiótica; Psicanálise.

SEMIOTICS IN THE WORLD OF FASHION: A PSYCHOANALYTIC VIEW

ABSTRACT: Fashion is a way to get dressed and to behave, but it is also a form of language that attributes meanings, being them from a culture, of a personality and that construct identity. This article has the objective of investigate fashion through semiotic by a psychoanalytic concepts,

mostly lacanians concept. Then, lacanian semiotics has much to add to the understanding of the fashion world.

KEYWORDS: Fashion; Semiotic; Psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

A moda não é somente a escolha do vestuário, mas está ligada a formas culturais de expressão e principalmente de linguagem. É através dela que o sujeito pode demonstrar sua personalidade, seus costumes e representar uma dada forma de ser, atribuindo significados e valores para essa ação. Acredita-se que todos esses significados englobam a semiótica e moda - que dentro dessa perspectiva é vista como um produto cultural desses significados.

Alguns estudos (Teixeira e Victer, 2011) apontam que a semiótica é a ciência que tem por objetivo a investigação de todas as linguagens possíveis, ou seja, que propicia o exame dos modos de constituição de todo ou qualquer fenômeno, de produção de significados e de sentido.

Dentro deste conceito, Barthes (1999 apud Teixeira e Victer 2011) propõe que existem três formas de código vestuário: o vestuário imagem, que é semelhante ou igual a fotografia

e é icônico; o vestuário linguagem, que são as palavras usando a forma verbal e o vestuário real, sendo a tecnologia e a costura.

A partir dessas formas, o vestuário atinge um significado unindo o objeto à mensagem atribuída e produzindo um significado. Sendo assim, a compreensão das mensagens atribuídas à peça do vestuário depende tanto dos aspectos psicológicos da percepção humana, quanto das significações culturais que certos elementos podem conter.

Segundo Zambrini (2016), o design e a moda envolvem comunicar certo olhar sobre o mundo. No entanto, esse olhar não é neutro nem abstrato, pois as roupas possuem cargas simbólicas e representações de gênero construídas historicamente e se referem a um conjunto de crenças sobre o feminino e o masculino. Assim, quando se projeta uma peça de vestuário, também se está projetando o gênero e uma identidade.

Dessa forma, este artigo visa entender a moda a partir da semiótica psicanalítica. Para compreender o mundo da moda a partir desses conceitos, pretende-se fazer o uso dos estudos do psicanalista Jacques Lacan.

Portanto, este trabalho justifica-se pelo fato da moda constituir-se como uma arte que contempla não só a produção de vestuário, acessórios, joias e sapatos, mas também a projeção da subjetividade que o criador coloca em cada uma de suas peças - sendo ela não só uma produção artística, mas a produção psíquica de sua personalidade, uma forma de expressão e de colocar-se no mundo, questões essas que são fundamentais para a psicanálise.

METODOLOGIA

Este artigo faz parte de um Trabalho de Iniciação Científica, em andamento, do curso de psicologia, e que busca a interlocução interdisciplinar que visa entender a moda a partir de conceitos psicanalíticos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, feita a partir do método da análise de conteúdo é dividido entre: fronteira linguística tradicional e a interpretação do sentido das palavras (hermenêutica) (CAMPOS, 2004).

Dessa forma, percebe-se que a moda possui vastas possibilidades para pesquisas, entretanto, ao realizarmos uma primeira análise de artigos, livros e periódicos, que versam sobre o tema moda e psicanálise, percebe-se que há várias citações que tratam do assunto, mas sem aprofundá-lo. Já com relação à semiótica e a moda, percebe-se a quase inexistência da produção que falem propriamente da moda a partir da visão da semiótica psicanalítica, sendo somente citada essa perspectiva como base na visão semiótica de Saussure, Santanella e Castilho separadamente e de uma maneira superficial.

A SEMIOLOGIA DE JACQUES LACAN

A moda está altamente ligada a significados e significantes, propiciando, dentro da escolha do vestuário, um excelente campo para estudar como as pessoas interpretam determinada cultura para seu próprio uso - forma essa que inclui normas rigorosas sobre a aparência que se considera apropriada num determinada período (CRANE, 1933).

A moda, portanto, é uma forma de linguagem, de se expressar, que ultrapassa séculos de história, onde as roupas ditam significados determinantes para cada época. A escolha da vestimenta não é tão simples como se imagina, por detrás dela, há um inconsciente, um significante e uma realidade que age perante a isso. Mota (2008), confirma relatando que o vestir envolve gestos, comportamentos, escolhas, fantasias, desejos, fabricação sobre o corpo (e de um corpo). Se vista e diga-me quem és.

A partir dessa escolha inconsciente pautada sob uma realidade, Barnard (1958) observa que, a maioria das pessoas contenta-se com a ideia de que as roupas que usam, e as combinações que com elas fazem, possuem um significado qualquer. A maior parte das pessoas, também fazem escolhas quanto ao que comprar e vestir, baseada nos significados que elas percebem que a roupa tem, e muita gente fica feliz em permitir que o significado da roupa do outro influencia na maneira pelo qual se comportam em relação a eles, sem nunca ter pensado o porquê desses significados, o que são esses significados, de onde eles vêm e como interpretá-lo.

Esses significados foram primeiramente ditados por estilistas, que acreditavam que a sua criação possuía determinado sentido e que este seria soberano perante ao desejo da sociedade. Já para o usuário ou espectador, entende o significado como um produto que está na cabeça das pessoas, suas intenções. Depois disso, veio o desejo das autoridades em atribuir o significado para os trajes, por exemplo, uma escola pretendia que o seu vestuário demonstrasse os valores da instituição, bem como um vestuário militar deveria transmitir segurança e poder perante a sociedade.

Outro pensamento que surge, ao falar-se de significado, é que ele está inserido na imagem, na textura e na cor, que ele por si só já demanda uma determinada forma de agir e um significante, pois ele estará substancialmente na costura, nas linhas e na forma que fora desenhada. Entretanto, a explicação perante a um significado parte do que se chama de Semiologia, ciência dos signos no qual, a humanidade necessita para estabelecer uma comunicação, seja ela por palavras, escritos e até mesmo por imagens. (BARNARD, 1958).

Uma roupa, de forma simples, serviria apenas para a proteção do corpo, entretanto, com o uso de signos ela ganha sentido e torna-se uma forma de expressão de um corpo que também não é somente um aparelho orgânico, mas uma forma que ganha sentido e significados. Enfim, sentido só existe quando denominado, e o mundo dos significantes não é outro senão o da linguagem (BARTHES, 1971).

Jacques Lacan (1901-1981) foi um filósofo e psicanalista francês. Teve como

influências as obras de Freud, estendeu-se além do campo da psicanálise e fez dele uma das figuras dominantes na vida cultural francesa na década de 1970. Dentre outros trabalhos, replantou conceitos psicanalíticos através do estruturalismo e a linguística, o que marca a influência de Saussure e da antropologia de Lévi-Strauss em sua obra (MURATA, 2010).

Lacan utiliza-se do algoritmo saussuriano e postula a diferença entre o significante para a Linguística e para a Psicanálise, sendo que, essa teoria ao ser lida com os elementos da psicanálise freudiana, produz uma nova articulação onde a posição dos termos se inverte. Sendo assim, para o autor a semiótica compõe-se da seguinte forma: (S/s), usa o significante (S) como representação global sendo composto por uma cadeia de diversos níveis de significantes e significados que estão em uma ligação flutuante só “coincidem” por certos pontos de ancoragem. A barra de separação entre S e s tem um sentido específico e caracteriza o recalque do significado (BARTHES, 1971).

Na perspectiva lacaniana, quem vem primeiro é o Significante representado por um S maiúsculo, tendo uma função primordial, e o significado por um s minúsculo, sendo que ambos estão separados por uma barra, ilustrando que eles não precisam se relacionar necessariamente. Ele sublinhava que toda significação remeteria a outra significação e, através disso, deduzia a ideia de que o significante deveria ser isolado do significado como uma letra desprovida de significação, mas determinante para o destino do inconsciente do sujeito (SANTOS, 2009).

Lacan grafa, o significante com letra maiúscula, porque sua presença na fala prevalece. O falante desliza de significante em significante sem conseguir entender o que fala, ou seja, está alienado do sentido daquilo que diz. Por isso mesmo, Lacan torna a barra que separa significante de significado mais grossa, mais resistente ao significado. O falante só consegue “atravessar a barra”, isto é, atingir o sentido do que fala em raros momentos. Por isso mesmo é grafado com “s” minúsculo. O significado é atingido por ação imprevisível das formações do inconsciente, como: sonhos, chistes, sintoma e atos falhos (SANTOS, 2009).

A partir da perspectiva de Lacan, consegue-se observar que a formação da semiótica perpassa por um inconsciente que possui milhares de significantes e que estes serão atribuídos à indumentária de diversas formas, dependendo da constituição de cada sujeito. Sendo que, dentro do mundo da moda, podem ser atribuídos valores de ideais de beleza, pode-se ver a formação de uma pessoa extremamente narcisista, entender qual a atribuição da roupa em fetiches investigando as formas de gozo desse sujeito e até mesmo seus desejos, sendo que, a partir da roupa que a pessoa veste é possível entender um pouco de sua identidade.

Desta forma, percebe-se que Lacan atua de forma diferenciada na perspectiva da semiótica, trazendo o significante como ator principal. O significante trabalha no inconsciente regido por uma rede de representações que geram movimento nesse sujeito. Por exemplo, a representações sociais que são trazidas para a constituição do

sujeito, estes podem ser chamados de signos, pois são convenções globais produzidas pela sociedade. Já o significante, tem uma marca específica para cada sujeito, no qual representa e simboliza dada forma de ser e demonstra sua singularidade.

Segundo Mota (2008), a roupa ajuda a compor as diversas identidades que a realidade nos faz viver. Não apenas por força da mídia e dos mecanismos da indústria cultural, mas porque os contextos e relações sociais mudam rapidamente nos colando o desafio de acompanhar o tempo alterando atitudes, crenças, valores, desejos.

Navarri (2010) afirma que a mudança regular das tendências e a forma de comunicação das marcas provoca no sujeito o desejo da imitação, seja da celebridade que representa a marca, dos seus valores, estilo e status, fazendo com que essa mudança de padrões ajude na elaboração do psiquismo ao fazer com que o consumidor faça em um pequeno espaço de tempo, tentativas de ser a cada nova coleção, permitindo uma elaboração progressiva da identidade.

Assim, essa nova identidade temporária permite a elaboração de um imaginário e contribui para a elaboração da realidade psíquica, pois através dessas mudanças é consolidado um estilo manifestando a afirmação da personalidade e daquilo que pretende mostrar a partir de todas as etapas passadas, consolidando não só uma identidade de si, que permite a identificação na sociedade, como uma identidade de moda (NAVARRI, 2010).

Lacan (1964), em seu seminário 11, conceitua significante como aquilo que representa um sujeito, não para o outro e sim para outros significantes. Pois acredita que o significante só fará sentido na cadeia de outros significantes. Deste modo, sua semiótica é estrutural e perpassa pela constituição principalmente do sujeito, mas também de outros fenômenos, como a moda. A moda materializa os significantes no real o que ficaria somente no simbólico.

Dessa forma, cada sujeito possui as suas verdades. A palavra do outro é internalizada a partir da estrutura psíquica, fazendo como um significante de constituição que dá estrutura para o sujeito, sociedade, um fenômeno e até mesmo uma roupa. Por exemplo: Um decote é internalizado como um elemento sensual da roupa (LACAN, 1975).

O corpo, a constituição do sujeito é escrita no simbólico, e este dá origem a significantes singulares para cada sujeito. Pensando na moda, esse corpo coberto de significantes e significados singulares, fazendo escolhas para recobrir o real desse corpo (a anatomia em si, o orgânico) e constrói uma relação com essas roupas as significando especificamente, chegando a um estilo próprio, atribuindo e simbolizando essas roupas de acordo com a sua personalidade.

Portanto, Lacan (1958) explica que antes mesmo que a aprendizagem da linguagem seja elaborada no plano motor e no plano auditivo já existe a simbolização. Pois o objeto, neste caso a roupa, já está introduzido como tal no processo de simbolização e desempenha um papel que introduz no mundo a existência do significante (LACAN, 1975).

Sendo assim, pensando no movimento de criação artística da peça de roupa, esta almeja não só a realização de um desejo pessoal como também, atingir seu público alvo de forma com que, estas pessoas desejem a produção e busquem a marca como um estilo de vida, ou um patamar a ser seguido. Marcas famosas e internacionais como Chanel, Dior, Gucci, Prada, Alexander McQueen e dentre outras, surgiram de uma necessidade, seja de conforto, feminilidade, funcionalidade, atualização, busca de igualdade de gênero, sexualidade e principalmente de um ideal construído a partir de uma determinada época (LOVINSKI, 2010).

Essas marcas tinham o propósito de vender não só o estilo das roupas, mas tinham um propósito que faziam com que este nome tivesse um valor. Estas, como muitas outras que se inspiraram nesses grandes criadores e ícones, tem o propósito de emocionar a pessoa e despertar o desejo, não só de compra, mas de pertencimento ao mundo, aos valores, ao ambiente e o foco que a marca sugere (CARVALHAL, 2015).

Esse sentimento de pertencimento, vem ao encontro do sentimento de identificação, onde a marca cria uma identidade específica para o público ideal e consegue usar o seu imaginário a partir daí. A identificação com a marca faz com que significantes e significados sejam estabelecidos, sendo de forma inconsciente ou consciente, atribuídos tanto pelo estilista quanto pelo público alvo. Como Lacan (1981) relata, os significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão estrutura e as modelam. Partindo disso, percebe-se que os significantes modelam e estabelecem relações, estruturas...

A moda também não seria uma forma de relação com o mundo? Não modela um estilo? Da uma estrutura? A moda modela um estilo, estabelece uma relação com o mundo e possui uma estrutura social que serve de referência para o sujeito. Essa estrutura social é referenciada como uma concessão à moda, possuindo termos com um sentido bem definido exercendo repentinamente uma atração especial durante uma década (Lévi-Strauss, 1958 apud Kroeber, 1948).

Dessa forma há uma subjetivação do processo, onde os significantes são passados da mãe para o filho. Estes significantes são buscados pela mãe na sociedade para depois usar em palavras para a consolidação da estrutura do sujeito, no qual este pode se apropriar ou recusá-los. Lacan (1958) afirma que a travessia pela intenção desejante do que se coloca para o sujeito como a cadeia de significante, quer a cadeia já tenha imposto suas exigências na subjetividade dele ou não, a mesma já foi constituída na mãe e ela lhe impôs, sua exigência e sua barreira. Pois o sujeito se depara inicialmente com a cadeia de significante por meio do Outro. O estilo é materialidade dessa construção.

Dentro dessa perspectiva, observa-se que a moda está imersa no campo simbólico. Esses significantes que são inicialmente dados pelo outro, servem de referência para a apropriação destes ou a recusa, dando ao sujeito a subjetividade, singularidade e a criação do seu estilo próprio.

Observando a história da moda durante os séculos, a antropologia e suas

diversas culturas, percebe-se que a vestimenta sempre esteve presente, seja para simplesmente cobrir o corpo e protegê-lo (nos primórdios), seja para estabelecer uma relação de diferença entre classes, demarcar uma mudança de era e comportamentos, mudanças políticas, movimentos sociais e até mesmo pessoais.

Lévi-Strauss (1958) acredita que as razões inconscientes pelas quais um costume é praticado ou uma crença compartilhada se afastam daquelas que são solicitados para justificá-los. Dando exemplos que, em nossa sociedade os costumes praticados, sendo o modo de se vestir sendo um deles, são escrupulosamente observados por cada um de nós, sem que sua origem ou verdadeira função tenham sido objeto de reflexão demorada.

Dessa forma, percebe-se que a moda é recoberta por significantes, sendo eles de gênero com relação a feminilidade, masculinidade e até mesmo abolição desses significantes com a teoria sem gênero; significantes de poder com relação as marcas que se usa e o reconhecimento que se obtém a partir desse consumo; significantes estereotipados dependendo do estilo de roupa que se usa, pois a moda vem para recobrir uma realidade, sendo usada para passar imagens diversas de acordo com a situação, sendo para recobrir, mas também para acrescentar nessa realidade a fantasia da possibilidade de ser através de uma vestimenta.

Ser visto, ser autêntico, básico, formal, informal, vulgar, recatado e todas as outras ambiguidades nas questões estereotipadas de estilo. Portanto, a moda consegue materializar visualmente significantes que são estruturais na vida do sujeito, sendo uma forma não só de expressão como de comunicação com a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A semiótica lacaniana trabalha muito com o emprego das palavras e sua atribuição de sentido. Pensando nisso, juntamente com o mundo da moda, percebe-se que essa junção de palavras se transformam em significantes importantes, como o significante do feminino, do masculino, do poder, do desejo, dos valores das marcas, da forma de comunicação, do espaço criado para ser a casa dessa marca e que receberá constantes visitantes, o próprio nome da marca, traz um peso importante para o significado do seu trabalho.

Essas palavras são construções históricas que perpassam por séculos, mas também construções psíquicas e constituições do sujeito que constroem uma forma de ser, de enxergar o mundo e de atribuir significados a ele. Por exemplo: por que uma bolsa preta da esquina de casa, não tem o mesmo valor de uma bolsa da Gucci, se ambas possuem a mesma função?

Pelos significantes e valores que são atribuídos a cada uma delas, seja uma de valor trivial e cotidiano e outra de luxo e poder. Desta forma, compreende-se que a psicanálise e a semiótica lacaniana têm muito o que acrescentar diante da compreensão do mundo da moda, pensando em seus significados, significantes, o sentido e como a partir disso cria-se uma estrutura fundamentada em palavras que formam pilares da construção desse

universo.

REFERÊNCIAS

BARNARD, Malcom. Moda, Indumentária e Significado. In: BARNARD, Malcom. **Moda e Comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco Ltda, 1958. Cap. 4. p. 109-145. Tradução Lúcia Olinto.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 1971. 120 p.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, Oct. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso>. access on 30 June 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>

CARVALHAL, André. **A Moda Imita A Vida: Como Construir Uma Marca De Moda**. Rio de Janeiro: Senac, 2015. 352 p.

CRANE, Diana. Moda, Identidade e Mudança Social. In: CRANE, Diana. **Moda e seu papel social: Classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac, 1933. Cap. 1, p. 20. Tradução Cristiana Coimbra.

Lacan, J. (1972-1973/1985). Letra de uma carta de amor. In O seminário, livro 20: mais, ainda. (pp. 105-120). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Publicado originalmente em 1972-1973).

LACAN, Jacques. **O seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. 280 p. Tradução: Vera Ribeiro.

LACAN, Jacques. **O seminário 22: R.S.I.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 77 p. Tradução: Vera Ribeiro.

LACAN, Jacques. O Valor de Significação do Falo: O Significante, a barra e o falo. In: LACAN, Jacques. **O seminário: Livro 5: As Formações do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1958. Cap. 19. p. 347-364. Tradução: Vera Ribeiro

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosacnaify, 1958. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés.

LOVINSKI, Noel Palomo. **Os Estilistas de Moda Mais Influentes do Mundo**. São Paulo: Girassol, 2011. 192 p.

MOTA, Maria Dolores de Brito. MODA E SUBJETIVIDADE: CORPO, ROUPA E APARÊNCIA EM TEMPOS LIGEIROS. **Modapalavra: e-periódico**, Ceará, v. 2, n. 1, p.21-30, dez. 2008. Semestral. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/modapalavra/edicao2/files/moda_e_subjetividade-maria_dolores.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

MURATA, Vitor. **Biografia: Jacques Lacan**. 2010. Disponível em: <<http://lacan.orgfree.com/lacan/biografia.htm>>. Acesso em: 18 set. 2016.

NAVARRI, Pascale. **Moda & Inconsciente: Olhar de uma Psicanalista**. São Paulo: Senac, 2010. 212 p

SANTOS, Waldelange Silva dos. PSICANÁLISE E SEMIÓTICA: UMA POSSÍVEL INTERLOCUÇÃO? **Acta Semiotica Et Lingvistica**, Pernambuco, v. 14, n. 2, p.117-141, dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/actas/article/view/14639>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

TEIXEIRA, Cintia; VÍCTER, Cristiane. UM ESTUDO SEMIOLÓGICO SOBRE OS CÓDIGOS DO VESTIR. In: VII COLÓQUIO DE MODA, 4., 2011, Paraná. **UM ESTUDO SEMIOLÓGICO SOBRE OS CÓDIGOS DO VESTIR..** Maringá: Sebrae, 2011. v. 1, p. 01 - 07. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br/7-coloquio-de-moda.php>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

ZAMBRINI, Laura. Olhares sobre moda e design a partir de uma perspectiva de gênero. **Dobra[s]**, São Paulo, v. 8, n. 19, p.54-61, 2016. Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/452/409>>. Acesso em: 21 maio 2017.

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA

Isa Stavrakas

Universidade Nove de Julho
São Paulo – SP

Ana Lee Claudio

Universidade Nove de Julho
São Paulo – SP

Rebeca Josiane Ferreira da Silva

Universidade Nove de Julho
São Paulo – SP

Sandra Esteves de Camargo

Universidade Nove de Julho
São Paulo – SP

Vanessa Alves Duarte de Oliveira

Universidade Nove de Julho
São Paulo – SP

RESUMO: Este artigo objetiva fazer uma análise da transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como os níveis de ensino se articulam para dar continuidade aos processos que envolvem o lúdico que se iniciam na educação infantil e devem se formalizar nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização. A passagem da educação infantil para o ensino fundamental tem sido marcada pela descontinuidade de práticas infantis, principalmente no que se refere ao brincar, por isso torna-se necessário investigar quais

diálogos estão ocorrendo entre estes níveis de ensino, no sentido de compreender de que forma os processos lúdicos vivenciados pelas crianças no cotidiano das escolas de educação infantil corroboram para sua continuidade e sistematização no ensino fundamental, levando-se em conta as experiências dos pequenos nos diferentes espaços de socialização. Nesta perspectiva, a pesquisa entende que é necessário dar voz às crianças, para que sejam as protagonistas neste cenário, expressando suas ideias e emoções.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Lúdica - Educação Infantil - Ensino Fundamental I

ABSTRACT: This article aims to make an analysis of the transition experienced by students from pre school to elementary education in order to verify how the levels of education are articulated to continue the processes that involves the ludic that begins in the first years of childhood education and should be formalized in the years of elementary school I - Literacy Cycle. The transition from pre school to elementary school has been marked by the discontinuity of children's practices, especially when it comes to playing, so it is necessary to investigate which dialogues are taking place between these levels of education, in order to understand how the ludic processes experienced by children in the daily life of the pre school corroborate to

their continuity and systematization in elementary education, taking into account the experiences in the different spaces of socialization of the child. In this perspective, the research understands that it is necessary to give voice to the children, so that they are the protagonists in this scenario, expressing their ideas and emotions.

KEYWORDS: Ludic Culture – Pre School – Elementary School

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é contribuir para uma análise sobre a transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como tais níveis de ensino se articulam para a continuidade dos processos lúdicos que se iniciam nas escolas infantis e se formalizam nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização.

Os dados apresentados aqui vinculam-se a pesquisa que está sendo desenvolvida por um grupo de Iniciação Científica, cujo tema intitula-se “A transição da educação infantil para o ensino fundamental: O que as crianças têm a nos dizer? Uma análise da continuidade do processo”, no qual busca-se dar voz às crianças para que possam expressar seus desejos e expectativas em relação ao processo de transição, bem como destacar de que forma as ações que envolvem o lúdico ocorrem dentro das instituições que atendem as séries iniciais.

Partindo, então, do pressuposto que a passagem da educação infantil para o ensino fundamental tem sido marcada por algumas rupturas de práticas que envolvem a cultura do brincar, torna-se necessário investigar quais diálogos estão ocorrendo entre estes níveis de ensino, no sentido de compreender de que forma os processos vivenciados pela criança no cotidiano das escolas de educação infantil, corroboram para sua sistematização no ensino fundamental, na perspectiva que haja continuidade e não ruptura e a criança continue a ser vista como criança, com suas necessidades e especificidades.

Neste mesmo percurso, é preciso verificar quais diferenças e similaridades existem entre as práticas desenvolvidas na educação infantil e no ensino fundamental a fim de subsidiar ações que favoreçam um trabalho direcionado às possibilidades de interlocução entre estes níveis de ensino, valorizando os conhecimentos construídos pelo educando e as ações desenvolvidas pelas escolas desde a sua entrada no ambiente formal de ensino. Sendo assim, é fundamental ouvir o que as crianças têm a dizer nesta perspectiva, a fim de obter e fundamentar ações que possibilitem maior articulação neste processo.

Para isso, é preciso ter clareza das Leis Federais 11.114/2005, 11.274/2006 e 12.796/2013 (que altera a Lei 9.394/96 em acordo com a Emenda Constitucional 59/2009) que instituíram uma nova organização do ensino fundamental. Essa nova organização traz inevitáveis questionamentos, entre os quais aqueles relacionados à articulação entre as etapas educativas.

Além das leis, ao observar a literatura sobre o assunto, verifica-se que vários autores listam a necessidade de diálogo entre os níveis de ensino, principalmente, no que se refere ao brincar, entretanto, no cotidiano das escolas ainda são encontradas falas que promovem um distanciamento entre estes níveis, como por exemplo: “Agora não é mais para brincar, agora é para estudar”, ou então, “O primeiro ano é para aprender coisas importantes”, como se a educação infantil não fosse importante. Seguindo neste discurso, vários educadores apontam que o ensino fundamental é “sério”, portanto, as crianças não podem mais brincar. Nitidamente, observa-se uma dicotomia entre as práticas relacionadas a cultura lúdica, pois o que era valorizado na educação infantil, passa a ser visto como negativo quando se adentra o ensino fundamental.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de uma relação mais estreita entre a educação infantil e o ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização, pois permitiria aos dois níveis de ensino desenvolverem ações nas quais a criança, por meio de uma participação ativa em atividades interativas e lúdicas, teria uma aprendizagem mais prazerosa e seus saberes seriam valorizados em todos os aspectos.

A pesquisa aqui mencionada pressupõe que os estudos realizados sobre o pensamento das crianças e as práticas desenvolvidas nos dois contextos educativos contribuirão para maior compreensão sobre o tema, ampliando as possibilidades de intervenções nestes espaços e favorecendo a continuidade dos processos de aprendizagem e saberes que envolvem a cultura lúdica.

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ESPAÇO PARA APRENDER BRINCANDO

A primeira pergunta que fazemos ao escrever este texto é: Qual o sentido da brincadeira na escola de educação infantil? Esta pergunta remete o leitor a pensar sobre o papel que a escola tem na vida da criança contemporânea, já que deve promover aprendizagens significativas que possam contribuir para a sua formação integral. Além disso, o brincar é um direito da criança, pois se apresenta como um momento em que ela expressa emoções, pensamentos, desejos, vontades e sentimentos. O Referencial Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p.27), aponta:

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta.

As aprendizagens que fazem parte do cotidiano da educação infantil relacionam-se com as experiências que são adquiridas ao longo das interações com o outro e com o ambiente. Segundo as Orientações Curriculares (BRASIL, 2007, p. 17-18):

O aprendizado pode ser provocado por colaboração com diferentes parceiros na realização de determinadas tarefas, por observação e imitação, ou por transmissão social. Aprende-se, em especial, na relação com o outro, não só o professor, mas

também com outras crianças. Além disso, aprende-se consigo mesmo, ou a partir de objetos e de outras produções culturais abstratas.

Ainda, de acordo com este documento:

A brincadeira é um fenômeno da cultura, uma vez que configura como um conjunto de práticas, conhecimentos e artefatos construídos e acumulados pelos sujeitos nos contextos históricos e sociais em que se inserem. Representa, dessa forma, um acervo comum sobre o qual os sujeitos desenvolvem atividades conjuntas (BRASIL, 2007, p.39)

Neste sentido, a brincadeira se apresenta como elemento fundamental para o desenvolvimento da criança, pois representa formas próprias da criança ser e agir, estabelecendo relações com diferentes sujeitos e outras culturas. Ao brincar a criança a cria e recria situações do cotidiano, resolve conflitos, estabelece limites, expõe emoções, promove interações, além contribuir para o desenvolvimento físico e cognitivo. Segundo Piaget (1969, p.29):

A criança que brinca de boneca refaz sua própria vida, corrigindo-a à sua maneira, e revive todos os prazeres ou conflitos, resolvendo-os, compensando-os, ou seja, completando a realidade através da ficção.

Num outro viés, ao se pensar na concepção de criança, entende-se que foi historicamente construída e tem se modificado ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época (RCNEI, BRASIL, 1998, p.21). Sendo assim, existem diferentes infâncias, as quais possuem formas e características de brincar próprias de cada grupo. Por conta disso, as brincadeiras passam a representar antigos costumes que foram passados de geração para geração, ou seja, transforma-se em parte da cultura de um povo.

De acordo com as Orientações Para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade (BRASIL,2007) a brincadeira por si só, já está vinculada a ideia de infância e, conseqüentemente, às crianças. Várias culturas valorizam o brincar por compreenderem seu aspecto psicológico que orienta o desenvolvimento e a aprendizagem dos pequenos. Ao se observar as brincadeiras infantis, é possível conhecer melhor o grupo social a que pertencem e os significados que atribuem para diferentes questões sociais. Por outro lado, ainda há sociedades que não valorizam a brincadeira, considerando-a irrelevante para o processo que se dá na educação formal. Ainda, de acordo com as Orientações Para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade (BRASIL, 2007, p.34):

“...ao menos nas sociedades ocidentais, ainda é considerada irrelevante ou de pouco valor do ponto de vista da educação formal, assumindo frequentemente a significação de oposição ao trabalho, tanto no contexto da escola quanto do cotidiano familiar.”

Ao se pensar na importância do brincar dentro da escola, olhamos para as crianças de hoje que, muitas vezes, desconhecem brincadeiras tão comuns em épocas passadas. A violência, a falta de espaço, a influência das mídias, são fatores que têm contribuído para ressignificar o brincar, fazendo com que as construções individuais e coletivas assumam papéis diferenciados. Tudo dependerá dos tempos, espaços e

lugares, das possibilidades de cada grupo, do que foi preservado culturalmente e do novo que invade os lares e promove mudanças. Sobre isso, as Orientações Para a Inclusão da Criança de Seis Anos (BRASIL, 2007, p.33) questionam “de que forma o mundo contemporâneo, marcado pela falta de espaço nas grandes cidades, pela pressa, pela influência da mídia, pelo consumismo e pela violência, se reflete nas brincadeiras?” Tal indagação é importante justamente por permitir refletir sobre a influência dos contextos históricos e sociais na vida da criança e do papel da escola diante dos novos desafios.

Entendendo a importância da brincadeira na vida dos pequenos, já respondemos a questão posta, uma vez que a escola tem a incumbência de promover aprendizagens e a formação integral da criança. Sobre isso, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p.27) afirma que:

A brincadeira favorece a autoestima, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-se em um espaço singular de constituição infantil.

A escola como espaço de socialização deve compreender a criança em todas as suas dimensões, entendendo a infância como uma etapa construída socialmente, portanto, relevante para promover o desenvolvimento infantil em todos os seus aspectos: físico, cognitivo, social e afetivo. É justamente, por ser a escola um espaço de aprendizagem e conhecimento que deve possibilitar que a criança vivencie a infância em todas as suas especificidades, “compreendendo-a do ponto de vista dela e não do ponto de vista dos adultos” (OLIVEIRA, 2012, p.38).

A educação infantil constitui-se como um espaço formal de aprendizagens e saberes no qual as perguntas que as crianças elaboram sobre si e o que está a sua volta podem ser respondidas, já que permite a socialização com grupos e culturas diversas. Ao lidar com esses grupos diferentes dos seus, as crianças passam a ressignificar suas ideias, aprendendo a se comunicar e construir novas experiências.

Na educação infantil, além de encontrarem um ambiente acolhedor e seguro, elas têm a possibilidade de ampliar seu conhecimento de mundo, pois terão experiências significativas para a construção da sua identidade e autonomia ao lado de seus amigos, educadores e demais profissionais presentes neste ambiente. Conforme afirma as Orientações Curriculares “na relação com os parceiros, as crianças aprendem a defender seus interesses, a concordar ou contrapor-se a outra criança, a ser dependente ou independente, líder ou seguidor, e a refletir sobre o que significa ser justo, verdadeiro, solidário, amigo” (SME/DOT, 2007, p. 48).

Na escola, as crianças são estimuladas a desenvolver diferentes capacidades, como por exemplo, cooperação, solidariedade, respeito a si, ao outro e ao ambiente, regras de convivência, etc. Além disso, as crianças que frequentam a educação infantil terão experiências que envolvem o brincar e imaginar; a linguagem corporal,

a natureza e cultura, a apropriação do conhecimento matemático e a expressividade das linguagens artísticas. Por meio destas experiências serão estimuladas a pensar, a agir, a resolver problemas, etc. Segundo Oliveira (2012, p.40):

As situações cotidianas criadas nas creches e pré-escolas podem ampliar as possibilidades de as crianças se apropriarem de formas de conviver, brincar e trabalhar em grupo, comunicar-se, criar e reconhecer novas linguagens, ouvir histórias e recontá-las, ter iniciativa, buscar soluções para problemas e conflitos, conversar sobre o crescimento de algumas plantas ou animais que são por elas cuidadas, colecionar objetos, participar de brincadeiras de roda, comparar tamanhos, dançar, cuidar dos colegas que necessitam de ajuda, cuidar do ambiente, compreender suas emoções e sua forma de reagir às situações e formular um sentido de si mesmo.

Na passagem pela educação infantil, as crianças já adquiriram experiências e conhecimentos plurais, no qual a ludicidade está presente, dando-lhes o suporte necessário para adentrar o ensino fundamental. Ou seja, a educação infantil oferece aprendizagens e conhecimentos significativos por meio de diferentes formas de brincar. Na sequência o texto discorrerá sobre o brincar no ensino fundamental.

O BRINCAR NO ENSINO FUNDAMENTAL I: POSSIBILIDADE OU DISTANCIAMENTO?

O ingresso da criança de seis anos no ensino fundamental, de acordo com a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, tem sido marcado pelo distanciamento de práticas que foram vivenciadas na educação infantil e deveriam ter continuidade no ensino fundamental. Isso se refere, principalmente, ao lúdico, que é deixado de lado por ser entendido como uma ação que deva ocorrer esporadicamente, já que o foco principal nos anos iniciais é a alfabetização e o letramento. Ainda que os documentos oficiais tragam em seu bojo a necessidade de se garantir um processo de aprendizagens sem rupturas, o mesmo não tem ocorrido no cotidiano de muitas escolas, que não vê a criança, seus saberes e suas aprendizagens como caminhos compilados.

Em virtude desta dicotomia entre a teoria e a prática, vamos refletir aqui um pouco mais sobre as escolas que temos para, a partir disso, pensarmos na escola que queremos.

Desde a ampliação do ensino fundamental para nove anos, o número de crianças que passaram a frequentar o primeiro ano aumentou. A ideia era garantir mais possibilidades de aprendizagem para um maior número de crianças, como consta no documento Orientações Para a Inclusão da Criança de Seis Anos, que diz “assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem” (BRASIL, 2007, p.7).

Dessa forma, segundo o mesmo documento, há uma preocupação quanto ao tempo de permanência da criança na escola, bem como, a expectativa que aprenda mais e de forma mais prazerosa (BRASIL, 2007). Como poderíamos, então, definir uma

prática mais prazerosa? Seria aprender brincado, como ocorre na educação infantil? Seria aprender com a leveza que permeia as escolas infantis? Ou seria ainda garantir conteúdos? Por conta disso, houve grande preocupação em se elaborar um currículo que atendesse às necessidades das crianças. O currículo passou, então, a ter um lugar de destaque dentro da escola, já que a partir dele foi definido o que poderia ser trabalhado no primeiro ano do ensino fundamental.

Por conta disso, fez-se necessário compreender o Parecer CNE/CEB nº 4/2008, o qual afirma que não se pode confundir a pré-escola, na sua última etapa, com o primeiro ano do ensino fundamental, pois a pré-escola possui características diferentes do primeiro ano, o qual deve ter um currículo que atenda as especificidades das crianças com seis anos de idade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Brasil. MEC/CNE, Resolução CEB nº 2, 1998), afirmam que as escolas devem refletir sobre as propostas pedagógicas que serão realizadas com base neste documento.

O primeiro ano do ensino fundamental deve ser visto como uma possibilidade de continuidade do trabalho que já foi desenvolvido na educação infantil, principalmente, no que se refere ao brincar, pois as crianças precisam ter seus saberes respeitados, com a garantia de que a sua identidade e autonomia sejam preservados.

Pensando nisso, o currículo deve dispor de tempos e espaços que garantam às crianças o seu desenvolvimento pleno, por isso, devem ser organizados e preparados para recebê-las. De acordo com as Orientações Para a Inclusão da Crianças de Seis Anos (2007, p.67), “uma proposta pedagógica que envolva as diferentes áreas do currículo de forma integrada se efetiva em espaços e tempos, por meio de atividades realizadas por crianças e adultos em interação”.

Sabendo que a brincadeira se constitui como experiência que está vinculada ao contexto histórico e social, a qual assume uma dimensão cultural no processo de constituição e formação da criança, Wajskop (2009, p.15), sobre este assunto, afirma que “...ao brincar, as crianças exploram as formas culturais nas quais vivem a realidade circundante, perguntam e refletem sobre estas, desenvolvendo-se psicológica e socialmente”.

É fundamental que a brincadeira nos anos iniciais não seja vista apenas como uma possibilidade de ensinar conteúdos, como o que tem sido observado em muitas práticas pedagógicas. Ela pode e deve ser utilizada com um fim em si mesmo, devendo ser colocada no espaço real que ocupa no mundo infantil. De acordo com as Orientações Para a Inclusão da Criança de Seis Anos:

O brincar é sugerido em muitas propostas e práticas pedagógicas com crianças e adolescentes como um pretexto ou instrumento para o ensino de conteúdos. Como exemplo, temos músicas para memorizar informações, jogos de operações matemáticas, jogos de correspondência entre imagens e palavras escritas, entre outros. Mas quando tais atividades são compreendidas apenas como recursos, perdem o sentido da brincadeira e, muitas vezes, até mesmo o seu caráter lúdico, assumindo muito mais a função de treinar e sistematizar conhecimentos, uma vez

que são usadas como objetivo principal de atingir resultados preestabelecidos. (SME/DOT, 2007, p.42-43)

Como já visto, no ciclo inicial a brincadeira precisa ter seus tempos e espaços garantidos, podendo ser utilizada no processo de alfabetização por meio de trava-línguas, parlendas, músicas, jogos de memória, palavras-cruzadas, jogos de rimas, etc, mas não somente como recurso, pois isso despertaria o desinteresse da criança. O lúdico deve estar presente em todos os contextos, sendo explorado em todas as suas potencialidades como um fim em si mesmo.

A utilização de recursos diferentes em sala de aula desperta o interesse da criança. A partir de uma situação de descontração, o professor poderá promover a integração entre as disciplinas curriculares e o brincar, possibilitando a criança descobrir-se em cada situação, conhecer sua cultura e também fazer parte da construção do ambiente em que está inserida.

A criança demonstra grande interesse por brincadeiras que envolvem jogos de conceitos, jogos de raciocínio, jogos de estratégia, jogos com regras, etc., por isso, garantir tais materiais é fundamental para a aprendizagem de diferentes linguagens de forma prazerosa e interativa. De acordo com Kishimoto (1999, p. 11):

(...) o jogo e a criança caminham juntos desde o momento em que se fixa a imagem da criança como um ser que brinca. Portadora de uma especificidade que se expressa pelo ato lúdico, a criança carrega consigo as brincadeiras que se perpetuam e se renovam a cada geração.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que serve como uma forma de incorporar novas aprendizagens, ela é uma experiência de cultura, por isso, a escola deve garantir diferentes espaços e tempos para que isso aconteça.

Nesta perspectiva, a própria sala de aula é um espaço que pode ser utilizado e, não somente, a quadra ou o parque.

Outra questão pertinente neste ponto da discussão refere-se a utilização de parques. É sabido que as escolas de ensino fundamental devem oferecer para a criança pequena este espaço. Entretanto, muito do que se vê, é a instalação de parques que não são utilizados ou que são utilizados esporadicamente, apenas uma vez por semana, ou uma vez por quinzena. Há o incômodo de muitos profissionais em relação a este espaço, pois são encarados como um lugar em que as crianças perdem tempo, uma vez que não estão aprendendo “conteúdos”. Essa visão errônea carece de um olhar mais cuidadoso por parte dos estudiosos, pois denota desconhecimento dos educadores em relação ao universo infantil e suas necessidades. Neste sentido, pesquisar sobre o assunto é fundamental para corroborar com o que aparece nos documentos oficiais sobre o tema, além de apontar novas possibilidades. É preciso também um trabalho de formação docente, na perspectiva de aproximá-los do universo infantil, identificando as necessidades da criança pequena e os benefícios que o lúdico acrescenta no seu desenvolvimento.

Analisando a passagem das crianças da educação infantil para o ensino

fundamental, observamos esta transição com certa preocupação, indagando por que há tanta restrição do brincar atualmente no ambiente escolar? Sobre isso Borba afirma que “a brincadeira é fundamental para a criança interagir e construir conhecimentos sobre si mesma e sobre a realidade que a cerca.” (2006, p.7).

Então o que pensam as crianças sobre este momento? Quais pensamentos e falas precisam ser levados em conta? Refletindo sobre isso, entende-se que a criança precisa ter voz, precisa ser ouvida, para que as ações desenvolvidas na escola atendam às suas necessidades.

Finalmente, evidencia-se que o trabalho no ensino fundamental amplia as possibilidades de aprendizagens já iniciadas pelas crianças na educação infantil. As práticas pedagógicas desenvolvidas neste nível de ensino devem oferecer uma variedade de incursões, além dos jogos e brincadeiras que contribuirão para o desenvolvimento dos pequenos.

Tais práticas devem incluir os vários campos de experiências, promovendo a interação entre os adultos, as crianças e o meio. Sob este prisma, a reflexão que se faz sobre a descontinuidade ou possibilidade do brincar no ensino fundamental é que ambos ainda caminham próximos. Sabemos que a continuidade do processo lúdico que se inicia na educação infantil sofre uma ruptura no ensino fundamental, da mesma forma que sabemos que é uma possibilidade prevista em lei e que deve ser cumprida pelas escolas. De qualquer forma, é preciso compreensão sobre a real importância da brincadeira, da interação, do trabalho interdisciplinar dentro das instituições de ensino fundamental para que as ações se concretizem.

Algumas das questões apontadas neste texto já possuem respostas, uma vez que a pesquisa conseguiu resultados parciais, conforme veremos na sequência.

OS RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

A pesquisa apresentada neste artigo encontra-se em fase inicial, mas já obteve alguns resultados significativos que envolvem a análise do referencial teórico e compilação de dados quantitativos e qualitativos.

De acordo com a abordagem teórica bibliográfica verificou-se que é fundamental que no ciclo inicial de alfabetização a cultura do brincar esteja presente, uma vez que é próprio da natureza da criança e necessária para seu desenvolvimento. Para isso, os tempos, os espaços e os materiais devem ser garantidos dentro de uma organização que permita atender às crianças nos seus diferentes contextos. Na sequência, os pesquisadores foram à campo a fim de desenvolver a outra etapa da pesquisa.

Feita a sistematização, organização e compilação dos dados coletados nas escolas, seguiram com as entrevistas semiestruturadas com crianças e educadores, observando as práticas pedagógicas voltadas ao lúdico. Tais dados foram parcialmente analisados, pois ainda há uma quantidade grande de materiais a se averiguar.

Foram pesquisadas 64 escolas de ensino fundamental, sendo 26 particulares e 38 públicas, o que corresponde a 41% e 59%, respectivamente, conforme informa o gráfico 1:



GRÁFICO 1 – ESCOLAS PESQUISADAS

É importante ressaltar que a quantidade de escolas públicas e particulares pesquisadas deveria ser o mesmo, entretanto, houve resistência das escolas particulares em permitir a pesquisa, alegando não terem tempo disponível para isso. Sendo assim, o número de escolas públicas pesquisadas foi maior, já que houve acolhimento dos pesquisadores.

De acordo com nossa pesquisa 51 escolas realizam algum tipo de atividade lúdica com as crianças do 1º ano do ensino fundamental e somente 13 não realizam nenhum tipo de atividade, o que corresponde a 80% e 20%, respectivamente, como mostra o gráfico 2.



GRÁFICO 2 – ATIVIDADES LÚDICAS

A pesquisa levantou que as brincadeiras nem sempre fazem parte da rotina

diária das crianças. Algumas escolas se organizam para que haja o dia do brinquedo, sendo que este dia já é definido previamente e comunicado às famílias. Para que isso ocorra são colocadas algumas regras, no intuito de evitar problemas entre as crianças e, conseqüentemente, com suas famílias. Algumas escolas alegaram não ter o dia do brinquedo por terem dificuldade em administrar a questão dos brinquedos, já que há crianças que trazem brinquedos caros e passíveis de quebrar e outras que não trazem nenhum. Isso gera problemas de convivência entre os pequenos, sendo necessária a intervenção docente.

Vale ressaltar que muitas escolas dedicam apenas este dia para o brincar, o que demonstra falta de conhecimento sobre as necessidades e especificidades das crianças.

Outras escolas pesquisadas possuíam piscina de bolinha, mesa de jogos como: pebolim e ping pong, permitindo que fossem utilizadas no intervalo. Neste caso, o problema apresentado foi a quantidade pequena de brinquedos para um número grande de alunos, o que promovia um descontentamento daqueles que não conseguiam brincar em função do tempo, gerando, por conseguinte, conflitos.

Ficou evidente que não ocorre uma preocupação de algumas escolas de ensino fundamental em adquirir brinquedos próprios da infância ou em resgatar brincadeiras tradicionais, como: corda, bambolê, peteca, bolinhas de gude, bola, elástico, etc. Mesmo a escola não adquirindo estes tipos de brinquedos, outras brincadeiras tradicionais poderiam ser estimuladas, resgatando a história sociocultural dos grupos. Podemos citar, por exemplo, a rodas cantadas, os jogos de mãos, a amarelinha, etc.

Também foi observado que não havia nenhum tipo de material reciclado para confecção de brinquedos, como também as escolas não apontaram nenhum interesse em desenvolver oficinas.

Percebe-se que existem algumas brincadeiras nas séries iniciais, mas tudo o que envolve o lúdico não se apresenta como ação relevante nesta fase escolar, promovendo uma descontinuidade deste processo que se iniciou na educação infantil. Priorizam a leitura e a escrita, esquecendo que o brincar é parte da natureza da criança.

Ainda observando os resultados, o número de escolas que não promovem nenhuma atividade lúdica é grande, pois uma vez que as leis garantem às crianças o acesso ao brincar, é inconcebível que tantas escolas não disponibilizem materiais, tempos e espaços para atender aos pequenos.

O grande desafio é oportunizar à criança momentos em que ela possa criar, usar e abusar da imaginação, fantasiar como deve atuar em determinada brincadeira ou até mesmo como se divertir com um novo brinquedo.

Por meio das atividades lúdicas, a criança produz cultura, retrata sua vivência, seus desejos, seus sentimentos, assume seu papel de sujeito social e expressa-se com encantamento.

No contexto escolar, o professor, ao permitir a brincadeira, age com intencionalidade, no intuito de observar o desenvolvimento da criança, avaliando suas

habilidades cognitivas e motoras, além de verificar como ocorre sua socialização e aprendizado, garantindo assim, o desenvolvimento integral dos pequenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto foram desenvolvidas reflexões acerca do papel da educação infantil e do ensino fundamental I em relação ao brincar.

Considerou-se que a criança como ser social que possui capacidades afetivas, emocionais e cognitivas, necessita da interação com o outro e com o meio para desenvolver suas habilidades. Neste sentido, a brincadeira colabora para ampliar suas relações sociais, interações e expressividade, já que promove trocas, aprendizagens e experiências.

Brincar é uma ação que contribui também para o desenvolvimento da autonomia e identidade da criança, já que lhe possibilita assumir papéis, tomar decisões, seguir regras, criar e recriar personagens, resolver conflitos, além de permitir conhecer mais sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

Dessa forma, é fundamental que os níveis de ensino tenham clareza quanto a importância do lúdico no espaço educativo. Para isso, é preciso garantir tempos, espaços e materiais que possibilitem à criança o seu pleno desenvolvimento.

A criança pequena tem seu direito de frequentar a escola garantido por lei, portanto, a escola, seja ela de educação infantil ou de ensino fundamental, deve oferecer uma educação de qualidade, pautada na concepção de cidadania em que a criança seja vista como sujeito de direitos.

Esta qualidade dependerá de fatores que foram discutidos neste texto, como por exemplo, a compreensão dos profissionais de educação infantil e das séries iniciais sobre a importância do lúdico; a disponibilidade de materiais, tempos e espaços previstos no currículo; a articulação entre estes níveis de ensino na perspectiva de amenizar o processo de transição dos pequenos de uma etapa para outra ou, ainda, dar voz à criança, para melhor compreender suas necessidades e expectativas, organizando o ambiente educativo e transformando suas aprendizagens em saberes significativos.

Os profissionais que atuam nas séries iniciais devem compreender que a criança não deixa de ser criança só porque adentrou o ensino fundamental. Suas necessidades continuam as mesmas, principalmente, em relação ao brincar. Cabe, então, aos docentes, buscarem caminhos em que o brincar se faça presente, articulando o lúdico com as demais disciplinas, bem como, entendo que o brincar pelo brincar também se faz necessário, pois é fonte de conhecimentos e saberes.

Entende-se que, se tudo o que aqui foi apresentado, ocorrer de forma compartilhada e comprometida entre a educação infantil e o ensino fundamental, a criança passará pela transição de um nível para outro de forma menos traumática e mais prazerosa.

Sendo assim, é necessário aprofundar a reflexão sobre as questões que envolvem a escola e suas práticas, dando continuidade às discussões que aqui iniciamos.

REFERÊNCIAS

BORBA, Ângela Meyer. “A brincadeira como experiência de cultura”. In: **O cotidiano na Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Boletim 23. Brasília, nov 2006.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/EF, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 11.114/05, de 16 de maio de 2005. Altera os artigos. 6o, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.274/06, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CEB/ CNE nº 01/99, de 07 de abril de 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CEB/CNE nº 05/09, de 18 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 02/98, de 07 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Diário Oficial da União. Brasília. 1998.
BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 07/2010, de 15 de dezembro de 2010. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2010.

KISHIMOTO, Tizuko, Morchida et. al. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (Org.). O trabalho do professor na educação infantil. São Paulo: Biruta, 2012.

PIAGET. Jean. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1969

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2007.152 p.

WAJSKOP, Gisela. *O Brincar – 0 a 6 anos*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2009.

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: OS RITOS DE PASSAGEM E AS EXPECTATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE O PROCESSO

Isa Stavrakas

Universidade Nove de Julho
São Paulo – SP

Fernanda Alexandre dos Santos

Universidade Nove de Julho
São Paulo – SP

Loide Giacometti Bervanger

Universidade Nove de Julho
São Paulo – SP

Stefani Leite Ribeiro

Universidade Nove de Julho
São Paulo - SP

RESUMO: Este artigo é parte do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica intitulado “A transição da educação infantil para o ensino fundamental: O que as crianças têm a nos dizer? Uma análise da continuidade do processo”, no qual se analisa a transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar de que forma ocorrem os ritos de passagem e o que as crianças pensam sobre tais mudanças. Partindo do pressuposto que a passagem da educação infantil para o ensino fundamental tem sido marcada por algumas rupturas de significados quanto a necessidade que as crianças têm, principalmente em relação ao brincar, torna-se necessário investigar o que

pensam sobre este momento, uma vez que são protagonistas neste cenário, e como os rituais de passagem contribuem para preparar e incorporar as crianças em um novo ambiente institucional. Pretende-se, então, apresentar o que os teóricos apontam sobre tal questão, discorrendo sobre os rituais e a importância destes no processo que se inicia na educação infantil. Aborda-se como os documentos oficiais trazem em seu bojo a transição de um nível para o outro, além de, recorrer à pesquisa de campo, analisando os ritos de passagem (se ocorrem ou não) nas escolas pesquisadas e quais seriam eles, pois se trata de uma importante categoria de análise.

PALAVRAS-CHAVE: Ritos de passagem – Educação Infantil - Ensino Fundamental

ABSTRACT: This article is part of the Scientific Initiation Research Project titled “The Transition from Pre School to Elementary Education: What do children have to tell us? An analysis of the continuity of the process “, which analyzes the transition experienced by students from pre School to elementary education, to verify how the rites of passage occur and what children think about such changes. Based on the assumption that the transition from pre School to elementary education has been marked by some ruptures of meanings regarding the need that children have, especially in relation to play,

it becomes necessary to investigate what they think about this moment, since they are protagonists in this scenario, and how the rituals of passage contribute to preparing and incorporating children into a new institutional environment.

The intention is, then, to present what the theorists point out about this question, discussing the rituals and their importance in the process that begins in childhood education. It addresses how the official documents bring the transition from one level to another, in addition to resort the field research, analyzing the rites of passage (whether they occur or not) in the researched schools and what would they be, since it's an important category of analysis.

KEYWORDS: Rites of passage - Pre School – Elementary Education

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva contribuir para um debate sobre a importância dos ritos de passagem para a criança que viverá a transição da educação infantil para o ensino fundamental e como as escolas de educação infantil os compreendem e valorizam, uma vez que se trata de uma etapa da vida da criança que está sendo concluída e possui um caráter de mudanças na sua formação e na sua vida social.

Inicialmente, o texto se debruça sobre a perspectiva da criança na sociedade, o caráter social que assume e como as leis garantem seus direitos. Em seguida, o texto discorre sobre os ritos de passagem e os resultados obtidos pela pesquisa até o momento.

Faz-se necessário entender que tipo de ritos são realizados pelas escolas, como as crianças são preparadas para enfrentar o novo ciclo e o que elas pensam sobre mudanças tão significativas, a partir de conquistas e transformações ocorridas durante a permanência na educação infantil. Além disso, não se pode esquecer, que todo momento de mudança gera diferentes emoções, por isso, é preciso investigar o que as crianças em fase pré-escolar pensam sobre o momento em que irão para o próximo nível de ensino e quais expectativas possuem a esse respeito para que o novo não se transforme em decepção e frustração.

É sabido que as crianças que estão na educação infantil são as mesmas que vão para o ensino fundamental, mas nem sempre tal caminho, visto como um processo que deva ocorrer em continuidade, dá-se desta forma. Observa-se que, a educação infantil e o ensino fundamental são separados pelos adultos e instituições, promovendo um descompasso naquilo que seria a sequência de um processo. A partir deste contexto é que precisamos ouvir a criança, saber quais são suas expectativas e como se sente em relação as mudanças que estão por vir, pois, não podemos nos esquecer que adentrarão o novo nível de ensino trazendo histórias, saberes e expectativas.

Por conta disso, a família assume também um papel fundamental, pois será ela a oferecer tranquilidade e equilíbrio para a criança, como também apresentará as novas possibilidades em relação ao que futuro que lhe espera. Entretanto, é preciso pensar

sobre como as famílias são orientadas em relação aos rituais ocorridos dentro e fora da escola.

Ao observar a literatura sobre o assunto, verifica-se que vários autores listam a necessidade da utilização dos ritos de passagem, uma vez que ajudam a preparar a criança para enfrentar os novos desafios e compreender e incorporar os desafios que virão. Mas, será que as escolas estão realizando os ritos de passagem? Quais ações são desenvolvidas neste sentido? Como acontecem ao longo do ano? Há clareza sobre o papel dos ritos nesta fase de transição? No que se refere as crianças, elas são ouvidas sobre isso? Há um protagonismo da criança quanto a escuta do que pensam e sentem? Como a escola dialoga com a criança em relação a nova etapa? Suas famílias são preparadas para os enfrentamentos que virão? São orientadas quanto a melhor forma de orientar seus filhos? São muitas as perguntas que urgem por respostas o que exigem que as pesquisas sobre o tema sejam cada vez mais abrangentes para oferecer maior entendimento em relação aos ritos e suas especificidades.

Compreendendo a importância dos estudos sobre os ritos de passagem para a continuidade do processo educativo, o texto parte do pressuposto que os ritos de passagem são necessários nesta etapa escolar, promovem mudanças importantes para as crianças, ajudando-as a entender, elaborar e expressar os sentimentos sobre a nova etapa, contribuindo assim, para uma transição mais fácil e tranquila.

Sob outro aspecto, ao ouvir a criança, permitir-lhe ter voz em relação as novas mudanças, é possível que as escolas promovam ações e intervenções que a ajudem na continuidade dos processos de aprendizagem, além de permitir que as crianças tenham uma visão positiva do processo.

Neste sentido, a pesquisa se debruça sobre tais questões, já obtendo resultados parciais que permitem ao leitor ter um olhar mais apurado sobre o tema, possibilitando levantar um debate sobre o papel das famílias, das escolas de educação infantil e do ensino fundamental neste processo.

A CRIANÇA NA SOCIEDADE

A partir da segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX, muitos estudiosos, como o francês Philippe Àries, Friedrich Wilhelm August Fröbel e outros, dedicaram-se a tarefa de estudar a criança, em seus vários campos de conhecimento, uma vez que se tornou fundamental entender o real significado do que é ser criança e o valor social que assume no contexto onde está inserida.

Dessa forma, a criança passou a ser considerada como um sujeito social e produtora de cultura, mas que, nem sempre, é atendida em suas necessidades. Mas, quais necessidades seriam essas? O que, de fato, as crianças querem?

Neste contexto, para entender quais são as necessidades da infância, é preciso olhar o mundo pelas lentes de uma criança, buscando compreender o que lhe faz sentido, o que lhe dá prazer e o que lhe permite aprender. Além das necessidades

básicas de todo ser humano que clama por reconhecimento social, a infância pede pela construção de uma história na qual seja a protagonista e tenha seus direitos garantidos.

São observadas ao longo das últimas décadas, políticas públicas que transformaram a estrutura das escolas, reorganizaram tempos e espaços, além de instituírem programas direcionados as ações que envolvem a formação docente e a alfabetização.

A legislação educacional trouxe a escolaridade obrigatória a partir dos quatro anos, a fim de que todas as crianças fossem atendidas nos seus direitos de acesso e permanência nas instituições de ensino.

A lei nº 9.394/1996 foi a primeira a acenar para uma educação obrigatória de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade. Neste momento, muitas mudanças começam a ocorrer no âmbito escolar, pois segundo o Ministério da Educação (2007, p.6), o ingresso de crianças de seis anos no ensino fundamental “não pode constituir uma medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem delas, o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas”.

A transição da educação infantil para o ensino fundamental, ainda agora, tem sido permeada por fragmentações e rupturas do trabalho pedagógico, principalmente, no que se refere a cultura do brincar, pois muitos profissionais não concebem o ensino fundamental como um processo em continuidade, na ótica que envolve as necessidades do brincar. No sentido contrário está a criança que não entende tal fragmentação, já que suas ações permanecem centradas nos interesses e sentidos que fazia anteriormente.

Observa-se, então, que as articulações na educação básica são necessárias para que se possa evitar essa descontinuidade. O diálogo entre os níveis permite atribuir ressignificados para as práticas pedagógicas, uma vez que oferece a oportunidade de ampliar os conhecimentos acerca de cada nível, fazendo uma justaposição que dê elementos para que a criança seja respeitada em suas especificidades, ao mesmo tempo em que atenda aos objetivos e funções da escola.

De acordo com Corsino, Kramer e Nunes, (2011, p. 82):

Atuar nas transições pode contribuir para criar nas escolas de educação infantil e ensino fundamental espaços para a prosa do dia a dia, onde as narrativas tecidas favoreçam os nexos, os sentidos, as mudanças institucionais e pessoais.

As autoras reafirmam a importância do diálogo entre os níveis de ensino, haja vista, a necessidade de que as ações cotidianas tenham sentido para todos aqueles que atuam com crianças destas faixas etárias. Segundo as Orientações Para Inclusão de Crianças de Seis Anos:

A inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental requer diálogo entre a educação infantil e o ensino fundamental, diálogo institucional e pedagógico, dentro da escola e entre as escolas, com alternativas curriculares claras. (BRASIL,

É mister que ocorram mudanças no cenário educativo atual para que haja uma interação entre a educação infantil e o ensino fundamental, a fim de quebrar a ruptura existente entre os dois níveis de ensino, uma vez que “são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos: saberes e valores, cuidados e atenção: seriedade e riso”. (BRASIL, 2007, p.20).

Nesta perspectiva é preciso pensar também em como se dará tal transição, pois é um momento de dúvidas, medos e conflitos para a criança. As mudanças exigem um preparo para o novo ambiente institucional.

É neste momento que não se pode perder de vista o papel que os dois níveis assumem na construção do conhecimento da criança. Um bom trabalho iniciado na educação infantil reverberará no ensino fundamental e, para que haja continuidade, será preciso que ambos os níveis dialoguem e busquem o aprimoramento das tarefas.

Por outro lado, também há questionamentos sobre as práticas desenvolvidas no ensino fundamental que urgem por respostas, como por exemplo: Uma vez que crianças de seis anos estão chegando ao ensino fundamental, ocorre um diálogo entre os níveis? Como o ensino fundamental está recebendo as crianças oriundas das escolas de educação infantil? Há um trabalho direcionado para a continuidade das práticas iniciadas na educação infantil? Como ocorre o acolhimento destas crianças que chegam no ensino fundamental? Há um ritual de acolhimento?

Tantas perguntas necessitam de investigação. Investigação está que se dará ao longo da pesquisa, que buscará compreender todos os aspectos que subsidiam o tema e possam traçar o perfil das ações desenvolvidas pela escola em relação a criança pequena que está chegando. Importante lembrar, que este é só um fragmento de todo um trabalho que se inicia aqui, mas não se encerra aqui, devendo ter continuidade em outras pesquisas.

Na sequência, o texto apresenta a ideia de ritos de passagem, como estão presentes na vida da criança dentro e fora da escola e de que forma se apresentam.

O RITOS DE PASSAGEM

Todos os anos, as crianças que estão nas escolas de educação infantil passam pelo momento de mudança, no qual devem ocupar uma vaga no primeiro ano do ensino fundamental. Esta passagem marca uma etapa importante na vida dos pequenos que nem sempre conseguem enfrentá-la sem conflitos ou inquietações.

Tais mudanças acarretam diversos sentimentos, uma vez que entender o processo nem sempre é uma tarefa fácil, já que irão se deparar com algo desconhecido. Muitas vezes as crianças se veem diante de ideias passadas pelos adultos que lhes causam desconforto, como por exemplo, não poder brincar na escola, não ter mais os mesmos amigos, não conhecer os novos espaços, ter professores diferentes. Tudo isso gera

insegurança e a escola de educação infantil, assim como as famílias, assumem um papel importante diante dos novos desafios.

Observa-se, neste momento de transição, que há falta de diálogo entre os níveis de ensino, verbalizando-se em ações que se contrapõem, ou seja, desconsideram não só os trabalhos que já foram desenvolvidos como também os que estão por vir, promovendo uma ruptura de práticas educativas. A criança, neste momento, não tem seu protagonismo respeitado, bem como não tem voz para arguir sobre suas necessidades.

Esta passagem deve ser marcada por ações que contribuam para amenizar o processo, sendo menos traumático para as crianças. É neste momento que os rituais de despedida marcam a passagem de forma positiva, tornando-se um instrumento que auxiliará os pequenos a entenderem que não se trata de uma “perda”, mas sim, de uma nova etapa de conhecimentos e aprendizagens. É interessante que os profissionais tenham conhecimento sobre a relevância desta fase, para que suas ações contribuam para orientar as crianças e suas famílias. Neste sentido, é preciso que haja uma compreensão de todos que estão imbuídos nesta tarefa sobre os ritos de passagem. Mas, o que são “ritos de passagem”? Quais seriam os ritos utilizados nas escolas de educação infantil? Primeiro, faz-se necessário entender o significado de “ritos de passagem”. Segundo a enciclopédia *online* Wikipédia:

Ritos de passagem são celebrações que marcam mudanças de status de uma pessoa no seio de sua comunidade. Os ritos de passagem são realizados de diversas formas, dependendo da situação celebrada; desde rituais místicos ou religiosos até assinatura de papéis. Em todas as sociedades primitivas, determinados momentos na vida de seus membros eram marcados por cerimônias especiais, conhecidas como ritos de iniciação ou ritos de passagem. Essas cerimônias, mais do que representarem uma transição particular para o indivíduo, representavam igualmente a sua progressiva aceitação e participação na sociedade na qual estava inserido, tendo, assim, tanto o cunho individual quanto o coletivo.

Os ritos de passagem auxiliam o ser humano a entender seu lugar dentro de um pequeno grupo, na sociedade e no mundo. Ao se realizar os ritos, o indivíduo passa a ter a sensação de pertencimento, compreendendo melhor o processo de transição e continuidade em relação a mudança de ciclo. Alguns autores trabalham com o conceito de eventos de preparação. Segundo CORSARO e MOLINARI (2005), o conceito de eventos de preparação pode nos auxiliar a pensar a transição entre as duas primeiras etapas da educação básica. Sobre o assunto, contamos com a teoria dos ritos de passagem de Arnold van Gennep (1873-1957). Este antropólogo franco holandês dedicou-se a estudar os rituais, partindo dos dados etnográficos levantados por ele. Denominou tal fenômeno como ritos de passagem e os classificou em três categorias: “ritos de separação”, “ritos de margem” e “ritos de agregação”. A explicação sobre estas categorias pode ser encontrada no livro *“Os ritos de passagem”* (1960), obra na qual o autor explica que cada rito tem finalidades e significados específicos.

Ao se falar dos ritos, busca-se investigar suas consequências para a incorporação

das crianças em um novo ambiente escolar e de que forma os mesmos as auxiliaram neste processo. Por isso, faz-se necessário analisar como as escolas de educação infantil estão lidando com esta questão.

Atualmente, muitos ritos existem apenas para cumprir papéis sociais, sem aprofundamento do seu real significado. Isso acarreta um descomprometimento com valores sociais importantes, que ocupam uma função primordial na construção da sociedade. É importante compreender que os ritos têm uma função simbólica importante na vida do ser humano, uma vez que irá prepará-lo para as novas etapas da vida, permitindo que se saiba onde está e para onde vai, numa construção individual e coletiva dentro dos grupos sociais.

Os ritos podem acontecer em diferentes momentos da vida do indivíduo, desde o seu nascimento até a sua morte. Justamente por isso, são simbólicos, representando etapas importantes que ocorrem ao longo da vida, indicando mudanças e recomeços ou ainda reafirmando ações culturais. Todos os ritos estão diretamente ligados a transformações que ocorrem em vários aspectos, sejam eles físicos, culturais ou sociais, definindo de alguma forma o que seremos daquele momento em diante.

Inúmeros ritos podem ser citados, como o nascimento, o batismo, a passagem de um nível de ensino para outro, a primeira menstruação, a festa de debutante, a menopausa, o casamento, a separação de casais, a morte, etc. Os rituais aparecem em todas as culturas, principalmente no que se refere a questões religiosas, sendo alguns um tanto diferentes e pouco compreendidos por outros povos.

No que se refere a cultura infantil, figuras míticas sempre foram utilizadas para facilitar a compreensão em relação a vários aspectos sociais e algumas delas utilizam rituais para serem introduzidas. A Fada do Dente, por exemplo, é uma figura mítica que é inserida na vida da criança por meio de um ritual. Inclusive, há inúmeras culturas que realizam um rito para a perda dos dentes de leite. De acordo com Clark (1995, p.10) “a Fada do Dente é essencialmente uma personagem ocidental, tendo evoluído no processo de consolidação cultural dos Estados Unidos” (*apud* Corsaro, 2011, p.143). Corsaro (2011, p.143) afirma que “o ritual em torno da Fada do Dente envolve um rito de passagem. Em um sentido tradicional, é uma recompensa pela dor física e pela angústia mental que pode acompanhar a perda dos dentes de leite.” A Fada do Dente trocaria o dente por dinheiro, como uma gratificação pela coragem da criança.

É muito comum ouvirmos relatos de crianças que guardaram embaixo do travesseiro o dente que caiu na espera pela Fada do Dente ou, então, tenha jogado no telhado, conforme orientação dos pais. Há ainda aqueles que guardam dentro de uma bolsa ou recipiente na expectativa da troca pelo dinheiro. Muitas vezes a queda dos dentes coincide com a entrada na escola, conforme explica Corsaro:

A perda de dentes e o ritual da Fada do Dente coincidem com outra mudança importante na vida da infantil – o ingresso na educação formal no jardim de infância ou nas séries iniciais. As crianças estão agora profundamente incorporadas em uma cultura inicial de pares e estão se tornando conscientes de sua passagem durante os próximos anos para a infância intermediária e a pré-adolescência. (2011, p.143)

Qualquer tipo de rito impõe uma sequência de ações ou padrões que permitem a esse grupo um entendimento e sensação de pertencimento, por isso se tornou um dos conceitos mais estudados pela antropologia.

Existem diferentes tipos de ritos de passagem que podem ser utilizados nas escolas de educação infantil. O mais comum é a formatura, que envolve, muitas vezes, fotografias dos alunos com beca, canudo, juramento, etc. Outros ritos também contribuem para este processo de transição, como por exemplo, a visitação dos alunos a escolas próximas, a roda de conversa, a reunião com as famílias, o portfólio, a filmagem ao longo do ano para registrar os momentos da criança na escola, o álbum de fotografias, etc. A visitação que ocorre nas escolas próximas dá-se normalmente pelas escolas particulares. Em relação as escolas públicas, o que se verifica é que já há um conhecimento das famílias sobre a possibilidade de a criança ir para uma escola ou outra. Isso dependerá do endereço e da proximidade da escola em relação ao mesmo. Sendo assim, as próprias crianças já começam a apontar para quais escolas poderão ir, em decorrência, do que lhes é informado.

Observa-se que o diálogo com as crianças sobre a mudança começa a se intensificar no meio do ano e vai ganhando proporções maiores no final. Evidencia-se que não há uma data específica para isso acontecer, depende da escola, da família e de como esta tarefa é conduzida pelos mesmos.

Neste íterim é fulcral que haja uma articulação entre as etapas e um olhar diferenciado dos profissionais que atendem esses educandos, preparando-os e estimulando-os para a nova fase, buscando evitar rupturas no processo, que causará traumas, medos, angústias e até mesmo a rejeição ao que virá. Vejamos agora o que foi levantado pela pesquisa sobre o assunto.

OS RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa recaiu sobre o tipo de metodologia a ser utilizada.

Faz-se necessário observar que está crescendo o reconhecimento de que todo conjunto de dados quantitativo ou qualitativo opera em um contexto social e é afetado, em alguma extensão, pelas percepções e crenças dos investigadores e coletores de dados. Nesse sentido, a definição sobre a metodologia a ser utilizada estará pautada em outros elementos, além da suposta objetividade dos fatos.

Partindo desses pressupostos, recorreremos, primeiramente, à pesquisa teórico bibliográfica, analisando aspectos que envolvem os ritos de passagem desenvolvidos na educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental e as Leis que apontam sobre tal questão. Na sequência, realizou-se parte da pesquisa de campo, cuja investigação teve como proposta a organização e sistematização dos dados coletados nas escolas, a saber: observação estruturada dos documentos relativos aos ritos de passagem que ocorrem na educação infantil, bem como entrevistas semiestruturadas

com profissionais que atuam nas escolas. Foi selecionado um grupo de escolas a fim de verificar quantas realizam os ritos de passagem, quais são eles e em que momento se inicia o processo de informar às crianças que deixarão a pré-escola.

Foi possível adentrar um total de 64 escolas para realizar a pesquisa, conforme aponta o gráfico abaixo, sendo 59% pertencentes ao ensino público, e 41% pertencentes ao ensino privado. É mister informar que houve resistência de algumas escolas em fornecer informações para a pesquisa, principalmente, as escolas particulares. A ideia inicial é que fossem pesquisadas a mesma quantidade de escolas públicas e particulares, mas isso não ocorreu, pois as particulares alegaram, principalmente, a falta de tempo para atendimento das pesquisadoras.

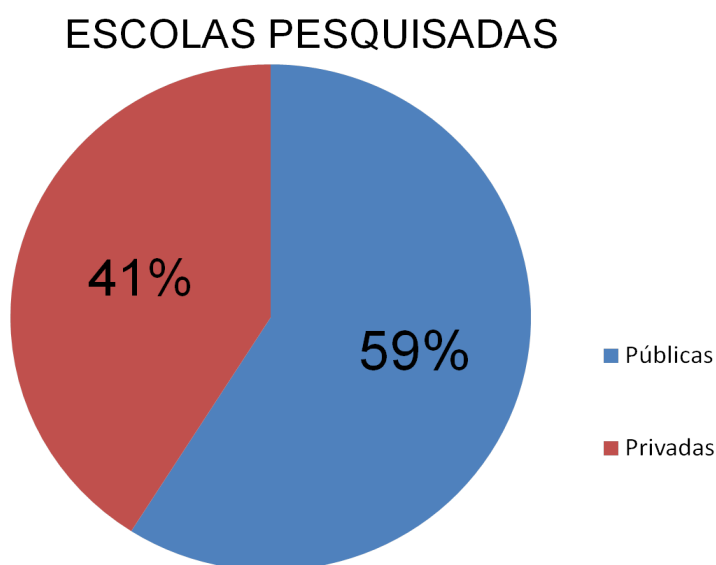


GRÁFICO 1 – ESCOLAS PESQUISADAS

Observa-se, então, que do total de 64 escolas pesquisadas, 34 escolas não realizam os ritos de passagem, enquanto 30 escolas realizam em multiformas conforme é possível observar no gráfico:

RITOS DE PASSAGEM

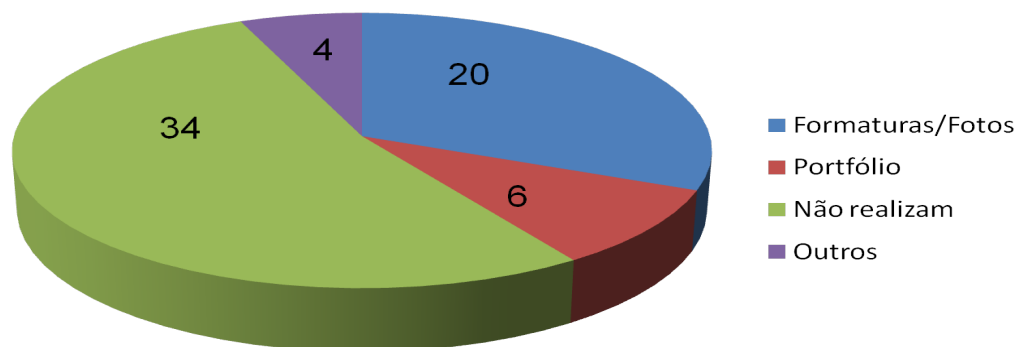


GRÁFICO 2 – RITOS DE PASSAGEM

A partir dos dados coletados foi possível identificar que o número de escolas que não realizam os ritos de passagem são maiores em relação as que realizam. Tal fato, evidencia que as escolas estão deixando de realizar os ritos, não compreendendo o quão são importantes nessa transição. Talvez isso ocorra porque muitas escolas entendam que somente as formaturas e festas representem os ritos de passagem, por isso, é fundamental que a pesquisa investigue tal questão. Na conversa realizada com as pesquisadoras, alguns profissionais das escolas que forneceram as informações, compreendiam que os ritos se referiam apenas a tais eventos, não tendo a clareza que outras ações também envolvem o preparo das crianças para a nova etapa.

Segundo as pesquisas realizadas nas escolas que realizam os ritos, os mais utilizados são as formaturas, portfólios e foto dos alunos vestidos com beca e foto com a turma. Os outros ritos, conforme aponta o gráfico, apenas 4%, aparecem na pesquisa. O que é um número muito pequeno para ações importantíssimas na vida das crianças e das famílias. O que demandaria um trabalho que seria realizado ao longo do ano e não só no final. Seriam eles: visitação em escolas, reunião com as famílias, roda de conversa, cerim nias de despedidas, etc. As cerim nias são como etapas de uma fase que se deseja marcar, conforme discorre Roberto DaMatta:

O rito igualmente sugere e insinua a esperança de todos os homens na sua inesgotável vontade de passar e ficar, de esconder e mostrar, de controlar e libertar, nesta constante transforma o do mundo e de si mesmo que está inserida no verbo viver em sociedade. (*apud* GENNEP, 2011, p.10)

Importante lembrar que a pesquisa citada neste artigo encontra-se em andamento, portanto, vários elementos citados ao longo do texto ainda serão investigados na perspectiva que se tenha um mapeamento das a o es que envolvem os ritos de passagem. É fundamental que haja cada vez mais pesquisas sobre o assunto, para

que possam subsidiar o trabalho dentro das escolas e fornecer explicações para todos que participam do processo sobre a relevância dos ritos na vida das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ritos de passagem estão presentes na história da humanidade desde os tempos mais antigos.

Foram utilizados por diferentes culturas, sendo considerados fundamentais na formação do ser humano, já que envolve a construção da sua identidade, a aceitação em novos grupos ou, ainda, outras formas de agir. Ao longo da história os ritos de passagem contribuíram para promover a integração do indivíduo na sociedade, preparando-o para as mudanças e incorporando o novo a partir de ideias, costumes, sentimentos e condutas sociais.

No caso das crianças que estão passando pela transição da educação infantil para o ensino fundamental, os ritos representam mais que um caminho para o entendimento sobre as mudanças, é um elemento que possibilita prepará-las para a nova etapa, oferecendo-lhes maior suporte para os enfrentamentos que virão, o que contribui para a sua formação integral e construção da sua identidade. É por isso que várias escolas têm em seus planejamentos a presença de diferentes ações que buscam auxiliar os pequenos neste processo. Algumas escolas iniciam este trabalho já no meio do ano, preparando a criança e a família para a nova etapa. Neste sentido, vários eventos são organizados buscando atender aos anseios e necessidades dos mesmos. Entretanto, ainda falta clareza quanto a importância dos ritos de passagem, conforme foi apontado na pesquisa citada neste artigo, já que é grande o número de escolas que não os realizam.

Outra questão que merece especial atenção são os tipos de rituais mais utilizados pelas escolas. A pesquisa apontou que as ações que envolvem cerimônias, festas, fotos são mais utilizadas em detrimento a outras que envolvem visitas em escolas, rodas de conversa, etc. Isso demonstra que ainda é necessário uma abordagem mais precisa sobre como os ritos devem ser discutidos e trabalhados no contexto educativo.

Outros elementos da pesquisa são igualmente relevantes, como por exemplo, o que apontam os documentos oficiais sobre a questão da transição. Percebe-se que há um descompasso entre o que dizem as leis e o que ocorre na prática, pois, ainda que haja um consenso sobre a necessidade de diálogo entre os níveis, as crianças são vistas com fragmentação, como se a infância tivesse que ser deixada para trás neste processo. Fica evidente que falta a continuidade de interações que envolvam a brincadeira e a alfabetização.

As práticas que conduzem os ritos de passagem nas esferas do conhecimento, dando-lhes significados, representam para a criança a oportunidade de ampliar sua capacidade de articular os processos perceptivos e cognitivos neles presentes,

relacionando-os para se comunicar e interagir com os outros e trazendo-lhe condições para compreender as transformações que se fomentam em cada nova etapa.

Neste sentido, um dos pontos principais da pesquisa recai sobre as ações que, segundo os autores, devem estar presentes nas pré-escolas e fazem da criança, da família e da escola elementos em permanente interação durante o processo de transição para o ensino fundamental. Quando os ritos de passagem são percebidos por todos os envolvidos no processo como elementos que favorecem a articulação entre as etapas, as ações mais comuns realizadas no dia a dia transformam-se em vivências capazes de estimular de forma positiva a transição.

Garantir a presença dos ritos de passagem nas escolas de educação infantil e, por conseguinte, assegurando ações que envolvam outras atividades, além da formatura, não é suficiente para fomentar a prática no contexto escolar, mas é o começo para a reconstrução da sua identidade dentro das instituições de ensino. É preciso que ocorra uma conscientização coletiva de todas as esferas educativas sobre sua importância no campo da educação, fazendo com que seja devidamente tratada como o respeito que merece. As várias questões apresentadas nesta pesquisa representam, a um só tempo, o objetivo e o conteúdo deste trabalho, que busca entender o papel que os ritos de passagem ocupam na educação pré-escolar.

Compreendendo também a importância dos estudos sobre os ritos de passagem para a continuidade do processo educativo, o texto pressupõe que os ritos de passagem são necessários nesta etapa escolar, promovem mudanças importantes para as crianças, ajudando-as a entender, elaborar e expressar os sentimentos sobre a nova etapa, contribuindo assim, para uma transição mais fácil e tranquila.

Sob outro aspecto, ao ouvir a criança, permitir-lhe ter voz em relação as novas mudanças, é possível que as escolas promovam ações e intervenções que a ajudem na continuidade dos processos de aprendizagem, além de permitir que as crianças tenham uma visão positiva do processo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/EF, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.114/05, de 16 de maio de 2005**. Altera os artigos. 6o, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. 2005.BRASIL. Lei nº 11.274/06, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. 2006.BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CEB/ CNE nº 01/99, de 07 de abril de 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1999.BRASIL. Ministério da Educação.

Resolução CEB/CNE nº 05/09, de 18 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2009.BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 02/98, de 07 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Diário Oficial da União. Brasília. 1998.BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 07/2010, de 15 de dezembro de 2010. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2010.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CORSARO, W. A. Sociologia da infância. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORSARO, W.; MOLINARI, L. I **Compagni: understanding children's transition from preschool to elementary school.** New York: Teachers College Press, 2005.

GENNEP, A. V. Rites of passage. Chicago: The University of Chicago Press. 1960.

KRAMER S., NUNES M. F. R. **Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil /** Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2007.p.152

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rito_de_passagem

A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA

Anderson Ribeiro dos Anjos

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências e Tecnologias do Campus XX/Brumado-Bahia

Caroline Malta Santos Almeida

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências e Tecnologias do Campus XX/Brumado-Bahia

Stefani Monique Vasconcelos

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências e Tecnologias do Campus XX/Brumado-Bahia

Sheila Marta Carregosa Rocha

Docente da Universidade do Estado da Bahia, Colegiado de Direito do Departamento de Ciências e Tecnologias do Campus XX/Brumado-Bahia

RESUMO: Envelhecer é um processo natural e inerente a todos os seres vivos. De acordo com o IBGE, em 2030, a prospecção para o número de idosos corresponde a 18% (40 milhões) da população brasileira. Infelizmente, na sociedade contemporânea, o envelhecimento sofre preconceito e abandono, sendo assim, o Estado deve estar preparado para cuidar dos idosos e garantir os direitos fundamentais; essa tarefa não pode ser realizada de forma eficaz se a família e a sociedade não estiverem envolvidas. Pensando sobre isso, o presente artigo propõe investigar o seguinte: De que forma

o projeto de extensão intitulado “Universidade Aberta a Terceira Idade” desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba? Para tanto a metodologia será quanti-qualitativa, pois primeiro há um mapeamento da quantidade de idosos que já participaram do projeto e a averiguação dos benefícios que ele proporcionou aos participantes. O método será indutivo, a técnica utilizada será o levantamento de referencial teórico e entrevista, objetivando-se investigar a origem, implantação, desenvolvimento e se houve aceitação do projeto UATI na cidade de Brumado localizada no interior da Bahia a 539,5 km da capital (Salvador). Constatou-se que a UATI é um projeto sólido, em permanente adaptação à sociedade, que possibilita aos idosos um espaço de convivência e proporciona aprendizado, amor, afeto e cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão social, Bem-estar, Pessoa Idosa, UATI/UNEB, Brumado.

ABSTRACT: To age is a natural process and inherent to all living beings. According to IBGE, in 2030, the prospection for the number of elderly corresponds to 18% (40 millions) of the Brazilian population. Unfortunately, in contemporary society, ageing suffers prejudice and neglect, thus, the State must be prepared to

care for the elderly and guarantee fundamental rights; this task can not be effectively carried out if the family and society are not involved. Thinking about it, the present article proposes to investigate: How can the extension project entitled “Third Age Open University” developed by the State University of Bahia contribute to the social inclusion and optimization of the well-being of the elderly residents in the city of Brumado – Bahia? Therefore, the methodology will be quanti-qualitative, because first there is a mapping of the number of elderly who have already participated in the project and the inquiry of the benefits that it provided to the participants. The method will be inductive, the technique used will be the theoretical referential survey and interview, aiming to investigate the origin, implantation, development, and if there was acceptance of the project UATI (acronym in Portuguese) in the city of Brumado located in the interior of Bahia, 539,5 km from the capital (Salvador). It was verified that UATI is a solid project, in permanent adaptation to the society, allowing to the elderly a space of coexistence and provides learning, love, affection and care.

KEYWORDS: Social inclusion, Well-being, Elderly, UATI/UNEB, Brumado.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre 2012 e 2017 o número de idosos no Brasil cresceu 18% e em 5 anos ultrapassou os 30 milhões, esse crescimento ocorreu em todos os estados da federação. De acordo com Maria Lúcia Vieira, gerente de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, essa tendência de aumento da população idosa não está ocorrendo apenas no Brasil, mas em todo mundo.

Diante deste cenário, a sociedade precisa se preparar para proporcionar a essas pessoas idosas um envelhecimento digno. Muito mais que envelhecer, é necessário envelhecer com qualidade. O Estado tem buscado realizar a implementação de políticas públicas, como a Política Nacional do Idoso, que abrangem não apenas os grandes centros urbanos, mas todo o território nacional, inclusive as cidades localizadas no interior das unidades federativas.

O objetivo central dessa pesquisa é investigar o seguinte: de que forma o projeto de extensão Universidade Aberta a Terceira Idade desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba?

Para tanto, o método será indutivo, partindo da pesquisa empírica, recolhendo dados a partir de fontes diretas, das pessoas idosas matriculadas no programa, que participam e vivenciam esse projeto. A metodologia utilizada será quanti-qualitativa, pois primeiro há um mapeamento da quantidade de idosos que já participaram e participam do projeto e, em seguida, mostra os benefícios que ele proporcionou aos participantes.

Para subsidiar esse artigo, utilizou-se a técnica de levantamento de referencial

teórico, adotou-se como fonte secundária de dados quantitativos, obtidos pelo IBGE. Ao longo desse artigo será abordado o histórico do projeto de extensão UATI, bem como a legislação que lhe proporciona legitimidade; a implantação do projeto UATI na cidade de Brumado para só então relatar e analisar o depoimento de alguns idosos que estão sendo beneficiados pelo projeto.

2 | HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

Atualmente os programas de Universidades Abertas à Terceira Idade são bem conhecidos no Brasil. Aos poucos, foram disseminados pelas Universidades públicas e privadas em vários estados da federação e são conhecidos como UNATI, UATI e UNAMA, dentre outras siglas. Contudo, é importante ressaltar que a origem deste programa não se deu em terras brasileiras.

Inspirado pelos desafios da promoção dos direitos humanos, o professor de Direito Internacional Pierre Vellas, juntamente com seus colegas e orientandos da Universidade de Toulouse, localizada na França, buscando integrar as universidades com a sociedade, no ano de 1973 criou a “*Université du Troisième Âge (U3A)*”, que serviria como instrumento para proporcionar um envelhecimento ativo e independente para as pessoas idosas que, após a segunda guerra mundial, encontravam-se esquecidas.

No passado, envelhecer era um privilégio de poucos, mas com o passar dos anos esse cenário sofreu grandes mudanças ao ser marcado pelo fenômeno da longevidade e da mudança demográfica. As pessoas passaram a viver mais, conseqüentemente o número de idosos passou a tomar grandes proporções, mas ocorre que a grande maioria dos países não estava preparada para assegurar os direitos e garantir uma vida digna para essa nova camada da população. Assim, muitos idosos encontravam-se abandonados.

A criação do professor Pierre Vellas foi tão importante que se disseminou rapidamente por outros países que assim como a França, também estavam buscando meios para cuidar da população idosa oferecendo a ela os devidos cuidados. A procura pelo projeto foi tão grande que, em 1974, Vellas teve que expandir seu projeto por meio da criação de unidades-satélites.

Em 1974, Vellas criou unidades-satélites da universidade em estações de verão (terapêuticas termais) e de inverno (esqui na neve). O início da década 1980 caracterizou-se pela elaboração de um programa educacional mais amplo, voltado a satisfazer uma população de aposentados cada vez mais nova e escolarizada. Nesse mesmo período, foi criado um centro de pesquisas gerontológicas, ligado ao programa. Já, no final da década de 1980, os idosos tornaram-se protagonistas, com maior participação, autonomia e integração. As pesquisas passaram a serem feitas para, com e pelos estudantes idosos. (CACHIONI, 2012)

No Brasil, com o estabelecimento de diversas políticas públicas na Constituição Federal de 1988 é possível verificar uma certa preocupação com os idosos. O modelo

francês veio a ser adotado pelo Brasil na década de 1990 e, passou a se desenvolver após a promulgação da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 que dispõe sobre a política nacional do idoso. O art. 10 da referida lei trata das ações governamentais que devem ser adotadas para a implementação dessa política que busca fornecer aos idosos a assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência, habitação e urbanismo, justiça, cultura, esporte e lazer.

Outro marco importante na vida da população idosa brasileira foi a criação da Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Esse estatuto surgiu em decorrência da não efetivação da Política Nacional do Idoso e tem por objetivo “regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (Lei 10.741/03, art 1º). Posteriormente a Lei 13.535 de 2017 deu uma nova redação ao art. 25 do Estatuto do Idoso e passou a garantir a legitimidade da UATI, bem como a necessidade de sua criação.

CAPÍTULO V

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.

Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

Seguindo o molde francês, o primeiro programa foi implantado no Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1982 como projeto de extensão desenvolvido pelo NETI (Núcleo de Estudos da Terceira Idade). A UFSC foi a primeira universidade a conceder vagas para os idosos por meio da Universidade Aberta a terceira Idade.

Em 1984 o centro de Educação Física da Universidade de Santa Maria, criou o GAFTI - Grupo de Atividades Físicas para a Terceira Idade. No ano de 1991 a UNISANTOS promoveu alguns cursos para a Terceira Idade por meio do Projeto Universidade Aberta para a Terceira Idade.

As universidades públicas estão pautadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, ou seja, não devem se restringir apenas a formação de profissionais, mas deve também atender a necessidade de todas as camadas da sociedade. No ano de 1992, a Universidade Estadual de Ponta Grossa também passou a promover projetos destinados a terceira idade. Também foi no ano de 1992 que a Universidade Estadual de Feira de Santana criou a UATI.

Em detrimento de sua importância, com o passar dos anos outras universidades também vieram implementar esse programa, sendo elas a Universidade do Estado do Rio de Janeiro que fundou a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI) em

1993 e a Universidade de São Paulo que iniciou as atividades do programa em 1994. Posteriormente a Universidade Federal de São Paulo inaugurou a UATI em 1999.

3 | HISTÓRICO DA UATI NA UNEB EM BRUMADO

Fundada em 1983 na cidade de Salvador, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) expandiu-se por mais 23 municípios de médio e grande porte do território baiano, instalando 29 Departamentos em seus 24 campi.

Em 1995 foi constituído na Universidade do Estado da Bahia o até então Grupo de Trabalho da Terceira Idade (GTTI), inicialmente acolhendo cerca de 60 pessoas com mais de 60 anos, vindo a ser intitulado como a atual Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) três anos após sua fundação, em 1998. Assim sendo, acompanhou a expansão da UNEB, tendo se iniciado na capital, onde atualmente atende cerca de 800 pessoas, e expandindo-se para o interior, de modo a abarcar um total de 3.000 pessoas idosas através das instituições de ensino onde foi implantada.

Com cerca de 80% da sua população concentrada na área urbana da cidade, Brumado, no interior do estado, foi contemplada em 2001 para sediar o campus XX da Universidade do Estado da Bahia, através do Departamento de Ciências humanas e Tecnologias (DCHT), de modo a objetivar a difusão, socialização, produção e aplicação nas múltiplas áreas do conhecimento.

Passados oito anos de sua instalação em Brumado, em 2009, a UNEB implantou a UATI, que no dia 05 de setembro do mesmo ano iniciou suas atividades como Projeto de Extensão sob a coordenação de Aline Cristina Alves da Silva e Patrícia Adriana Silva Freire, profissionais técnicas do campus XX, visando a reinserção da pessoa idosa à sociedade, com atividades que trariam benefício ao bem-estar destes, melhorando sua saúde física e mental.

3.1 Atividades Desenvolvidas

Atualmente, após já ter oferecido diversas atividades e analisado o desempenho e aproveitamento dos participantes do projeto, a UATI na UNEB divide sua programação em quatro núcleos, dos quais se observou ter maior compatibilidade com o propósito da atividade de extensão em comento. A saber: Núcleo Teórico, Núcleo Tecnológico, Núcleo de Atividades Manuais e Grupo de Vivências Corporais.

O **Núcleo Teórico** busca promover reflexões, sobretudo acerca do Direito do idoso, bem como sobre a realidade em que se encontra a contemporaneidade. Para tanto, contam com a colaboração de docentes e discentes do curso de Direito e de demais profissionais da área que se dispõem a realizar palestras, eventos e mesas de debates, esclarecendo possíveis dúvidas e auxiliando-os a se redescobrirem parte da cidadania.

No **Núcleo Tecnológico** técnicos do departamento coordenam oficinas de

Informática, vídeo e fotografia, com o intuito de familiarizar o público alvo com as novas formas de linguagem do mundo, tanto tecnológicas como visuais, de modo que venham se informar e desenvolver suas habilidades em tais áreas.

O **Núcleo de Atividades Manuais** visa, através do auxílio de voluntários da comunidade externa experientes em artes, que os idosos passem a desenvolver tais atividades, de forma a reavivar a criatividade, ofertando oficinas de artesanato, pintura em gesso e madeira, artes plásticas, entre outras.

Por fim, o **Núcleo de Vivências Corporais** atua de forma a proporcionar uma melhora na saúde física e psicológica dos integrantes, contando com o apoio de Voluntários no que tange a oficina de loga, bem como com o de discentes do curso de Letras nas Oficinas de Ginástica e Dança.

Além dos núcleos são realizadas outras atividades, palestras e encontros anuais nos quais, além do conhecimento adquirido, há a exposição de seus trabalhos, proporcionando um sentimento de inclusão e prazer ainda maior por fazer parte da UATI. Ocorre anualmente, por exemplo, as aulas inaugurais e de encerramento, a celebração do dia internacional da pessoa idosa, o projeto Miss e Mister UATI, bem como viagens e “arraiás” culturais.

Isto posto, vislumbra-se que o que se extrai da união dos núcleos e das atividades complementares é a missão comum de propiciar bem-estar e melhor qualidade de vida aos idosos, de sorte a integrá-los à comunidade, proporcionando um sentimento de acolhimento, aceitação e igualdade.

4 | O PAPEL DA UATI NA VIDA DOS IDOSOS BRUMADENSES

A UATI em Brumado desde a sua implantação já atendeu mais de 100 idosos, atualmente são cadastrados 78, majoritariamente mulheres, que procuram no projeto qualidade de vida, sociabilidade, superação dos desafios impostos pelo avançar da idade. A fim da efetivação do bem viver, reforçando a capacidade e competência nas atividades desenvolvidas e sociabilidade, os saberes e assim aumentando a oportunidade de contribuir para a sociedade e principalmente para a melhoria de sua própria felicidade e empoderamento.

A implantação do Projeto na cidade é visivelmente importante e positiva, a integração dos idosos com a comunidade acadêmica, as melhorias físicas, psicossociais, o desenvolvimento de potencialidades e talentos através das atividades desenvolvidas é concreta e sobretudo é evidenciada pelos idosos participantes do projeto, que se sentem valorizados e além disso promove a conscientização da sociedade, dando importância ao processo de envelhecimento com qualidade e autonomia.

Nesse sentido, os idosos, que se inserem no cotidiano as atividades realizadas, demonstram a valorização de seus talentos e potencialidades, a melhoria na qualidade de vida, sobretudo em relação à saúde. Pois é unânime dentre os benefícios, que o

desenvolvimento do projeto propicia bem-estar. É inegável, segundo os pesquisados, o incentivo às relações pessoais, o prazer, saúde e contentamento, fazendo com que percebessem que são capazes de desenvolver atividades que antes poderiam ser colocadas como obstáculo, contrariando os preconceitos e discriminações que são sujeitos.

Dentro desse contexto de propiciar aos mais velhos aprendizados interdisciplinares, estimular as capacidades e competências, já foram oferecidas diversificadas ações extensionistas, como pilates, hidroginástica, artesanato, memórias, inglês, entre outras. Atualmente é oferecida aulas de informática, ioga, ginástica, dança, desenvolvimento de artesanato e pinturas. As atividades desenvolvidas contribuem para o desenvolvimento pessoal de habilidades já existentes e sobretudo um espaço de aprendizado, integrada com atividades que estimulam melhoria no condicionamento físico, mobilidade, autoestima que contribuem significativamente para uma mudança na qualidade de vida, bem-estar, relações em grupo, dos que frequentam a UATI. É perceptível como o espaço é utilizado para a promoção de amor, afeto, autoconfiança, bem-estar físico e psicológico, trabalhando também com o aspecto social e emocional dos idosos.

Cumprindo o objetivo de qualidade e relevância nos serviços oferecidos, o reconhecimento é enfatizado quando é percebido, que a demanda de procura pelas atividades ultrapassa o limite de vagas. E aqueles que conseguiram as vagas, possuem periodicidade nas aulas e permanência ao longo dos anos desde que o projeto foi implantado.

Conforme os depoimentos concedidos pelos idosos as atividades propiciaram a superação de alguns paradigmas atribuídos pela família, de uma visão micro e a sociedade com uma visão macro. Houve uma ressignificação do envelhecimento, não visto mais como solidão e inatividade, e sim como dinâmico, integrativo e saudável. Com a instrumentalização de conhecimentos e vivências, fazendo um papel de transformação na vida dos idosos, com a otimização do bem-estar e contribuindo de forma progressiva a inclusão social.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento da população é fato natural, social, jurídico, sendo necessário apoiar e multiplicar as medidas que são implantadas para a defesa da vulnerabilidade da pessoa idosa. A UATI, é um exemplo de construção para a melhoria da qualidade de vida dos idosos em todo mundo, tratando-se de uma cidade no interior da Bahia, com suas especificidades, dentro de um contexto de diferença socioeconômica, o projeto extensionista é fundamental para a afirmação de um envelhecimento saudável, com bem-estar físico e psicológico da comunidade.

As atividades desenvolvidas pela UATI respondem de maneira satisfatória para os idosos, com a otimização do bem-estar e a contribuição para a integração dos

idosos, e, também com a academia, cumprindo o papel social que a Universidade possui, de refletir, criticar, construir e sobretudo de levar o conhecimento acadêmico para a comunidade, com projetos de extensão e pesquisa voltadas para a sociedade e em especial às pessoas idosas.

No entanto, ainda há limitações dentro do contexto das Políticas Públicas voltadas a esse grupo específico, que muitas vezes podem ser vistas como gastos e não como investimento. A visão pejorativa construída culturalmente perante essa faixa etária, ainda promove um debate limitado acerca do tema e com isso uma ausência de políticas específicas para a implementação de mais projetos e valorização dos existentes. Foi notado com os depoimentos dos idosos, que ainda falta, por exemplo, uma integração maior das UATIs em um contexto intermunicipal e por quê não, nacional. Seria interessante socializar os saberes e experiências levando em conta as diferenças regionais.

Portanto, resta claro que mesmo com as dificuldades enfrentadas, os obstáculos impostos, a falta de políticas públicas para um investimento maior em educação formal e não formal para os idosos, as Universidades Abertas da Terceira Idade exerce um papel fundamental para uma educação acessível e democrática, a melhoria na qualidade de vida e bem-estar dos idosos em Brumado – Ba, sobretudo porque os idosos são a personificação da resiliência.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa os 30 milhões em 2017**. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017> >. Acesso em 29 de setembro de 2018.

ALCÂNTARA, Alexandre De Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso**: novas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 615p.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 10 de julho de 2018.

_____. *Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em 29 de setembro de 2018.

_____. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em 29 de setembro de 2018.

CACHIONI, M. (2012, dezembro). Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15(7), 01-08. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.

Entrevista com o Professor François Vellas, Ph.D. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 213-217, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S1809-98232015000100213&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2015.0057>.

GUERRA, Sergio. *Os Caminhos da UATI*. Salvador: EDUNEB, 2012. Disponível em: <http://www.nuati.uneb.br/Os%20Caminhos%20da%20UATI%20REV%20RB%2029-08.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

ISTOÉ. **O abandono dos idosos no brasil**. Disponível em: < <https://istoe.com.br/o-abandono-dos-idosos-no-brasil/> >. Acesso em 29 de setembro de 2018.

LELIS; Henrique Rodrigues; JUNIOR, Eloy Pereira Lemos. O direito ao envelhecimento no século XXI: Uma análise sobre a possibilidade de adoção de uma convenção internacional de proteção aos idosos. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1123>. Acesso em: 27 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; SILVA; Flávia Oliveira. A educação permanente protagonizada pelo idoso na Universidade Aberta para a Terceira Idade/UEPG. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2017v14n27p19>. Acesso em: 27 de setembro de 2018.

AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO

Helane Santana Cruz

Escola Superior de Ciências da Saúde
Brasília-DF

Víncius Zacarias Maldaner da Silva

Escola Superior de Ciências da Saúde
Brasília-DF

RESUMO: O envelhecimento é um processo natural que por si só acarreta em um aumento de risco de vulnerabilidades em virtude das mudanças funcionais, limitando a autonomia e independência do idoso. A avaliação das condições de saúde por intermédio de instrumentos tem sido proposta para identificação de idosos vulneráveis. Objetivo: relatar o caso de uma idosa atendida pela equipe de estratégia saúde da família na cidade de Brasília-Distrito Federal. Método: estudo observacional, do tipo relato de caso, conduzido à uma idosa da comunidade durante a visita domiciliar. Os dados foram coletados por meio do questionário VES-13. Resultado e discussão: a idosa possui doenças crônicas não transmissíveis e utiliza um número considerável de medicamentos, caracterizando a polifarmácia e foi classificada como vulnerável. Conclusões: retrata-se a importância da monitorização contínua mediante instrumentos simplificados de avaliação das condições clínicas com a finalidade de prevenir e detectar precocemente

a vulnerabilidade em idosos.

PALAVRAS-CHAVE: envelhecimento, vulnerabilidade, saúde da família.

ABSTRACT: Ageing is a natural process that by itself entails a raise of vulnerabilities risk due to functional changes, limiting the elders autonomy and independence. The assessment of health conditions by means of instruments has been proposed for the identification of vulnerable elders. Objective: to report the case of an elderly woman assisted by the family health strategy team in the city of Brasília-Distrito Federal. Method: Observational study, of case report type, conducted to an elderly woman of the community during the home visit. The data were collected through the VES-13 questionnaire. Result and Discussion: The elderly woman has chronic non-communicable diseases and uses a considerable amount of medicine, characterizing polypharmacy and was classified as vulnerable. Conclusion: the importance of continuous monitoring through simplified instruments to clinical conditions assessment with the purpose of preventing and detect precociously the vulnerability in elders.

KEYWORDS: ageing, vulnerability, family health.

1 | INTRODUÇÃO

O processo natural de envelhecimento ocorre de forma gradual ao longo dos anos, porém quando o envelhecer resulta em elevados níveis de incapacidades e declínio funcional podem limitar a autonomia e a independência da pessoa idosa, tornando-a mais vulnerável e com maiores riscos de quedas, hospitalizações, incapacidades físicas e óbitos (LUCENTEFOTE et al., 2017; TAN et al., 2017).

A vulnerabilidade causada pelo declínio funcional está relacionada às modificações fisiológicas, fatores sociodemográficos, psicológicos, nutricionais e à presença de comorbidades. Sua prevalência em pessoas idosas é de aproximadamente 16 a 51%. Desta forma, o declínio funcional é um indicador valioso para identificação da pessoa idosa vulnerável e, por isso deve ser o foco da intervenção geriátrica e gerontológica (BUNT et al., 2017; LIBERALESSO et al., 2017; PEREIRA et al., 2017; LUZ et al., 2013).

Estudos demonstraram que após a identificação da vulnerabilidade, os idosos possuem uma média de vida de dois anos, pois estão mais propensos a desenvolver doenças devido à fragilidade, acarretando em maiores níveis de dependência e mortalidade. Diante disso, os profissionais de saúde podem ser importantes mediadores dessa condição, identificando, acompanhando e monitorando os idosos mediante a implementação de instrumentos de rastreamento para detecção precoce e intervenções em saúde (LENARDT et al., 2017; LIBERALESSO et al., 2017).

A mudança do estado robusto de um idoso para um estado de vulnerabilidade é um processo dinâmico. Para avaliar este processo foi desenvolvido o questionário “The Vulnerable Elders Survey (VES-13)” com intuito de auxiliar a equipe de saúde a identificar o idoso em risco de declínio funcional (PERKISAS; VANDEWOUDE, 2016).

O VES-13 é um instrumento valioso para rastrear idosos em situação de vulnerabilidade, desenvolvido nos Estados Unidos da América com a finalidade de detectar o declínio funcional e a mortalidade em idosos com 65 anos ou mais. No Brasil, foi adaptado e utilizado pela primeira vez por Maia em 2011, com o intuito de identificar idosos, de 60 anos ou mais, com risco de vulnerabilidade na comunidade (CARNEIRO et al., 2015; LUZ et al., 2013, MAIA et al., 2012).

O presente relato de caso teve por objetivo avaliar a presença de vulnerabilidade de uma idosa por meio do instrumento de pesquisa VES-13.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional, do tipo relato de caso, realizado no território da Unidade Básica de Saúde nº 8 do Gama-DF, em março de 2018, com a finalidade de avaliar a presença da vulnerabilidade em um idoso residente da comunidade.

A escolha do idoso ocorreu de forma aleatória entre os demais idosos residentes no território adscrito da equipe de Estratégia Saúde da Família (eSF), que atendeu os

seguintes critérios de inclusão: possuir idade igual ou superior a 60 anos, ter condições compreender e responder à entrevista. Os critérios de exclusão incluem: aqueles que não apresentem compreensão e/ou não colaboração em relação à pesquisa ou desistência em participar do estudo.

O VES-13 é um questionário que tem a finalidade de rastrear idosos em situação de vulnerabilidade física e está dividido em quatro partes: idade, autopercepção da saúde, capacidade física e capacidade funcional. A primeira parte diz respeito à idade do idoso; a segunda a autopercepção da saúde em comparação a outra pessoa da mesma idade; a terceira é dividida em seis questões; e a quarta, em 5 questões.

Em se tratando da pontuação, com relação a idade, atribui-se zero aos idosos de 60 a 74 anos, um ponto aos idosos de 75 a 84 anos e três pontos para aqueles com 85 anos ou mais. Em relação à autopercepção da saúde, há cinco alternativas: ruim, regular, boa, muito boa e excelente, sendo atribuído zero para respostas “boa”, “muito boa” e “excelente” e um ponto para respostas “ruim” ou “regular”. Os questionamentos sobre a capacidade física têm a função de avaliar os níveis de dificuldade do idoso para realização de atividades da vida diária, com as possíveis alternativas: nenhuma, pouca, média, muita dificuldade, incapaz de fazer, sendo atribuído um ponto para respostas “muita dificuldade” e “incapaz de fazer”, até o limite máximo de dois pontos. Com relação a capacidade funcional, os questionamentos se refere a sua condição de saúde ou se apresenta alguma dificuldade de realizar atividades da vida diária, como fazer compras, lidar com dinheiro, atravessar o quarto, realizar tarefas domésticas e tomar banho. Esses itens apresentam três opções de alternativas como resposta: “sim”, “não” e “não faço”, caso uma das respostas seja afirmativa, então é questionado “se precisa” ou “não de ajuda” e caso a resposta seja “não faço”, é questionado “se não faz por causa de sua saúde”. Nesse sentido, a cada resposta afirmativa é atribuído quatro pontos. O escore final do questionário varia de zero a dez pontos, sendo considerado vulnerável, o idoso que obtiver a partir de três pontos (BENTUR et al., 2016; LUZ et al., 2013).

A coleta de dados foi realizada por uma única entrevistadora por meio do instrumento VES-13, que tem como objetivo avaliar a possibilidade da presença de vulnerabilidade.

Para realização do relato de caso foram utilizados dados como sexo, raça, estado civil, escolaridade, presença de comorbidades e a utilização de medicamentos (polifarmácia). Os outros dados foram obtidos através das respostas do questionário VES-13.

Este relato de caso está vinculado à pesquisa intitulada como “The Vulnerable Elders Survey 13: uma avaliação prospectiva da vulnerabilidade de idosos na atenção primária à saúde da região de saúde sul do Distrito Federal”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) com o número CAAE: 73557417.4.0000.5553, conforme preconiza a Resolução nº466, de dezembro de 2012 e a Resolução nº510, de abril de 2016.

O consentimento para realização do estudo foi obtido através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após a leitura completa e exposição dos objetivos do estudo.

3 | RESULTADOS

Paciente, 64 anos de idade, sexo feminino, parda, solteira, ensino fundamental incompleto, do lar, portadora de diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica e dislipidemia, acompanhada pela equipe de Estratégia Saúde da Família. A coleta de dados foi realizada durante a visita domiciliar.

Antes da aplicação do VES-13 foram coletados os dados sociodemográficos: data de nascimento, sexo, cor autodeclarada, estado civil e escolaridade; e os antecedentes pessoais da paciente: hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemia, infarto agudo do miocárdio, acidente vascular encefálico, insuficiência renal ou outras comorbidades relatadas. Em seguida, foram questionados quais medicamentos utilizados, sendo relatado pela idosa a utilização de seis medicações diárias: Losartana potássica 50mg, Metformina 850mg, Sinvastatina 20mg, Hidroclorotiazida 25mg, Ácido acetilsalicílico 100mg e Omeprazol 20mg.

Após foi realizado a aplicação do questionário VES-13. A idosa auto avaliou sua saúde comparada aos outros idosos de sua idade como regular, obtendo 1 ponto. Com relação a capacidade física, a idosa obteve a nota máxima de 2 pontos, porém dos seis questionamentos em cinco a resposta foi que executava com “muita dificuldade”. Com relação à capacidade funcional a idosa não apresentou nenhuma pontuação. Ao final, a idosa obteve três pontos e foi classificada como vulnerável.

4 | DISCUSSÃO

Estudos demonstraram que o VES-13 é um instrumento valioso de triagem para a identificação de idosos frágeis e que escores mais altos indicam maior vulnerabilidade e risco de resultados adversos. Atualmente, um estudo evidenciou que idosos que atingiram escores do VES-13 iguais ou superiores a 3 pontos possuem um risco de 4,2 vezes maior de declínio funcional e óbito dentro dos próximos 2 anos que aqueles com pontuação inferior a 3 (BENTUR et al., 2016).

Em relação ao gênero, segundo Bunt et al (2017), a vulnerabilidade é mais prevalente no sexo feminino que no masculino. A idade foi outro fator relacionado, a cada ano vivido, o idoso aumenta em 11% a probabilidade de ser frágil. No que se refere a presença de comorbidades, duas ou mais associadas aumentaram o risco de vulnerabilidade em 2,68 vezes (SANTIAGO, 2013).

Sabe-se que o envelhecimento está relacionado à diminuição da elasticidade e o aumento da rigidez das artérias, sendo que os fatores cardiovasculares tais como, diabetes, hipertensão e dislipidemia antecipam o envelhecimento cardíaco, modificando

o tamanho, a função sistólica do ventrículo esquerdo e o músculo cardíaco, podendo acarretar no declínio funcional do idoso (LIU et al., 2017).

Diante disso, a hipertensão arterial deve ser tratada adequadamente com a finalidade de reduzir os riscos de mortalidade, mantendo os valores da pressão arterial sistólica entre 140 e 160 mmHg, pois os idosos hipertensos fragilizados apresentam maiores índices de quedas, muitas vezes relacionado com a medicação anti-hipertensiva (CHU et al., 2015; BENTUR et al., 2016).

O diabetes é outro fator de risco para o desenvolvimento de incapacidades físicas, morte prematura e doenças cerebrovasculares. Conseqüentemente, os idosos diabéticos estão mais propensos a desenvolver síndromes geriátricas, tais como, a polifarmácia, depressão, declínio cognitivo, incontinência urinária, quedas e dor crônica. Além disso, apresentam uma redução da massa muscular devido a uma ingestão insuficiente de proteínas, aumentando as possibilidades de incapacidade funcional. Da mesma forma, frequentemente os idosos diabéticos apresentam uma deficiência de vitamina B12, especialmente naqueles que utilizam a metformina, sendo que sua deficiência pode ocasionar parestesia e fraqueza muscular, aumentando a probabilidade de quedas (YANASE et al., 2018).

Alguns estudos demonstraram que os níveis elevados de glicose e/ou da hemoglobina glicada também estão associados ao aumento da incidência de vulnerabilidade, sendo a resistência à insulina um fator determinante devido ao seu efeito anabólico no músculo. Além disso, outros efeitos podem relacionar-se com a vulnerabilidade tais como, as complicações microvasculares que afetam vários órgãos. Da mesma forma, a diminuição da força e massa muscular em idosos portadores de diabetes podem ser explicados parcialmente pelos altos níveis de glicose podendo causar disfunções mitocondriais no músculo esquelético levando o idoso à vulnerabilidade (YANASE et al., 2018).

Adoença vascular periférica e a neuropatia também são fatores preocupantes, pois estão associadas à diminuição da capacidade da marcha e equilíbrio, aumentando risco de fragilidade em idosos. Desta forma, são necessárias estratégias para a prevenção da capacidade funcional e força em idosos diabéticos, pois estes apresentam maiores riscos de desenvolver síndrome de fragilidade, institucionalização e incapacidades (CADORE, 2015).

Estudos apontam que as doenças crônicas aumentam o custo e o número de medicamentos utilizados pelos idosos. A polifarmácia, que é definida como a quantidade excessiva de medicamentos utilizados, cinco ou mais, aumenta os riscos de interações medicamentosas e eventos adversos e está associado a alterações cognitivas e físicas. Mas, por outro lado, também pode prevenir doenças cardio e cerebrovasculares diminuindo os riscos de mortalidade e melhorando a qualidade de vida por meio do controle dos sintomas (POUDEL et al., 2016; VETRANO et al., 2018).

Entretanto, considerando a polifarmácia, existe uma relação entre a dose e a resposta, a quantidade de medicamentos e o risco de fragilidade. Neste sentido, a

polifarmácia pode ser um bom indicador para a revisão dos medicamentos utilizados, considerando a individualização do cuidado e da fragilidade, pois até mesmo os idosos mais robustos, embora tenham uma maior tolerância, estão propensos aos efeitos dos eventos adversos (RIECKERT et al., 2018; POUDEL et al., 2016).

5 | CONCLUSÃO

Conclui-se que, o envelhecimento conduz o indivíduo à vulnerabilidade e que quando associado a outros fatores, como as doenças crônicas, ocorre de forma mais acelerada. Desta forma, a identificação precoce da vulnerabilidade tem implicações práticas para a tomada de decisão, sendo fundamental para o tratamento adequado.

Por meio deste relato, foi possível identificar a necessidade de uma monitorização contínua, independentemente do resultado obtido, pois a pessoa idosa pode ter uma alteração a qualquer momento, seja por sua condição física ou mesmo pelo seu estado clínico.

Diante disso, faz-se necessário a implementação de instrumentos nas equipes de estratégia saúde da família com a finalidade de prevenir e detectar precocemente a vulnerabilidade em idosos. Neste sentido, o instrumento de rastreamento VES-13 demonstrou ser eficaz na identificação do idoso em risco de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BENTUR, N.; STEMBERG, S.A.; SHULDINER, M.A. **Frailty transitions in community-dwelling older people**. The Israel Medical Association Journal: IMAJ. Ramat Gan, v.18, n.8, p. 449-456, ago. 2016.

BUNT, S.; STEVERINK, N.; OLTHOF, J.; SCHANS, C.P.; HOBBELEN, J.S.M. **Social frailty in older adults: a scoping review**. European Journal of Ageing. Berlin, v.14, p.323-334, jan, 2017.

CADORE, E.L.; IZQUIERDO, M. **Exercise interventions in polypathological aging patients that coexist with diabetes mellitus: improving functional status and quality of life**. Age (Dordr). Dordrecht, v. 37, p.64, jun. 2015.

CARNEIRO, F.; SOUSA, N.; AZEVEDO, L.F.; SALIBA, D. **Vulnerability in elderly patients with gastrointestinal cancer-translation, cultural adaptation and validation of the European Portuguese version of the vulnerable elders survey (VES-13)**. BMC Cancer. London, v.15, p.723, oct. 2015.

CHU, J.J.; CHEN, X.J.; SHEN, S.S.; ZHANG, X.F.; CHEN, L.Y.; ZHANG, J.M., HE, J.; ZHAO, J.F. **A poor performance in comprehensive geriatric assessment is associated with increased fall risk in elders with hypertension: a cross-sectional study**. Journal of Geriatric Cardiology. Beijing, v.12, p. 113-118, mar. 2015.

LENARDT, M.H.; CARNEIRO, N.H.K.; BINOTTO, M.A.; WILLIG, M.H.; LOURENÇO, T.M.; ALBINO, J. **Fragilidade e qualidade de vida de idosos usuários da atenção básica de saúde**. Revista Brasileira de Enfermagem [internet]. Brasília, v.69, n.3, p.448-453, jun. 2016.

LIBERALESSO, T.E.M.; DALLAZEN, F; BANDEIRA, V.A.C.; BERLEZI, E.M. **Prevalência de**

Fragilidade em uma População de Longevos na Região Sul do Brasil. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v.41, n.113, p.553-562, Abr-Jun. 2017.

LIU, C.Y.; LAI, S.; KAWEL-BOEHM, N.; CHAHAL, H.; AMBALE-VENKATESH, B.; LIMA, J.A.C.; BLUEMKE, D.A. **Healthy aging of the left ventricle in relationship to cardiovascular risk factors: The Multi-Ethnic Study of Atherosclerosis (MESA).** PLoS One. San Francisco, v.12, n.6, jun.2017.

LUCENTEFORTE, E.; LOMBARDI, N.; VETRANO, D.L.; LA CARPIA, D.; MITROVA, Z.; KIRCHMAYER, U.; CORRAO, G.; LAPI, F.; MUGELLI, A.; VANNACCI, A. **Inappropriate pharmacological treatment in older adults affected by cardiovascular disease and other chronic comorbidities: a systematic literature review to identify potentially inappropriate prescription indicators.** Clinical Interventions in Aging, Auckland, v.12, p.1761-1778, oct. 2017.

LUZ, L.L.; SANTIAGO, L.M.; SILVA, J.F.S.; MATTOS, I.E. **Primeira Etapa da Adaptação Transcultural do Instrumento The Vulnerable Elders Survey (VES-13) para o Português.** Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.29, p. 621-628, mar. 2013.

MAIA, F.O.M.; DUARTE, Y.E.A.O.; SECOLI, S.R.; SANTOS, J.L.F.; LEBRÃO, M.L. **Adaptação Transcultural do Vulnerable Elders Survey-13 (VES-13): contribuindo para identificação de idosos vulneráveis.** Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, v.46, p. 116-122, oct. 2012.

PERKISAS, S.; VANDEWOUDE, M. Where frailty meets diabetes. **Diabetes Metabolism Research and Reviews.** Oxford, v.32, issue S1, p.261-267, jan. 2016.

PEREIRA, L.C.; FIGUEIREDO, M.L.F.; BELEZA, C.M.F.; ANDRADE, E.M.L.R.; SILVA, M.J.; PEREIRA, A.F.M. **Fatores Preditores para incapacidade funcional de idosos atendidos na atenção básica.** Revista Brasileira de Enfermagem [internet]. Brasília, v.70, n.1, p.112-118, jan-fev. 2017.

POUDEL, A.; PEEL, N.M.; NISSEN, L.M.; MITCHELL, C.A.; GRAY, L.C.; HUBBARD, R.E. **Adverse Outcomes in Relation to Polypharmacy in Robust and Frail Older Hospital Patients.** Journal of the American Medical Directors Association. Hagerstown, v.17, n.8, p.767, aug. 2016.

RIECKERT, A.; TRAMPISCH, U.S.; KLAABEN-MIELKE, R.; DREWELow, E.; ESMail, A.; JOHANSSON, T.; KELLER, S.; KUNNAMo, I.; LÖFFLER, C.; MÄKINEN, J.; PICCOLIORI, G.; VÖGELE, A.; SÖNNICHSEN, A. **Polypharmacy in older patients with chronic diseases: a cross-sectional analysis of factors associated with excessive polypharmacy.** BMC Family Practice. London, v.19, n.1, p.113, jul. 2018.

SANTIAGO, L.M. **Fragilidade em idosos no Brasil: identificação e análise de um instrumento de avaliação para ser utilizado na população do país. 2013.** 146f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública e Meio Ambiente) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

TAN, L.F.; LIM, Z.Y.; CHOE, R.; SEETHARAMAN, S.; MERCHANT, R. **Screening for Frailty and Sarcopenia Among Older Persons in Medical Outpatient Clinics and its Associations with Healthcare Burden.** Journal of the American Medical Directors Association. Hagerstown, v.18, n.7, p.583-587, jul. 2017.

VETRANO, D.L.; VILLANI, E.R.; GRANDE, G.; GIOVANNINI, S.; CIPRIANI, M.C.; MANES-GRAVINA, E.; BERNABEI, R.; ONDER, G. **Association of Polypharmacy With 1-Year Trajectories of Cognitive and Physical Function in Nursing Home Residents: Results From a Multicenter European Study.** Journal of the American Medical Directors Association. Hagerstown, v.19, n.8, p.710-713, aug. 2018.

YANASE, T.; YANAGITA, I.; MUTA, K.; NAWATA, H. **Frailty in elderly diabetes patients.** Endocrine Journal. Tokyo, v.65, n.1, p.1-11, jan. 2018.

YUKI, A.; OTSUKA, R.; TANGE, C.; NISHITA, Y.; TOMIDA, M.; ANDO, F.; SHIMOKATA, H.
Polypharmacy is associated with frailty in Japanese community-dwelling older adults. *Geriatrics & Gerontology International*. Tokyo, v.18, n.10, p.1497-1500, aug. 2018.

CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/ SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gisele Cristine Zimmer Samagaia

Fisioterapeuta da Prefeitura Municipal de Blumenau, giselesamagaia@blumenau.sc.gov.br

Mara Rúbia Rutzen

Enfermeira da Prefeitura Municipal de Blumenau, mararutzen@blumenau.sc.gov.br

RESUMO: A população brasileira está num processo de transição demográfica e conseqüente mudança epidemiológica, representada pelo aumento de pessoas idosas e a redução da população jovem. Logo, percebeu-se a necessidade de implementar políticas públicas voltadas para o envelhecimento, estimulando o envelhecimento saudável, a promoção de saúde, programas de reabilitação e apoio aos cuidadores informais. Iniciou-se com a Política Nacional da Pessoa Idosa, levando os estados a providenciarem as Políticas Estaduais e os municípios a criarem as Políticas Municipais em consonância com o que foi apresentado pelo Governo Federal. No município de Blumenau a partir da formulação da política, observou-se a necessidade da criação de uma equipe multiprofissional visando o atendimento da população de idosos fragilizados e seus cuidadores, essa iniciativa evoluiu para a inauguração do Centro de Saúde do Idoso, um centro de atenção especializada na saúde do idoso. A equipe atende de forma

interdisciplinar com foco nas expectativas trazidas pelos idosos, seus cuidadores e da equipe de saúde. A equipe atua também em conjunto com a atenção básica e outros serviços através de reuniões de rede e matriciamento virtual. O Centro de Saúde do Idoso está em constante evolução sempre buscando o melhor atendimento a população idosa do município, amadurecendo enquanto equipe dentro do serviço e enquanto serviço dentro da rede de assistência à saúde no município.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso, Política de Saúde, Equipe Interdisciplinar, Centro de Saúde.

ABSTRACT: The Brazilian population is in a process of demographic transition and consequent epidemiological change, represented by the increase of elderly people and the reduction of the young population. Therefore, it was perceived the need to implement public policies aimed at aging, stimulating healthy aging, health promotion, rehabilitation programs and support for informal caregivers. It began with the national policy of the elderly, leading the states to provide the State policies and municipalities to create the municipal policy in line with what was presented by the Federal government. In the municipality of Blumenau from the formulation of the policy, it was observed the need to create a multidisciplinary team aiming to care for the

population of frail elderly and their caregivers, this initiative evolved to the inauguration of the Centro de Saúde do Idoso, a center of attention specialized in the health of the elderly. The team attends in an interdisciplinary way with a focus on the expectations brought by the elderly, their caregivers and the health team. The team also acts in conjunction with primary care and other services through network meetings and virtual matricial. The Centro de Saúde do Idoso is constantly evolving, always seeking the best care for the elderly population of the city, maturing as a team within the service and as a service within the health care network in the city.

KEYWORDS: elderly, health policy, interdisciplinary team, health center.

1 | INTRODUÇÃO

A população brasileira apresentou entre as décadas de 40 e 60 uma redução do seu índice de mortalidade, passando após a década de 60 a apresentar também a uma redução dos seus índices de fecundidade. A somatória dessas duas situações passou a significar alteração na configuração da pirâmide etária do País (CARVALHO; RODRÍGUEZ-WONG, 2008; NASRI, 2008; KÜCHEMANN, 2012). Segundo a atualização de dados demográficos realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 a população de pessoas acima dos 60 anos representa 14,6% da população brasileira, sendo que 56% deste grupo são do sexo feminino e 44% são do sexo masculino (RIO DE JANEIRO, 2018). Partindo deste cenário percebemos que no futuro, teremos uma população com perfil mais envelhecido e com baixas taxas de crescimento (CARVALHO; RODRÍGUEZ-WONG, 2008; NASRI, 2008).

A transição demográfica acarreta em uma consequente mudança epidemiológica, alterando o perfil de doenças da população. Países jovens têm doenças caracterizadas principalmente por eventos ligados a moléstias infectocontagiosas, ao passo que um país mais envelhecido passa a apresentar mais doenças ligadas ao envelhecimento populacional levando a um perfil de patologias crônicas. Isso leva a uma mudança de paradigmas de tratamento, passando de um modelo dualítico de cura/morte para uma situação de compensação/não compensação (NASRI, 2008).

Conforme os indivíduos envelhecem, as doenças crônicas passam a ser a maior causa de morbidade, incapacidade, dependência e mortalidade na população. A partir desse dado, economistas passam a realizar mais estudos levando em consideração as implicações financeiras das políticas de aposentadoria e pensões. Ao mesmo tempo se faz necessária a implementação de políticas e programas incentivando o envelhecimento saudável (OMS, 2005). Concomitante está em desenvolvimento uma política de saúde com foco no envelhecimento e na saúde, estabelecendo uma dimensão necessária às transformações da sociedade e do Sistema Único de Saúde (SUS), visando atender esses idosos em processo de envelhecimento com maiores graus de dependência (LOUVISAN; BARROS, 2009).

Para tanto, se faz necessária uma adaptação da equipe de saúde visando

acolher esses idosos e suas famílias que por vezes são os cuidadores principais dessa população. Para isto, uma possibilidade que traz muitos benefícios a essa população são locais de atendimento que contam com equipe multiprofissional, facilitando o acesso às várias especialidades necessárias para o melhor tratamento a estas pessoas (CALDAS,2003; BRASILIA,2002). É importante para um bom atendimento da população que a equipe multiprofissional atue de forma interdisciplinar, com troca de saberes e experiências visando um projeto terapêutico singular, reduzindo assim a possibilidade de iatrogenias, pressupondo que a pessoa idosa necessita, por vezes, do atendimento de vários profissionais, e que esses atendimentos, quando realizados de forma individualizada e sem discussões entre os membros envolvidos, podem gerar mais prejuízos que benefícios (CAMPOS, 1999; BRASILIA, 2002; VILELA; MENDES, 2003).

No Brasil, a Política Nacional da Pessoa Idosa regulamentada pela Lei nº 8.842/94 e pelo Decreto nº 1.948/96 reforçado pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) garantem a população idosa acesso aos serviços de saúde além de conter diretrizes de promoção do envelhecimento saudável, manutenção da autonomia e da capacidade funcional, reabilitação da capacidade funcional comprometida e apoio ao desenvolvimento de cuidados informais (LOUVISAN; BARROS, 2009). No Estado de Santa Catarina a Política Estadual do Idoso foi regulamentada através da Lei nº 11.436/2000, em consonância com a Política Nacional (SANTA CATARINA, 2000). Em Blumenau/SC a Política Municipal do Idoso e o Conselho Municipal do Idoso foram instituídos pela Lei Complementar nº 303, de 19 de dezembro de 2000, alterada pela Lei Complementar nº484, de 27 de outubro de 2004 e pela Lei Complementar nº 604, de 05 de outubro de 2006, que por sua vez foi alterada pela lei complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 (BLUMENAU, 2013).

Considerando a Portaria 2528/2006, no ano de 2011 iniciou-se a formação de uma equipe multiprofissional para estudar e iniciar os atendimentos ao Idoso Frágil e em 02 de abril de 2012 foi inaugurado em Blumenau/SC o Centro de Saúde do Idoso (CSI), com o objetivo de acolher e prestar atendimento especializado na saúde da pessoa idosa, objetivando principalmente o idoso fragilizado (BRASIL, 2006; MACIEL, 2017).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o modo de trabalho da equipe do CSI em Blumenau/SC, como um Centro Especializado na Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, com ênfase no idoso fragilizado, e sua atuação no Sistema Único de Saúde junto às outras Unidades. É de suma importância que a experiência mostrada no município seja expandida a outros territórios, assim como possa servir de incentivo a outros municípios para a implementação de tal serviço.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental para comparação e discussão com a realidade do Centro de Saúde do Idoso de Blumenau. Foi realizada pesquisa em Setembro de 2018 utilizando os descritores: Política de Saúde da Pessoa Idosa, Centro de Saúde do Idoso, Equipe Multiprofissional, Equipe Interdisciplinar, Envelhecimento Populacional, Humanização no SUS. Foram selecionados inicialmente 39 artigos, sendo excluídos os artigos que não tinham relação direta com o assunto pesquisado.

Posteriormente realizou-se a comparação da realidade apresentada no Centro de Saúde do Idoso com descrição do serviço, histórico, público-alvo de atendimento e a forma de trabalho.

3 | DISCUSSÃO

A cada ano cerca de 650 mil novos idosos são incorporados à população brasileira, a projeção do IBGE para o ano de 2060 mostra que a população acima de 60 anos deva compreender 14,6% da população brasileira (FIGURA 1). O número de idosos passou de 3 milhões em 1960, para 7 milhões em 1975 e 20 milhões em 2008. Conseqüentemente agravos causados por doenças crônicas passaram a ganhar maior expressão no conjunto da sociedade. Essas doenças podem formar um quadro de morbidades múltiplas que podem perdurar por anos, levando a uma maior procura por serviços de saúde, necessitando de acompanhamento multiprofissional, cuidados constantes, medicação contínua e exames periódicos (VERAS, 2009; NASRI, 2008; MINAYO, 2012).

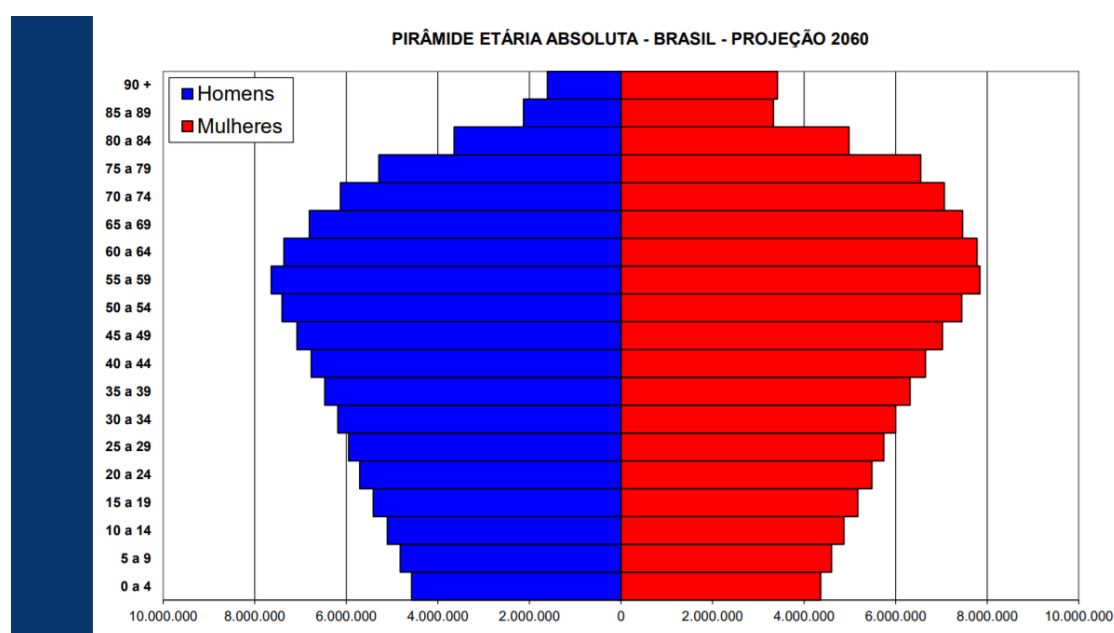


FIGURA 1: PIRÂMIDE ETÁRIA ABSOLUTA – BRASIL – PROJEÇÃO 2060

Fonte: IBGE, 2013

Doenças cujo um dos principais fatores de risco é a idade tendem a ser mais prevalentes, como as demências e a doença de Parkinson. O controle das doenças crônicas através do uso de medicações e exames periódicos pode ser um marcador para a manutenção da qualidade de vida nessa população. Porém a tendência atual é de que os idosos busquem vários especialistas diferentes, aumentando a chance de iatrogenia pelos múltiplos tratamentos concomitantes. Quando não compensadas, as doenças crônicas podem levar a redução da capacidade funcional. A incapacidade associada às necessidades apresentadas nas atividades de vida diária leva a um quadro de dependência que se mostra como um processo de fragilização. Assim sendo, a capacidade funcional passa a ser um importante marcador da condição de saúde da população idosa (NASRI, 2008; VERAS, 2009; CALDAS 2003).

A partir do cenário de mudança que vem se apresentando, foram sendo organizadas as políticas públicas que tem como personagem principal a pessoa idosa. Foi preconizada a assistência à saúde, o incentivo para o envelhecimento ativo e saudável, a manutenção e a reabilitação das capacidades funcionais e o apoio aos cuidados informais, prestados principalmente pelos familiares (LOUVISON; BARROS, 2009).

A integralidade é uma das diretrizes do SUS, e ela pode ser tomada como eixo orientador das ações em saúde, de organização de trabalho e organização das políticas. Ela busca ampliar a percepção das necessidades dos grupos e encontrar as melhores formas de responder essas necessidades (BERNARDO; MOTTA, 2016; MOTTA; AGUIAR, 2007).

Nesse contexto e com uma visão pautada na política de humanização do SUS observou-se a necessidade de proporcionar um atendimento multiprofissional com foco no idoso fragilizado de Blumenau em 2010. De acordo com o que é orientado pelo Ministério da Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau deu início no ano de 2011 à formação da equipe que viria a participar do Centro de Referência de Atenção à Saúde do Idoso, denominada Centro de Saúde do Idoso (CSI) inaugurado em 12 de abril de 2012 (WATANABE et al., 2009; MACIEL, 2017).



FIGURA 2 – CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A assistência adequada implica em um trabalho cooperativo de equipe interdisciplinar, com uma troca de experiências horizontalizada, pautada na reflexão acerca das experiências de crítica e autocrítica sobre a postura profissional, para que não ocorra um atendimento estigmatizado, mas acolhedor, sempre buscando melhor responder às necessidades apresentadas pelos idosos e seus familiares (BERNARDO; MOTTA, 2016).

A relação interdisciplinar no processo de trabalho estabelece vínculos, podendo ser vislumbrada quando a comunicação ou diálogo sobre e entre os saberes e práticas geram uma integração mútua, constituindo soluções mais adequadas para os problemas apresentados pelos pacientes, traçando estratégias e ações comuns para a resolubilidade das situações apresentadas (NOGUEIRA, 1998; VILELA; MENDES, 2003; ROQUETE, 2012; MIRANDA; RIVERA; ARTMANN, 2012).

Formada por uma equipe multiprofissional composta por 2 Médicos Geriatras, 2 Cirurgiões Dentistas, 2 Enfermeiras, Técnica de Enfermagem, Psicóloga, Assistente Social, Fonoaudióloga, Terapeuta Ocupacional, Nutricionista e 2 Fisioterapeutas, o CSI atendeu entre outubro de 2011 e setembro de 2018 uma população de 1600 usuários que foram encaminhados da atenção básica (Estratégia da Saúde da Família, Ambulatórios Gerais) e demais serviços através do Sistema de Regulação (SISREG).

Os critérios para encaminhamento (FIGURA 3) ao CSI foram elaborados de forma conjunta pela equipe e são revisados anualmente. Eles visam principalmente à identificação de idosos em fragilização ou em risco de fragilização, e estão pautados principalmente nas perdas de capacidades que associadas às necessidades dos idosos podem apresentar um quadro de dependência.

CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTOS PARA PESSOAS A PARTIR DE 60 ANOS

Idosos que apresentam Protocolo de Identificação do Idoso Vulnerável (VES-13): com resultado maior ou igual a 03 (Caderneta de Saúde do Idoso), ou Idosos que apresentam Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional (IVCF-20): com resultado maior ou igual a 15 (www.ivcf-20.com.br)

E/OU:

1. Idosos que apresentam:

Incapacidade cognitiva (consciência, humor, cognição, senso de percepção e pensamento):

- Limitação e/ou restrição nas Atividades da Vida Diária (AVD's) e Atividades da Vida Diária Instrumentais (AVDI's):

AVD's – Tomar banho, vestir-se, uso do banheiro, transferência, continência e alimentar-se, realizar higiene da boca, dentes e próteses.

AVDI's – Preparo de refeições, controle dos próprios medicamentos, fazer compras, controle do dinheiro e finanças, uso do telefone, pequenos trabalhos domésticos, lavar e passar roupa, sair de casa para lugares distantes.

- Mini Exame do Estado Mental (Mini-Mental) alterado:

Baixa escolaridade (Menos de 08 anos) < ou = 18 Pontos

Alta escolaridade (Mais de 08 anos) > ou = 26 Pontos

Alta escolaridade (Mais de 08 anos) > ou = 26 Pontos

Alta escolaridade (Mais de 08 anos) > ou = 26 Pontos

Alta escolaridade (Mais de 08 anos) > ou = 26 Pontos

- Suspeita de Síndrome Demencial.

Instabilidade postural:

Quedas e/ou risco de quedas.

Imobilidade Parcial:

Paciente que consegue ser retirado do leito e apresenta capacidade de ser conduzido aos serviços de saúde, caso necessário, pode ser encaminhado ao CSI;

Paciente com restrição e/ou dificuldade para mobilização.

ATENÇÃO: O CSI não possui estrutura para atender pacientes acamados (Imobilidade Total: paciente que não consegue ser retirado do leito), pois não há leito para acomodar este tipo de paciente.

Incontinência esfinteriana:

- Urinária;
- Fecal;

Capaz de restringir a participação social do indivíduo.

Incapacidade comunicativa:

- Dificuldade de comunicação: compreensão e expressão da fala e da escrita.
- Déficit auditivo: realizar otoscopia, para descartar tampão de cerúmen; Caso necessário, avaliar com audiometria.

2. Com mais de 80 anos é importante observar também:

- Polipatologia e/ou Polifarmácia;
- Evidência de Sarcopenia (perda não intencional de 5% ou mais do peso em 6 a 12 meses);
- Internações recentes / Pós-alta hospitalar: Paciente não acamado sem indicação de atendimento pelo Serviço de Atenção Domiciliar (SAD); Paciente que, para ocorrer reabilitação e recuperação do estágio prévio de saúde, necessita de intervenção multidisciplinar; Paciente com necessidade de reabilitação de suas funcionalidades.

No dia da consulta:

A PESSOA IDOSA DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE **VER ACOMPANHADA** POR FAMILIAR OU CUIDADOR RESPONSÁVEL MUNDO DE:

- * DOCUMENTOS PESSOAIS DO PACIENTE (RG, CPF, CNS);
- * COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA SE POSSÍVEL;
- * REFERÊNCIA PREENCHIDA CORRETAMENTE (TODOS OS CAMPOS);
- * REQUISICÃO DO SISREG;
- * RECIPIENTE MÉDICO ATUAL;
- * CADERNETA DE VACINA;
- * ÚLTIMOS EXAMES REALIZADOS;
- * ÓCULOS; APARELHO AUDITIVO; BENGALAS E ANDADOR SE POSSÍVEL;
- * CHEGAR 15 MINUTOS ANTES DO HORÁRIO AGENDADO. OBS.: A AVALIAÇÃO TEM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA, PODENDO ULTRAPASSAR ESSE TEMPO.

ATENÇÃO: Se o idoso for encaminhado por solicitação do CREAS, é importante o envio por e-mail do relatório social informando o motivo do encaminhamento.

Esta orientação também é válida para os demais serviços da SEMUDES.

Equipe Multiprofissional:

Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Geriatria, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

FIGURA 3 – CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO AO CSI

Fonte: Centro de Saúde do Idoso, 2018.

Ao chegar ao serviço a pessoa idosa acompanhada de seu familiar passa por um atendimento de triagem, sendo realizado por um profissional Médico Geriatra acompanhado de outro profissional do Centro, em formato de atendimento interdisciplinar. Neste momento é aplicada a Ficha de Avaliação Multidimensional, elaborada em equipe, com a utilização de algumas escalas já validadas, em conjunto de uma série de perguntas norteadoras elaboradas de acordo com cada especificidade profissional. Após essa avaliação inicial, se o paciente atender aos critérios ele é encaminhado para as avaliações com os profissionais do CSI, conforme a necessidade.

No decorrer dos processos de avaliação, durante a reunião semanal da equipe, é montado um plano terapêutico singular, avaliando os problemas encontrados, a expectativa do paciente e dos familiares, quando são discutidas em equipe as ações a serem tomadas com este paciente e sua família/cuidadores.

Um estudo realizado com cuidadores de idosos altamente dependentes no Município de São Paulo, mostrou a necessidade de se acolher adequadamente o cuidador, pois uma das maiores queixas apresentadas foi a falta de orientação adequada sobre alimentação, cuidados, medicações ou como prosseguir com o tratamento devido o desconhecimento dos processos de adoecimento de seus familiares. Essa situação associada à dificuldade de acesso aos serviços multiprofissionais como fonoaudiologia, fisioterapia e nutrição leva a formação de um ciclo vicioso: doença, falta de tratamento adequado, agravamento da doença e consequentemente, aumento dos gastos com a doença (CALDAS, 2003).

A orientação, capacitação e supervisão dos cuidados prestados pelos cuidadores informais é uma responsabilidade da equipe de saúde. Ao empoderar a figura do cuidador com informações facilita-se a manutenção dos cuidados do idoso em situação de dependência no seu ambiente domiciliar. O trabalho deve ser pautado levando em consideração não somente o paciente, mas toda a constelação familiar que o cerca, objetivando chamar a atenção que o impacto das tarefas dos cuidados tem na qualidade de vida destes cuidadores (KÜCHEMANN, 2012)

No CSI os atendimentos são baseados nas expectativas, tanto dos pacientes como dos cuidadores, bem como da equipe de saúde, buscando sempre orientar da forma clara e coesa os processos de adoecimento, as possíveis evoluções destes processos, buscando através da informação a melhora da adesão deste público aos tratamentos propostos.

Quando possível o tratamento se volta para a reabilitação das capacidades funcionais, ou para a estabilização do quadro de adoecimento, possibilitando assim a alta deste indivíduo do serviço especializado para que ele possa ter continuidade de seu tratamento na sua unidade básica de saúde. Sempre que necessário a unidade de saúde tem abertura para contatar o serviço, seja para a realização de reunião de rede, seja para matriciamento virtual, visando manter a qualidade de atendimento ao idoso e sua família.

O atendimento matricial realizado pela atenção especializada para a atenção básica amplia as possibilidades e a composição dos projetos terapêuticos interdisciplinares, sem diluir a responsabilidade sobre os casos e sem criar novos encaminhamentos por vezes desnecessários. Assim o vínculo terapêutico pode ser pensado como um processo condicionado tanto pela necessidade, como pelas possibilidades apresentadas pelos serviços de saúde e pelos usuários (CAMPOS, 1999).

4 | CONCLUSÃO

Uma equipe de trabalho coesa, que busque o atendimento atendendo aos preceitos da humanização, com acolhimento e escuta qualificada, que saiba compreender a necessidade do trabalho interdisciplinar para o bem estar do paciente e a formação de vínculos terapêuticos é de suma importância nos dias atuais. Cada vez mais a troca horizontal de saberes se mostrará benéfica em detrimento ao atendimento individualizado levando o paciente a riscos devido a prescrições repetidas ou interações de tratamentos.

O CSI conta hoje com uma situação de evolução constante em busca do melhor atendimento para a população de idosos fragilizados em Blumenau/SC. Quando não se faz possível manter esses pacientes em atendimento, as reuniões de rede e os matriciamentos virtuais se mostram extremamente benéficos para a resolução das

dúvidas apresentadas pelas equipes de atenção básica.

Entendemos que o cenário ideal seria a transdisciplinaridade, com consultas e atendimentos interprofissionais, mas essa ainda não é a nossa realidade. No momento contamos com as transmissões horizontais de saberes, amadurecendo enquanto equipe dentro do serviço e enquanto serviço dentro da rede de assistência à saúde no município.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Maria Helena de Jesus; MOTTA, Luciana Branco da (Org.). **Cuidado e Interprofissionalidade: Uma experiência de atenção integral à saúde da pessoa idosa.** Curitiba: Crv, 2016. 520 p.

BLUMENAU (Município). Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013. **Lei Complementar Nº 906, de 12 de Setembro de 2013: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Blumenau, SC, 12 set. 2013. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2013/90/906/lei-complementar-n-906-2013-dispoe-sobre-a-politica-municipal-do-idoso-sobre-o-conselho-municipal-do-idoso-cria-o-fundo-municipal-do-idoso-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. **Portaria Nº 2.528 de 19 de Outubro de 2006: Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.** Brasília, DF, 19 out. 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASÍLIA. Jorge Alexandre Silvestre. Ministério da Saúde (Org.). **Redes Estaduais de Atenção à Saúde do Idoso: guia operacional e portarias relacionadas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 104 p.

CALDAS, Célia Pereira. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.733-781, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2003000300009>.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.393-403, 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81231999000200013>.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RODRÍGUEZ-WONG, Laura L.. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.597-605, mar. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2008000300013>.

IBGE. **Projeção da população por sexo e idade: Brasil 2000-2060 Unidades da Federação 2000-2030.** Rio de Janeiro: Ibge / Dpe / Copis, 2013. 49 slides, color. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000014425608112013563329137649.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 27, n. 1, p.165-180, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922012000100010>.

LOUVISON, Marília Cristina Prado; BARROS, Sonia. Políticas públicas e envelhecimento: a construção de uma política de direitos e os desafios da atenção integral à saúde da pessoa idosa no SUS. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, São Paulo, n. 47, abr. 2009. Disponível em <<http://periodicos>>.

ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122009000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 23 set 2018.

MACIEL, Fabiana Felix. **A Atenção à Saúde da Pessoa Idosa em Blumenau**: Blumenau: Secretaria de Promoção da Saúde/blumenau, 2017. 13 slides, color. Disponível em: <<http://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/atencao-basica/saude-da-pessoa-idosa/evento-macro-vale-e-foz-do-rio-itajai/11375-atencao-a-saude-da-pessoa-idosa-blumenau/file>>. Acesso em: 01 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.208-210, fev. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2012000200001>.

MIRANDA, Lilian; RIVERA, Francisco Javier Uribe; ARTMANN, Elizabeth. Trabalho em equipe interdisciplinar de saúde como um espaço de reconhecimento: contribuições da teoria de Axel Honneth. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 22, n. 4, p.1563-1583, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312012000400016>.

MOTTA, Luciana Branco da; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.363-372, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232007000200012>.

NASRI, Fábio. O envelhecimento populacional no Brasil: The aging population in Brazil. **Einstein**, São Paulo, v. 1, n. 6, p.4-6, jan. 2008. Disponível em: <<http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/833-Einstein%20Suplemento%20v6n1%20pS4-6.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 3, p. 40-48, jan. 1998. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5652/5151>>. Acesso em: 23 set. 2018. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

RIO DE JANEIRO. Rodrigo Paradella. Agência de Notícias Ibge. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 30 set. 2018.

ROQUETE, Fátima Ferreira et al. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: em busca de diálogo entre saberes no campo da saúde pública. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, São João del Rei, v. 2, n. 3, p.463-474, set. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/245/360>>. Acesso em: 23 set. 2018.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, [s.l.], v. 43, n. 3, p.548-554, jun. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102009005000025>.

VILELA, Elaine Morelato; MENDES, Iranilde José Messias. Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, [s.l.], v. 11, n. 4, p.525-531, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692003000400016>.

WATANABE, Helena Akemi Wada et al. **Rede de atenção à pessoa idosa**. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009. 85 p.

COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI

Matheus Alexandre Razera

Universidade Estadual do Centro-Oeste/
UNICENTRO - DEHIS, Irati – Paraná

Valter Martins

Universidade Estadual do Centro-Oeste/
UNICENTRO - DEHIS, Irati – Paraná

RESUMO: Essa pesquisa tem por objetivos analisar diferentes receitas e a prática de preparar cerveja artesanal, descobrir como este saber é aprendido e repassado. Para tanto utilizamos o método da História Oral e textos teóricos sobre História da Alimentação. Verificamos que a produção da cerveja caseira possui diferentes “modos de fazer” bem como a diversidade nos ingredientes utilizados. A transmissão das receitas é mantida pelos produtores em pequena escala comercial e para consumo próprio em festas, casamentos e no cotidiano. Sua difusão ocorre principalmente entre descendentes de eslavos. Ao longo do tempo muitos não descendentes aprenderam a preparar e a apreciar o produto. Trata-se de uma tradição presente nas famílias por questões de identidade e paladar.

PALAVRAS-CHAVE: Cerveja/Cerveja-caseira; Tradição; Identidade/Patrimônio imaterial; História regional; Paraná.

ABSTRACT: The objective of this research

is to analyze the different recipes and the practice of preparing the homemade beer, to discover how this knowledge is learned and passed on. For this we use the method of Oral History and theoretical texts on History of Food. We have verified that the production of homemade beer has different “ways of doing” as well as diversity in the ingredients used. The transmission of revenues is maintained by small-scale commercial producers and for their own consumption at parties, weddings and everyday life. Its diffusion occurs mainly among descendants of Slavs. Over time many non-descendants have learned how to prepare and appreciate the product. It is a tradition present in families for reasons of identity and taste.

KEYWORDS: Beer / Homemade Beer; Tradition; Identity / Immaterial patrimony; Regional History; Paraná.

1 | INTRODUÇÃO

A cerveja caseira recebe essa denominação, mas oficialmente não é considerada cerveja por não conter cevada em sua composição. Trata-se de um fermentado de açúcar e lúpulo, comumente produzido por descendentes de poloneses e ucranianos em suas residências, para consumo próprio e pequenas vendas.

Nessa pesquisa analisamos a produção artesanal do fermentado de açúcar e lúpulo, conhecido popularmente como “cerveja caseira” em Irati/PR no tempo presente (década de 2010), tanto para fins comerciais como para o consumo doméstico. Por meio da história oral, entrevistando pessoas envolvidas com esta prática, sendo estas, descendentes de poloneses e ucranianos. É comum que descendentes de eslavos usem da gastronomia para lembrar de seus antepassados ou de sua terra natal. Isso ajuda a compreender como e com quem tais pessoas aprenderam a fabricar a bebida e porque continuam com essa prática tradicional num tempo dominado por bebidas industrializadas e prontas para o consumo. Com este trabalho consideramos cerveja caseira como parte do patrimônio imaterial da região centro-sul do Paraná, ligado à história dos imigrantes que ocuparam este território. Segundo a UNESCO:

O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes (UNESCO, s.d.).

Ainda segundo a UNESCO, a respeito das práticas de grupos étnicos em minoria:

Para muitas pessoas, especialmente as minorias étnicas e os povos indígenas, o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história. A filosofia, os valores e formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais constituem o fundamento da vida comunitária. Num mundo de crescentes interações globais, a revitalização de culturas tradicionais e populares assegura a sobrevivência da diversidade de culturas dentro de cada comunidade, contribuindo para o alcance de um mundo plural (UNESCO, s.d.).

Para realizar a pesquisa a principal metodologia de coleta de dados foi a realização de entrevistas com produtores, ativos ou não, estes conhecidos por meio de contato prévio e indicações de outros pelos próprios produtores entrevistados. Nesse processo de pesquisa, desde o primeiro contato com os entrevistados até a análise das entrevistas já transcritas, foi necessário o desenvolvimento de uma refinada percepção para a profundidade de cada entrevista, pois cada sujeito possui suas “verdades” e subjetividades, como instrui Verena Alberti em seu texto “Histórias dentro da História”.

O trabalho teve como objetivo principal conhecer diferentes métodos de produção do fermentado de açúcar e lúpulo, compreender como este saber fazer é aprendido pelas pessoas que o preparam e quem são elas, verificar por que esta prática tradicional ainda persiste na região de Irati/PR, interpretando essa prática enquanto patrimônio histórico e imaterial desta região.

A cerveja, hoje a bebida alcoólica mais degustada e conhecida do mundo, atravessou diversos períodos e vários povos, cada qual adicionando ingredientes ou modificando o modo de preparo, para assim surgir a bebida conhecida atualmente e todas as suas variantes.

Os africanos já tinham como nome de *pombe* em variantes como cerveja de milhete. Os hindus e persas antigos, os chamados *indo-irânicos*, tinham a soma e a *hamoa* de trigo, os japoneses sempre tiveram o seu *sake* de arroz (que, aliás, concorria com o chinês), habitantes do Pacífico, na Micronésia e na Polinésia, tinham *kawa*,

na América do Sul a *chicha* como cerveja de milho era e é comum, há na Romênia a Braga e na Macedônia a *bosa* (HOUAISS, 1986, p. 17, 18).

A cerveja é considerada a bebida alcoólica mais antiga já produzida, como descrito por Antonio Houaiss em seu livro *A Cerveja e seus mistérios*:

Há testemunhos válidos que a colocam já em curso na Babilônia, há 6 mil anos. Nada impede que tais testemunhos sejam relativizados, pois, em geral, quando parecem, a prática matéria referida é muito anterior (HOUAISS, 1986, p.17).

Como afirma Houaiss, as referências encontradas na Babilônia já indicavam a produção e consumo da bebida, mas não sua origem, esta vinda de uma civilização antiga sem catalogação. A cerveja também está presente em diversos momentos no código do rei Hamurabi da Babilônia, um monumento monolítico entalhado, contendo as leis impostas pelo rei, famoso por conter a frase “olho por olho e dente por dente”. Neste havia algumas regras de pagamento realizado em cerveja e da realização do comércio da bebida em tavernas, como o descrito no livro *História da Alimentação*:

Se uma taberna não quiser receber cevada como pagamento, mas dinheiro com a cotação mais alta, ou se ela reduzir a quantidade de cerveja em comparação com a quantidade de cevada, esta taberna será obrigada a aceitar e será jogada na água. Se uma taberna vender fiado uma jarra de cerveja, poderá exigir cinquenta litros de cevada na colheita (JOANNÈS, 1998, p.58).

No Egito Antigo a cerveja teve sua produção retratada em murais pintados e também encontrados restos em ânforas em diversas tumbas descobertas. A cevada, matéria prima base para a produção da cerveja, foi junto com o trigo o primeiro cereal cultivado. Ambos constituíam a base da alimentação dos povos em 4000 a.C., sendo usados para a produção de pão e da própria cerveja.

Nas regiões norte e leste da Europa, a cerveja servia como fonte de carboidratos para trabalhadores braçais enquanto a elite bebia vinho. Até hoje é visível essa distinção social por meio da bebida, pois a cerveja costuma ser ligada à bebida barata de botecos e bares, assim como ao costume de ser consumida acompanhada de petiscos em reuniões de amigos ou ainda por trabalhadores ao final do expediente. Enquanto o vinho remete à classe alta, servido geralmente em restaurantes mais abastados, ou apreciado geralmente em alguma comemoração ou evento de maior importância. Ainda no norte da Europa, devido ao frequente clima frio, a cerveja passava a ser consumida em grande quantidade pelos moradores dos castelos, chegando ao consumo de 2,5 litros a 6 litros de cerveja por pessoa, os camponeses também recebiam a bebida, mas em menor quantidade e mais fraca.

As fontes e testemunhos sobre o ato de beber cerveja são mais abundantes durante a Idade Média, com grande detalhamento sobre sua matéria prima e preparação. Nesse mesmo período começam a aparecer testemunhos do uso do lúpulo, planta pertencente à família *cannabaceae*, que seria juntada à cerveja para garantir um amargor característico e certa proteção. “Sua ação, além de saborizante, é anti-microbiana, combatendo os microorganismos daninhos e impedindo que a cerveja

“estrague”. (CARNEIRO, 2005, p. 29)

Com a abertura dos portos às nações amigas de Portugal, a Inglaterra foi a primeira a introduzir a cerveja na antiga colônia. Durante o século XIX já havia uma indústria cervejeira devido à grande quantidade de imigrantes apreciadores da mesma que chegaram ao Brasil após a independência. Mas foi a partir do século XX que a indústria teve sua grande ascensão, como indica Houaiss:

É que a explosão demográfica começa a apontar no mundo inteiro por essa época, acarretando a alta industrialização e tecnificação dos produtos alimentares, sólidos ou líquidos e, dentre estes, com realce, a cerveja – a de malte de cevada, lúpulo, levedo e água (HOUAISS, 1986, p. 29).

2 | A CERVEJA CASEIRA E SUAS RECEITAS

A produção de fermentado de açúcar e lúpulo ou, simplesmente, “cerveja caseira”, é uma prática de origem tanto polonesa, denominada *Pivo*, quanto ucraniana, chamada de *Pevo*, trazida ao Brasil pelos imigrantes dessas nacionalidades. Como informa Slominski :

A *Pivo* ou *Pevo*, em princípio uma bebida com dois nomes, vincula duas nacionalidades numa mesma região, por meio da semelhança linguística, da história da imigração, da herança ou dos saberes transmitidos e das práticas caseiras ou cotidianas (SLOMINSKI, 2005, p. 24).

Essa prática tradicional da produção de cerveja se mantém viva nas famílias de descendentes de eslavos, nas quais a cerveja é produzida, geralmente, pelas mulheres que aprenderam com suas mães e avós, mas, vez ou outra, o papel de cervejeiro pode ser assumido também por um homem.

Segundo Hobsbawm essa tradição pode ser uma “tradição inventada”, pois a invenção ocorre quando existe uma grande e rápida transformação na sociedade do indivíduo, o que debilita e destrói os padrões sociais das velhas tradições. Pode ser esse o caso da cerveja produzida por descendentes de eslavos inseridos em outro contexto, sendo a cerveja usada para relembrar as memórias de suas casas e terra de origem na Europa. Mas nem sempre isso ocorre porque os descendentes entrevistados estão distantes dessa realidade e mantêm a prática por questões de identidade, gosto e costume. Por outro lado, a prática de fazer a cerveja caseira foi “adotada” por pessoas que não possuem qualquer laço de descendência e mesmo assim fazem a cerveja por gosto.

Alimentos e bebidas típicas de um grupo refletem a história do mesmo, sendo assim a produção e degustação da cerveja caseira por quem a prepara funciona como um reviver de suas memórias e de seus antepassados. Para Hobsbawm:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas, ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento, através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em

Tanto a prática como o modo de fazer e as receitas podem ter sido passadas de pais para filhos ou, como é mais comum entre os entrevistados, de mãe para filha.

Vários dos entrevistados ao serem questionados a respeito de quando começaram a fazer a cerveja caseira e o porquê da prática responderam que não foram eles que começaram, que essa tradição já vinha de família. Um familiar da entrevistada havia aprendido com sua mãe até onde se lembrava, como relata Danuta: “Já faziam antes de eu nascer. Aí eu me interessei, achei assim bem legal, e comecei a ajudar e faço até hoje e gosto de fazer e gosto de tomar”. (DEWNOSKI, 2016)

Diferente é o caso de Augustinho Kucharski, que também aprendeu com a mãe, mas se aperfeiçoou com o conhecimento da esposa ao casar-se, a mesma tendo aprendido com sua patroa:

Aprendi com a minha mãe, com a minha mãe e minha mulher, que ela aprendeu com a patroa dela e lá ela fazia toda semana, elas faziam pouco, só pro gasto da semana, tava terminando um hoje já tava engarrafando outro, toda vida assim. (KUCHARSKI, 2016)

Já outra entrevistada, Cecília do Amaral Ivatiuk, relata que a produção e apreciação da cerveja era praticamente a única opção, outras bebidas como o refrigerante apareceram posteriormente:

Com a minha mãe, já fazia, porque antigamente no interior, a gente morava no interior de Gonçalves Júnior e a posse de vida das pessoas não era igual hoje, então é cerveja de casa que a gente tomava, não tinha refrigerante, depois que eu me lembro, o primeiro refrigerante foi a gasosa Cini, vermelha ainda por cima, então a gente fazia a cerveja em casa, minha mãe já fazia. (IVATIUK, 2016)

O refrigerante volta a parecer no relato de Luiza Ortiz ao ser questionada sobre os motivos da produção da cerveja caseira:

É pra família e quando tinha uma festa, um casamento era usada a cerveja caseira, que naquela época, uns quarenta anos atrás, ou mais, cinquenta anos ainda, não tinha o refrigerante, era mais raro e caro, usar o refrigerante. Casamento, festa assim, mais era a cerveja caseira que usava, a gengibirra caseira também. (ORTIZ, 2016)

É interessante comentar aqui sobre a gengibirra, preparada geralmente entre os descendentes de alemães e chamada por eles de *Spritzbier*, que é outra bebida milenar, internacionalmente conhecida por *Ginger Ale*, é como a cerveja, mas tem como seu principal ingrediente o gengibre, planta herbácea cultivada em regiões tropicais como no litoral do Paraná, que é cozido com água e açúcar e passa por fermentação, semelhante ao processo da produção da cerveja de lúpulo:

Curiosamente, o nome Gengibirra, que tem origem italiana, é a junção das palavras Gengibre e Birra (cerveja em italiano), e significava na época “cerveja de gengibre”, mesmo a bebida não sendo alcoólica. A Gengibirra surgiu de maneira descontraída e descompromissada em encontros em casa. Era uma bebida caseira preparada com água, açúcar e gengibre picado ou ralado. Na sequência, ela passava por uma fermentação, e era por esse motivo que ela era chamada de cerveja de gengibre, mesmo não sendo alcoólica. (MEIRELLES, s.d.)

Alguns produtores gostam de incrementar a cerveja caseira com ingredientes diferenciados, como outras frutas para gerar sabores únicos e diferentes, o gengibre é um desses ingredientes e é usado por Luiza Ortiz em sua cerveja: “Ah eu sigo a (receita) do lúpulo, e mais alguns ingredientes que vai, não é só o lúpulo. Tem uns que usam gengibre, outros já não usam, ela dá um sabor a mais, ela fica mais efervescente com o gengibre” (ORTIZ, 2016).

Além da adição do gengibre, dona Luiza usa de gelatina de abacaxi para dar outro sabor ainda mais icônico à sua cerveja, o que a deixa com uma aparência mais clara que as demais encontradas em produção. Outros diferenciais são a efervescência citada por ela e comprovada ao abrir um litro, mas isso pode variar também de acordo com o tempo de fermentação após seu envasamento e, é claro, o sabor adocicado da gelatina de abacaxi reforçado pelo sabor forte do gengibre.

Outro produtor entrevistado, José Luis Pabis, discorda do uso de outros ingredientes além da água, açúcar e lúpulo. Segundo ele, ao adicionar alguma coisa, o produto final deixa de ser cerveja e passa a ser outro tipo de fermentado: “Cerveja caseira era assim, quando você coloca algum outro produto como gengibre ela já não é mais a cerveja caseira, ela já foi alterada, já é um outro produto”. (PABIS, 2016).

Mas é claro, as receitas variam de pessoa para pessoa e, assim sendo, os gostos para ela também variam. Enquanto dona Luiza aprendeu a fazer de tal forma, José Luis aprendeu de outra, nenhum dos dois modos está errado.

O que acontece, fazer cerveja e fazer pão é coisa parecida, você vai em diversas panificadoras ou diversas casas e todas elas tem pão, mas é pouquinho diferente um do outro e a cerveja é a mesma coisa. Então a receita básica vai um pouco disso e um pouco daquilo mas o modo de fazer é que dá a diferenciação, como é a questão do pão.(PABIS, 2016)

Slominski também menciona diferentes variedades de receitas e de cerveja produzidas na região Centro Sul do Paraná:

Tanto as receitas como as práticas que envolvem a produção de cerveja alteram-se de cervejeiro para cervejeiro. Pode-se dizer que cada um tem um modo de fazer, que a torna diferente devido ao acréscimo de um ou outro ingrediente à receita. A bebida atrai esse tipo de público também devido à grande variação de receitas. Além da cerveja branca, encontra-se a feita de malte (de cor mais escura) e as que são elaboradas com a adição de certas frutas, tais como o pêssego, abacaxi e a uva. A cerveja feita com essas frutas tem a cor e o sabor alterados. (SLOMINSKI, 2005, p.24)

Outra variação de receita interessante foi a de Augustinho que prefere usar água de poço raso que ele busca num vizinho com garrafões de vinte litros, em lugar da água de torneira. Segundo ele, a pureza da água de poço deixa sua cerveja mais límpida, enquanto a água de torneira deixa a cerveja com aparência suja e meio grudenta por causa do cloro:

Com a água de torneira não adianta você fazer, ela fica que nem um óleo assim gosmento, sabe, eu não sei se é por causa do cloro, mas não serve, a cerveja não presta. De um tempo pra cá eu não uso mais a água de torneira, eu só uso água de poço, eu faço a cerveja com a água que precisa e o açúcar derretido, e o resto é



Cerveja produzida por Augustinho.

O conhecimento de Augustinho está correto em relação ao uso da água de poço para a elaboração da cerveja, pois a reação química da fermentação com o cloro gera *off flavors* (sabores não característicos) um tanto desagradáveis, como afirma o blogueiro e cervejeiro Daniel Dinslaken:

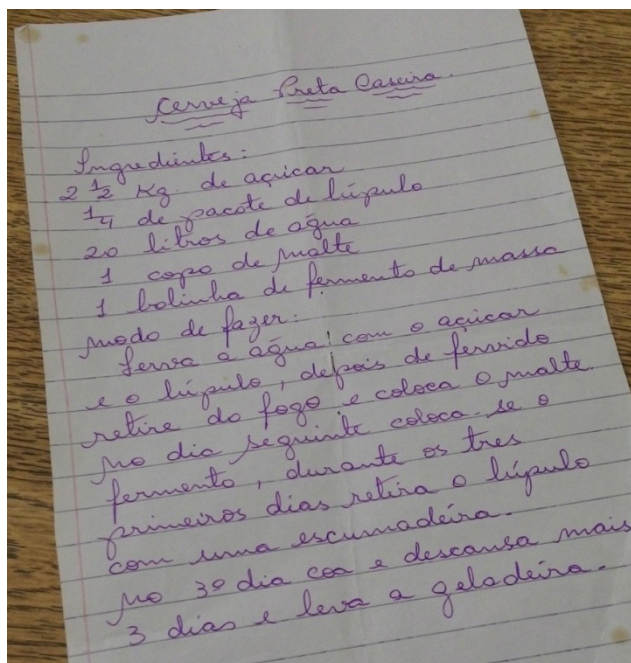
As leveduras produzem naturalmente substâncias chamadas **fenóis**. Entretanto, quando elas consomem o cloro/cloraminas presentes na água, elas produzem o composto com **sabor muito característico** na sua cerveja, o **clorofenol**. O clorofenol, que é resultado do cloro na água usada na produção da cerveja, e é percebido como um *off flavor* bastante **desagradável**, que remete ao sabor medicinal ou hospitalar, como de esparadrapo, antisséptico ou bandaid. É um *off flavor* inconfundivelmente **desagradável!** (DINSLAKEN, s.d.).

A receita mais comum a ser seguida sem nenhum incremento é a da utilização de um quarto de tablete do lúpulo para vinte litros de água e quatro quilos de açúcar torrado ou não. Essa receita foi a relatada pela maioria dos entrevistados e a mesma pode ser encontrada na parte de trás do pacote do lúpulo vendido em mercados e armazéns, como afirma dona Cecília:

A receita é aquela comum, da embalagem do lúpulo, mas tenho também a receita da preta, que ganhei. Já fiz, fica muito boa. Agora faz tempo que não faço, qualquer hora tenho que fazer. (IVATIUK, 2016)

Outras receitas diferenciadas são guardadas na memória e repassadas para os filhos, assim como aprenderam com seus pais, mas algumas receitas mais complexas ou até mesmo a comum às vezes são guardadas em um pedaço de papel, daqueles cadernos antigos, já amarelados com o tempo, deixados geralmente na despensa

junto ao lúpulo.



Papel com a receita de cerveja preta caseira de dona Cecília.

O lúpulo é a matéria-prima base da cerveja caseira hoje, mas anteriormente era conhecida apenas pelos romanos e foi cultivado para a produção cervejeira apenas na Idade Média e acabou dominando o mercado da cerveja entre os séculos XVI e XVII, quando o mesmo passou a ser um produto semi-industrializado. Era usado não apenas como complemento juntado à cevada, para a obtenção do sabor levemente amargo, mas também como desinfetante. Nas ilhas britânicas, a cerveja sem lúpulo denominada Ale foi usada até meados do século XVIII, mas a mesma devia ser consumida pouco tempo após seu preparo, pois não possuía as propriedades conservantes presentes na que era produzida com lúpulo.

O lúpulo (*Humulus lupulus* L.) é uma trepadeira perene originária de climas temperados. Na fabricação da cerveja são usadas apenas as flores fêmeas. Suas resinas e óleos essenciais conferem à bebida o sabor amargo e o aroma característico. O lúpulo é considerado o “tempero da cerveja” e um dos mais significativos componentes na produção de cerveja, que os mestres cervejeiros dispõem para diferenciar seus produtos, sendo a quantidade e o tipo do mesmo um parâmetro dificilmente revelado. No Brasil não existem condições climáticas adequadas à produção de lúpulo. Por isso, todo o suprimento nacional é importado da Europa e Estados Unidos. A forma mais comum de utilização do lúpulo é em *pellets*, pequenas pelotas de flores prensadas. Assim, é possível reduzir o volume de lúpulo a transportar e, ao mesmo tempo, manter suas características originais. Mas, nada impede que a flor seja adicionada à cerveja na sua forma original, conforme colhida na lavoura. (MEGA, 2011, p. 36)

O lúpulo geralmente usado na produção da cerveja caseira é importado na forma de tablete. O Brasil é hoje o terceiro maior importador de lúpulo no mundo, sendo seus custos superiores a duzentos milhões de reais. Já houve diversas tentativas de produção em solo brasileiro, mas na maior parte sem sucesso, salvo nos estados

da região Sul do país, por conta do clima frio, afinal, a planta necessita de uma invernização (seis meses de frio) para florescer.



Lúpulo processado e embalado em tablete, pronto para o uso.

3 | A PRODUÇÃO DA CERVEJA

Apresentamos as medidas de água, lúpulo e açúcar geralmente usadas por alguns dos entrevistados, mas a forma da preparação e envasamento também tem sua importância e deve ser descrita, pois, assim como a receita, possui um modo de fazer que também é adaptado por quem prepara, dependendo da necessidade, higiene e prática.

Acompanhando a produção da cerveja de Danuta pode-se ver as seguintes etapas:

A fervura inicial da água com o lúpulo da medida escolhida, no caso observado foram vinte litros de água para um quarto do tablete de lúpulo junto de dois quilos de açúcar torrado na medida para gerar a tonalidade desejada.

Após a fervura a panela com a cerveja é completada com água e deixada para descansar por um dia. Passado esse tempo é feita a primeira coagem, tirando o bagaço do lúpulo com uma peneira e o resto da cerveja passada com concha por um pano de saco, para um latão plástico, que em seguida é retornada para a panela. De volta à panela, é acrescentado um pouco de fermento biológico granulado, daqueles usados para fazer pão, e clara de ovo batida em sua superfície. A clara em neve funciona como um filtro. Durante um ou dois dias puxa para si a maior parte das partículas de lúpulo.



Panela de Danuta com seu conteúdo durante a fervura.

Quatro ou cinco dias após o início da produção é realizado o envasamento. Primeiro é retirada a espuma da clara com ajuda de uma escumadeira, depois o líquido é coado para então ser engarrafado em pets previamente selecionadas e lavadas, com o uso de uma mangueira plástica que curiosamente tem uma faca pesada amarrada a sua extremidade, para que fique ao fundo da panela e não escape. Ao fim do processo são obtidas cerca de doze garrafas de tamanhos variados que ficam fermentando por pelo menos mais uma semana até ficarem no ponto para o consumo. Nessa etapa final da produção é utilizado o tato para verificar a progressão da fermentação por meio da dureza da garrafa. Quanto mais dura e firme a garrafa estiver, mais fermentada está a cerveja. É um método intuitivo e subjetivo.

Outro entrevistado que explicou sua receita foi Augustinho:

Eu uso lúpulo prensado e pra um pacote de lúpulo vai oito quilo de açúcar, quatro quilo derretido e quatro quilo é fervido junto com a água, você que faz a cor que você quer a cerveja, se quiser mais clara deixa menos derretido e se quiser mais escura deixa mais o açúcar queimado. Aí põe esse fermento de grãozinho, esse de fazer pão, mas não muito. Depois bate clara de ovo pra por cima e deixa descansar e vai limpando ela. Depois você cõa no saco de algodão, eu uso saco mesmo, um bem limpinho já separado só pra isso, aí você cõa ela, joga fora o bagaço e põe o fermento e clara de ovo pra deixar limpando, três, quatro ou cinco dias às vezes fica, a clara de ovo tira toda a sujeira, as vezes você tira uma clara e põe outra (KUCHARSKI, 2016).



Galão plástico utilizado por Augustinho na fermentação da cerveja.

A receita pode ter sido a mesma usada por toda a vida dos entrevistados, mas o material nem sempre foi esse. Anteriormente, principalmente nas cidades pequenas onde viviam parte dos entrevistados, não havia panelões e galões de plástico. A cerveja era fervida e descansada em latas de querosene, leite e margarina, produtos vendidos a granel em mercearias e armazéns. Após venderem o conteúdo, as latas eram lavadas e higienizadas. Danuta chegou a usar essas latas:

Era feito em latas, era comprado lata, que tinha lata de querosene que compravam, e tinha lata também limpa que dava pra comprar. Vinha manteiga, margarina, naquele tempo, então era mais limpa pra gente usar do que a de querosene, que vinha o querosene. (DREWNOSKI, 2016)

Luiza Ortiz não usava as latas por questão de higiene. A cerveja era cozida em panelas e transferida para barris de madeira: “...na época era mais aqueles barris de madeira que era usado, fervia e colocava naqueles barris que era deixado por uns dias” (ORTIZ, 2016).

Em tempos passados a cerveja era envasada em garrafas de vidro e fechadas com rolhas de cortiça. Por conta da continuidade da fermentação no interior das garrafas, muitas delas estouravam, especialmente no verão quando é bastante produzida, causando sustos nas madrugadas. As rolhas foram substituídas por tampas de metal e atualmente é comum encontrar a bebida sendo comercializada em garrafas *pet*, relata Danuta: “Primeiro a gente fazia em garrafa de vidro, quando começou a estourar mais, aí agente começou a usar a outra [pet], pois na época não tinha, depois que surgiu”. (DREWNOSKI, 2016)

A cerveja caseira é preparada comumente para o consumo da família e momentos festivos como casamentos, festas de Natal e Páscoa, principalmente na área rural, onde aparece como bebida indispensável para algumas famílias, como afirma Cecília:

Quando nós morávamos em Gonçalves Júnior, depois que eu casei, que já vai

fazer 62 anos que sou casada, então a gente tinha os compadre, os amigo lá, então no natal, eu sempre fazia o almoço, convidava os compadre, os amigo, os ortodoxo, que o natal deles é separado, cada 4 anos é junto, senão é separado. Daí fazia o almoço lá em casa, janta na casa de outro compadre, era três dia de almoço e janta, no natal e páscoa. (IVATIUK, 2016)

Outro momento em que a cerveja possuía grande importância era nas festas de casamento no interior, onde as bebidas de fora eram escassas e o que mais se consumia eram a cerveja caseira e a cachaça, mas como essa é um tanto forte a cerveja prevalecia como a favorita entre homens, mulheres e crianças, afinal, ela possui um teor alcoólico muito baixo, como diz Luis:

Era feito uns 20 30 litros mais ou menos, era feito em latas, então colocava nas barrica de vinho pra fermentar e de lá mesmo o povo tirava pra servir o convidado. Era uma semana antes feita a cerveja e colocada nesses barris e servidas de lá nos bules. Na época eles não engarrafavam então não dava um sabor como era pra ser, por que você no fechar ela que dê pressão no fermento dentro dá outro sabor, o gás no fermentar. Mas na época não tinha outra alternativa, é o que diz a turma “é o que temos para o momento”, depois mais tarde que começou a cerveja industrializada. Mas depois a mulheres não tomavam a cerveja de fora, por que embebedava, então elas tomavam só a cerveja caseira. E era colocada em um copo onde uma tomava a outra já pegava enchia de novo e tomava pra passar para o outro, não tinha um copo para cada um, não era fácil, tinha que esperar a pessoa tomar, aí pegar o copo pra dar pra outro, e ia indo assim, ninguém morreu, ninguém se pestiou como diz o primo. Velório e casamento eles passavam o litro com um copinho só. (PABIS, 2016)

Segundo Slominski não são raras as pessoas que a fabricam para vender para os vizinhos e conhecidos. Afinal, a produção é pequena e o processo um tanto trabalhoso e demorado.

De fato, essa bebida pode ser encontrada não em larga escala, mas com certa frequência, sendo vendida, de porta em porta, por adolescentes que as transportam em caixas acopladas no porta-bagagem de bicicletas. (SLOMINSKI, 2005, p.31)

Augustinho produz a cerveja para venda e também massas caseiras, em um local reservado em sua casa somente para isso. Ele produz cerveja caseira praticamente o ano todo, afirmando já possuir uma clientela fiel vinda de diversas partes do país, e muitos outros novos que o descobrem por meio de compradores frequentes:

No começo fazia pra uso próprio, depois eu fiz cirurgia do coração, e comecei a fazer pra vender, aí não vence, não vence fazer, compram bastante, vêm buscar, até pro Mato Grosso já vendi cerveja, pra São Paulo, pro Rio Grande, pra tudo que é canto. (KUCHARSKI, 2016)

Luiz Pabis, junto com sua mãe Bronislava Pabis, levou a ideia e vontade de vender cerveja caseira mais adiante. Em 1997 abriram uma pequena indústria para produzir cerveja caseira. Essa cerveja caseira semi-industrializada foi chamada de *Krulowa*, rainha em polonês. Durante o período de atividade da *Krulowa* ela era vendida em Irati e região, além de outras cidades podendo ser encontrada até mesmo no mercado municipal de Curitiba.

Então, eu vi uma oportunidade de negócio e comecei a fazer, e a vender, aí nas BR. Mas aí foi aumentando e aumentando até que eu tive que ir expandindo. Aí já

tive que partir pra parte industrial, por que exigiu registro e um monte de coisa, e a legislação necessita. Daí foi crescendo até que se transformou numa micro-cervejaria (PABIS, 2016).

Após a abertura da parte industrial da micro-cervejaria a produção aumentou bastante, pois a cerveja poderia ser produzida todo o tempo, independentemente do clima, por conta do maquinário especializado: “Em meio dia de trabalho na fábrica dá pra fazer 4000 litros de cerveja em duas pessoas, o açúcar levava 3 horas para virar caramelo e depois mais 6 horas para cozinhar a cerveja”. (PABIS, 2016)



Rótulo mais recente da cerveja Krulowa de 600 ml.

A produção precisou ser encerrada em 2012 devido a diversas condições adversas, como normas de regulamentação por parte da vigilância sanitária e falta de apoio público com divulgação deste ícone da cidade com a Festa Nacional da Cerveja Caseira, a qual teve sua última edição em 2005, comenta José Luis.

Mesmo tendo sua fábrica fechada, José e Bronislava esperam algum dia retomar as atividades, tanto pelo fator econômico quanto para manter vivo esse patrimônio da cultura eslava em Irati, mas não são apenas eles que procuram manter a cerveja conhecida, mas todos os entrevistados.

Augustinho ensina para quem quiser aprender, sem restrições, Luiza está repassando o conhecimento para o filho, assim como Cecília e Danuta, que ao ser questionada sobre os motivos de continuar a produzir a cerveja, deu uma resposta simples, mas que quer dizer muita coisa: “Porque eu gosto muito de fazer a cerveja, me lembra a família, lembra o passado e isso é muito gostoso”. (DEWNOSKI, 2016)

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as entrevistas, observações de campo e análise do material coletado foi possível verificar como a produção de cerveja caseira ou fermentado de lúpulo se mantém ativa na cidade de Irati. Quem a produz, para consumo próprio ou para venda, não demonstra vontade de encerrar esta prática que vem se reelaborando com

o tempo, pois novas maneiras de fazer e ingredientes são testados e incorporados às receitas de cada um. A prática tem a ver com a identidade de muitas pessoas que aprenderam com seus familiares descendentes de poloneses e ucranianos, mas prevalece também por uma questão de gosto, de paladar. Muitas pessoas não descendentes de eslavos também produzem e consomem a bebida. As receitas e modos de fazer são transmitidos geralmente para as filhas e netas e também para aqueles que desejam aprender.

Pela pesquisa realizada é possível acreditar que a cerveja caseira, que pode ser considerada um patrimônio imaterial da região de Irati, estará presente ainda por muito tempo entre os descendentes de eslavos ou não, mesmo com a indústria de refrigerantes e da cerveja convencional crescendo cada vez mais.

FONTES ORAIS

FONSECA, Luiza Ortiz, 63 anos, vive em Irati, onde possui uma pequena barraca de vendas em frente a sua casa onde é vendida a sua cerveja. Entrevista concedida a Matheus A. Razera em 31/05/16.

GALICKI, Danuta Drenowski, 68 anos, nascida de Mallet, mudou-se para Irati na década de 70, onde vive até hoje produzindo cerveja para consumo próprio. Entrevista concedida a Matheus A. Razera em 30/03/16.

IVATIUK, Cecília do Amaral, conhecida como dona Dina, 82 anos, nascida no interior de Itapará, vive atualmente em Irati onde produz a cerveja para consumo próprio. Entrevista concedida a Matheus A. Razera em 18/03/16.

KUCHARSKI, Augustinho, 64 anos, nascido em Irati e vive na mesma casa desde então, segundo ele, “desde quando tudo era mato”. Produz a cerveja para venda. Entrevista concedida a Matheus A. Razera em 28/06/16.

PABIS, Bronislava, 86 anos, finalista em concursos de cerveja caseira e proprietária da fábrica de cerveja “Krulowa”. Entrevista concedida a Matheus A. Razera em 19/06/16.

PABIS, José Luis, 57 anos, engenheiro, filho de Bronislava e sócio da antiga fábrica. Entrevista concedida a Matheus A. Razera em 19/06/16.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CARNEIRO, Henrique. **Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas**: história e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CERVISIAFILIA. **Cerveja Caseira Krulowa**. Disponível em: <<http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2014/01/cerveja-caseira-krulowa-agricola-e.html>> acesso em 12/08/16.

DINSLAKEN, Daniel. **Cloro na água interfere na minha cerveja?** Disponível em: <<http://concerveja.com.br/cloro/>> acesso em 10/08/16.

FEHLAUER, Tarcisio Kurt. **Lúpulo brasileiro anima cervejeiros**. Disponível em: <<http://>

aquidauanamais.com.br/lupulo-brasileiro-anima-ervejeiros/> acesso em: 15/11/16.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOUAISS, Antonio. **A cerveja e seus mistérios**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986.

JOANNÈS, Francis. A função do banquete nas primeiras civilizações. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

MACHADO, Júlio Cesar. Dicas para plantar lúpulo. **Revista científica da cerveja**. Disponível em <<http://bierlabs.net/revistacientificadacerveja/dicas-para-plantar-lupulo/>> acesso em 15/11/16.

MEGA, Jéssica Francieli. A Produção de Cerveja no Brasil. **Revista CITINO** v.1. Florianópolis, 2011.

MEIRELLES, Simone. **Gengibirra, um refrigerante que é a cara do Paraná**. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/comerecurtir/gengibirra-um-refrigerante-que-e-a-cara-do-parana/>> acesso em 09/08/16.

SLOMINSKI, Silvana. **Produtoras de cerveja caseira e cotidiano dos descendentes de imigrantes eslavos na região centro sul do Paraná**. In: Cotidiano, saberes e práticas tradicionais. Jundiaí: Paco Editorial, 2005.

Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>> acesso em 14/05/16.

CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

José Daniel Soler Garves

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Instituto de Biociências de Botucatu (IBB)
Botucatu – SP

Andreza Santos Flores

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS), Dep. de Biologia e Zootecnia (DBZ)
Ilha Solteira – SP

Cibele Diogo Pagliarini

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS), Dep. de Biologia e Zootecnia (DBZ)
Ilha Solteira – SP

Ângela Coletto Morales Escolano

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS), Dep. de Biologia e Zootecnia (DBZ)
Ilha Solteira – SP

***Nota:** O presente trabalho foi apresentado e consta nos anais do “I Seminário PIBID/Sudeste e III Encontro Estadual do PIBID/ES”, promovidos pelo Centro Universitário São Camilo/ES, realizados em Aracruz/ES, no período de 22, 23 e 24 de outubro de 2015.

RESUMO: A água doce pode ser um recurso escasso em nosso planeta. Sendo ela um

recurso vital para a vida e servindo como importante recurso para o desenvolvimento dos países, torna-se essencial a discussão sobre esse tema com a nova geração, sendo na escola o melhor lugar para retratar essa complexidade, formando indivíduos ativamente críticos. Assim, o objetivo deste trabalho foi discutir a importância do uso consciente da água, os motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água. Alertando assim os alunos de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental Ciclo II de Ilha Solteira/SP, sobre a crise hídrica que acomete a região sudeste do Brasil. Participaram do trabalho cerca de 420 alunos dos sextos, sétimos, oitavos e nonos anos, sendo realizadas, além de uma aula teórica, atividades práticas como confecção de cartazes, *slogans* e paródias. Ao final do projeto, foi evidenciado que conteúdos trabalhados de forma dinâmica, em grupos e envolvendo o cotidiano dos alunos, torna a aprendizagem mais eficiente e significativa, gerando questionamentos positivos e que podem formar indivíduos mais críticos perante a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: crise hídrica; sensibilização; consumo consciente.

ABSTRACT: Freshwater can be a scarce resource on our planet. Being a vital resource

for life and serving as an important resource for the development of countries, it has become essential to discuss this issue with the new generation, being at school the best place to portray this complexity, forming individuals who are actively critical. Thus, the objective of this work was to discuss the importance of the conscious use of water, the reasons for this scarcity, the consequences of inadequate use and the need to reduce water consumption. Therefore, the students of Elementary State Public school Partner of PIBID/CAPES/UNESP at Ilha Solteira/SP, were alerted on the water crisis that affects the southeastern region of Brazil. Some 420 students from the sixth, seventh, eighth and ninth years participated in this study. In addition to a theoretical class, practical activities such as the making of posters, slogans and parodies were developed. At the end of the project, it were evidenced that content worked dynamically, in groups and involving students' daily lives, makes learning more efficient and meaningful, generating positive questions and that can form more critical individuals before society.

KEYWORDS: water crisis; sensibilization; conscious consumption.

1 | INTRODUÇÃO

Cientistas e ambientalistas alertam há décadas que a água doce pode ser um recurso escasso em nosso planeta (MARENGO *et al.*, 2015).

As preocupações com as condições ambientais alcançam segmentos da esfera social, política e econômica, no momento em que os problemas ambientais exigem reflexões sobre a utilização dos recursos da natureza em todos os países, industrializados e em desenvolvimento. Não é mais segredo que os recursos hídricos do planeta estão se esgotando gradativamente e que, além da poluição dos rios e dos mananciais, o consumo irresponsável e sem fundamentação sustentável no desenvolvimento econômico é um fator relevante na redução da água (DETONI; DONDONI; PADILHA, 2011).

Detoni, Dondoni e Padilha (2011), ainda destacam que a água é vital para a vida e a saúde dos ecossistemas, sendo um requisito básico para o desenvolvimento dos países, entretanto, boa parte da população mundial não tem acesso seguro e adequado à água para atender suas necessidades básicas.

No entanto, a demanda por água no mundo é cada vez maior, crescendo em velocidade duas vezes maior que o crescimento populacional global (USCB, 2012; UNESCO, 2015). Contudo, a escassez de água tem levado as pessoas a estabelecerem novas formas de pensar e agir com consciência ambiental, assim como as empresas e órgãos públicos a promover ações de conservação e uso racional da água (STEFANELLI; OLIVEIRA, 2009).

Desta forma, torna-se essencial a discussão de temas tão importantes com a nova geração, sendo na escola o melhor lugar para retratar a complexidade ser humano-natureza e formar indivíduos ativamente críticos, prontos a enfrentar os problemas ambientais e uma possível falta dos recursos naturais disponíveis, dentre eles a água (BACCI; PATACA, 2008).

Baixos índices pluviométricos, crescimento da demanda de água, ausência

de planejamento adequado para o gerenciamento do recurso hídrico e ausência de consciência coletiva dos consumidores brasileiros para o uso racional da água, foram os fatores que resultaram na chamada “crise hídrica” no sudeste de São Paulo, em 2014/2015 (MARENGO, *et al.*, 2015).

Como consequências dessa crise, observou-se redução do abastecimento de água à população, rodízios de fornecimento e até impactos socioeconômicos vinculados ao turismo e lazer dependentes do recurso hídrico (MARENGO, *et al.*, 2015). Ainda, em Ilha Solteira/SP, a redução do nível do rio Paraná que abastece o reservatório da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira foi responsável pela redução da geração de energia elétrica, acarretando em mais um efeito direto.

Deste modo, o presente trabalho foi realizado com o objetivo de discutir a importância do uso consciente da água, os principais motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água, alertando os alunos do Ensino Fundamental Ciclo II sobre a crise hídrica que acomete a região do estado de São Paulo.

2 | METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental Ciclo II, parceira do PIBID/CAPES/UNESP de Ciências Biológicas, localizada no município de Ilha Solteira/SP. Participaram do projeto cinco turmas de sexto ano, três turmas de sétimo ano, quatro turmas de oitavo ano e quatro turmas de nono ano (cerca de 420 alunos).

Para atingir o objetivo proposto, foram realizados dois encontros de 1 hora e 40 minutos para cada turma, sendo propostas as seguintes atividades:

2.1 Primeiro encontro: inicialmente, uma aula teórica foi ministrada sobre os temas: “Distribuição de água no Planeta”; “Uso consciente da água”; “Escassez e a necessidade de redução do seu consumo”; e “Dicas de economia”. De acordo com os questionamentos levantados e a interação entre os alunos durante a aula, seriam elaboradas pelos bolsistas PIBID/CAPES/UNESP, atividades para que os alunos participassem ativamente do projeto, sendo estas, implantadas no próximo encontro.

2.2 Segundo encontro: a partir do conhecimento extra adquirido da aula do primeiro encontro, do conhecimento prévio de cada aluno e com o auxílio do professor responsável pela turma e dos bolsistas PIBID/CAPES/UNESP, foi solicitado aos alunos de cada ano as seguintes atividades:

2.2.1 Sexto e sétimo ano: confecção de cartazes em grupos com o tema “Atitudes para a economia de água no uso doméstico”, contendo imagens, recortes de revista, desenhos, esquemas e frases.

2.2.1. Oitavo ano: criação de *slogans* em duplas, referentes à “Economia de água”. A frase de efeito tinha como requisito ser de fácil memorização, com a finalidade de chamar a atenção dos leitores sobre o tema.

2.2.3 Nono ano: elaboração de paródias em duplas, com o tema “Consumo adequado da água”.

Após o término do projeto, os alunos que se interessaram tiveram a oportunidade de expor seus trabalhos na “Feira do Verde”, evento anual que ocorre na escola parceira e que sempre atrai alunos e professores de todas as escolas do município de Ilha Solteira/SP, bem como os pais dos alunos da escola.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Primeiro encontro: inicialmente, muitos alunos ainda não tinham conhecimento sobre a crise hídrica que a região sudeste do Brasil estava passando. Ao longo da aula, foi possível observar a contextualização realizada pelos alunos entre os conteúdos abordados e os possíveis motivos da crise hídrica estar ocorrendo, sendo então realizada, ao final das discussões, a elaboração das atividades do próximo encontro.

3.2 Segundo encontro:

3.2.1 Sexto e sétimo ano: a confecção de cartazes, por ser realizada em grupos, foi uma atividade tranquila e interativa. Os alunos idealizaram principalmente campanhas para se economizar água, como por exemplo: aproveitar a água da máquina de lavar roupa; utilizar balde ao invés da mangueira para lavar o quintal; não lavar a calçada, entre outras. Ainda, alguns grupos de alunos fizeram associações entre economizar energia elétrica e o consumo inadequado de água, sugerindo a diminuição do tempo no banho.

3.2.2 Oitavo ano: de modo geral, a criação de *slogans* foi uma atividade que testou a criatividade dos alunos. A maioria escreveu frases em relação ao seu uso inadequado, citando que sabendo utilizar, a água não irá faltar. Foram evidenciadas frases como:

“Economize água, pois o sol nasceu para todos mas a água não!”

“A água nos pertence por isso seja consciente ... economize!”

“Preserve o bem mais precioso da humanidade cada gota conta.”

“Economizar água é esbanjar Inteligência!”

3.2.3 Nono ano: para chamar a atenção dos colegas de turma, a maioria dos grupos escolheram músicas conhecidas e que faziam parte de suas preferências musicais. Após a criação das paródias, os grupos foram incentivados pelos

bolsistas PIBID/CAPES/UNESP a apresentarem suas criações, cantando-as para a turma, porém, apenas dois grupos se sentiram a vontade para a apresentação. Algumas paródias estão descritas a seguir:

***Paródia da música “Lepo Lepo”, de Psirico:**

*“Eu não tenho água, não tomo banho,
Agora vou ter que economizar,
O que?
Água, água, água, água, água, água, água,
não tenho água... (BIS)
Ah eu já não tenho o que beber,
A cantareira está sem água nós está tudo ferrado!
Agora vou ter que economizar,
Será que ela um dia ela irá voltar?
Agora vou saber a verdade:
Será que o mundo irá economizar?”*

***Paródia da música “Pare!”, de Zezé de Camargo e Luciano:**

*“Pare! Até quando você vai gastar toda água do mundo?
Pare! Sua atitude está agredindo o Planeta!
Esta seca está matando a gente...
Reduzindo a nossa nação,
Então pare!
E dê sua contribuição.
O consumo adequado é a medida,
Para sair desta situação.
Então pare!
E pense na próxima geração.”*

***Paródia da música “Livre Estou”, do filme Frozen:**

*“A água do mundo acabando no chão,
O consumo só aumenta até a reserva já secou,
Ninguém tem consciência, ninguém economiza,
As pessoas não se importam com a água que dá nossa vida.
Mas e aí? E se não chover?
Qual vai ser a água que vai ter pra beber?”*

E como a gente vai sobreviver?

Sem a água do mar.

Tá calor, tá calor,

Gente querendo se refrescar.

Tá calor, tá calor,

Mas desperdiçar não dá.

Consciência, vamos cuidar!

Se hoje tem de sobra,

Eu sei que amanhã vai faltar!"

Ressalta-se que todas as atividades descritas acima foram transcritas preservando seu caráter natural de escrita.

Cabe aqui salientar que um dos principais resultados alcançados neste projeto foi a participação dos alunos com as atividades, demonstrando interesse e questionando sobre as consequências da escassez de água. Discute-se aqui o uso de atividades diferenciadas e integradas com a realidade do aluno, buscando uma participação mais efetiva e, por consequência, uma aprendizagem significativa.

Para conservação dos recursos naturais, a questão mais desafiadora é criar condições para que as iniciativas educacionais sejam estratégicas, levando os cidadãos a agirem em direção às metas de sustentabilidade (JACOBI et al., 2011).

A participação dos alunos nas atividades foi consciente, ativa, entendendo a intenção do projeto e, em alguns casos, até surpreendendo os professores. Os alunos que geralmente costumavam ficar inquietos e dispersos durante as aulas regulares, foram os que mais se empenharam durante as atividades práticas, demonstrando seu potencial e criatividade.



Figura 1: Primeiro encontro: aula teórica.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Figura 2: Segundo encontro: confecção de cartazes pelo sexto e sétimo ano.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Figura 3: Segundo encontro: criação de slogans pelo oitavo ano.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Figura 4: Segundo encontro: elaboração de paródias pelo nono ano.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o início do trabalho, a maioria dos alunos ainda não tinham conhecimento sobre a crise hídrica da região sudeste do Brasil, o que tornou a participação mais efetiva. Conteúdos trabalhados de forma dinâmica, em grupos e envolvendo o cotidiano dos alunos, a aprendizagem se torna mais eficiente e significativa, gerando questionamentos positivos e que podem tornar o indivíduo mais crítico perante a sociedade.

5 | AGRADECIMENTOS

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UNESP), pelo apoio financeiro. Também, a escola parceira, seus professores e funcionários pela colaboração no desenvolvimento de nossos projetos, contribuindo não só para a formação de seus alunos, mas também para nossa formação na iniciação à docência.

REFERÊNCIAS

BACCI, Denise de La Corte; PATACA, Ermelinda Moutinho. Educação para a água. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 211-226, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 jul. 2015.

DETONI, T. L.; DONDONI, P. C.; PADILHA, E. A. A escassez da água: um olhar global sobre a sustentabilidade e a consciência acadêmica. **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. A energia que move a produção: um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade. Foz do Iguaçu – PR, 2011. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2007_TR650479_9043.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2015.

JACOBI, P. R.; GUERRA, A. F. S.; SULAIMAN, S. N.; NEPOMUCENO, T. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 135-148, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2015.

MARENGO, J. A.; NOBRE, C. A.; SELUCHI, M. E.; CUARTAS, A.; ALVES, L. M.; MENDIONDO, E. M. OBREGÓN, G.; SAMPAIO, G. A seca e a crise hídrica de 2014-2015 em São Paulo. **Revista USP**, São Paulo, n. 106, p. 31-44. Julho/agosto/setembro, 2015.

OLIVEIRA, M.A. e STEFANELLI, A. **Estudo sobre o uso racional de água no campus da UNIFEB: “Estudo de caso do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – SP**. Monografia (graduação) - Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos, Barretos, 2009”. Disponível em: <http://www.feb.br/index.php/monitoria-prograd/doc_download/738-mariliaalessandrapdf>. Acesso em: 16 jul. 2015.

SOUZA, J. A. R.; MOREIRA, D. A.; CONDÉ, N. M.; CARVALHO, W. B. de.; CARVALHO, C. V. M. e. Análise das condições de potabilidade das águas de surgências em Ubá, MG. **Revista Ambiente & Água**, Taubaté, v. 10, n. 3, p. 614-622, set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-993X2015000300614&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2015.

UNESCO. **World Water Development Report: Water for a sustainable world (WWDR 2015)**. Paris,

2015. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002318/231823E.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2015.

USCB (United States Census Bureau). 2012. **International Programs. World Population.**

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)

Auristela Duarte Moser

Professora do Programa de Pós graduação em Tecnologia em Saúde. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. Paraná.

Fernanda Cury Martins Teigão

Mestranda do Programa de Pós graduação em Tecnologia em Saúde. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. Paraná.

Kethelyn Contente Alves

Fisioterapeuta. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. Paraná.

RESUMO: **Introdução.** O aumento da expectativa de vida no país decorrente do envelhecimento trouxe também uma preocupação com a redução progressiva da capacidade funcional em idosos institucionalizados demandando novas abordagens avaliativas. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), contempla aspectos físicos, sociais e ambientais e propõe uma codificação por meio de categorias que se traduz em uma linguagem universal para comparação de dados entre países e serviços de saúde. **Objetivos.** Construir um instrumento multidisciplinar de avaliação da funcionalidade em idosos institucionalizados baseado na CIF e validá-lo com especialistas da área. **Método.** Em uma Instituição de Longa Permanência Para

Idosos (ILPI) dados das fichas de avaliação dos serviços de Assistência Social, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Terapia Ocupacional foram correlacionados às categorias da CIF e composto um instrumento de avaliação a ser validado com os especialistas. **Resultados e Discussão.** Na maioria dos itens avaliados houve concordância entre o código na CIF e a perspectiva de avaliação do profissional. Foi verificado que o mesmo item pode ser avaliado em diferentes perspectivas. Divergências foram encontradas, porém, após a validação com o profissional, foi possível adequar o código ou confirmar o que a CIF não contempla. **Considerações Finais.** O instrumento desenvolvido contribuiu tanto na uniformização dos conteúdos empregados nas avaliações dos profissionais, quanto na facilidade de monitorar o idoso institucionalizado ao longo da vida gerenciando os dados em um único instrumento, traçando ações preventivas e minimizando ou eliminando possíveis agravos à saúde advindos do envelhecimento, conforme o modelo multidirecional da CIF. **PALAVRAS-CHAVE:** Modalidade de Fisioterapia, Comunicação multidisciplinar, CIF, Tecnologias em saúde.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil a população idosa ultrapassa 21 milhões de pessoas, que representam 11,5% da população total, conforme dados do Censo 2010 (PORTAL BRASIL, 2014), esses valores tendem a mais que triplicar, chegando a 49% de idosos na população em 2050. Por isso é de grande relevância analisar quais são as suas consequências para a sociedade e para a saúde das pessoas idosas (VERAS, 2012).

Assim, também se faz necessário a criação de políticas de saúde visando prevenção, promoção, tratamento completo das comorbidades, bem como adotar medidas avaliativas do ponto de vista não somente da doença, mas também da dimensão de funcionalidade relacionada às barreiras que são encontradas no dia a dia pela população idosa (BRASIL, 2011).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003), a saúde está associada com fatores ambientais, pessoais e culturais. Em alinhamento com esta definição surgiu a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), aprovada pela OMS em 2001 e propõe uma codificação por meio de categorias que se traduz em uma linguagem universal para comparação de dados entre diversos países e serviços de saúde (OMS, 2015). Ela contempla uma comunicação interdisciplinar por meio do mapeamento da posição do indivíduo em diversos contextos de sua vida descrevendo os aspectos físicos, sociais e ambientais.

O estado funcional, envolve a capacidade física, mental e social, abrangendo o idoso como um todo, e para isso é necessário um olhar multidisciplinar adequado para operacionalizar a atenção à saúde dos idosos (APÓSTULO, 2012).

A incapacidade funcional também é mais prevalente em idosos institucionalizados, pois, desde a admissão nos lares o idoso, que necessita de um cuidado regular, já é propenso a uma dependência maior. Somado a isto, dentro do lar, eles recebem ajuda dos cuidadores para realizar suas AVDs, assim eles não são estimulados a superar suas dificuldades e acabam aumentando seu nível de dependência (PAGOTTO et al., 2016).

Os instrumentos de avaliação da capacidade funcional utilizados nas instituições para idosos contemplam itens específicos para cada condição de saúde e são utilizados de modo independente, sem que ocorra um compartilhamento de informações para estabelecimento de objetivos e estratégias conjuntas de assistência, o que poderá ser favorecido pela criação de um instrumento de avaliação multidisciplinar contemplando todos os aspectos relacionados ao idoso, saindo do modelo linear de saúde e aderindo ao modelo multidirecional proposto pela CIF.

Este modelo de instrumento multidirecional com a utilização da CIF, abordado no presente estudo, pode contribuir para melhorar a avaliação funcional dos domínios físico, social e ambiental, bem como, facilitar a comunicação e conhecimento geral clínico entre os profissionais da equipe multidisciplinar sobre os pacientes institucionalizados.

Com base no exposto o estudo objetivou construir um instrumento multidisciplinar

de avaliação da funcionalidade de idosos institucionalizados baseado na CIF e realizar a validação do mesmo por especialistas da área.

2 | METODOLOGIA

O presente estudo foi submetido e aprovado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná nº do protocolo nº 852.833. O grupo de pesquisa se reuniu para realizar busca na literatura, nestas foram identificados itens relevantes para avaliação dos idosos institucionalizados. Também foram analisadas as fichas de avaliação que já eram utilizadas na instituição Lar dos Idosos Recanto do Tarumã, pelas diversas áreas de atuação existentes na instituição, como: Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição, Serviço Social. Após isto, foram correlacionados os itens que são abordados nessas avaliações, com as categorias da CIF por meio de consenso de especialistas pesquisadores membros do grupo de pesquisa da orientadora.

A partir das categorias selecionadas e consensuadas, realizou-se a construção do instrumento multidisciplinar com base na CIF no qual foram inseridas as categorias da CIF referentes a cada tópico contido nas avaliações de cada profissional da equipe de saúde. Em seguida foram formuladas perguntas referentes à pertinência das categorias escolhidas, para cada tópico que constitui o instrumento de avaliação do presente estudo.

Foi realizada uma sensibilização com a equipe multidisciplinar na instituição de pesquisa, nesta os membros do grupo de pesquisa apresentaram o projeto e apresentaram a CIF. O conteúdo da sensibilização constou de:

- Conceito CIF e seu significado para o cuidado em saúde.
- Estrutura e componentes da CIF.
- Categorias da CIF e sua forma de classificação.
- Fontes de classificação para a CIF (instrumentos de avaliação e protocolos)

Após isto, um novo consenso foi buscado através da validação das categorias a partir das perspectivas dos profissionais que atuam na instituição.

A validação do instrumento foi realizada com cada profissional avaliando as categorias da CIF selecionadas pelo grupo de pesquisa e sua descrição.

3 | RESULTADOS

Na primeira fase do estudo os encontros foram para realizar a revisão de literatura e o estudo sobre a CIF. Através desta revisão, segundo Trindade et. al (2013), Cruz et.al (2011), Nakagawa et.al (2017) Tan et.al (2017) e Cleary e Skornyakov (2017) os seguintes instrumentos, utilizados por profissionais da área da saúde, são

bastante relevantes na avaliação do estado de saúde e das capacidades de idosos institucionalizados, sendo eles: Berg Balance Scale, Timed Up and Go (TUG), Tinetti, Índice de Barthel, Mini-Exame do Estado Mental (MEEM), Escala de Katz, Escala de Lawton e Brody, Escala Geriátrica de Depressão de Yasevage.

A partir desses instrumentos e das fichas de avaliação dos profissionais de saúde do local do estudo, foram selecionadas categorias da CIF para os itens que contemplam esses instrumentos.

Apesar disso, encontrou-se dificuldade na seleção de categorias em algumas áreas de atuação, principalmente enfermagem e nutrição, devido a perspectiva de avaliação de cada área.

Para a realização desta atividade de ligação dos itens dos instrumentos com a CIF, foram realizados encontros semanais, que contribuiriam para enriquecer o conhecimento sobre CIF e sanar as possíveis dúvidas geradas durante a utilização da mesma, compreender a descrição das categorias e a estrutura da CIF, ao selecionar as categorias.

Após a ligação dos itens, foi utilizado um período da pesquisa para realizar um consenso dos itens em que o grupo apresentou dúvidas durante a seleção das categorias em cada uma das fichas e instrumentos de avaliações, com a professora orientadora.

Isto feito, marcamos uma reunião na própria instituição com os profissionais de cada área de atuação, para que os membros do grupo de pesquisa realizassem uma sensibilização referente ao tema da pesquisa e apresentação do projeto do presente estudo.

Foram realizados encontros na instituição para validações dos instrumentos e fichas de avaliações com cada profissional da instituição e sua respectiva ficha. O grupo de pesquisa se reuniu com um profissional de cada área de atuação e apresentou todas as perguntas e sua categoria, bem como a descrição de cada categoria (ANEXO 1) qual foi realizado a leitura para os profissionais e estes avaliaram se a descrição da categoria selecionada condiz com a perspectiva de avaliação que eles utilizam.

Encontrou-se divergências em algumas categorias selecionadas em relação à perspectiva de avaliação dos profissionais, principalmente na ficha de avaliação da Enfermagem, onde o grupo de pesquisa selecionou categorias da CIF do capítulo de Funções do Corpo (b2700 Sensibilidade à temperatura; b810 Funções protetoras da pele; b435 Funções do Sistema imunológico; b830 Outras Funções da pele; b5250 Eliminação de Fezes; b5252 Frequência de defecação; b6200 Micção), e a avaliação do profissional é feita em relação ao aspecto e neste caso a categoria selecionada deveria ser no capítulo de Estruturas do Corpo. Outras divergências que ocorreram, foram em relação a algumas questões em que as categorias selecionadas eram do capítulo de Funções do Corpo para determinar faixas de emoções (b1522 Faixa de emoções), mas o profissional avaliou que seria uma perspectiva de Fatores Pessoais sendo que este item não está ainda contemplado na CIF. E houve divergência em

uma categoria do capítulo de Atividade e Participação (d330 Fala) que não contempla a pergunta sobre comunicação verbal prejudicada. Evidenciadas na tabela I:

Item avaliado	Categoria CIF	Divergência
Temperatura	<i>b2700 Sensibilidade à temperatura</i>	Não condiz com a perspectiva do profissional, que interpretou a categoria do ponto de vista avaliativo, (aferir a temperatura corporal).
Pele; Alteração; Lesões; Úlceras; Risco de integridade da pele prejudicada; Integridade tissular prejudicada; Risco de lesão	b810 Funções protetoras da pele;	Não condiz com a perspectiva do profissional, a qual é realizada em relação ao aspecto e processo de cicatrização, denotando então que a categoria selecionada seja de <i>Estruturas do Corpo</i> .
Turgor cutâneo	<i>b830 Outras Funções da pele</i>	Não condiz com a avaliação da profissional, a avaliação é relacionada ao aspecto muscular.
Sonda vesical; Cistostomia; Ostomia	<i>b6200 Micção</i>	O profissional avalia este item referente ao uso dos acessórios ou realização de procedimento.
Risco de solidão; Risco de baixa auto-estima situacional; Ansiedade; Ansiedade relacionada a morte; Risco de sentimento de impotência; Tristeza crônica; Risco de sofrimento espiritual	b1522 Faixa de emoções	A avaliação é realizada sob a perspectiva de <i>Fatores Pessoais</i> item ainda não contemplado na CIF.
Comunicação verbal prejudicada	<i>d330 Fala</i>	O item avaliado não contempla a comunicação verbal prejudicada.

Tabela I - Enfermagem

Na ficha de avaliação da Nutrição, as divergências encontradas foram em relação também à perspectiva de avaliação do profissional, onde a categoria selecionada era do capítulo de Atividades e Participação d5701 (Controle da dieta e forma física), mas, o profissional avaliava especificamente a consistência da dieta relacionada a um problema de saúde e1100 (Alimentos).

Foram selecionadas, pelo profissional, categorias mais específicas em algumas perguntas que inicialmente o grupo de pesquisa optou por classificá-las em uma categoria mais abrangente, por exemplo, para a categoria geral b515 (Funções digestivas), o profissional optou pela categoria b5252 (Frequência de defecação); e no caso da b5403 (Metabolismo das gorduras), optou pela categoria b530 (Funções de manutenção do peso). Houve divergências ainda entre categorias de Funções do Corpo b5403 (Metabolismo das gorduras), que na perspectiva do profissional foi

interpretada como manutenção do peso (b530) Funções de manutenção do peso).

Houveram também questões em que o grupo selecionou categorias do capítulo de Atividades e Participação como d450 (Andar) pensando em funcionalidade, mas que o profissional avalia com uma perspectiva de categorias do componente de Fatores Ambientais (e1151), pois utilizar produtos que facilitam a mobilidade, por exemplo: cadeira de rodas pode interferir na manutenção do peso do paciente quando avalia-se gasto de energia. De acordo com a tabela II:

Item avaliado	Categoria CIF	Divergência
Segue alguma dieta especial	<i>d5701 Controle da dieta e forma física</i>	O profissional avalia se o paciente tem algum estado de doença que interfere na consistência e necessidade de uma dieta especial. Sugere utilizar a categoria <i>e1100 Alimentos</i> .
Função Intestinal	<i>b515 Funções digestivas</i>	O profissional avalia a frequência de evacuações, se pode ser considerada normal. Sugere utilizar a categoria <i>b5252 Frequência de defecação</i> .
Diminuição do tecido adiposo subcutâneo	<i>b5403 Metabolismo das gorduras</i>	Sugerida a utilização da categoria mais abrangente <i>b530, Funções de manutenção do peso</i>
Mobilidade	<i>d 450 Andar</i>	O profissional não avalia a funcionalidade, mas sim se o paciente necessita utilizar acessórios que facilitam a mobilidade. Sugeriu a categoria <i>e1151</i>

Tabela II - Nutrição

Na ficha de avaliação do Serviço Social (tabela III), ocorreram poucas divergências, também em relação a algumas questões em que as categorias selecionadas eram do capítulo de Funções do Corpo b1522 (Faixa de emoções), para determinar aceitação do idoso quanto à institucionalização, mas o profissional avaliou que seria uma perspectiva de Fatores Pessoais, sendo que este item não está ainda contemplado na CIF.

Item avaliado	Categoria CIF	Divergência
Aceitação do idoso quanto ao abrigo.	<i>b1522 Faixa de emoções</i>	A avaliação é realizada sob a perspectiva de <i>Fatores Pessoais</i> item ainda não contemplado na CIF.

Tabela III - Serviço Social

Na ficha de avaliação da Fisioterapia, não ocorreram divergências.

Na ficha da Terapia Ocupacional (Tabela IV), houve divergências em relação a escolha de categorias do capítulo de Atividades e Participação, sendo que para a d7209, (Interações interpessoais complexas), o profissional avaliou a maneira como o idoso se mantém no espaço social, escolhendo d7204 (Manter o espaço social). Para o item Edema foram selecionadas as categorias de Funções do Corpo b4152 (Funções das veias) e b4352 (Funções dos vasos linfáticos), e apenas a categoria b4352 (Funções dos vasos linfáticos), obteve consenso com o profissional. Já para o item Rigidez foram selecionadas as categorias b7800, (Sensações de rigidez muscular); b7101 (Mobilidades de várias articulações) e b7202 (Mobilidade dos ossos do carpo), sendo que apenas as categorias b7800 Sensações de rigidez e b7101 Mobilidade de várias articulações) foram consensuadas pela mesma.

No que se refere aos Fatores Ambientais (e1251) Produtos e tecnologia de assistência para comunicação) encontrou-se divergência nos itens Aparelho de audição; Implante coclear; Prancha de comunicação alternativa (visual); Lentes para aumento; Bengalas e Óculos, pois a profissional avalia a partir da perspectiva de uso na vida diária e escolheu e115 (Produtos e tecnologia de assistência para uso pessoal na vida diária). Evidenciados na tabela IV:

Item avaliado	Categoria CIF	Divergência
Interação Social	<i>d720 Interações interpessoais complexas</i>	A avaliação é realizada sob a perspectiva de <i>Fatores Pessoais</i> item ainda não contemplado na CIF.
Edema	<i>b4152 Funções das veias; b4352 Funções dos vasos linfáticos</i>	<i>Apenas a categoria b4352 Funções dos vasos linfáticos</i> foi consensuada pelo profissional na avaliação deste item.
Rigidez	<i>b7800 Sensações de rigidez muscular; b7101 Mobilidades de várias articulações, b7202 Mobilidade dos ossos do carpo;</i>	Apenas as categorias <i>b7800 Sensações de rigidez; b7101 Mobilidade de várias articulações</i> foram consensuadas pelo profissional na avaliação deste item.
Aparelho de audição; implante coclear; prancha de comunicação alternativa (visual); lentes para aumento; óculos.	<i>e1251 Produtos e tecnologia de assistência para comunicação</i>	A profissional avalia este item a partir da perspectiva de uso na vida diária. Sugere a categoria <i>e115 Produtos e tecnologia de assistência para uso pessoal na vida diária, sendo esta mais abrangente, porém, relacionada ao item principal.</i>

4 | DISCUSSÃO

A CIF representa um modelo consensual e vem sendo cada vez mais utilizada em diferentes áreas de estudo (RUARO et al., 2012; CERNIAUSKAITE et al., 2011), e utiliza uma abordagem biopsicossocial, que oferece uma visão coerente das diferentes perspectivas de saúde: biológica, individual e social (SCHARAN et al, 2017) pois integra o indivíduo como um todo, desde questões sociais até o ambiente em que vivem (STUCKI, 2016; SANTOS et al, 2013).

A prática de ligação da CIF a instrumentos clínicos vem sendo realizada (PHILBOIS et al., 2016; FRÉZ et al., 2014; NICOL et al., 2016.), através das regras de ligação pré-estabelecidas na literatura (CIEZA et. al, 2016), e também, pode ser realizada por meio de consenso entre especialistas com domínio da CIF (PHILBOIS et al., 2016) essa validação vem sendo efetuada empiricamente para diferentes condições e situações de saúde e sob óptica de diferentes categorias de profissionais (LEMBERG et al, 2010).

A maioria das instituições formula uma ficha de avaliação seguindo seus conhecimentos adquiridos e baseando-se na literatura de acordo com perfil da área trabalhada, com testes e medidas avaliativas que fornecem dados para estabelecer objetivos, a fim de se alcançar os resultados almejados, tornando o tratamento válido e confiável (LIN et. al, 2015). Porém, mesmo com avaliações ancoradas na literatura e com padrões de qualidade respaldados por evidências científicas, o compartilhamento de informações de funcionalidade acaba sendo feito em reuniões, a partir dos relatos de cada profissional, sem que se obtenha um modelo discutido e consensuado de registro com linguagem comum.

De acordo com a Tabela I da área de atuação de Enfermagem, foi possível observar, através da validação das ligações, divergências entre a descrição dos códigos na CIF e a perspectiva de avaliação do profissional em alguns itens, como temperatura, alterações da pele, eliminações fisiológicas entre outros. Este instrumento foi o que propiciou interpretações com maior número de divergências.

Por meio de uma revisão sistemática de literatura, enfermeiros portugueses identificaram, em 17 artigos localizados, categorias da CIF relacionadas aos idosos com mais de 65 anos (PEREIRA et al, 2011). A identificação destas categorias serviu de base para construção de um instrumento baseado na CIF com o objetivo de caracterizar a funcionalidade da população idosa no contexto de Portugal (LOPES et al, 2013). Na estratificação dos códigos das categorias encontrados com base na sua descrição em mais de 30 % dos itens de análise, identificaram-se 79 códigos de categorias da funcionalidade segundo a CIF. Destes códigos em consonância com os achados do presente estudo, os componentes Funções do corpo, seguido de

Atividades e participação, foram os mais ligados aos tópicos de avaliação em todas as áreas, revelando o potencial de gerar indicadores de funcionalidade dos mesmos. Já o componente Estruturas do corpo, talvez por depender de imagens ou dados colhidos por inspeção não foi alvo de ligação aos conteúdos das avaliações. Estes achados corroboram também com estudos de Pereira et. al, 2011.

A Tabela II traz resultados referentes às divergências encontradas na área da Nutrição, sendo que os códigos da CIF sugeridos pelas pesquisadoras não foi o mais específico para o qual o profissional estava se dirigindo, por exemplo, o item avaliado na ficha de avaliação era “função intestinal” e as pesquisadoras sugeriram o código b515 que refere-se a funções digestivas que em sua descrição e significado na CIF referem-se a “funções de transporte de alimento através do trato gastrointestinal, decomposição do alimento e absorção de nutrientes, incluindo, funções de transporte do alimento através do estômago, peristaltismo; decomposição do alimento, produção de enzimas e suas ações no estômago e intestinos; absorção de nutrientes e tolerância aos alimentos”, entre outros.

No item acima, o profissional tem a intenção de saber a frequência de evacuações do paciente para ser considerado normal ou não. Após o contato e validação com o profissional foi possível sugerir o código que mais se relaciona com a intenção do profissional nesta questão, ou seja, a categoria b5252 que se refere a frequência de defecação. Nos demais itens da avaliação, o significado da CIF foi de encontro com a intenção do profissional. Há poucas pesquisas na área da Nutrição correlacionadas com a CIF, para embasar os resultados encontrados.

Na Tabela III, área de atuação do Serviço Social, houve divergência apenas no item referente à aceitação do idoso quanto a institucionalização, o que pode ser justificado por SELB et. al (2014) que explica que a CIF é um documento longo (mais de 1400 categorias), e sua plena implementação em contextos específicos nem sempre será possível, pois ela ainda não abrange aspectos pessoais (SELB et al., 2014).

Evidenciada através da Tabela IV, estão as divergências encontradas na área de atuação da Terapia Ocupacional. Como ocorrido com os itens avaliados na ficha de enfermagem, com o contato e validação diretamente com o profissional foi possível encontrar o item específico ao qual o profissional se referia na questão e corrigido posteriormente.

Já para área de atuação da Fisioterapia, não houve divergência em nenhum item, isto pode ser justificado pelo fato do grupo do presente estudo ser constituído por fisioterapeutas e também haver maior número de pesquisas nesta área que correlacionam a CIF, facilitando assim, a ligação dos itens do instrumento sob a perspectiva de avaliação do profissional.

No conjunto de categorias encontrado nesse estudo foi possível perceber que o componente de Funções do Corpo representado pela letra “b”, foi o que obteve maior número de correlações positivas com itens dos instrumentos, provavelmente pela questão funcional, pois tal avaliação busca a identificação da capacidade funcional da

pessoa idosa e no seu desempenho das atividades cotidianas, trata-se da habilidade de realizar atividades diárias em um padrão de normalidade, tendo como objetivo detectar situações de riscos, identificar áreas de disfunção/necessidade, monitorar o declínio funcional do idoso (SCHARAN et al, 2017; RIGO et al, 2010).

Houveram, também, correlações com os outros componentes, que são: Estruturas do Corpo representado pela letra “s”, Atividade e Participação representado pela letra “d” e Fatores Ambientais representado pela letra “e”.

Freire e Tavares (2004) apontam que o idoso institucionalizado constitui, quase sempre, um grupo privado de seus projetos, pois se encontra afastado da família, da casa, dos amigos, das relações nas quais sua história de vida foi construída. Além disso, estes idosos apresentam características significativas como o aumento do sedentarismo, perda da autonomia, ausência de familiares, que entre outros, contribuem para o aumento de prevalências das morbidades e co-morbidades relacionadas à autonomia (ARAUJO et. al, 2015). Neste contexto, a qualidade de vida e atividade física são estratégias de promoção da saúde para os idosos, tornando-se evidente a necessidade de orientar os idosos institucionalizados a praticar atividades funcionais na busca de qualidade e motivação nas suas vidas (MONTENEGRO e SILVA, 2007; TEIXEIRA, PEREIRA e ROSSI, 2007)

A importância do uso da CIF é gerar uma rede sistematizada, num único idioma, para ter uma visão mais ampla dos domínios que podem estar associados a condição de saúde ou doença e prevenir ou reduzir recorrências (OMS, 2015). Portanto, a importância do uso da classificação nos mais diferentes contextos é reforçada, especialmente com abordagens multidimensionais focando além dos sintomas físicos e seus tratamentos (RIGO et al, 2010; PEREIRA et al, 2011; SANTOS et al, 2013).

A classificação da capacidade funcional é muito importante para o cuidado às pessoas idosas diante da heterogeneidade do processo de envelhecimento e das influências de diversos fatores que podem acometer os idosos. A CIF mostra-se como mais um caminho/desafio para o avanço da comunicação multi/interdisciplinar em nível mundial, pois a atuação multiprofissional e interdisciplinar, é imprescindível para o cuidado global do idoso, com o objetivo de manter sua autonomia e independência, para um envelhecimento ativo e uma boa qualidade de vida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da perspectiva biopsicossocial por meio da ligação dos instrumentos de avaliação da funcionalidade de pessoas idosas institucionalizadas baseado na CIF foi feita a partir das fichas de avaliações dos profissionais que atuam na instituição e dos instrumentos encontrados na revisão de literatura e sua validação por especialistas na área também foi realizada. Também foi identificado através do estudo da CIF a importância de se realizar uma avaliação em idosos do ponto de vista da funcionalidade e incapacidade dos mesmos, direcionando não apenas para a

doença e as consequências que ela traz aos aspectos fisiológicos, mas, também, nas repercussões que o processo de envelhecimento pode significar nos aspectos sociais e ambientais do indivíduo que envelhece.

A validação pela equipe de saúde da instituição e sua perspectiva de avaliação na prática clínica, proporcionou possibilidades para a inserção de novas categorias, agrupamento em categorias mais abrangentes, e ainda uma ampliação dos componentes da CIF para além das *Funções do Corpo* no processo de avaliação.

Esta validação foi importante para analisarmos que diferentes profissionais avaliam em diferentes perspectivas o mesmo item, mostrando a importância de inserir em instituições um modelo multidirecional proposto pela CIF na avaliação funcional de idosos.

Desta forma, desenvolver um instrumento multidisciplinar correlacionado à CIF, corrobora tanto na uniformização dos termos empregados nas avaliações entre os profissionais atuantes, quanto na facilidade de monitorar o idoso institucionalizado ao longo de sua vida e também gerenciar os dados dos idosos presentes em um único instrumento, sob uma atenção global, traçando ações preventivas, minimizando ou eliminando possíveis condições de saúde vindas do envelhecimento.

Uma constatação deste estudo é que não existem propriamente divergências quanto à interpretação das categorias avaliadas, mas, a especificidade de saber profissional que deve ser expresso e compartilhado com outros, para que se possa sem abrir mão de sua perspectiva, construir um instrumento que compartilhe esses saberes registrando as várias interpretações dadas a cada categoria de acordo com a área profissional. Essas interpretações que se refletem na escolha da categoria da CIF relacionada a cada ítem da avaliação devem ser registradas e disponibilizadas a todos os profissionais da equipe em um formulário comum para que cada membro da equipe possa visualizar o ponto de vista do outro e compreender o estado de funcionalidade do indivíduo avaliado.

REFERÊNCIAS

ABREU S.S.E, CALDAS CP. Velocidade de marcha, equilíbrio e idade: um estudo correlacional entre idosas participantes e não participantes de um programa de exercícios terapêuticos. *Revista Brasileira de Fisioterapia*. v. 12, n. 4, p. 324-330, 2008.

ARAUJO, L.B.; MOREIRA, N.B.; VILLEGAS, I.L.P.; LOUREIRO, A.P.C; ISRAEL, V.L; GATO, S.A. et. al. Investigação dos saberes quanto à capacidade funcional e qualidade de vida em idosas institucionalizadas, sob a ótica da CIF. *Acta Fisiatr*. n.22. v. 3. p.111-117. 2015

APÓSTOLO, J. L. A. Instrumentos para Avaliação em Geriatria (Geriatric Instruments). Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. 2012

BERTOLUCCI P.H.F, BRUCKI S.M.D, CAMPACCI SR, JULIANO Y. O Mini-Exame do Estado Mental em uma população geral: impacto da escolaridade. *Arq Neuropsiquiatr*. 1994

BRASIL. Construindo MAIS saúde para a população - Política Nacional de Saúde Funcional. 2011.

- BRASIL. Portal Brasil. População idosa do Brasil cresce e diminui número de jovens, revela censo. Data: 2014.
- CERNIAUSKAITE, M.; QUINTAS, R.; BOLDT, C.; RAGGI, A.; CIEZA, A.; BICKENBACH, J.E.; LEONARDI, M. Systematic literature review on ICF from 2001 to 2009: its use, implementation and operationalisation. *Disability and Rehabilitation*. 2011. v.33 n.4 p. 281-309.
- CHONG, D. K. Measurement of Instrumental Activities of Daily Living in Stroke. *Stroke*. v. 26, n.6, p.1119-1112, 1995.
- CIEZA, A. et al. Refinements of the ICF Linking Rules to strengthen their potential for establishing comparability of health information. *Disability and Rehabilitation*, v. 8288, n. April, p. 1–10, 2016.
- CRUZ, DT. et. al Prevalência de quedas e fatores associados em idosos. *Revista Saúde Pública*. v. 46, n.1, p.1-9, 2011.
- CLREARY, K; SKORNYAKOV, E. Predicting falls in 1older adults using the four square steps test. *Physiotherapy Theory and Practice*. v.33 n.10 p. 766-771, 2017
- FREIRE JÚNIOR, R.C.; TAVARES, M.F.L. A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado: conhecimento e valorizando sua opinião. *Interface Comun Saúde Educ*. v.9 n.16 p.147-58. 2004
- FREITAS, E.V.; MIRANDA, R.D.; NERY, M.R. Parâmetros Clínicos do Envelhecimento e Avaliação Geriátrica Global. In: FREITA, E.V. et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 609-617.
- FRÉZ, A.R.; ABDALLAH, A.A.; RIEDI, C.; GALINDO, J.; RUARO, J.A.; RIBEIRO, S.D.C. Proposed use of the international classification of functioning, disability and health to evaluate quality of life after an amputation. *Fisioter. Mov*. 2014. v.27 n.1 p.49-56.
- HORAK FB. Postural orientation and equilibrium: what do we need to know about neural control of balance to prevent falls. *Age Ageing*. v.35, n.2 p.7-11, 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16926210>.
- LEMBERG, I.; KIRCHBERGER, I.; STUCKI, G.; CIEZA, A. The ICF core set for stroke from the perspective of physicians: a worldwide validation study using the Delphi technique. *Eur. J. Phys. Rehabil. Med*. 2010. v.46 n.3 p.377-88.
- LOPES, M.J.; ESCOVAL, A.; PEREIRA, D.G.; PEREIRA, C.S.; CARVALHO, C.; FONSECA, C. Avaliação da funcionalidade e necessidades de cuidados dos idosos. *Rev Latino-Am Enferm*. 2013
- LIN, A.I.W.; SANTOS, F.P.; MAGGI, L.E.; SILVA, P.S. Desenvolvimento de uma ficha de avaliação neurofuncional adulto padronizada aplicada à Fisioterapia. *Journal of Amazon Health Science* v.1, n.2. p. 123-141. 2015.
- MONTENEGRO, S.M.R; SILVA, C.A.B. Os efeitos de um programa de fisioterapia como promotor de saúde na capacidade funcional de mulheres idosas institucionalizadas. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*. n.10. v.2. p.161-78. 2007
- NAKAGAWA, HB. et. al Equilíbrio postural e independência funcional de idosos de acordo com o sexo e a idade: estudo transversal. *São Paulo Med. J*. v.135 n.3, 2017.
- NICOL, R.; ROBINSON, N.M.; HOPFE, M.; NEWELL, D. Linking the Bournemouth Questionnaire for low back pain to the International Classification of Functioning, Disability and Health. *Disability and Rehabilitation*. 2016. v.38 n.11 p.1089-96.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CIF: Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Editora EDUSP, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Editora EDUSP, 2015.

PAGOTTO, V. et al. Comparação da funcionalidade de idosos residentes em duas modalidades institucionais. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 18, n. 1143, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/34712>

PEREIRA, C.; FONSECA, C.; ESCOVAL, A.; LOPES, M.J. Contributo para a classificação da funcionalidade na população com mais de 65 anos, segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade. *Rev. Port. Saúde Pública* 2011. v.29 n.1 p.53-63.

PHILBOIS, S.V.; MARTINS, J.; SOUZA, C.S.; SAMPAIO, R.F.; OLIVEIRA, A.S. Health professionals identify components of the International Classification of Functioning, Disability and Health. ICF in questionnaires for the upper limb. *Braz. J. Phys. Ther.* 2016. V.20 n.1 p.15-25.

RIGO, I.I.; PASKULIN, L.M.G.; MORAIS, E.P. Capacidade funcional de idosos de uma comunidade rural do Rio Grande do Sul. *Rev. Gaúcha Enferm.* 2010. v.31 n.2 p.254-61.

RUARO, J.A.; RUARO, M.B.; SOUZA, D.E.; FRÉZ, A.R.; GUERRA, R.O. An overview and profile of the ICF's use in Brazil - a decade of history. *Braz. J. Phys. Ther.* 2012 v.16 n.6, p.454-462.

SANTOS, S.S.; LOPES, M.J.; SILVEIRA, V. Da.; GAUTERIO, D.P. International classification of functioning, disability and health: use in nursing care for the elderly. *Rev. Bras. Enferm.* 2013; v.66 n.5 p.789-93.

SELB, M.; ESCORPIZO, R.; KOSTANJSEK, N.; STUCKI, G.; USTÜN, B.; CIEZA, A. A guide on how to develop an international classification of functioning, disability and health core set. *Eur. J. Phys. Rehab. Med.* 2014. v.51 n.1, p. 105-117.

SCHARAN, K.O.; BERNARDELLI, R.S.; CORREA, K.; SILVA, T.G.; MARTINS, F.C.; MOSER, A.D.L. A training tool for international classification of functioning, disability and health application by physical therapy students. *International Journal of Development Research.* 2017. v. 7, p. 17230-17235.

SIQUEIRA, F.V. et al. Prevalência de quedas em idosos e fatores associados. *Revista Saúde Pública.* v.41, n.5, p.749-756, 2007.

STUCKI, G.; BICKENBACH, J. Functioning: the third health indicator in the health system and the key indicator for rehabilitation. *European journal of physical and rehabilitation medicine.* *Eur. J. Phys. Rehabil. Med.* 2017. v.53 n.1 p. 134-138.

STUCKI, G.; OLLE, H. L. The World Health Organization's paradigm shift and implementation of the International Classification of Functioning, Disability and Health in rehabilitation. *J. Rehabil. Med.* 2016. v.48 n.6 p.486-493.

TAN, IO. et. al. Avaliando a capacidade avançada de caminhar em pessoas com acidente vascular cerebral usando o teste de passeio de meandros de Groningen. *Disability and Rehabilitation*, p.1-7, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28768439> Acesso em: 03 de Agosto de 2017.

TEIXEIRA, C.S.; PEREIRA, E.F.; ROSSI, A.G. A hidroginástica como meio para manutenção da qualidade de vida e saúde do idoso. *Acta Fisiatr.* n.14.v.4. p.226-32. 2007.

TOLEDO, DR; BARELA JA. Diferenças sensoriais e motoras entre jovens e idosos: contribuição somatossensorial no controle postural. *Revista Brasileira de Fisioterapia.* v. 14, n. 3, p. 267-75, 2010.

TRINDADE, A.P.N. et.al. Repercussão do declínio cognitivo na capacidade funcional em idosos institucionalizados e não institucionalizados. *Fisioterapia em Movimento* v.26 n.2, 2013.

VERAS, R. P. Prevenção de doenças em idosos: os equívocos dos atuais modelos. Cadernos de Saúde Pública, v. 28, n. 10, p. 1834–1840, 2012.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. Revista Saúde Pública. v.43, n.3, p.548-554, 2009.

DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)

Pamela da Costa Lopes Sales

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

RESUMO: O objetivo desse artigo é demonstrar, num recorte específico, os dilemas e efeitos da regularização fundiária na vida cotidiana dos moradores do Loteamento Novo Milênio, localizado na cidade de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. As leituras que fundamentam este trabalho se baseiam na reflexão sobre cidade, urbanização, direito à cidade, vida cotidiana, sociabilidade e política urbana. Valendo-se de uma abordagem qualitativa, na modalidade etnográfica, a etnografia enquanto metodologia teve como destaque a técnica observação participante e as entrevistas com perguntas em profundidade. Soma-se a esse procedimento a aplicação de questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistados 20 moradores, incluindo o presidente e o vice-presidente da Associação Comunitária do local. Como esse texto se trata de um recorte, só serão apresentados dados que contemplem o raciocínio do que se

pretende abordar aqui.

PALAVRAS-CHAVE: Regularização fundiária, sociabilidade, vida cotidiana.

ABSTRACT: The objective of this article is to demonstrate, with a specific clipping, the difficulties and the effects of property regularization in the everyday life of Novo Milênio allotment residents, which is located in the city of Pelotas, in the state of Rio Grande do Sul. This research aims to present sociability bonds and conflict situations lived by the residents before and after the urban regularization policy carried out by the city's public authorities. The bibliography that underpins this work are based in thoughts regarding city, urbanization, right to the city, everyday life, sociability and urban policy. With the use of a qualitative approach, ethnographic type, the participant observation and in-depth interviews were emphasized while using ethnography as a methodology. In addition, semi-structured questionnaires with open and close-ended questions were used in this approach. In this work, 20 residents were interviewed, including the president and the vice-president of the allotment's Community Association. Since this text is a clipping, only the data that pertains the subject of this article will be presented.

KEYWORDS: Property regularization, sociability, everyday life.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Com o advento da industrialização, as cidades passaram a ser delineadas a partir de contrastes entre conjunturas urbanas diferentes e conflitantes. Portanto, é possível identificar dentro das cidades, tal como na cidade de Pelotas, dicotomias territoriais: por um lado periferias, com diversos problemas habitacionais; por outro lado, áreas centrais que usufruem de serviços e equipamentos urbanos. À vista disso, esse artigo busca articular a discussão em relação à regularização fundiária com a intersecção dos temas cidade, direito à cidade e vida cotidiana.

Com o intuito de discorrer acerca desse assunto, o Loteamento Novo Milênio foi escolhido para compor essa investigação pelas seguintes razões: a área onde foi estabelecida o Loteamento, localizada no bairro Três Vendas, pertencia a um grande empresário da cidade, dono de uma antiga indústria de produtos em conserva, denominada “Agapê”, a qual declarou falência. O terreno se encontrava vazio até o ano de 1999, na virada do novo milênio, quando iniciaram as ocupações. Os moradores passaram anos sem ter acesso a equipamentos urbanos, receberam demasiadas promessas de regularização dos políticos e sofreram ameaças de despejos, até que, no ano de 2007, foi fundada a Associação Comunitária do Novo Milênio, a qual potencializou a força dos moradores na busca pela regularização.

Foi através da mobilização popular que pude conhecer a comunidade, já que a demanda por regularização foi recepcionada pelo Núcleo de Advocacia Popular (NAP) da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pelotas, do qual eu participava como bolsista. Os moradores não foram reassentados, já que o Loteamento foi regularizado por meio da Lei nº 11.977/09 (Programa Minha Casa Minha Vida) que à época apresentava dispositivos que permitiam a regularização de propriedades privadas de forma coletiva.

Por ter acompanhado todo o processo de regularização dos lotes naquele período, apresento como a política urbana repercutiu (os seus efeitos) na vida cotidiana dos moradores, demonstrando os laços de sociabilidade, as situações de conflito, instigando o debate em relação aos avanços e dificuldades da regularização. Primeiro, para introduzir essa reflexão, realizou-se um diálogo teórico em relação ao tema cidade, urbanização e direito à cidade. Logo em seguida, observam-se os efeitos da referida lei e, por fim, maneiras de pensar a vida cotidiana.

2 | CIDADE, URBANIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE

Quando se pensa em cidade, logo vem à mente um conjunto de imagens que se interligam de forma sistemática ou em vias de sistematização. Pensa-se em população, prédios, estatutos, leis, fábricas, ou seja, elementos característicos de

uma sociedade industrial moderna. O fato é que o conceito de cidade apresenta uma grande complexidade, pois é muito mais que um sistema que se resume nos elementos acima citados. Antes mesmo da industrialização, a cidade já existia (LEFEBVRE, 2001a), no entanto, as questões referentes às cidades modernas estão intimamente ligadas à problemática urbana que passou a ser delineada através do processo de industrialização. Por isso, propõe-se refletir inicialmente sobre o que é a cidade a partir da urbanização e verificar o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001a) dentro desse fenômeno, citando a cidade de Pelotas e o Loteamento Novo Milênio, objeto de estudo do presente trabalho.

Nas palavras de Lefebvre (2001a, p.11) “[...] pode-se dizer que o processo de industrialização é o indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento, à planificação, às questões referentes a cidades e ao desenvolvimento da realidade urbana”. Com a queda do sistema feudal, somada à posterior revolução industrial e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, muitos habitantes da zona rural migraram para os centros urbanos, impulsionando o processo de urbanização que, especialmente nos países subdesenvolvidos, ocorreu de maneira desordenada. Os habitantes das cidades passaram a se diferenciar de forma assimétrica em decorrência da crescente acumulação capitalista, a qual só se intensificou ao longo das décadas no Brasil (OLIVEN, 2010).

Nos dias atuais, consegue-se identificar dentro das cidades dicotomias territoriais: por um lado, há aqueles que vivem na periferia, que são caracterizadas por serem famílias de baixa renda (DURHAM, 2004), e por outro lado, há aqueles que vivem nas áreas centrais, que em sua maioria são famílias de maior poder aquisitivo. Todavia, também é possível identificar os casos de bairros pobres dentro de áreas que foram sendo consideradas centrais ao longo do tempo em razão do crescimento urbano e da valorização do mercado imobiliário. “São áreas consideradas centrais do ponto de vista espacial, mas que fazem parte do subúrbio” (SOTO, 2008, p.111). O subúrbio para Soto (2008) é uma variação da periferia, é uma representação social tão quanto estigmatizada, mas um pouco mais urbanizada. E tudo faz parte do urbano: a cidade que engloba o centro, a periferia e o subúrbio.

Rolnik (1995) define a cidade através da analogia de um ímã. Para a pesquisadora, a cidade cria “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, 1995, p. 12). Dessa forma, a noção de cidade consiste em vida coletiva, que é um conjunto formado por interligações de todos os indivíduos. Assim, há sistemas de controle construídos a partir dessa vida coletiva que estabelecem um movimento de ordem, como os sistemas de controle de fluxos, que segundo a autora, estão presentes a todo instante nas cidades: a faixa de pedestres, os impostos urbanos, os semáforos, as filas de ônibus etc. (ROLNIK, 1995). Ainda, “há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva a ser organizada” (ROLNIK, p. 20). Essa necessidade de organização faz surgir um poder urbano que é gerenciado pela autoridade político-administrativa.

O espaço urbano pode ser entendido como a preeminência da cidade em relação ao campo, definindo a urbanização como um processo progressivo de transformação e absorção das áreas rurais. Posto isto, o poder de atração da cidade proporcionou a aglomeração dos homens, que potencializaram sua capacidade produtiva através da colaboração, ensejando assim a divisão do trabalho, e conseqüentemente sua especialização e a instauração do mercado (ROLNIK, 1995). Logo, se antes o controle estava nas mãos dos senhores feudais, com o novo modo de produção inserido na vida urbana, o poder passa para a classe mercantil, os burgueses. Tem-se à frente um duplo processo: “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, crescimento econômico e vida social” (LEFEBVRE, 2001a, p.16.).

Um padrão burguês da habitação é construído (ROLNIK, 1995), isto é, a divisão do espaço público e privado apresentam dimensões diferentes. Rolnik (1995) aduz que a casa é o local de confinamento, território demarcado por muros; é o lugar de intimidade da família, o qual esboça segurança e deixa todos longe dos perigos da rua. Além disso, a mulher é colocada na posição “do lar”, ficando alienada aos assuntos externos da casa, e as crianças, que antes aprendiam a sobreviver sozinhas no mundo dos adultos, são segregadas por idade e inseridas na escola. Concomitantemente, o espaço da rua é percebido como uma ameaça, que aproxima “todo tipo de gente”, de classes, cor, idade, sexos diferentes e etc. (ROLNIK, 1995). “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, 2001a, p. 22).

Nessa perspectiva, os territórios populares também são considerados como ameaça para as classes dominantes que não os querem por perto; por isso, a segregação espacial na cidade se torna indispensável. Já que “a terra urbana se tornou uma mercadoria” (ROLNIK, 1995, p. 52), somente aqueles que têm dinheiro conseguem usufruir de zonas urbanas privilegiadas, enquanto que os que não possuem condições financeiras precisam se adequar a locais mais afastados, em muitos casos irregulares, pequenos, que em sua maioria são bastante povoados, e mesmo quando não estão tão longe dos centros, não desfrutam de infraestrutura básica no seu local de moradia. Evidencia-se essa situação no fato concreto de uma moradora do Loteamento Novo Milênio, localizado em área considerada próxima ao centro da cidade, que relata a situação de vulnerabilidade do Loteamento e de diferenciação dos demais bairros:

Logo no início a gente não tinha água dentro das casas, não tinha luz própria, era gato, era fio emendado. Tinha que buscar água de balde nas esquinas, muitas casas pequenas sabe? Chalés assim caindo, muitas casas pegaram fogo nessa função de não ter luz por causa das velas. Duas crianças faleceram por causa que a casa pegou fogo. Era bem triste mesmo, mas agora a gente tá bem melhor, mas a gente conseguiu o SANEP, conseguimos as luzes antes da regularização, cada um tinha o direito de ter a sua luz, mas aí depois demorou um pouco mais pra regularizar [...].mas um bairro de classe média, um bairro de classe alta e um bairro de classe baixa, tem muita diferença, entendeu? Se tu vai numa casa dessas do outro lado de lá acontece alguma coisa, estoura um cano, alguma coisa, uma vez

que eles ligam já estão ali. Aqui um cano que quebrou a gente ligou quase um mês pedindo para vir e não vinha. Tem diferença, então, não adianta.

Sob a ótica política, “a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (ROLNIK, 1995, p. 52). Assim, esse fenômeno está intimamente ligado ao conflito pela luta do espaço urbano.

É com a industrialização que a urbanização modifica a lógica social das cidades. Na cidade antiga, podia ser vista como uma obra de arte, mas depois da industrialização, ela passa ser considerada um produto (LEFEBVRE, 2001a). Os problemas atuais estão associados a esses fenômenos que Lefebvre chama de “duplo processo”. Nas sociedades modernas, portanto, a cidade é estruturada visando ao valor de troca. Ela se torna um negócio; gera lucro, renda (LEFEBVRE, 2001a), e isso afeta as relações sociais, já que, na sociedade capitalista, estruturar a cidade pautando-se no valor de uso se mostra como algo improdutivo. Lefebvre (2001a) chama essa utilização do espaço urbano de “festa”, cuja finalidade é o prazer e o fortalecimento dos laços de sociabilidade no cotidiano das pessoas. Vê-se, enfim, que o capital se sobrepõe ao uso social da cidade.

A partir disso, o que restou à população pobre é viver nas margens dos bairros mais ricos, sem acesso aos mesmos serviços públicos. De acordo com Durham (2004) existe uma área que é peculiar às camadas mais pobres, “um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada ‘periferia’” (DURHAM, 2004, p. 382). A periferia se caracteriza na urbanização precária, advinda de um resultado histórico que afetou diversos países no mundo como no Brasil. Ocorre, portanto, a “explosão”, isto é, “(...) a cidade explode em periferias e o vilarejo se decompõe; um tecido urbano prolifera no conjunto do país. Uma massa pastosa e informe resulta desse processo: favelas, megalópoles” (LEFEBVRE, 2001, p. 168b capital).

Apesar da periferia ter um sentido negativo dentro das cidades brasileiras em vista dos problemas estruturais, esse local apresenta características muito significativas. No Novo Milênio, por exemplo, conquanto seja composto por famílias de baixa renda, que enfrentaram por muitos anos a situação de irregularidade de suas casas, problemas de esgoto, calçamento, ruas sem pavimentação, falta de água, luz, iluminação pública, dentre outras questões, sempre tiveram a expectativa de melhorar de vida e ainda continuam com esse sentimento.

Há um projeto de vida privada de cada um, que foi sendo consolidado ao longo dos anos com a instalação de canos de esgoto realizados por suas próprias mãos, com a construção do “puxadinho” em suas casas, a colocação de uma porta de ferro, ensejando, ao longo dos anos, a urbanização do local. Durham (2004) chama isso de “implicações mais diretamente políticas da segregação e fixação da população de baixa renda”. A autora diz que esse processo de melhoramento de vida é pensado como sendo de responsabilidade do trabalhador, junto com a sua família, mas que

tem uma contrapartida propriamente social. “É que a melhoria das condições de vida decorre também da urbanização da periferia, que ao longo do tempo permite o acesso, por parte da população, aos serviços públicos urbanos” (DURHAM, p. 383, 2004). Ela ainda afirma que as melhorias beneficiam a todos os habitantes, mas não podem ser obtidas pelo esforço individual. “É nesse momento e nesse contexto que a população se torna receptiva a formas de organização que permitem uma ação conjunta”. (DURHAM, p. 384, 2004).

E foi dessa situação que nasceu a Associação de Bairro do Loteamento Novo Milênio, com a expectativa de alcançar benefícios presentes nas demais regiões da cidade. Outro ponto interessante identificado é que os 20 entrevistados responderam que gostam muito de morar no local; disseram que a vizinhança é boa, mas por serem todos trabalhadores e por passarem grandes períodos fora de casa, não costumam passar tempo na casa uns dos outros, porém, mencionaram que podem contar uns com os outros sempre que saírem, e que, nesses momentos, vigiam as casas dos vizinhos quando percebem alguma movimentação “estranha”. Essa forma de sociabilidade pode se diferenciar de bairros com camadas mais abastadas, já que “para estas, as distancias são eliminadas pelo automóvel e pelo telefone, e a sociabilidade se exerce entre parentes e amigos dispersos pela cidade” (DURHAM, 2004, p. 383,) e não com a vizinhança. A partir disso, pode-se perceber que dentro da mesma cidade encontram-se bairros socialmente e economicamente diferentes com redes de sociabilidade distintas.

O processo de estruturação da cidade Pelotas teve como ponto crucial a economia movida pela valorização do rebanho de gado: a carne de charque. (VARGAS, 2012). O charque movimentou a economia da região pelo fato de servir de alimento para os escravos em todo o Brasil, além de em outros países escravistas da América Latina entre os séculos XIX e XX (VARGAS, 2012). Com essa lucrativa atividade econômica, muitas indústrias foram implantadas na cidade, enquanto a população crescia cada vez mais. Isso gerou más condições sanitárias no município, que resolveu acompanhar a política de higienista que soldava o país (MOURA, 2006). Os cortiços eram o local de moradia da população pobre, e ao longo dos anos passaram a ficar cada vez mais povoados. Eles foram estigmatizados como sendo os causadores das precárias condições de higiene e das doenças na cidade (MOURA, 2006). O único caminho de moradia para a classe trabalhadora era a propagação dos cortiços, já que a ausência de recursos não possibilitava outra alternativa, pois os aluguéis eram caros e não havia nenhuma outra forma mais imediata de aquisição de moradia (MOURA, 2006).

O Estado (Poder Executivo municipal), então, entrou em ação por meio de uma política de edificação da moradia popular em Pelotas. Essa estratégia aparentemente salvadora auxiliou na segregação do espaço urbano porque demonstrou que o poder público não estava proibindo a edificação dos cortiços, mas propondo o afastamento deles (MOURA, 2006). Dessa forma, os pobres foram sendo levados para áreas distantes, já que os detentores dos meios de produção da época se estabeleciam no

centro, região mais valorizada da cidade (MOURA, 2006), o que se percebe até os dias de hoje.

O Loteamento Novo Milênio torna-se peculiar pelo fato de estar localizado em uma área da cidade considerada privilegiada (mas não central) pelos moradores; no entanto, o local somente passou a ser considerado dessa forma após o crescimento do município, mais especificamente da Zona Norte, ou Três Vendas, onde diversos empreendimentos foram realizados por parte da iniciativa privada, a qual proporcionou a abertura de novos comércios, de uma faculdade e de ações do Poder Executivo, que implantou melhorias nas vias públicas. Todavia, tudo isso parece ter acontecido devido ao interesse do mercado imobiliário, e o Loteamento, mesmo após o processo de regularização fundiária, não teve os mesmos incentivos de melhoria na infraestrutura da área e ainda, até hoje, é considerado pelos moradores mais ricos, que vivem no entorno do local, a parte “suja” da cidade, conforme cita um entrevistado:

Infelizmente na frente da minha casa é o depósito de lixo [...] essas casas de ricos tiram coisas que não querem mais, eles vêm e largam aqui. Pegam charrete, ó, larga onde tu quiser, aí a charrete vem aqui e larga. E esses tempos até, uma vez eu peguei: pô, vai largar lixo aqui logo aqui na frente, e ele armado: e daí, vou largar e pronto. Eu não vou tá né, eu tenho família, vou tá enfrentando uma pessoa armada. Mas eles pegam e largam. Essas pessoas que catam coisa que essas pessoas de casa rica não gostam mais, não querem mais, não presta, eles chamam uma charrete ó, te dou tanto em dinheiro, tu pega e descarta em algum lugar, eles vêm descartar aqui. Se você sair por aqui você encontra televisão no meio da rua. Das pessoas do Progresso. Essas casas dos ricos. Que pede, chamam uma charrete, vão descartar aquilo que não presta mais pra eles. O que presta, o “charreteiro” fica, o que não presta, ele descarta no meio da rua. Se você seguir pra lá e dobrar pra ali você vai encontrar televisão, caixas de televisão. Se você olhar pro outro lado, você vê isso; lixo dali que vem lá da Cohab. Porque esse senhor (vizinho) construiu a pracinha? Pra ninguém colocar lixo ali.

Moura (2006) afirma que o 1º Plano Diretor da cidade de Pelotas, de 1966, demonstrava a desproporcionalidade da distribuição da população no território da cidade e as diferenças em relação a habitação e a condições urbanísticas. Já em relação ao 2º Plano Diretor, de 1970, a autora destaca que houve “um novo e amplo estudo sobre as características sociais, econômicas e físicas da cidade” (MOURA, 2006, p.10). Observaram-se, através do levantamento das áreas irregulares e sub-habitações, “percentuais significativos de irregularidade e precariedade habitacional em bairros como Areal, Três Vendas e Fragata. As áreas mais precárias correspondiam, predominantemente, aos setores mais distantes do núcleo central” (MOURA, 2006, p.10,).

Segundo Moura (2006) os cortiços foram considerados perigosos para a saúde física e social. Por isso, as classes dominantes exigiram o seu afastamento do centro. Mas com o crescimento das indústrias, do comércio e do setor de serviços, a elite precisava dos trabalhadores para gerar riqueza; entretanto, estes não conseguiam arcar com os custos de uma moradia “aceitável” da época. Concluiu-se, então, que havia necessidade de construção de “habitação proletária”, a qual seria construída

dentro dos novos padrões de moradia individual (MOURA, 2006). Buscando atrair o investimento privado em habitação popular, foram aprovadas diversas leis de incentivo à construção de “vilas operárias” com casas isoladas e “higiênicas”, entre os anos de 1914 a 1930 (MOURA, 2006). Porém, como os trabalhos ainda proporcionavam salários muito baixos para pagar o aluguel de uma moradia, Moura (2006) afirma que o poder público local procurou mais uma vez o setor privado, apoiando a venda de lotes para a “família operária” no subúrbio da cidade. Essa iniciativa promoveu o crescimento do setor de aplicação de capitais privados e instigou a edificação de loteamentos e bairros afastados, dando início ao delineamento de uma cidade “formalmente descontínua” e segregada socialmente (MOURA, p. 232-234, 2006), traços de profundas diferenças sociais que são vistos na atualidade no município pelotense.

O habitar, segundo Lefebvre (2001a), é um ato revolucionário que se contrapõe à miscigenação do capital, o qual torna a cidade um produto. O direito à cidade não se caracteriza pela simples posse de uma casa onde uma pessoa mora com sua família; ele possui uma dimensão muito maior. A oportunidade de participar ativamente na sociedade, o usufruto dos bens e serviços da cidade, o pleno uso dos espaços públicos e privados fazem parte de um conjunto de elementos que caracterizam esse direito de tamanha importância. Sabe-se muito pouco acerca do direito à cidade pincelado por Lefebvre, já que a cidade industrial moderna não corresponde ao sentido de obra de arte das cidades antigas (ARAÚJO, 2012a).

O valor de troca pode estar até mesmo vinculado às demandas básicas de subsistência de pessoas que moram em locais precários de moradia. Assim, segundo Lefebvre (2001a) para ter uma mudança, há necessidade de alterar o pensamento, combatendo a lógica do capital, projetando uma nova cidade que viabiliza o bem-estar de toda a população que priorizará o valor de uso. Todavia, cada vez mais o capitalismo se reinventa, conduzindo a cidade à segregação socioespacial resultante da lógica de financeirização da terra (ROLNIK, 2015). Diante desse cenário, os atores sociais, que vivem em áreas de vulnerabilidade, mesmo sendo também reprodutores da lógica produtivista capitalista, encontram-se em desvantagem perante aqueles que têm uma casa para morar, localizada dentro da região urbana considerada privilegiada.

Portanto, na tentativa de dar uma resposta aos problemas habitacionais, o Estado cria políticas de regularização e planejamento urbano. No entanto, junto à expectativa de edificar cidades socialmente e ambientalmente equilibradas, aparecem diversos dilemas conflitantes entre a realidade social e os conteúdos dessas leis, visto que o tema não se esgota nos artigos e nos incisos das legislações urbanas; às vezes pode-se dizer que elas até mesmo dificultam a integração dos territórios informais que apresentam condições precárias de moradia e habitação (ROLNIK, 1999). Compete evidenciar, contudo, que elas possuem um papel fundamental para a articulação da política urbana.

3 | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: AVANÇOS E DIFICULDADES

As políticas de regularização fundiária urbana desenvolvidas ao longo dos anos no Brasil foram criadas com a expectativa de solucionar os problemas da habitação irregular e todos os conflitos intrínsecos a ela. Como já explanado, o acesso à moradia digna é uma realidade muito distante das famílias de baixa renda nos pequenos municípios brasileiros. As políticas públicas de regularização apresentaram avanços e dificuldades dentro do cenário urbano no país. A seguir, tratar-se-á de duas leis específicas que são, sob o aporte dos autores abaixo referenciados, consideradas de grande expoente para a política urbana: Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade; e a Lei Federal nº 11.977/2009, que institui o programa social “Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)”.

A partir da década de 1980 o movimento nacional de luta pela moradia se consolidou por meio das grandes ocupações realizadas nos conjuntos habitacionais nos centros dos perímetros urbanos (FERREIRA, 2012), e foi durante essa mesma época, alcançando também a década de 1990, que ocorreu um “intenso crescimento, gerado pela consolidação de novos assentamentos irregulares e adensamento dos já existentes, com a verticalização das unidades residenciais e a ocupação de espaços antes livres, como áreas públicas ou de proteção ambiental.” (D’OTTAVIANO; SILVA, 2010, p.202).

D’Ottaviano e Silva (2010, p. 202-204) trazem os conceitos de “cidade ilegal” e “cidade legal”. Esta é “consolidada pela implementação de parcelamentos oficiais (legalizados) localizados, em geral, em áreas mais centrais, destinados à moradia das classes médias e altas”; aquela é destinada à moradia das classes baixas, caracterizada pela implantação de loteamentos ilegais (ou irregulares) nas porções periféricas dos municípios e pela consolidação de favelas em diversas áreas das regiões mais centrais.

Na expectativa de solucionar esse conflito urbano, os diplomas legais supracitados preconizaram o acesso a moradia digna para as pessoas de baixa renda. Antes da vigência dessas leis, muitas populações periféricas se mobilizavam para solucionar o problema de moradia irregular. Exemplo disso é o movimento da Vila Jardim em 1990, na cidade de Porto Alegre (SILVA, 2002), que desde a década de 70 até a metade da década de 80 procurava de forma individualizada advogados públicos ou particulares, ia até a prefeitura e tentava definir “a situação legal do seu lote” na expectativa de garantir sua moradia; entretanto, todas as tentativas restaram infrutíferas (SILVA, 2002). Gonçalves (2009, p.237-238) afirma que “diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social.

O Estatuto da Cidade é uma lei federal urbanística que regulamenta os artigos 182 e 183 (capítulo Política Urbana) da Constituição Federal. Segundo D’Ottaviano

e Silva (2010) o Estatuto é um grande avanço na regulamentação urbanística da atualidade. Não se pode negar que ele pode ser considerado um marco jurídico no que tange à moradia, ao uso da ocupação do solo e ao compromisso de direcionar o crescimento urbano, já que anteriormente só se tinha um conteúdo vago expresso na Constituição Federal (1988). Os autores entendem que a normatização do direito de propriedade é uma ferramenta útil e capaz de inserir as populações da cidade ilegal na cidade legal, sendo também uma forma de proporcionar acesso ao direito a cidade, à moradia digna e a todas as benfeitorias urbanas.

Com a regularização, os bairros passam a compor o mapa da cidade porque ganham visibilidade através do “reconhecimento administrativo das ruas, a identificação dos habitantes e das construções no cadastro fiscal do município” (GONÇALVES, 2009, p. 239), além da implementação e do registro do Plano de Alinhamento na Prefeitura e no Registro de Imóveis (GONÇALVES, 2009), tudo isso sendo possibilitado através da autonomia dos municípios que foi assegurada pelo Estatuto.

Anos mais tarde, nasce a lei que serviu como base para a regulamentação do Loteamento Novo Milênio: a Lei 11.977/2009, Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Para D’Ottaviano e Silva (2010, p. 208) essa lei “veio a se somar aos avanços legais relativos à regularização fundiária e ao direito à cidade”. O objetivo da criação dessa lei foi “instituir mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos” (SANTIAGO; SANTANA; BARROSO; LEITE, 2013, p. 242).

Antes de ser revogada pela Lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017 que atualmente é o instrumento jurídico da política urbana no Brasil, o art. 47 da Lei do PMCMV definia dois tipos de regularização fundiária: a de interesse específico e de interesse social. A primeira se referia a moradores que construíram suas casas em loteamentos irregulares, mas possuem condições de adquirir um imóvel legalizado; a segunda contemplava assentamentos populares irregulares, ocupados predominantemente por famílias de baixa renda que não tiveram outra oportunidade a não ser viver em uma área irregular (BRASIL, Lei Federal nº 11.977/2009 - PMCMV, apud Ministério das Cidades, 2010). Além disso, na de interesse social, era necessário que as famílias estivessem habitando há pelo menos cinco anos na área e não serem foreiros ou donos de alguma propriedade urbana ou rural. Ressalta-se que por meio dessa lei as áreas particulares poderiam ser regularizadas com a intervenção do poder público, desde que houvesse um acordo com o dono da propriedade. Caso isso acontecesse de forma favorável aos ocupantes, eles recebiam primeiramente o título de posse regulamentado pela Prefeitura, registrado no cartório de registro de imóveis, e cinco depois receberiam o título de propriedade. É importante evidenciar que, apesar dos dispositivos dessa lei terem sido revogados, o prazo de cinco anos, caso não tenha chegado ao fim, continua valendo, o que é possível observar na situação do Novo Milênio, onde os moradores aguardam o prazo para receberem o título de propriedade. (BRASIL, Lei Federal nº 11.977/2009 - PMCMV). O PMCMV gerou expectativas positivas, e pode-se

dizer que alcançou resultados no que concerne a autodemarcação urbanística, como foi o caso do Novo Milênio.

Gonçalves (2009) não compartilha da mesma visão otimista em relação aos efeitos das leis de regularização. Diferentemente de D'Ottaviano e Silva (2010), Gonçalves adverte sobre a legalização do uso do solo e sobre o fato de que a concessão do título de propriedade não garante a resolução do problema da habitação social. Como ele diz:

a regularização fundiária, como já vimos, pode legalizar o solo, mas reforçar a exclusão da população beneficiada, quando não se preveem mecanismos para desestimular uma excessiva valorização imobiliária. Aproveitando-se da mais-valia fundiária, obtida a partir da concessão de títulos de propriedade, certos moradores vendem muitas vezes suas moradias e se deslocam para outras favelas, em geral ainda mais precárias e distantes. (GONÇALVES, 2009, p. 245).

Dessa maneira, de acordo com Gonçalves (2009), por mais que essas políticas de regularização do solo urbano tenham se caracterizado como um grande avanço jurídico, e tenham sido uma tentativa de exaurir os problemas habitacionais, assim como dar acesso ao direito à cidade a todos, algumas dificuldades sobretudo relacionadas as práticas mercantilistas dos moradores, do mercado imobiliário e do poder público local tornam-se mais aparentes. Estas práticas fazem retroceder a expectativa das melhorias urbanas nas grandes metrópoles e nos municípios.

Essa afirmação se torna visível nas palavras de Ribeiro, Kruger e Oliveira (2017) ao analisar o desenvolvimento dos projetos do PMCMV no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Os autores compreenderam “que as raízes do binômio segregação/ domínio acabaram por ser aprofundadas na cidade” (RIBEIRO; OLIVEIRA; KRUGER, 2017, p. 135). As leis municipais habitacionais criadas no município pelotense, frutos do PMCMV, foram influenciadas pelos agentes promotores de venda que tinham interesse no mercado imobiliário da cidade.

Somente na década de 1980 a legislação brasileira trouxe dispositivos que buscassem resolver a crise generalizada da moradia. O movimento social à moradia auxiliou no incentivo da propagação dessas leis. Assim, após a Constituição Federal de 1988, no ano de 2001, houve a aprovação da política urbana “Estatuto da Cidade” e sequencialmente, oito anos mais tarde, o PMCMV entrou em vigência, englobando não só as determinações das leis, mas também maiores expectativas de melhoria urbana nas cidades brasileiras, sendo considerada um meio de transformação. No entanto, Gonçalves (2009) compreende que o resultado foi a continuação da desigualdade entre os habitantes da cidade.

Nessa eivada complexa discussão, importa lembrar que a aplicação dessas leis gera efeitos na vida das pessoas. Por isso a importância de conhecer e entender a vida cotidiana delas. A partir da análise do caso empírico escolhido para compor esse trabalho, a situação de irregularidade dos moradores do Loteamento Novo Milênio proporcionava para eles a sensação de medo e insegurança. A contradição de morar em um lugar que é seu, porque nele se construiu sua história de vida, e que ao mesmo

passo não é, mostra implicitamente a desigualdade existente na cidade. Sendo assim, a lei de regularização, “pouco conhecida ou até desconhecida por eles”, era o meio catalisador de mudança. Quando a regularização foi finalizada, o medo e a insegurança foram substituídos pela palavra “tranquilidade” e, por conseguinte, a confirmação de pertencimento em relação ao local. Esse é o primeiro efeito causado pela aplicação da lei. O segundo efeito identificado é de que agora eles estão dentro da lei, e pagam o IPTU, como disse uma moradora; ou seja, o reconhecimento de visibilidade e de equidade em relação aos outros bairros.

Depois da regularização, a maioria manifestou indiferença em relação à Associação, alegando que não precisavam mais de nenhuma manifestação e que não se encontraram mais. Acredita-se que isso colaborou com o terceiro efeito da regularização: o comodismo. Eles apontaram a importância de ter calçamento, ruas pavimentadas, transporte público, creches, escolas, praça de recreação; ou seja, melhorias urbanas que ainda não existem no loteamento. Além disso, disseram que o sistema de esgoto não foi instalado em todas as casas do loteamento. Todavia, apenas três demonstraram estarem insatisfeitos com o trabalho da prefeitura. Apesar de identificarem a incompletude da atuação do município, o sentimento de satisfação por ter recebido a regularização é maior que todos os problemas, gerando então o efeito do comodismo; como o dito popular “tá ruim, mas tá bom”, já que o importante é estar regularizado.

Por fim, o quarto efeito, o qual é dividido em dois, considerado o mais crítico, é o da alienação e intencionalidade. Alguns dos entrevistados disseram que a partir de então podem vender seus imóveis, uma vez que a área tem um bom valor comercial. Além do mais, a observação participante permitiu verificar a existência de placas de “vende-se” em duas casas. Aqui se configura a alienação por parte da população que se corrompe pela lógica do capital, vendendo suas casas, perdendo assim o sentido habitar e do valor de uso (LEFEBREVE, 2001). Essa situação acontece, segundo Gonçalves (2009), porque não há um desestímulo das leis de regularização em combater o mercado imobiliário.

Outro ponto observado é o fato de que 18 dos 20 entrevistados demonstraram sentimento de plena gratidão para com o ex-prefeito da cidade, já que foi atribuída a ele a conquista da regularização. Alguns relataram a alegria em receber das suas próprias mãos os papéis. Essa gratidão gerou mudanças nas relações sociais dos moradores com a prefeitura, a reciprocidade do “dar e receber” (MAUSS, 2003), pois eles devolveram a gratidão em forma de voto. Nesse sentido, abriu-se o campo da intencionalidade dos governos implantarem a política pública como forma de promoção política. Esse quarto e último efeito desestabiliza e põe em xeque toda promoção de uma cidade mais igualitária proposta pelas políticas urbanas. Portanto, os dilemas das leis de regularização e das políticas de planejamento parecem estar longe de ter fim.

4 | MANEIRAS DE PENSAR A VIDA COTIDIANA A PARTIR DE HENRI LEFEBVRE E MICHEL DE CERTEAU

Dentro do contexto dos problemas urbanos ocorre uma sociologia viva que constrói e reconstrói as relações sociais. Trata-se da sociologia da vida cotidiana. De acordo com Pais (1986, p.08), o cotidiano é “um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais”. Para deslindar o social de maneira mais profunda, é necessário acionar o campo de investigação da sociologia da vida cotidiana, a qual proporciona, segundo Pais (1986), o entrelaçamento dos planos da micro e da macroanálise sociológica.

Nessa esteira, entende-se que Lefebvre articula muito bem as visões micro e macro em seus estudos sobre o cotidiano e a vida cotidiana. Isso pode ser percebido, conforme diz Araújo (1984b), quando ele averigua de forma perspicaz as multifacetadas estruturas da “cotidianidade” da civilização contemporânea, especialmente na sua dimensão ocidental. O sociólogo francês constrói sua sociologia no cotidiano, naquilo que aparentemente não tem mais valor.

Soto (2016) discorre acerca da teoria dos resíduos de Lefebvre presente em diversas obras do sociólogo francês, em especial no livro “Metafilosofia”. Essa teoria permite apelar para a imaginação, o possível, que escapa de um sistema fechado de poder o qual não consegue reduzir os resíduos (SOTO, 2016). Os resíduos compreendem “significativas potencialidades teóricas e metodológicas para entender os sistemas de poder e que esses sistemas de poder não são fechados” (SOTO, 2016, p.146). À luz dessa noção teórica, foi possível entender que a “resistência” dos moradores do Loteamento Novo Milênio de continuarem em um lugar legalmente irregular escapa da lógica de proteção à propriedade privada imposta pelo sistema capitalista. Sendo assim, a resistência se torna um resíduo. A resistência proporcionou aos habitantes do loteamento exercerem atividades próprias, singulares, táticas-astúcias, que revelam as suas manifestações cotidianas

A reflexão da vida cotidiana de Michel de Certeau caminha em outra direção do estudo da vida cotidiana proposto por Lefebvre, todavia, entende-se, neste trabalho, que elas dialogam. De acordo com Leite (2010), o primeiro aspecto importante da análise certeuniana é a completa ruptura do binarismo conceitual estrutura e ação. “O foco é outro: não se trata de investigar as determinações estruturais do agir cotidiano, nem de perceber as ressonâncias das ações comuns intersubjetivas na conformação estrutural das regularidades sociais” (LEITE, 2010, p. 745). Leite (2010) diz que o pressuposto central de Certeau para investigar a vida cotidiana é o dos lances táticos e situacionais que informam as artes de fazer realizado pelo “homem ordinário”, aquele que realiza práticas. A peculiaridade da obra do autor é que ele não está preocupado em evidenciar a imposição de padrões comportamentais, mas

demonstrar nas diferentes práticas cotidianas a criatividade do homem comum em subverter as imposições de uma ordem social econômica (CERTEAU, 1998).

O conceito de cotidiano, para ele, se associa a um jogo. No jogo são articuladas duas práticas de dois tipos: as estratégias e as táticas, dando lugar a ideia de cotidiano como movimento (LEITE, 2010, p.746). Dessa maneira, é no âmbito do jogo que os indivíduos criam mecanismos de defesa que os ajudam a se defenderem das injustiças sociais, da violência e das ordens impostas (CERTEAU, 1998). Apropriando-se desse pensamento, interpreta-se que cada morador entrevistado relatou suas “artes de fazer” para driblar os conflitos vivenciados nas suas experiências de moradia no Loteamento. Enquanto no entorno da área havia moradores com luz e água encanada, antes da regularização, os moradores do loteamento Novo Milênio, astuciosamente, também encontravam uma forma de conseguir acesso a esses dois serviços:

A gente conseguiu um ponto de luz na esquina do Loteamento e a gente puxava pra dentro do Loteamento. A água a mesma coisa. A gente foi na câmara dos vereadores, conseguimos uma bica, na verdade um ponto de água, e a partir desse ponto de água a gente puxou mangueiras para dentro do Loteamento.

Do mesmo modo, alguns dos entrevistados relataram que as ruas do Loteamento servem como alvo de depósito de lixo. Sendo assim, uma moradora de forma criativa plantou diversas flores em alguns pontos propensos ao acúmulo de lixo. Outro morador teve a iniciativa de construir uma pracinha para que outros não acumulassem lixo na frente de sua casa e também para que seus filhos pudessem ter um meio de recreação no bairro. Dessa maneira, eles foram se apropriando do espaço, agindo por meio de táticas inventivas “no campo de batalha”, destoando de uma vida cotidiana que na ordem urbana é supostamente regular. (CERTEAU, 1998). Essas ações táticas, somadas à própria existência deles no local, se diluem na prática cotidiana do habitar, longe de poderem ser eliminadas ou controladas pela administração panóptica. (CERTEAU, 1998). Compreende-se, portanto, que as táticas não são estáticas. Dessa maneira, após regularização, novas táticas-astúcias são desempenhadas. Antes existia um certo distanciamento entre os moradores e os órgãos municipais; após regularização, desenvolve-se a astúcia de aproximação com a gestão municipal no intuito de extrair benefícios.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades modernas apresentam profundas diferenças de condições urbanas. Na cidade de Pelotas a situação não é diferente. O loteamento Novo Milênio, habitado por famílias de baixa renda, se caracteriza por ter uma sociabilidade que é peculiar à periferia (DURHAM, 2004). No projeto particular de melhoramento de vida, estava inclusa a regularização de suas casas. Isso os motivou a se mobilizarem em prol dessa causa, estreitando assim os laços de sociabilidade entre si. Todavia, alcançado o objetivo, os entrevistados demonstraram indiferença em relação à Associação Comunitária e

disseram que não realizaram mais reuniões conforme antes da regularização.

As políticas de regularização estimulam uma eivada discussão, já que elas apresentam avanços e dificuldades. Constatou-se que a aplicação de tais normativas gera efeitos, situação comprovada na vida cotidiana dos moradores do Loteamento Novo Milênio. A partir de Henri Lefebvre, verificou-se que a “resistência” dos moradores em estar por muitos anos em uma área irregular é um residual à proteção da propriedade privada do sistema capitalista. Nessas condições, eles se utilizavam de “táticas” para driblar as situações do dia a dia. A gratidão por terem recebido o título de posse pela Prefeitura ensejou a reciprocidade “dar e receber”, forma de sociabilidade que proporcionou novas “astúcias/ táticas” após a implantação da política urbanística.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, James Amorim. **sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, 2012a. 133 – 142 pp.

ARAÚJO, Luis. Filosofia e Vida cotidiana. **O Sentido da “Metafilosofia” em Henri Lefebvre**. Revista Portuguesa de Filosofia T. 40, fasc. 1/2, Marxismo-III, jan.-jun., 1984, pp. 131-160.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de setembro de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade) e das outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/L10257.htm Acesso em: 20/05/2018.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm Acesso em: 20/05/2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009**. Brasília, 2010.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

D’OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo; SILVA, Sérgio Luís Quaglia. “Regularização fundiária no Brasil: velhas e novas questões”. **IPEA. Planejamento e Políticas Públicas, PPP** n. 34, pp. 201-230. 2010.

FERNANDES, Edésio. “Impacto socioambiental em áreas urbanas sob a perspectiva jurídica”. In: MENDONÇA, Francisco (ORG). **“Impactos socioambientais urbanos”**. Curitiba: UFPR, 2004.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. “Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade.” Texto apresentado no **2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”, realizado em Buenos Aires, de 01 a 04 de agosto de 2012, junto ao Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído da International Sociological Association (ISA)**, 2012. pp.1-18.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial**. Estudos Avançados, São Paulo. V 23, n. 66, pp. 237-250. 2009.

LEFÉBVRE, Henri. A cidade do capital. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **Direito a cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010.pp. 737 - 756.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MOURA. R. M. G. R de. **Habitação Popular em Pelotas (1880 – 1950): entre políticas públicas e investimentos privados**. 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Sul – PUC/RS. Porto Alegre, 2006.

OLIVEN, Rubem George. **Urbanização e Mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____, Raquel. **O que é a cidade?**. São Paulo: Brasiliense. 1995.

RIBEIRO, Cristine Jaques; OLIVEIRA, Tayna Corrêa; Nino Rafael Medeiros KRUGER. **A cidade e a moradia o caso de pelotas**. Píxo, Revista de Cidade, Arquitetura e Contemporaneidade. Pelotas, V 1, n 3, 2017. pp. 126-147.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e Exclusão. Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002.

SOTO, William Héctor Gómez. **Subúrbio, periferia e vida cotidiana** Estud. soc. agric., Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, 2008, pp. 109-131.

SOTO, William Héctor Gómez. **A Sociologia enraizada de José de Souza Martins**. In: ROSA RIBEIRO, Maria Thereza (ORG) “Dimensão história da sociologia: dilemas e complexidades”. Curitiba: PR, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. **De charque, couros e escravos: a concentração de riqueza, terras e mão-de-obra em pelotas (1850-1890)**. SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”

Ana Elisa Nardo Caseri

Universidade Federal do Mato Grosso, curso de graduação em Psicologia Rondonópolis - Mato Grosso

Carmem Lúcia Sussel Mariano

Universidade Federal do Mato Grosso, curso de graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Educação Rondonópolis - Mato Grosso

RESUMO: Ante a significativa participação da mídia na construção simbólica das representações sobre a infância e juventude e as respectivas repercussões, em especial, no campo educacional no que tange às questões de gênero, corpo e sexualidade, neste estudo, buscou-se analisar como o Programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo de Televisão, abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e os usos que têm sido feitos desses temas pela mídia. Este estudo sustenta-se nos aportes teóricos da Psicologia Social Crítica, dos Estudos Sociais da Infância e dos estudos sobre mídia e infância e na metodologia da Hermenêutica de Profundidade, proposta por John Thompson. Foram identificados quatro episódios (*cases*), cuja análise indicou que a sexualidade de crianças e jovens foi abordada no Programa “Profissão Repórter” pela ótica

negativa, ou seja, associada a questões que envolvem violência, risco, perigo (abuso, pedofilia, gravidez “precoce”) e que tais temas receberam uma abordagem sensacionalista e pouco informativa. Observou-se elementos de espetacularização nos dois *cases* que abordaram o abuso sexual de crianças. Se é inegável que temos o dever de proteger as crianças de toda sorte abusos e violências, não é a partir do espetáculo dessas violências ou da criação de pânico morais que iremos enfrentá-las. Nossa análise visa contribuir para que a mídia reflita sobre sua produção simbólica, entendendo, tal como alerta John B. Thompson, que o plano simbólico não é inócuo, muito pelo contrário, os discursos são constitutivos e constituídos nos diferentes modos de estruturação das práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: discursos sobre a infância e juventude; direitos da criança e do adolescente; mídia e infância.

ABSTRACT: This study addresses the significant participation of the media in the symbolic construction of representations on childhood and youth and their repercussions, especially in the field of education regarding gender, body and sexuality issues. We sought to analyze how the Program “Profissão Reporter”, from Rede Globo de Televisão addressed the themes associated with child and juvenile

sexuality. With the aim to apprehend what senses are being constructed and the uses that have been made of these themes by the media. This study is supported by the theoretical contributions of Critical Social Psychology, Social Studies of Childhood and studies on media and childhood and the methodology of Depth Hermeneutics proposed by John Thompson. Four cases were identified. The analysis indicated that the sexuality of children and young people was addressed in the “Profissão Reporter” Program in negative perspective. It can be associated with issues involving violence, risk, danger (abuse, pedophilia, pregnancy “ precocious “) and that such topics received a sensationalist approach and little information. It was observed elements of spectacularization in two cases that dealt with the sexual abuse of children. If it is undeniable that we have a duty to protect children from all forms of abuse and violence, it is not from the spectacle of such violence or from the creation of moral panics that we are going to confront them. Our analysis aims to help the media reflect on their symbolic production, understanding. According to John B. Thompson, that the symbolic plan is not innocuous, on the contrary, the discourses are constitutive and constituted in the different ways of structuring social practices.

KEYWORDS: discourse about childhood and youth; rights of children and adolescents; media and childhood.

1 | INTRODUÇÃO

A mídia participa da construção social da infância e podemos compreender isto por meio de alguns estudos que abordam criticamente esta participação e a sustentação das relações de poder e dominação em uma perspectiva adultocêntrica (ARFUCH, 1997; NAZARETH, 2004; ANDRADE, 2001; ANDRADE, 2005; PONTE, 2005; CARLSSON e FEILITZEN, 2002; MARIANO, 2010; 2012; MORAES e MARIANO, 2015; ROSEMBERG e ANDRADE, 2012; ROSEMBERG e MARIANO, 2010; MORAES, 2017).

Tendo em vista que principalmente após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), problemáticas da infância e juventude passaram a ter maior visibilidade, principalmente midiática, este estudo parte de uma perspectiva que problematiza como as temáticas da infância e juventude vem sendo introduzidas no debate público, perspectiva esta compartilhada por autores como Andrade (2001); Freitas (2004); Nazareth (2004); Mariano (2010). Tais estudos indagam sobre os repertórios e os recursos retóricos geralmente empregados quando a infância adentra na mídia. Como nos mostra Cristina Ponte (2005), nas sociedades contemporâneas, as crianças carregam forte carga emotiva e, não raro, são usadas como fonte de drama e sensacionalismos. Assim, se, por um lado, é importante que enfrentemos as problemáticas que atingem a infância e juventude, por outro, é importante ficarmos atentos aos usos retóricos que podem ser feitos dessas categorias etárias, principalmente ante as assimetrias de poder nas relações adulto-criança, pois, conforme os Estudos Sociais da Infância têm mostrado, os adultos podem produzir discursos,

ações, campanhas, reportagens em “nome das crianças” que não necessariamente irão beneficiá-las.

É importante ressaltar que consideramos o enfrentamento das mazelas que atingem a infância da maior relevância, entretanto, problematizamos o modo como isto tem adentrado na mídia e que representações de infância isso tem engendrado. A literatura tem mostrado que a infância aparece na mídia em situações específicas: violência, desvio, risco e em situações associadas a sexualidade (PONTE, 2005; MARIANO, 2010; ROSEMBERG e ANDRADE, 2012). Isso porque se tem feito um uso sensacionalista das crianças pela mídia. Conforme salienta Moraes (2017, p. 85), “não raro, os profissionais da mídia utilizam de sensacionalismo para abordar as temáticas da infância e juventude e não ponderam sobre os efeitos perniciosos no modo de produzir essa visibilidade da infância e juventude, que pode, inclusive, gerar pânicos na sociedade”.

Assim, problematizamos que os discursos que foram se instalando após a aprovação do ECA, pode, por um lado, representar um grande avanço para o bem-estar das crianças, mas, também, podem fortalecer dispositivos de controle sobre os corpos das crianças e disseminar pânicos morais, como temos visto em relação à “pedofilia” ou abuso sexual de crianças (MORAES, 2017). Neste sentido, buscamos analisar como o Programa “Profissão Repórter” abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e que usos têm sido feitos desses temas pela mídia.

Tendo em vista que a televisão constitui o meio midiático com maior influência no Brasil, segundo BERBICK (2012) pode-se considerar que o telejornalismo tem um importante papel na construção social e cultural dos telespectadores. Utilizando técnicas audiovisuais como jogo de câmeras, este meio de comunicação promove assim uma poderosa interação junto aos telespectadores.

O programa Profissão Repórter é um telejornal da rede Globo que começou em 2006 como um quadro no Fantástico. O quadro, na medida em que foi ganhando audiência, passou a ser reconfigurado para um programa semanal, comandado pelo jornalista Caco Barcellos, que tem uma carreira de 40 anos de profissão. O telejornal ganhou destaque por ter temas sociais abordados semanalmente e por mostrar os bastidores da produção de notícias. Por retratar de temas sociais, o programa abordou temas como o abuso sexual de crianças, gravidez na adolescência, o início da vida sexual.

Nesta esteira, este estudo, com apoio dos aportes teóricos da Psicologia Social Crítica, dos Estudos Sociais da Infância e estudos sobre Mídia e Infância, realizou o levantamento e analisou o tratamento dado às temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil no programa televisivo *Profissão Repórter* da Rede Globo, a partir de um enfoque crítico sobre o papel da mídia na sociedade contemporânea.

2 | A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA DA MÍDIA

A infância, por muito tempo, foi ignorada para as sociedades ocidentais. Segundo Ariès (1978), na época medieval não havia separação entre o adulto e a criança. O conceito de infância nasceu a partir de uma série de construções sociais. Deste modo, a infância foi construída na modernidade quando começou-se a reconhecer as especificidades e necessidades das crianças. Nesse período, a infância começou a ser vista como símbolo de fragilidade e inocência, principalmente através da Igreja que afirmava a necessidade de isolar os pequenos e protegê-los.

Conforme a pesquisa iconográfica realizada por Ariès (1997), a criança começou a aparecer no século XIII nas pinturas dos anjos das Igrejas. No século XIV a criança ganha uma representação de gênero e aparece não só nas pinturas, mas nos contos, esculturas e na tapeçaria. Foi no século XVII que a infância tornou-se um assunto importante por meio da influência da Igreja e marcou a imagem da criança como um ser inocente, ingênuo e que deve ser protegido (ARIÈS, 1978).

A infância começou a ganhar destaque no campo das políticas no Ano Internacional da Criança (AIC), celebrado em 1979. O AIC tinha a missão de tornar público a importância das necessidades e problemas que a infância passava pelo mundo (ROSEMBERG e MARIANO, 2010). Segundo Mariano (2010), o AIC precisaria constituir um ano de obras promovidas em cada país em favor do avanço da circunstância local das crianças, passaria a instigar o compartilhamento de ações e recursos internacionais para gerar seu bem-estar.

Deste modo, a partir do AIC e da aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), começam a ser produzidos discursos que falam “em nome da criança” e que buscam o reconhecimento de direitos das crianças, e, “no final do século XX, movimentos, tanto no campo científico como em torno dos direitos da criança, contribuíram para que crianças e adolescentes ascendessem ao estatuto de sujeito e à dignidade de pessoa” (MARIANO, 2010, p. 17).

No Brasil, foi principalmente após a aprovação do ECA, em 1990, que discursos e ações relacionados a temáticas que envolvem a sexualidade infantil ganham maiores proporções:

O dia 18 de maio foi instituído pela Lei nº 9.970/2000 como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Desde o ano de 2000, a partir da aprovação do “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil”, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, vem desenvolvendo uma série de programas e projetos sobre o tema que incluem a promoção de campanhas de sensibilização e mobilização” (MARIANO, 2012, p. 2).

Com o tema de combate ao abuso e à exploração sexual infantil em alta nos discursos e nas políticas públicas, a mídia começou a trazer este tema para seus programas e jornais diários. O enfrentamento de tais questões é de suma relevância, entretanto, problematizamos o modo como isto tem adentrado na mídia e que

representações de infância isso tem engendrado.

Discursos sobre a infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social e de estigma, como os que circulam em torno de problemáticas da infância e adolescência associadas à sexualidade e a violência, podem, tal como adverte Feilitzen (2002), atender mais às estratégias sensacionalistas da mídia do que a um tratamento que contribua para uma compreensão dos fenômenos sociais focalizados (MARIANO, 2012, p. 78).

Estudos mostram que as crianças são sub representadas na mídia, mas, quando aparecem, o tratamento dado às crianças é a partir de duas representações contraditórias: como vítimas ou como algozes (PONTE, 2005). Ou seja, quando as representações contemporâneas sobre a infância são abaladas, a criança vira notícia. Assim, ante a representação construída sobre as crianças como seres ingênuos, assexuados, vulneráveis, incompetentes, irracionais, a literatura que aborda a representação das crianças na mídia, mostra que a mídia vem retratando e as crianças como dependentes, passivas, vulneráveis e necessitando proteção (MARIANO, 2010; ANDRADE, 2001; FREITAS, 2004; NAZARETH, 2004; ANDRADE, 2005). Pesquisas nacionais sobre a abordagem da sexualidade infantil na mídia apontam que o tratamento jornalístico para as crianças e adolescentes tende a mostrá-los de um ponto de vista negativo, na sua maior parte com enfoque sensacionalista e associados a temáticas que remetem ao desvio, à violência e à sexualidade (MARIANO, 2012; PONTE, 2005; NAZARETH, 2004; ANDRADE, 2001, MORAES, 2017).

3 | METODOLOGIA

Esta investigação utilizou o método da Hermenêutica de profundidade (HP), proposto por John Thompson (2002), para a exame das formas simbólicas no contexto de comunicação. Este método compõe um referencial que coloca em evidência o objeto de análise em uma construção simbólica expressiva.

A HP é constituída por três fases. A primeira consiste na análise do contexto sócio-histórico de produção e reprodução das formas simbólicas sob análise, no nosso caso, os *cases* do Programa Profissão Repórter que abordaram temáticas relacionadas à sexualidade infantil. Deste modo, esta primeira fase da HP está sistematizada no tópico da revisão da literatura.

A segunda fase da HP é composta pela análise formal ou discursiva, ou seja, é quando é empreendida uma análise das formas simbólicas sob análise. Foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1988), para analisar os *cases* selecionados.

Para constituição do nosso *corpus* de pesquisa, foi realizado um levantamento, abrangendo o início do programa até o ano de 2016, dos episódios (*cases*) do programa Profissão Repórter, selecionando aqueles que abordaram temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil (abuso sexual, pedofilia, prostituição infanto-juvenil,

etc). Esta seleção foi feita após assistir os arquivos de todos os episódios do referido programa que abordaram temáticas da infância e juventude (14 episódios). A partir desse procedimento, foram identificados quatro *cases* que tiveram o foco temático associado à sexualidade infantil, conforme quadro abaixo:

Título do case	Data de veiculação
Gravidez na adolescência	22/11/2011
Abuso sexual de crianças	29/05/2012
Como os adolescentes lidam com o início da vida sexual	13/08/2013
Disque 100 recebe 50 denúncias de abuso sexual de crianças por dia	27/06/2016

Quadro 1: relação de cases analisados

A terceira e última fase da HP é a interpretação/reinterpretação, que consiste na síntese das duas fases anteriores: a articulação dos resultados da análise sócio-histórica e da análise formal ou discursiva. Esta fase implica um movimento novo de pensamento, uma construção criativa por meio da qual se oferece uma interpretação do que é dito ou representado pela forma simbólica sob análise.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os *cases* selecionados foram analisados criticamente, a partir de algumas categorias de análise. A seguir, é apresentada uma breve descrição de cada *case*, seguidos de alguns apontamentos e discussão.

No *case* “gravidez na adolescência”, veiculado em novembro de 2011, a equipe escolheu ir para a capital do Amazonas, Manaus, para fazer uma reportagem sobre o “grande índice de adolescentes grávidas no estado”, conforme uma “pesquisa” feita por uma médica entrevistada durante o programa. Para realização do programa, foram selecionadas três personagens, uma de 13 anos, outra de 15 e a terceira de 11 anos de idade.

A edição do *case* começa com três conjuntos de imagens das três personagens em casa, apresentando os enxovais dos futuros bebês. As personagens, mesmo já tendo sua gravidez apresentada no programa com um “problema”, cada uma delas traz mais um “problema” particular. Luciana, já estava sentindo o preconceito de ser mãe solteira, Laisla engravidou para sair de casa e atender a vontade do namorado e Camila, “obstruiu” a infância para começar uma vida de “adulto”. Uma característica em comum é que todas as personagens são de famílias de baixa renda e vivem com a família.

A análise deste *case* nos leva a destacar o fato de terem sido abordadas somente personagens de baixa renda, sustentando, portanto, um imaginário que as famílias e as adolescentes pobres são irresponsáveis, como se este fenômeno não ocorresse em outras classes sociais. Destacamos, também, a ênfase em apresentar a gravidez

na adolescência como um “problema social”. A literatura vem questionando estes tipos de associação sobre a gravidez/maternidade na adolescência, pois podem sustentar relações de dominação etárias e de classe social (NAZARETH, 2004). Além disso, as personagens tiveram a sua identidade revelada, com exposição dos nomes e imagens, em uma situação em que foram associadas a algo negativo.

O outro *case*, “Abuso sexual de crianças”, veiculado em maio de 2002, começa com a entrevista de uma das personagens chamada Isabelle, de São Gonçalo, Rio de Janeiro, já com o foco na dramática história de vida da personagem, que sofreu abusos dos 8 anos até os 11 anos pelo padrasto, revelando seu nome e seu rosto. Outra personagem que entra em cena em seguida é Joanna Maranhão, nadadora que participou de vários campeonatos importantes de nataação, e que, em 2008, tornou público os abusos sexuais que sofrera aos 9 anos pelo seu treinador de nataação. Ambas as personagens tiveram a exposição de nomes e imagens, entretanto, no caso da primeira, não fica clara a intenção dela em ter sua identidade revelada e associada ao abuso sexual sofrido, algo manifesto em relação à Joanna Maranhão, uma figura pública, com ativismo no combate ao abuso sexual de crianças.

A reportagem segue mostrando a visita realizada pela equipe do programa ao Fórum de Justiça de Porto Alegre, onde entrevistam um Juiz que afirma que 80% dos casos de abusos são de crianças menores de 11 anos. A reportagem dá destaque para o fato daquele Fórum ter sido o primeiro a praticar o “depoimento sem dano”, técnica criada com objetivo de conseguir as respostas no depoimento da criança de uma forma mais “adequada” e este procedimento é detalhado na reportagem, inclusive com a gravação de uma audiência “ao vivo”, trazendo depoimentos reais de crianças que sofreram abuso. Esta gravação foi inicialmente negada pelo juiz, mas, mediante a insistência da equipe de reportagem, foi autorizada a gravação do áudio do diálogo do juiz com a criança.

Na sequência, a equipe mostra o dia a dia das duas personagens principais na tentativa de mostrar como suas vidas seguiram. Depois, em entrevista, perguntam de modo explícito sobre como eram os abusos, por quanto tempo e como elas se sentiam. Porém, a pergunta sobre como era o abuso só foi dirigida para a personagem Isabelle que, obviamente, demonstrou ficar muito incomodada ao responder.

Neste *case*, sobressai o fato de que a abordagem do programa privilegiou personagens que sofreram abuso, portanto, com alto teor dramático. Trazer cenas de crianças relatando abusos sexuais é algo impactante por si só e explorar nuances de situações tão doloridas denota uma abordagem sensacionalista de um tema que constitui um problema tão sério e tão complexo. Além disso, houve desrespeito a imagem de uma das personagens (Isabelle), pois teve sua identidade revelada em situação vexatória ou constrangedora, algo vedado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 17 e 18).

Outro *case* analisado foi “como os adolescentes lidam com o início da vida sexual”, veiculado em agosto de 2013, e teve como foco os seguintes locais: escola, igreja e

família dos adolescentes. O *case* começa mostrando uma pesquisa que revela que, na cidade de Salvador, 36,5% dos alunos do nono ano “perderam sua virgindade”. Para dar “concretude” aos dados, a equipe de reportagem faz perguntas sobre o assunto de “perder a virgindade” com adolescentes de uma escola pública de Salvador.

O programa focaliza os seguintes casos: um casal cujos parceiros escolheram esperar para ter sua primeira relação sexual após o casamento; uma adolescente que engravidou logo quando teve sua primeira relação sexual; um adolescente que já teve sua primeira relação, porém depois que começou a frequentar um grupo da Igreja diz não mais pretender ter relações sexuais até seu casamento; e o caso de um adolescente que namora com uma adolescente de sua sala da escola, sendo que sua família conversa sobre sexualidade e incentiva o uso da camisinha.

Este *case* apresenta que na escola particular onde as famílias são de classes médias e alta a discussão sobre sexualidade gira em torno da religião e o assunto não é discutido dentro de casa, mas somente na escola. Um fato que confirma o tratamento da sexualidade como algo negativo e ligado a valores religiosos foi o diálogo da repórter com uma adolescente grávida, tendo a repórter se reportado ao início da vida sexual como “perda da virgindade”. O termo virgindade vem da igreja Católica quando traz como valor que a mulher solteira perderia sua pureza se tiver relação sexual antes do matrimônio. Assim, a reportagem reproduziu um enfoque moralista e religioso, posto que associou o início da vida sexual à perda, portanto, a algo negativo, que não deveria ocorrer.

O programa também mostrou que nas escolas públicas o assunto sexualidade é mais discutido e que, para a equipe do programa, na escola pública a maioria dos(as) alunos(as) já iniciaram a vida sexual, gerando uma construção simbólica de que somente os adolescentes das classes mais baixas teriam maior incidência de vida sexual ativa e “gravidez na adolescência”.

Além desses aspectos, só foram mostrados casos ou personagens heterossexuais, silenciando sobre relações homoafetivas, biefetivas ou outras formas de expressão do desejo. Portanto, a reportagem teve um crivo heteronormativo e contribuiu para, no plano simbólico, naturalizar a heterossexualidade como padrão a ser esperado para quem está iniciando a vida sexual.

O último *case* é o “Disque 100 recebe 50 denúncias de abuso sexual de crianças por dia”, veiculado em junho de 2016, e o foco da equipe do programa foi em casos de condenados por abuso de menores de idade. Ao iniciar o programa, ao som de sirenes de polícia, já é anunciado que serão entrevistados personagens condenados por abuso sexual de crianças e que serão mostrados os traumas causados por estes crimes. Os principais personagens da reportagem são um agressor que foi preso por abusar de meninos e meninas durante a aula de informática, um agressor diagnosticado com pedofilia e um agressor que abusava de sua enteada mais velha e ficou 8 anos foragido até ser preso.

No caso do personagem pedófilo é focado o diagnóstico médico do abusador

como portador da “doença de pedofilia”, mostrando os remédios que toma diariamente e falas sobre o tratamento e sobre o que sentia, em termos de desejo, em relação a crianças. Neste caso, a equipe do programa também entrevista um médico psiquiatra que afirma que somente 20% dos casos de abusos os agressores são portadores da doença, entretanto, o enfoque da reportagem é todo sobre “pedófilos”, levando a uma construção de sentidos de que os abusos sexuais contra crianças estariam associados somente à pedofilia.

O espetáculo também foi a tônica deste *case* e mais uma vez fica claro o enfoque na patologização dos agressores, retirando, assim, o caráter cultural que motiva tais agressões, ou seja, desfoca dos aspectos machistas, sexistas, patriarcais e adultocêntricos de nossa sociedade que levam ao abuso de crianças e adolescentes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os *cases* analisados indicam que a sexualidade de crianças e jovens foi abordada, foi abordada no Programa “Profissão Repórter”, em sua maioria, pela ótica negativa, ou seja, associada a questões que envolvem violência, risco, perigo (abuso, pedofilia, gravidez “precoce”) e que tais temas receberam uma abordagem sensacionalista e pouco informativa, além de revelar a identidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Os programas buscavam em alguns *cases* se embasar em pesquisas, como no *case* sobre “gravidez na adolescência”, que utilizou a pesquisa de uma médica chamada Ione Rodrigues, do Amazonas. Ao partir de uma a pesquisa médica, o programa busca legitimidade para tratar do tema e acaba patologizando e generalizando que toda “gravidez na adolescência” seria problemática. A sexualidade, portanto, é apresentada como risco, como perigo, como algo a se prevenir. Além disso, ao apresentar casos de “gravidez na adolescência” somente de meninas pobres, contribuiu para a construção simbólica de que este seria um fenômeno restrito às classes empobrecidas e enseja estereótipos negativos sobre a sexualidade de meninas pobres (promiscuidade, irresponsabilidade), bem como enseja políticas de controle sobre as famílias pobres.

No *case* sobre “abuso sexual infantil”, o programa, na ânsia de mostrar a “inovação” do “depoimento sem dano”, explicita que, por várias vezes, o juiz tenta forçar a criança a falar sobre o assunto. Em um dos depoimentos mostrados, a criança não quer falar para psicóloga e chora, o juiz vai até a sala da psicóloga e questiona a criança até ela concordar em falar. Neste caso, os repórteres tentam entrar para filmar e, ao serem barrados, insistem em pelo menos gravar o áudio do juiz falando com a criança. Essas atitudes mostram o quanto o programa e o juiz foram invasivos com uma criança em uma situação tão dolorosa e constrangedora. A equipe do programa deixou claro que se preocupava mais em coletar cenas impactantes para reportagem do que em respeitar a criança e seus direitos. Portanto, importou mais o espetáculo daquela

situação em si do que colocar a criança a salvo de situação vexatória, inclusive, sem o cuidado de preservar sua identidade.

Ao analisar os *cases* selecionados foi possível perceber que o programa analisado aborda de modo sensacionalista as temáticas associadas à sexualidade infantil e que, no caso das temáticas do abuso sexual e gravidez na adolescência, com foco predominante na exposição das vítimas, mesmo que isso viole os direitos das crianças e adolescentes. Além disso, a sexualidade de crianças e jovens só é abordada pelo viés negativo: do abuso, da violência, do risco da gravidez, ensejando a construção da imagem de “crianças em perigo”.

Se é inegável que temos o dever de proteger as crianças e adolescentes de toda sorte abusos e violências, não é a partir do espetáculo dessas violências ou da criação de pânicos morais que iremos enfrentá-las. Há outras dimensões da sexualidade de crianças e adolescentes que precisam também ser consideradas, por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos de crianças e jovens, inclusive para que tenham informações adequadas, conforme as respectivas faixas etárias, tanto para se protegerem do abuso sexual, como para poderem ter atitudes saudáveis e fazerem escolhas responsáveis.

Entendemos a mídia como uma caixa de ressonância da sociedade, por isso, analisar suas produções é, de certa forma, apreender os sentidos gerados e compartilhados em uma sociedade. Por outro lado, a mídia pode tanto sustentar a produção de estereótipos, como provocar mudanças de olhares. No caso de nossa análise, embora seja patente o intuito do Programa em denunciar problemáticas da infância, por vezes, recai no que Rosemberg e Andrade (2012) denominaram de “armadilhas do discurso”, ou seja, uma produção discursiva estigmatizadora contra os mesmos grupos sociais que se busca defender.

Portanto, nossa análise visa contribuir para que a mídia reflita sobre sua produção simbólica, entendendo, tal como ensina Thompson (2002), que o plano simbólico não é inócuo, muito pelo contrário, os discursos são constitutivos e constituídos nos diferentes modos de estruturação das práticas sociais.

REFERÊNCIAS

ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). **Infância na mídia**. A criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira. Relatório 2003/2004. Ano 10, n. 14, julho/2005. Disponível em: <http://www.andi.org.br/>

ANDRADE, L. F. **Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ANDRADE, M. P. de. **A categoria ‘meninos de rua’ na mídia: uma interpretação ideológica**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ARFUCH, L. **Crímenes y pecados: de los jóvenes en la crónica policial**. Buenos Aires: Cuadernos del Unicef, 1997.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1988.

BERBICK, C. **Profissão Repórter e a construção da infância**: a idealização, a marginalização e o senso comum. Porto Alegre, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CARLSSON, U.; FEILITZEN, C. V. (Orgs). **A criança e a mídia**: imagem, educação, participação. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

MARIANO, C. L. S. Usos da infância: algumas considerações sobre a valorização do agendamento na mídia do tema do “abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”. In: SOUZA, L. L.; SALGADO, R. G. (Org.) **Infância e juventude no contexto brasileiro**: gêneros e sexualidades em debate. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p. 63-85.

_____. **Direitos da criança e do adolescente: os marcos legais e a mídia**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MORAES, J. C. de O. S. **Discursos sobre a temática do abuso sexual de crianças e da pedofilia na mídia escrita**. Rondonópolis, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso.

_____; MARIANO, C. L. S. Infância, mídia, abuso sexual: fatos e textos dos discursos jornalísticos. **Anais do Congresso de Pesquisa em Educação**, 2015. Rondonópolis/MT.

NAZARETH, L. **O discurso da mídia sobre a adolescente grávida**: uma análise da ideologia. São Paulo, 2004. 187 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PONTE, C. **Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

ROSEMBERG, F. e ANDRADE, M. Infância na mídia brasileira e ideologia. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (ORGs). **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 285-307.

_____. e MARIANO, C. L. S. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

APÊNDICE

Cases analisados

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA. **Profissão Repórter**. Manaus: Rede Globo, 22 de novembro de 2011. Programa de TV.

ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS. **Profissão Repórter**. São Paulo: Rede Globo, 29 de Maio de 2012. Programa de TV.

COMO OS ADOLESCENTES LIDAM COM O INÍCIO DA VIDA SEXUAL. **Profissão Repórter**.
Salvador: Rede Globo, 13 de Agosto de 2013. Programa de TV.

DISQUE 100 RECEBE 50 DENÚNCIAS DE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS POR DIA. **Profissão Repórter**. São Paulo: Rede Globo, 27 de Julho de 2016. Programa de TV.

EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Maria Almerinda de Souza Matos

PPGE/Universidade Federal do Amazonas – AM

Cátia de Lemos

Universidade Federal do Amazonas – AM

Claudenilson Pereira Batista

Universidade Federal do Amazonas - AM

RESUMO: O artigo foi elaborado a partir da experiência dos autores, que são profissionais da Gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Manaus/AM e instituições parceiras, como é o caso do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD/FACED da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Biblioteca Braille do Amazonas, dentre outras. Teve como objetivo relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. A capacitação foi solicitada pela gestora escolar, pois, percebeu que tanto a professora quanto a mãe precisavam de orientação e auxílio no processo de ensino-aprendizagem da criança. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma revisão da literatura pertinente, buscando o aporte teórico referente à Educação Inclusiva, Educação Especial e, mais especificamente, da deficiência visual, para subsidiar o relato. Optou-se por uma pesquisa em uma abordagem qualitativa,

Lüdke (2013) com um enfoque nos estudos dialéticos de Sánchez Gamboa (2013). Os instrumentos para a coleta de dados foram a observação direta e os relatos da professora e da mãe por meio de entrevistas abertas com o auxílio de um roteiro aplicado não rigidamente. Os resultados demonstraram uma mudança de posturas da professora e da mãe em relação à criança, culminando no fortalecimento da parceria família/escola. Enfim, acredita-se que a inclusão não será possível enquanto toda a sociedade não estiver engajada na luta pela construção de um novo paradigma educacional, ensinando ao mundo relações mais éticas, solidárias e que valorize as singularidades de cada ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Deficiência Visual. Formação Continuada.

EDUCATION FOR CHILDREN WITH VISUAL IMPAIRMENT: THE ROLE OF CONTINUING EDUCATION

ABSTRACT: This article was written from the authors' experiences, who have been acting as professionals at the Management of Special Education in the Municipal Department of Education - SEMED / Manaus / AM, and other partner institutions, such as the Federal University of Amazonas / UFAM Differential

Psychopedagogy Center of Studies and Research - NEPPD / FACED, the Braille Library of Amazonas, among others. The objective is to report the advances in education for a blind child considering the mother's and the teacher's continuing education. Qualification was requested by the school principal, as it was noticed the need for guidance for them both, the teacher and the mother, in the child's teaching-learning process. In order to reach the proposed objective, the pertinent literature was reviewed, on theoretical contribution referring to Inclusive Education, Special Education and, more specifically, Visual Impairment, to support the report. A qualitative approach on the research was chosen, Lüdke (2013) focusing on dialectical studies of Sánchez Gamboa (2013). Direct observation, open and no script rigid interviews with the teacher and the mother were the instruments for data collection. It was shown by the teacher and the mother a change of positions towards the child as a result, what strengthened the partnership between family/school. Finally, it is believed that inclusion will not be possible if the society as a whole is not engaged on struggling for the construction of a new educational paradigm, teaching more ethical, solidary relations and valuing each human being singularities.

KEYWORDS: Inclusive Education. Visual impairment. Continuing Education

INTRODUÇÃO

As diversas transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e científicas do mundo contemporâneo exigem cada vez mais uma educação que forme os trabalhadores para o mundo do trabalho, instaurando um sentimento de competição acirrada, comportamentos padronizantes e padronizadores.

Neste contexto global, a Educação, muitas vezes, é mecanicista e reproduz mansamente a lógica capitalista, conteudista e acrítica da sociedade.

No cenário educacional, Lemos (2008) alerta que a educação desponta como alvo de errôneas interpretações por parte de profissionais que não aprenderam a ser educadores, pois educar, para eles, tornou-se um fardo pesado demais onde não existe espaço à reflexão, à pesquisa, ao compromisso responsável e ao projeto de uma nova concepção educativa.

Na contramão desse processo mercadológico e que visa somente o lucro, propõe-se uma educação que perpassando pela formação epistemológica e acadêmica, também indispensáveis ao profissional da educação, possibilite uma formação humanística, incentivando os professores a viver no mundo em convivência saudável com a diversidade.

Assumindo essa concepção, este artigo foi um dos resultados do trabalho denominado Assessoramento Pedagógico e Formação Continuada Docente, desenvolvido pelos profissionais da Gerência de Educação Especial da – SEMED – Manaus/AM, cumprindo as exigências do Decreto 6.571/08, que visa garantir aos estudantes com deficiência uma educação de qualidade, como um processo sócio-

histórico e não a serviço das elites dominantes.

Em conformidade com o pensamento de Machado (2008, p. 36) o atendimento educacional especializado – AEE é: “[...] um serviço da educação especial que tem por objetivo garantir ao aluno com deficiência serviços e recursos de acessibilidade ao conhecimento e aos ambientes escolares”.

Assim, durante os anos letivos compreendidos entre 2009 e 2012 foram realizados acompanhamentos a 152 alunos da rede pública municipal, com diferentes graus de deficiência visual. Destes, destaca-se o caso de uma estudante com (08) oito anos de idade, matriculada em uma escola municipal e cursando o 1º. ano do Ensino Fundamental. Escolheu-se este caso, obedecendo aos critérios de localização geográfica da escola e condições socioeconômicas desfavoráveis da família em contraste ao grande interesse da criança em aprender. Segundo a escola, a referida estudante apresentava dificuldades para enxergar, o que dificultava o processo de aprendizagem na leitura, na escrita e na realização de cálculos matemáticos, além das dificuldades da docente e de todos da turma em aprender como lidar com as especificidades da aluna.

O primeiro contato da equipe de assessoramento pedagógico com a escola se deu em março/2009 para conhecer a dinâmica nas relações entre a estudante e os demais atores que compõem o espaço escolar. A partir desse primeiro contato, foi possível:

1. Obter uma cópia do laudo médico (Documento que atualmente não é mais obrigatório para que o aluno receba o atendimento pedagógico específico, conforme a nota técnica nº 4/14) da criança, detectando que ela possuía acuidade visual muito reduzida e uma fotofobia (sensibilidade excessiva à claridade solar) agravada pela ausência do uso de óculos escuros;
2. Realizar algumas mudanças significativas no ambiente da sala de aula (sugeriu-se que a professora confeccionasse uma cortina de TNT com as crianças para minorizar a claridade excessiva da classe e evitasse plastificar os cartazes para não causar a reflexologia (é quando a claridade reflete no cartaz plastificado, incidindo no cristalino um brilho excessivo nos olhos, ocasionando um desconforto visual);
3. Promover adequação curricular, demonstrando como se constitui o currículo funcional. Segundo pressupostos de Pastor (1995) e Cerqueira (S/D), Currículo Funcional é construído, adaptando os componentes da matriz curricular, conforme às necessidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Desse modo foi possível também adaptar as atividades de Educação Física, visita à biblioteca escolar, aulas de informática e participação ativa dos estudantes com ou sem deficiência em todas as festividades oferecidas pela escola;
4. Remover mobiliários nos corredores da escola como um todo, a fim de garantir uma melhor acessibilidade arquitetônica e, na preservação do direito de ir e vir, de acordo com a Constituição Federal (1988) e a trafegabilidade com autonomia e independência, como pressupõe as Leis 10.048/00 e 10.098/00, respectivamente. Na ocasião, também foi possível apresentar o

ambiente escolar à criança para que pudesse construir um mapa mental do espaço geográfico que a cercava, facilitando a locomoção com segurança;

5. A mãe, por sua vez, foi convidada a participar de todas as etapas da formação em conjunto com a escola. Depois, em um contato individual com a equipe de Assessoramento pedagógico, realizaram momentos de entrevistas abertas na tentativa de conhecer melhor a relação estabelecida com a filha. No que se referia às ações executadas diariamente no ambiente familiar, foi possível constatar: a) ausência de conhecimento acerca dos direitos, em relação à deficiência visual e no convívio com a criança; b) Devido as dificuldades socioeconômicas relatadas pela mãe, que a casa onde a criança residia não oferecia infraestrutura necessária, mas, apesar das condições precárias, a mãe explicou que se esforçava muito para que não faltasse o alimento, o médico e a escola; c) Em um dado momento, a mãe desabafou dizendo que não incentivava a filha a estudar, pois, não acreditava que ela seria capaz de aprender. Por esse motivo, não queria alimentar falsas esperanças na menina.

Dessa maneira, para propiciar a formação continuada dos profissionais da escola e, principalmente, a professora que atendia diretamente a estudante em sala, ofereceu-se a palestra: Sensibilizar para Incluir, Inspirada nos pressupostos do Projeto "Educar na Diversidade" MEC (2003). Esse projeto estimulou a formação continuada em serviço para esclarecer conceitos sobre Inclusão Social e Educacional, Legislação e algumas estratégias de ensino para pessoas com deficiência. Essa formação continuada é geralmente oferecida para todos os funcionários da escola.

As estratégias utilizadas nessa palestra foram dinâmicas de vivências (com situações vivenciadas pelas pessoas cegas ou com baixa visão), vídeos sobre a importância da Educação Inclusiva e situações da vida prática envolvendo pessoas com deficiência visual. É notório que tais momentos são muito salutares, principalmente, quando são relatadas as experiências vivenciadas pelos próprios professores cegos (que também são palestrantes e profissionais da Educação na SEMED/Manaus/AM). Um dos pontos altos deste momento foi quando os profissionais cegos relataram suas trajetórias de vida, seus projetos para o futuro e o quanto é importante para uma pessoa com deficiência sentir-se parte do meio social, por ser um sujeito de direitos, respeitado por todos independentemente de qualquer diferença.

Com a finalidade de complementar o conhecimento obtido, foi realizada na própria escola a Formação "Abrindo os olhos", com carga horária de 20h, consistindo em noções básicas sobre:

- a. O aprendizado do Sistema Braille, (Sistema de escrita e leitura utilizado pela pessoa cega);
- b. Sorobã (utilizado para realizar cálculos matemáticos);
- c. Algumas técnicas de Orientação e Mobilidade.
- d. Apresentação de materiais pedagógicos confeccionados em alto relevo, com objetos recicláveis, como papelão, caixas diversas, retalhos de te-

cidos e texturas, entre outros, objetivando mostrar aos alunos com deficiência visual as informações táteis, por intermédio de imagens e objetos concretos.

Neste contexto, o artigo foi elaborado, na tentativa de esclarecer aspectos da educação de pessoas com deficiência visual e a importância da participação em todas as atividades da instituição onde se desenvolvem os processos educacionais.

A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Considera-se de acordo com estudos de Sá, Campos e Silva, (2007) pessoa com deficiência aquela que apresenta algum impedimento, de natureza física, mental ou sensorial. Diante de diversas barreiras existentes na vida cotidiana, pode apresentar restrição quanto à participação plena e efetiva em diversos âmbitos da convivência social.

A pessoa com deficiência visual não se difere dos demais, principalmente, no que diz respeito às normas, disciplina, direitos e deveres, mas também necessita de um ambiente estimulador e, como afirma Edler Carvalho (2006) favorável à construção da própria aprendizagem.

A capacidade de ver e interpretar as imagens visuais depende fundamentalmente da função cerebral de receber, codificar, selecionar, armazenar e associar essas imagens a outras experiências anteriores. A formação da imagem visual depende de uma rede integrada, de estrutura complexa, da qual os olhos são apenas uma parte desses sistemas, envolvendo aspectos fisiológicos, sensório-motores, perceptivos e psicológicos.

Sabe-se que a visão detecta de forma instantânea 85% dos estímulos do ambiente. Assim, a cegueira, conforme Sá, Campos e Silva, (2007, p.15) é: “[...] uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão [...]”, afeta o modo de perceber esses estímulos, como cor, tamanho, forma, posição e outros. Pode ser de natureza congênita ou adquirida, advinda de causas orgânicas ou acidentais.

Neste sentido, a escola pode incentivar a aprendizagem, motivando o estudante a desenvolver a autonomia para superar dificuldades e conflitos familiares, sejam de ordem emocional, psicológica ou social, que influenciam diretamente no desenvolvimento. Para Chacon (In: AMIRALIAN, 2009, p.57) além da escola ser o: “[...] local privilegiado de aprendizagem acadêmica e desenvolvimento social, também pode ser uma importante rede de apoio às famílias no processo educacional de seus membros”.

Neste contexto, no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, a observação atenta de alguns sinais de alerta na escola torna-se fundamental, tais como: franzir a testa, esfregar os olhos, piscar excessivamente, vista vermelha ou cansada, irritabilidade, dores de cabeça constantes

ou se aproximar demasiadamente do quadro-branco para realizar a leitura, são indícios importantes.

Este fato foi percebido durante as visitas à sala de aula, devido às inúmeras dificuldades apresentadas pela estudante pesquisada.

Segundo a professora a criança pediu da mãe diversas vezes para ir a um médico, mas, a família não a levava por não acreditar que ela seria capaz de aprender.

Com esse pensamento, poucos pais investem no desenvolvimento e formação das pessoas com deficiência, acarretando, muitas vezes, no insucesso escolar.

Observando por esse prisma, Chacon (In: AMIRALIAN, 2009, p.57) esclarece que: "A família tanto pode ser uma rede de apoio quanto impeditiva na concretização do processo educativo" dos pequenos aprendizes.

Segundo o art. 32 da LDBEN 9.394/96, atualizada em abril de 2013,

o Ensino Fundamental compõe a Educação Básica, sendo obrigatório e gratuito aos educandos na faixa etária entre 4 e 17 anos (com duração de 9 anos letivos) e tem como objetivo primordial a formação básica do indivíduo, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, obtendo o domínio da leitura, escrita e cálculo, além da compreensão do ambiente que o cerca e de habilidades, atitudes e valores necessários à vida em sociedade.

Como afirma a Legislação Brasileira, é um direito à educação fundamental para todas as crianças de 04 a 17 anos e a privação, adiamento ou impedimento de tal direito, acarretará em uma série de sanções punitivas, seja por descompromisso da família ou do Estado brasileiro.

Com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Decreto 6.571/08, todos devem ter acesso à escola comum. A inclusão educacional implica no reconhecimento e atendimento às diferenças individuais dos alunos, evitando que se transformem em desigualdades e barreiras para o aprendizado. Para Ropoli (2010, p. 09):

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula.

De acordo com Lemos (2013, p.201), a concepção inclusiva vai depender muito da maneira que: "[...] o professor encara as possibilidades e limites de seus alunos, bem como instigar novos olhares e novas concepções [...]", a partir dos conhecimentos que os alunos já trazem do ambiente familiar.

Percebe-se com isso que para a escola ser de fato inclusiva, necessita do empenho de todos da comunidade escolar, onde cada um desenvolva um papel de compromisso e responsabilidade, enfatizando o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos.

Ropoli (2010, p. 10) conclui que essas mudanças "[...] não acontecem por acaso nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola,

explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico " PPP", onde são elencadas as metas que a escola quer realizar, decididas a partir de uma gestão escolar democrática, respaldando-se em Gadotti (2004), Frigotto (2010), Gentili (2013), entre outros.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O princípio da inclusão requer uma filosofia de educação que busque a qualidade para todos, devendo a escola atender todos os indivíduos, sem discriminação, de acordo com a Constituição Federativa do Brasil (1988). A LDBEN 9.394/96, atualizada em abril de 2013, em seu capítulo V, art. 59, aponta que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, bem como professores do ensino regular, para a integração desses educandos nas classes comuns.

Embasados nestes princípios, faz-se necessário um novo olhar sobre a formação docente com vistas à atuação de qualidade na educação inclusiva e no atendimento aos alunos com deficiência visual, pois diante dessa realidade, são muitas as inquietações do professor, conforme cita Edler Carvalho (2006, p. 88):

[...] uma das questões problemáticas para muitos de nossos professores é: como desenvolver a prática pedagógica comum para todos e, ao mesmo tempo, sensível à diversidade, às diferenças individuais? Consideram-se despreparados para a tarefa porque a formação que receberam habilitou-os a trabalhar sob a hegemonia da normalidade. Não foram qualificados para o trabalho com diferenças individuais significativas, o que também representa mais uma necessidade de ultrapassagem: a qualidade da formação inicial e continuada de nossos educadores.

Em consonância com a autora, muitos professores se julgam inseguros e despreparados para acolher e educar crianças com deficiência porém, se tal formação não é oferecida nos cursos universitários, é o próprio professor quem precisa se desafiar na busca de novas metodologias, novos saberes e novos jeitos de ensino e de aprendizagem, pois, a educação exige demandas que a formação generalista não consegue mais dar conta sozinha.

Para isso, é necessário que os professores também estejam envolvidos e comprometidos com uma educação que atenda a diversidade existente nas classes escolares. Nessa perspectiva, Figueiredo (2002, p. 75) aponta o despreparo de alguns professores frente à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, afirmando que:

Alguns professores reclamam que a sala regular não é o espaço de aprendizagem para crianças com deficiência. Outros, embora reconheçam esse lócus como legítimo para todas as crianças, manifestam medo, dúvidas e ansiedades diante da criança, cuja demanda temem estar além de suas possibilidades.

Tais inquietações tornam-se cada vez mais recorrentes, visto que não afligem

somente aos professores que atendem alunos com deficiência, mas, principalmente, àqueles que ainda não trabalharam com essa realidade.

Como remonta os estudos de Omote (In: MARQUEZINE et al, 2001), essa nova visão inclusiva requer valores construídos e assumidos pelo educador que se contrapõem aos velhos hábitos enraizados negligenciadores das reais necessidades dos alunos excluídos, crenças que se cristalizam no decorrer da história, fortalecendo o descompromisso com os alunos, tratando-os como subprodutos de um processo no qual eles deveriam ser os principais sujeitos.

O que Omote (In: MARQUEZINE et al, 2001) revela foi percebido durante as visitas à sala de aula da aluna pesquisada, pois segundo a docente, o que a estimulava na busca de novos conhecimentos era perceber a força de vontade da criança em estudar para aprender a ler e escrever. A professora alegou também que o desejo da menina era o que mais a motivava a não negligenciar ou ignorar as necessidades que iam se apresentando no decorrer das aulas.

Para a efetivação e êxito deste trabalho, urge como imprescindível uma ação coletiva, planejada e dialogal, como lembra Guareschi (2003), onde cada agente educativo exerça um papel solidário e cidadão, pois, somente quando se coloca no lugar do outro, aprende-se a lutar pelos direitos iguais para todos.

RESULTADOS OBTIDOS

A educação da pessoa com deficiência visual no ensino público exige envolvimento de todos os que buscam uma escola aberta às diferenças. Após a realização das ações de assessoramento pedagógico e cursos de formação continuada, percebeu-se a professora mais disposta e dinâmica, buscando aprender rapidamente as novas metodologias e estratégias.

A professora passou a desenvolver um trabalho pedagógico mais articulado e voltado ao atendimento das especificidades de todos os alunos. O embasamento teórico recebido contribuiu para a ressignificação da própria prática pedagógica, tornando-a mais lúdica e enriquecedora, como relata na fala: “Eu me sentia angustiada, não queria excluir, mas, também não sabia o que fazer. Quando vocês chegaram, as coisas foram clareando e eu aprendi a lidar com a situação”.

Com este comentário, a professora também demonstrou maior segurança em desenvolver novas atividades, experimentando o que dava certo ou não no processo educacional da aluna com deficiência visual presente de fato e de direito na classe.

Com essa consciência, Morin (2004, p.13), explicita que, a educação contínua ou continuada é aquela: “{...} que se dá no processo de formação constante, de aprender sempre, de aprender em serviço, juntando teoria e prática. Refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações”.

A mãe relatou que a cada progresso da filha, mostrava-se animada e ávida por

mais conhecimento nessa área. Assim, passou a acompanhar a filha em todas as atividades escolares, desde reuniões de pais até os deveres de casa. Para além das oportunidades que teve de aprendizado, desenvolveu o fortalecimento dos laços afetivos com a filha. Admirada pelo progresso que a criança obteve em tão pouco tempo, a mãe revela:

Antes, eu pensava que ela não ia conseguir fazer nada e ficava preocupada, fiz o curso e me deu esperança de ajudá-la em casa. Quando vi ela lendo a primeira letra, eu chorei muito e sei que ela vai conseguir chegar muito longe.

A aluna está frequentando a sala de recursos multifuncionais (SRM) em uma escola próxima de casa e já sabe ler e escrever, bem como realizar cálculos diversos no Sorobã e muito desse sucesso se deve ao esforço e orientação da professora e da mãe da aluna, que passou a acreditar mais no potencial da filha e acompanhar a educação dela tanto na escola quanto nos espaços de interação social.

Contudo, assinala-se que a família é o primordial suporte para o sucesso de uma pessoa, seja na vida pessoal ou profissional, de modo que precisa estar sempre atenta para não se tornar mais um aparelho ideológico do Estado, legitimador de comportamentos padronizantes do *status quo*, como relembra Engels (1984, p.124) que: "A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema" de acordo com os valores em que acredita.

CONCLUSÕES

Com base na experiência aqui relatada, concluiu-se que foi imprescindível acompanhar esse trabalho e perceber o desenvolvimento e aprendizado da aluna e como a aproximação familiar, elevou a autoestima, a autoconfiança e a valorização pessoal.

A turma toda ganhou com essa nova forma de aprender, baseada no respeito às diferenças existentes nos mais diversos âmbitos sociais. A partir desta experiência, os colegas passaram a respeitar e contribuir com a aprendizagem da aluna em questão. A escola também construiu um novo olhar sobre as atitudes e práticas em relação à inclusão de todos, inclusive dos alunos com deficiência visual no ambiente escolar.

Para melhor contribuir com o rápido diagnóstico de uma possível deficiência visual, recomenda-se que quaisquer suspeitas que os professores observem nas crianças, conversem com os pais e os oriente a levarem os filhos ao médico, pois a presença marcante da família em parceria com a escola é o maior suporte do aluno com ou sem deficiência para a obtenção de sucesso.

Recomenda-se, também que a professora escreva as experiências e evoluções dos estudantes com deficiência, para que tais apontamentos sirvam como um caminho a ser percorrido por futuros professores daquela criança.

Uma informação importante para a pesquisa, foi que a equipe de Assessoramento Pedagógica, em parceria com as escolas estaduais, detectou que a referida aluna, em 2019, está frequentando o 3º. Ano do Ensino Médio, sendo uma das mais aplicadas da turma. Ela contou à mãe que pretende cursar Pedagogia, para ajudar outras pessoas cegas a descobrirem, como afirma Câmara (1995, p. 144) que é: “[...] possível ter olhos apagados e ter olhar”.

A este respeito, Lemos (2008) assegura que a Inclusão é um projeto em pleno desenvolvimento e do qual não podemos mais fugir, porque, como acrescenta Gadotti (2004, p. 40), as pessoas não terão acesso a uma Educação emancipatória e libertadora, enquanto todos sejam “[...] trabalhadores ou não trabalhadores em Educação, Estado e Sociedade Civil – não se interessarem por ela” verdadeiramente.

Acredita-se, enfim, que uma Educação para todos supõe todos os segmentos sociais engajados lutando em prol da Educação, numa ação refletida, planejada e concretizada, não somente pela escola, mas por todos que dela fazem parte, direta ou indiretamente.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Helder. **Um olhar sobre a cidade**. São Paulo: Paulus, 1995.

CERQUEIRA, Maria Teresa Almeida. **Currículo Funcional na Educação Especial para o Desenvolvimento do Aluno com Deficiência Intelectual de 12 a 18 anos**. Disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1068-4.pdf. Acessado em 16 2 19

CHACON, Miguel Cláudio Moriel. **Família e Escola: uma parceria possível em prol da inclusão?** In: AMIRALIN, Lúcia Toledo Moraes, (Organizadora). **Deficiência Visual: perspectivas na contemporaneidade** – 1. Ed. São Paulo: Vetor, 2009

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

ENGELS Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUSA, Vanilton Camilo de (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 9a. Ed. 2010

GADOTTI, Moacir; José F. Romão (orgs). **Autonomia da Escola – Princípios e Propostas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação** 19. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Coleção estudos culturais e educação)

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: Alternativas de mudança**. 54. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

JUSTAMAND, Michel. **Neoliberalismo: a máscara atual do capital**; Alexa Cultural. São Paulo: 2017.

LEMOS, Cátia de. Formação e Práxis do Professor Cego ou com Baixa Visão de Manaus. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Manaus, AM: 2008.

_____, Cátia de. O sujeito com deficiência visual: o olhar que supera barreiras. In: MATOS, Maria Almerinda de Souza, Organizadora. **Experiências interdisciplinares à luz das políticas inclusivas e práticas no contexto Amazônico**. – Manaus: Editora Vitória, 2013.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MACHADO, Rosângela. Inclusão Escolar – Estou preparado? In: **Revista Aprendizagem**. Ano 2, n.05, mar/abr 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 9.^a ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2004.

OMOTE, Sadao. “A concepção de deficiência e a formação do profissional em Educação Especial”. In: **Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial II**/Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia Almeida, Eliza Dieko Oshiro Tanaka (Orgs.); apresentação Sadao Omote. Londrina, São Paulo: UEL, 2001.

PASTOR, G. C. **Uma Escolea Comum para Ninos Diferentes: La Integracion Escolar**. Barcelona: EUB, 2 ed revisada e atualizada, 1995.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza - Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SÁ, Elizabeth Dias de, CAMPOS, Izilda Maria de & SILVA, Myriam B. Campolina. **Deficiência Visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. (Coleção Atendimento Educacional Especializado - AEE).

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**. Chapecó: Argos, 2013

SANFELICE, José Luis. **Inclusão Educacional no Brasil: Limites e Possibilidades**. In: Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas: n. 21, p. 29-40, novembro 2006

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **LEI Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000** - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm, Acessado em 7 2 19.

_____. **LEI Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm, Acessado em 7 2 19.

_____. **LEI nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996** – LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 20 de dezembro de 1996 e atualizada em abril de 2013, por meio da Lei nº

12.796/2013. Disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acessado em 14 1 16.

_____. **Decreto 3.956 de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Aprovado pelo Conselho Permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999) disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/legislacao-internacional/guatemala.pdf/view>. Acessado em 13 de fevereiro de 2019.

_____. Decreto 6.571/2008 do Ministério da Educação institui a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília; MEC, 2008

_____. **NOTA TÉCNICA Nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE do Ministério da Educação** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Diretoria de Políticas de Educação Especial. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.

ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI

Marcia Scavinski

Universidade Estadual do Centro-Oeste/
UNICENTRO - DEHIS, Irati-PR

Valter Martins

Universidade Estadual do Centro-Oeste/
UNICENTRO, DEHIS, Irati-PR

RESUMO: O Brasil é um país rico em sua cultura e as religiões desempenham um papel significativo na vida da população. O místico e o sagrado se misturam em práticas e rituais, geralmente transmitidos de geração em geração. Neste contexto as benzedeadas se destacam por manterem a tradição, unir a fé e o misticismo com práticas curativas por meio de suas benzeduras. Assim, neste texto analisamos mudanças e permanências nas práticas e no ofício dessas benzedeadas ao longo do tempo. Buscamos compreender as suas práticas curativas, investigando a memória dessas mulheres a partir de depoimentos, relacionando com a história da religiosidade popular.

PALAVRAS-CHAVE: Benzedeadas; religiosidade/sagrado; práticas de cura; Rebouçadas/PR.

ABSTRACT: Brazil is a country rich in its culture and religions play a significant role in the life of the population. The mystic and the sacred mingle in practices and rituals, usually handed

down from generation to generation. In this context the healers stand out for keeping the tradition, uniting faith and mysticism with healing practices through their blessings. Within this context, this text sought to carry out a study on the changes and permanences in the practices and the office of these healers over time. We seek to understand their healing practices, investigating the memory of these women from testimonies, relating to the history of popular religiosity.

KEYWORDS: Healers; religious / sacred; healing practices; Rebouçadas / PR.

1 | INTRODUÇÃO

As práticas e os altares das benzedeadas são o tema deste estudo. Estas guardiãs dos saberes tradicionais atuam de maneira significativa na cidade de Rebouçadas/PR. Contudo, assimilam novos saberes e novos elementos e, ao mesmo tempo, mantêm a tradição do ofício de benzer.

Estes sujeitos históricos foram, por muito tempo, marginalizados e desconsiderados no âmbito da escrita da história porque, desde pelo menos o século XIX, a maioria das pesquisas nesta área limitava-se aos grandes acontecimentos e aos heróis e estadistas, almejando análises globais da sociedade. As

benzedeadas, personagens comuns do cotidiano, se tornam privilegiadas neste texto. Estão inseridas no tempo e no espaço e as suas práticas religiosas são mais que vestígios do passado, pois as formas como as benzedeadas atuam, bem como a maneira de organizar seus altares, se tornam objeto de investigação.

A historiografia do município de Rebouças, conforme Perussolo (2011, p. 27) indica que a povoação teve seu início na localidade de Butiazal, sob a jurisdição de São João do Triunfo, integrando a comarca de Palmeira. Como distrito, passou a chamar-se Antônio Rebouças, em homenagem ao engenheiro que orientou os trabalhos de construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Em 31 de março de 1930 tornou-se município, pela Lei Estadual nº 2738. Em 1943, a denominação Antônio Rebouças, foi simplificada para Rebouças, pelo fato de que já havia, em São Paulo, um município homônimo.

Conforme esta mesma narrativa, muitas famílias vieram para a região com o intuito de explorar a madeira e os ervais nativos. Além disso, a maioria das pessoas que ocuparam o meio rural de Rebouças teria vindo, sobretudo, das áreas de conflito do Contestado. Essa população mais ou menos flutuante, fugindo da região de conflito entre o Estado do Paraná e de Santa Catarina, adentraram as matas em busca de segurança (PERUSSOLO, 2011, p. 27).

O último censo realizado na região, no ano de 2010, computou 14.176 habitantes no município. Atualmente, segundo projeções do IBGE, a população está no mesmo nível do último censo. Em 2009 um levantamento realizado pelo Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), identificou cento e trinta e três benzedeadas atuando no município. A pesquisa alcançou a área urbana e a rural. É um número significativo de praticantes deste ofício popular para uma cidade deste porte. Trata-se de cerca de uma benzedeadas para cada cem habitantes.

Dessa centena de mulheres, conversamos com cinco benzedeadas para esta pesquisa, devido à facilidade de acesso já que moram na área urbana e concordaram em conceder entrevista para coleta de dados. Para chegarmos a elas, uma foi indicando a outra, orientando que mencionássemos seu nome ao fazer o contato. E assim foi.

Além das visitas às casas e da tomada de depoimentos e fotografias, realizamos cinco entrevistas semiestruturadas com nossas colaboradoras. Para José Carlos Sebe Bom Meihy (2005, p.17) a definição de História Oral não é simples. Para ele “é difícil precisar o que é história oral, pois essa prática [...] é dinâmica e criativa”. Esse autor rompe com o antigo paradigma da história oral, de ser apenas uma técnica usada por várias ciências girando em torno do entrevistar. Nas palavras de Meihy:

A história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva (MEIHY, 2005, p.17).

Meihy afirma que devemos usar para o entrevistado a palavra “colaborador”, uma vez que o trabalho da entrevista é algo que demanda dois lados pessoais e

humanos. “Colaborador é um termo importante da definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado [...] É fundamental porque estabelece uma relação de compromisso entre as partes”. (MEIHY, 2005, p. 124).

As fontes orais, também, nos permitem buscar outras fontes documentais, sendo que, não é somente quando os documentos escritos não existem que a história oral acontece: “Ela é vital também para produzir outras versões das histórias feitas com base em documentos cartoriais, consagrados e oficiais” (MEIHY, 2005, p. 29). Portanto, é uma metodologia que vai se combinar com outras fontes como a fotografia.

Podemos dizer que as benzedeadas não têm um motivo unificado e único para organizar seu altar doméstico. Cada uma delas o organiza em um lugar criativo e diferente, onde possa exercitar o seu ofício religioso. Por esse motivo, buscamos em Michel de Certeau, a noção de lugar e espaço, bem como o conceito de *estratégias e táticas* desenvolvidas no cotidiano.

O espaço é o lugar em que práticas cotidianas ocorrem e interessa ao historiador porque, nele se praticam coisas. Configura-se como lugar histórico porque, ali, são ou foram desenvolvidas certas atividades. Utilizaremos o conceito de espaço apresentado por Michel de Certeau (2007, p. 202) para quem:

A ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade [...] O efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...]. Em suma, *o espaço é um lugar praticado*.

Nessa perspectiva, o espaço é um lugar regido de interação, diferente do ambiente que é fixo, sem interação, portanto, estático. Os relatos, por exemplo, criam e ordenam espaços. São práticas ‘espacializantes’. Para que haja espaço é necessário existirem indivíduos, ações e discursos. Os relatos, também, hierarquizam, demarcam e dizem o que pode e o que não pode. Segundo o Certeau as narrativas ordenam, fazem funcionar e temporalizam, isto é, colocam o espaço em um tempo.

Para nós, os altares serão espaços regidos por narrativas porque são ordenados. Cada benzedead, por exemplo, faz uma narrativa para explicar porque seu oratório é ordenado daquela forma como se apresenta. Isso porque, nessa perspectiva, o espaço ocorre enquanto ambiente vivenciado. Um determinado lugar se torna espaço quando as pessoas, no caso, as benzedeadas, realizam dinâmicas e assim o atualizam. Quando o lugar é ocupado, ele é transformado, e passa a ser um lugar praticado. Por isso podemos partir do pressuposto de que a organização das imagens dos altares das benzedeadas não obedece a regras gerais estabelecidas pelo conjunto das senhoras que benzem no município de Rebouças. O cotidiano é vivenciado aí.

Certeau (2011, p. 37-38) concebe as estratégias e as táticas cotidianas como uma série de ações combinatórias operacionalizadas pelos agentes sociais, quebrando com a característica de dominados ou simplesmente consumidores, mas como inventores de formas não evidenciadas que permeiam o cotidiano, dando-lhes

o *status* de verdadeiros produtores de alteridade. São, portanto, “essas as maneiras de fazer que constituem as mil práticas pelas quais os agentes se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 2011, p. 41). O autor propõe o uso do conceito de *estratégia*:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa etc.) (CERTEAU, 2007, p. 99)

Em contrapartida, a tática é:

Ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] e no espaço por ele controlado. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a produtividade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (Idem, p.100-101).

Dessa maneira, veremos, também, essas *estratégias* e *táticas* do cotidiano das benzedeadas. Como foi dito, recorreremos às imagens dos seus altares domésticos e a breves explanações feitas por elas em forma de entrevista. Os posicionamentos das imagens nos altares das benzedeadas, sua localização na sala ou na cozinha, também podem indicar algumas *estratégias*, tais como ter maior facilidade de acesso ao espaço sagrado enquanto realiza outros afazeres.

Ao entrarmos nas habitações dessas mulheres, nos deparamos com altares repletos de imagens de santos: estatuetas e gravuras. É comum, também, encontrar velas, flores e orações escritas em suportes diversos. Logo se percebe a devoção dessas pessoas, sendo muito comum a prática de organizar e manter altares domésticos entre elas. Dessa forma surgiram algumas questões sobre essas mesas de culto: Que variações existem? É comum estarem num determinado local da casa, ou não há uma regra para a sua localização no espaço doméstico? É espaço de pluralismo religioso? O que seria o elemento central desses altares? Como uma prática tão antiga sobrevive em meio à modernização?

2 | BENZEDEIRAS, REZAS E ALTARES

Cultuar e organizar altares se configura como uma prática muito antiga. Contudo, são raros os estudos e trabalhos sobre essa organização espacial construída

historicamente. Podemos dizer que, conforme a época e a região, os altares possuem significados diferentes. Segundo Russo, (2008, p. 11) no Brasil colonial um altar era sinônimo de prestígio social.

Atuando como um bem simbólico de prestígio, a posse de um oratório tomado como objeto litúrgico parece ter sido, sobretudo, uma das estratégias utilizadas pelos detentores desse privilégio para expressar ainda mais a sua posição superior, fato que, a nosso ver, é uma marca para o entendimento de tal sociabilidade religiosa ensejada na dimensão doméstica.

É bem provável que ainda seja uma fonte de prestígio manter uma mesa destas em casa, mas, conforme as entrevistas concedidas pelas benzedeadas de Rebouças, os altares significam a fé nas rezas e a proximidade com a religião. Notadamente, todas as benzedeadas entrevistadas se dizem pertencer ao culto católico. Então, discorreremos um pouco a respeito da identidade dessas mulheres, de seu aprendizado, das dificuldades que enfrentam, das expectativas numa sociedade que se globaliza. Iniciemos por algumas representações que delas se faz.

Elda Rizzo de Oliveira (1985, p. 25) refere-se à imagem comum de uma pessoa que benze:

Geralmente é a de que seja uma mulher, casada, mãe de alguns filhos, pobre, que conheça rezas, ervas, massagens, cataplasmas chás e simpatias, que tenha um quê de mistério, que lide com a magia, feitiçaria e bruxaria. E essa imagem corresponde aquilo que é a benzedead. Ela é tudo isso e um pouco mais. Ela é uma cientista popular que possui uma maneira muito peculiar de curar: combina os místicos da Religião e os truques da magia aos conhecimentos da medicina popular.

Para Oliveira, a benzedead é como uma cientista popular que “fala em nome de uma religião. Ela não pode ser entendida sem que sua religião seja considerada. A maior parte das benzedeadas é católica” (OLIVEIRA, 1985, p.26). Podemos dizer que a maioria das benzedeadas se vincula ao catolicismo, até mesmo devido à história da fé católica no Brasil. Até a proclamação da República, 1989, essa era a religião oficial do país.

A respeito deste ponto, Marisete T. Hoffmann Horochovski (2012, p.128) enfatiza que o ato de benzer é uma atividade antiga na sociedade brasileira. Geralmente, é praticado por mulheres - “ademais, costuma ser associada à religião católica, especificamente ao catolicismo popular e transmitida de geração a geração ou recebida como um dom divino”.



Figura 1- Altar da benzedeira Emília Valenga.

Autora: Marcia Scavinski 27/03/2014. Imagem colorida, JPG, 72 dpi. Acervo particular.

O altar da benzedeira Emília fica no quarto, em um local íntimo. As pessoas que procuram pelo seu atendimento não têm acesso ao lugar. Somente a benzedeira realiza suas orações particulares perante as imagens. Ela foi a única das entrevistadas que pediu para ser fotografada junto ao altar. Antes que a foto fosse batida, a benzedeira foi até o quintal da sua casa, colheu um ramo de arruda; depois disso, pegou um terço e se posicionou ao lado do seu altar, posando para o registro fotográfico. A benzedeira fez questão de apresentar os instrumentos que utiliza em seus atendimentos. O ramo serve como um escudo para o mal. Segundo Emília (2014): “Para benzer eu uso arruda. Senão, o mal vem para cima de mim. Uso o tercinho, também, para benzer, principalmente de quebrante”.

Segundo Emília, o altar está localizado no quarto por ser o ambiente mais sagrado de uma residência. Representa a proteção. É um lugar de descanso e de oração. Emília explicou que:

O quarto é o lugar mais sagrado da casa de qualquer pessoa. É aqui que eu faço todas as minhas orações e agradeço a Deus e aos santos pela minha vida. Faço meus pedidos... É um lugar que descanso e me sinto protegida. (Entrevista concedida por Emília Valenga a Marcia Scavinski, em 27/03/2014)

Na época do Brasil colônia, os altares caseiros situavam-se em lugares de destaque. Ali eram celebrados os batizados, os casamentos e as famílias se reuniam à noite para rezar diante dos santos (INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL, 1978, p. 25). Era comum, naquele período, as pessoas mais abastadas organizarem e manterem altares em suas casas como escreveu Afonso de Taunay:

Não havia pessoas de certa abastança que não armassem o oratório, geralmente numa alcova abrindo para a sala de visitas, e nele em determinados dias não fizessem celebrar missa [...] Era motivo de emulação o carinho com que enfeitavam e enriqueciam os oratórios com portas de cortina e arcos de talha e muitas ricas imagens. (TAUNAY apud PIRES, 1937. p. 120)

Já o altar de Emília, em meados da segunda década do século XXI, fica no quarto, ou seja, na intimidade da casa. Segundo ela, as pessoas que procuram pelo seu atendimento não têm acesso ao altar, mas somente a benzedeira realiza suas orações particulares perante as imagens. Diz que realiza seus atendimentos na sala, um ambiente desprovido dos símbolos religiosos presentes no altar.

Notamos, também em seu altar no lado direito a presença de um quadro do divino pai eterno, a devoção de Emília ao Divino Pai Eterno, segundo ela, começou no ano de 2009. Diz que tudo começou “... com o programa do Padre Robson, na Rede Vida”. Pode-se notar a convivência entre o antigo e o moderno, o que indica a presença das benzedeiros na sociedade moderna. Como diz Stuart Hall (2006, p. 3):

As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades ‘tradicionais’ e as ‘modernas’. Anthony Giddens argumenta que: nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (...). A modernidade, em contraste, não é definida apenas como a experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida, na qual: as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter (HALL, 2006. p. 03)

A devoção a N. Sra. Aparecida fica evidente na organização deste espaço. Ocupa-o, quantitativamente, quase por inteiro. Nesse sentido, parece que o espaço religioso ocupado no cômodo da casa de Emília segue uma tendência geral no Brasil. De acordo com Carmen Cinira Macedo (1989, p. 7) “o santuário de Aparecida do Norte, mais que um símbolo do catolicismo, é a expressão da própria religiosidade do brasileiro”.

José de Souza Martins (2002, s/p) escreveu sobre essa relação da imagem com o devoto. Diz que

Nos lugares de romaria, é comum a realização de uma foto de família defronte a uma imagem do santo ou, sobretudo, defronte à fachada da igreja. Até hoje os romeiros que vão a Aparecida do Norte querem ser fotografados diante do santuário antigo, quase contemporâneo da aparição da santa, mesmo que seja para depois levar as fotos para a sala de milagres no monumental e moderno santuário relativamente distante. O novo santuário é o lugar da missa e o velho santuário ainda é o lugar do apogeu da fé. No novo santuário estão os padres e no velho está a santa, não a imagem - a santa imaginada. A fotografia entra nessa fé produzindo a necessidade de imaginar o invisível, que é o sagrado, simbolizado pelo templo antigo.



Figura 2 – Altar da benzedeira Cacilda Viriato Lucek.

Autora: Marcia Scavinski 27/03/2014. Imagem colorida, JPG, 72 dpi. Acervo particular.

O altar organizado por Cacilda Lucek fica na cozinha. Está na porta de entrada da casa, junto a uma janela. As peças nele dispostas, não se encontram penduradas na parede, assim como se viu no altar preparado por Emília. Desta vez, os objetos foram arranjados sobre uma mesa de madeira.

As imagens e objetos foram dispostas de forma que, assim que alguém entre na casa, o altar é a primeira coisa que se vê. Cacilda atende seus pacientes ali mesmo, defronte ao altar. Afirma ser, também, neste lugar onde faz as costuras de rendidura, ou seja, de luxações de variados tipos. Pode-se dizer que esta benzedeira utiliza a estratégia de organizar o altar neste cômodo da casa, obtendo um contato visual mais próximo e frequente com as imagens de sua devoção.

A disposição do altar na cozinha se relaciona com os afazeres diários. Como ela mesma afirma:

O altazinho já fica aqui na cozinha na entrada da casa. Aí, a pessoa chega e já senta aqui na entrada da casa. Também, quando eu estou cozinhando ou lavando a louça, eu vejo os meus santinhos e vou rezando para eles. E quando as pessoas chegam aqui para benzer, a primeira coisa que faço é olhar para os meus santinhos e pedir ajuda para eles. (Entrevista concedida por Cacilda Viriato Lucek a Marcia Scavinski, em 27/03/2014)

Quando visitamos Cacilda em março de 2014, a mesa do altar estava guarnecida por uma toalha branca de tecido, bordada com flores. No centro, havia uma cruz de madeira. Nela estava pregado um corte de madeira no qual foi desenhado um crucifixo e escrita a oração de São Francisco de Assis. Na base, o nome de São José, escrito com letras vermelhas.

Segundo Cacilda, a cruz foi feita pelos membros da Igreja Católica do bairro, por ocasião da realização das missões em 1979. Quer dizer que, naquele ano, os padres vieram para visitar e pregar na cidade e, então,

Todos os que moravam aqui no bairro se reuniam nas casas para fazer a novena. Em cada casa que iam, levavam a Cruz. Nós rezávamos todos juntos. Nós acendíamos alguma vela e cantávamos e rezávamos. Hoje, acabou tudo. Ninguém quer mais saber disso, não é? (Entrevista Cacilda Viriato Lucek Op.cit.)

Os padres foram embora e a cruz ficou. Cacilda herdou a cruz. Do lado direito dessa peça, que é adornada por um rosário, está a estatueta do Sagrado Coração de Jesus, com os braços abertos. Próximo aos seus pés, uma pintura de um cálice cor de bronze, envolto por um círculo verde, e posteriormente a ele, um recipiente de vidro contendo a erva conhecida como Marcelinha (*Achyroclinesatureioides*, planta amplamente utilizada pelas benzedadeiras da região como calmante).

No lado esquerdo da cruz, nota-se uma capelinha com um crucifixo na parte de cima. Ao redor, várias conchinhas do mar. No centro dessa capela está a pintura de uma paisagem com palmeiras verdes e logo abaixo, a imagem de São João Batista. Na frente, a benzedeira deixa um recipiente de plástico (transparente) com instrumentos e materiais utilizados no ritual da costura sendo eles: tesoura, carretéis de linha, agulha e pedaços de tecido (retalhos de pano virgem).

Mais ao fundo do altar há um vaso de vidro (com pedrinhas coloridas verdes, rosas e vermelhas) contendo flores artificiais (girassóis). Ao lado, dois pedaços de tecido (branco e xadrez), um pequeno balde branco com água benta e dois frascos de vidro, além de outro de plástico na cor azul, todos contendo espinheira santa (*Maytenusilicifolia*, planta medicinal utilizada no combate a dores de estômago).

Como vemos, o espaço organizado pela benzedeira agrega ervas para remédio, para o preparo de chás. No caso anterior, apenas havia erva utilizada para a benzedura ou, mais precisamente, que serve como escudo para a benzedeira, a arruda. Também, a variedade de utensílios é maior. Cacilda falou a respeito das dificuldades que enfrentava, antigamente, para adquirir objetos sagrados tais como estes que se encontram no altar por ela organizado. Diz que quando iniciou suas atividades como benzedeira, “há uns trinta anos”, era difícil adquirir recipientes como o

...Vidro aí com os girassóis de plástico. A mãe [dela] queria ter um desses. Antigamente, nem existia e se existisse custava os olhos da cara. Não dava para ter. Hoje, graça ao Senhor Bom Deus, eu posso comprar; e não é tão caro. Essas flores de plástico são muito bonitas e não precisa ficar molhando, elas não secam (Entrevista Cacilda Viriato Lucek Op.cit.).

Como dissemos, no Brasil colonial as elites cultivavam altares em suas casas. Isso era sinônimo de prestígio social, embora as finalidades não fossem as mesmas que os das benzedadeiras atualmente. A narrativa de Gilberto Freyre (1954) diz que o catolicismo, no Brasil, lançou suas primeiras bases, justamente na capela de engenho. A este respeito, Luis Carlos Mott (1997, p. 166) informa que as famílias um pouco mais ricas, reservavam um quarto especial para o oratório. Era o quarto dos santos.

“Todas as alegrias e tristezas eram relatadas entre preces aos bentos simulacros bem guardados em um nicho de madeira forte, torneado e envernizado, com três faces de vidro”.

Naquelas casas de elite existiam esses suportes para os objetos sagrados, o oratório, o quarto específico. Nas residências das benzedeadas de Rebouças, atualmente, pode-se ter um móvel específico ou uma cômoda que funciona como altar, pode ser uma prateleira ou apenas um espaço na parede. Pode-se ainda utilizar dois espaços (móvel e parede), como é o caso do altar preparado por Terezinha de Jesus Peresslo.



Figura 3- Altar da benzedeadora Terezinha de Jesus Peresslo.

Autora: Marcia Scavinski 27/03/2014. Imagem colorida, JPG, 72 dpi. Acervo particular.

3 | A FOTOGRAFIA NO ALTAR E O ALTAR NA FOTOGRAFIA.

José de Souza Martins (2002, p.12) estudou este tipo de representação e afirma que:

A fotografia não entra no Brasil pela porta estreita do moderno escasso e limitado. Ela entra justamente pela porta larga da religião e da tradição, do papel fundante que o medo teve na religiosidade engendrada pela Contra- Reforma e pelo Concílio de Trento - mesmo que o elitismo dos difusores da fotografia faça crer que era ela um momento de constituição do moderno no país. [...] O advento da fotografia como ícone e como ex-voto sugere uma mudança no imaginário religioso, reflete a redução da fé ao imaginário de um real supostamente sem ocultações, sem invisibilidades, sem demônios. De certo modo, a fotografia vem cumprindo uma função iconoclástica na religiosidade do brasileiro, destruindo o irrealismo

fantasioso das imagens e figurações barrocas. A fé da era da fotografia tornou-se outra fé, menos a fé do medo e mais a fé da esperança.

A fotografia do padre Marcelo indica o aspecto da convivência entre o tradicional e o moderno nos altares das benzedadeiras de Rebouças, assim como a devoção do Divino Pai Eterno que chega às casas das benzedadeiras por meio da mídia televisiva. Desde a década de 1950, com a urbanização e a industrialização crescente no Brasil, com o surgimento da TV e o incremento do rádio, houve uma expansão significativa das religiões no Brasil. Tal ampliação não se restringiu às religiões de matriz cristã.

Os católicos, então, viram nos meios de comunicação de massa uma estratégia para enfrentar estas novas frentes religiosas. Na década de 1970, chegou ao Brasil o Movimento de Renovação Carismática, caracterizado pela celebração dos cultos de louvor, de cura e de libertação. Um de seus principais expoentes no clero, já na década de 1990, foi o padre Marcelo Rossi que por sua atuação na mídia, tornou-se nacionalmente conhecido pela divulgação das práticas do 'carisma'. A imagem fotográfica do padre Marcelo no altar das benzedadeiras é icônica e mereceria um estudo à parte uma vez que as fotografias de padres e desses chamados santos populares, entre eles São João Maria, também são encontradas em altares desse tipo.

No centro do altar organizado por Terezinha (figura 3), na frente dos santos todos, está uma Bíblia da edição Ave Maria. O altar se expande pela parede na qual se vê uma figura de Nossa Senhora da Salete, impressa em papel, com o fundo preto; ao lado, outro quadro com o texto do Salmo 91.

A figura de Maria é mesmo presença generalizada nestes altares de benzedadeiras. Talvez, também, porque não tenhamos contatado homens benzedores nesta região para fazermos o contraponto com a visão das mulheres.

Assim, no altar organizado por Rosa Madrak, também, moradora de Rebouças/PR, nota-se quatro estatuetas e três quadros da Virgem. Além disso, imagens e estátuas de anjos, de santos e uma representação da cruz. Mas no canto direito do altar, vemos a imagem de Ganesha, uma das mais conhecidas representações divinas do hinduísmo.



Figura 4- Altar da benzedeira Rosa Madrak.

Autora: Marcia Scavinski 15/04/2014. Imagem colorida, JPG, 72 dpi. Acervo particular.

Rosa (2014) explica que Ganesha foi comprado em uma loja da cidade, no ano de 2009. Diz que, naquela época, acompanhava todos os dias, a telenovela levada ao ar pela rede Globo intitulada Caminho das Índias. Então “... Eu assistia a novela e achei interessante [...] o elefante. E não há nada de pecado nisso, não é?” Afirma que comprou a estatueta porque se diz que o elefante “Protege a casa contra a inveja, não é?... E evita que as coisas ruins e as energias negativas destruam a família”. (Entrevista concedida por Rosa Madrak a Marcia Scavinski, em 15/04/2014).

Então, Ganesha conquistou uma colocação no espaço praticado que é altar de Rosa. Uma evidente amostra de ecletismo religioso mediado, mais uma vez, pela televisão. Sem esse meio de comunicação, dificilmente a benzedeira teria contato com essa divindade hindu. Em se tratando de uma benzedeira católica, a presença de Ganesha é, no mínimo, uma demonstração de heterodoxia.

Esse altar, que abriga Ganesha sem preconceitos, encontra-se na sala. Na prateleira de cima, no lado esquerdo, há um quadro verde com uma ilustração representando de Jesus Cristo crucificado. Uma representação, em gesso, de Jesus na cruz, com dois anjos ao lado. Em posição central, uma figura de Nossa Senhora Aparecida. Duas estatuetas pequenas, ambas de gesso, sendo a primeira de um anjo e a outra de Aparecida. Uma representação, em gesso, na forma de uma pomba (Divino Espírito Santo). Um porta-caneta branco, com a pintura de Aparecida. Um vidro oval,

com água e uma flor artificial vermelha. Por fim, outra estátua da padroeira do Brasil, em plástico.

Na prateleira de baixo, um quadro com uma pintura de nossa Senhora das Graças, uma representação de nossa Senhora do Sagrado Coração, feita de gesso. No centro da prateleira, a estátua de Santo Antônio, em gesso, um quadro com a pintura representando o Sagrado Coração de Jesus, um arcanjo no centro, e o Sagrado Coração de Maria ao lado. Ao redor dessa pintura há rosas desenhadas e dois anjinhos segurando uma faixa com o dístico: “Bênção dos lares”.

Podemos dizer que o acervo de objetos devocionais dos altares das benzedadeiras, vistos até aqui, varia de acordo com as preferências, as devoções e a trajetória de cada entrevistada, podendo, dessa forma, ser um espaço de múltiplas influências religiosas ou ritualísticas. Também, se vinculam a acontecimentos cotidianos, a programas de tevê, a certos momentos vividos no lugar em que se mora e em que se vive.

Mas o altar talvez mais “pós-moderno” seja o da benzedeira Agda (figura 5). Seu altar localiza-se na sala, logo após a porta de entrada, em uma estante. Há uma cadeira branca estofada na frente dessa estante para que as pessoas que procuram o atendimento possam sentar-se. Vemos que o espaço foi adaptado para o ofício de benzer.

Nesse altar convivem a religiosidade, a modernização e a mudança. No centro fica uma televisão colorida de 19 polegadas. Não é de última geração, mas trata-se de um elemento não usual num altar, assim como o rádio/cd que se encontra um pouco acima da TV.

Aqui, fotografias também ocupam o espaço ao lado de imagens de santos, mas além das fotos de beatos ou de figuras do catolicismo, há fotos de familiares. Além disso, há itens de beleza e higiene, tais como: esmalte de pintar unhas, creme de cabelo e hidratante corporal. Diferentemente dos altares existentes nos templos, as mesas das benzedadeiras podem conter santos e itens sagrados entremeados por objetos do cotidiano. Podemos dizer que as relações das benzedadeiras com os santos ocorrem de forma mais espontânea e sem cerimônia. Mas isso não significa dizer que estas mulheres desconheçam hierarquias entre o sagrado e o profano.

Helena Confortin (2005, p. 17) afirma que a espontaneidade é uma característica da cultura popular, uma vez que:

[...] As práticas são feitas por pessoas de qualquer classe social, homens e mulheres que, geralmente, nunca frequentaram cursos específicos. Aprenderam-nas com seus antepassados e consideram as práticas com um dom. Tais manifestações [...] sobrevivem atravessando o tempo e revelando o modo de viver e sobreviver, os costumes, as relações sociais, as ligações com o sagrado e com o profano, dos mais diversos povos.



Figura 5-Altar da benzedeira Agda de Andrade Cavalheiro.

Autora: Marcia Scavinski 14/05/2014. Imagem colorida, JPG, 72 dpi. Acervo particular.

A TV ocupa um lugar importante não somente no altar, mas nas práticas religiosas de Agda. Em lugar de se deslocar para uma Igreja a fim de que o padre benza a água utilizada nos ritos de cura, ela benze a água por meio do programa de televisão do padre Reginaldo. Como podemos ver, em seu altar há uma garrafa plástica com água ao lado esquerdo da televisão. A benzedeira não só benze a água, mas também assiste missas, reza, ouve aconselhamentos na TV e no rádio. Até mesmo o celular tem lugar na organização desse espaço sagrado.

Sobre o telefone celular, diz Agda:

Eu uso muito, e ajuda muito. Tem uma mulher que mora em Curitiba. Então eu ligo pelo celular para ela, não é? Faço o benzimento pelo celular. Vale a mesma coisa, não é? O que vale é a oração e a boa-fé... Ela me passou o e-mail dela sabe? Minha neta me ensinou a lidar com o computador. Tenho muita dificuldade, mas a neta me ajuda. Eu mando e-mail com orações para ela também. (Entrevista concedida por Agda de Andrade Cavalheiro a Marcia Scavinski, em 14/05/2014).

O altar é repleto de outros objetos que parecem estranhos ao campo das rezas: um vidro com a tampa decorada de azul e a cabeça do palhaço Patati e uma etiqueta escrito agulhinhas, um brinquedo (pônei de cor laranja), um pote plástico branco, um relógio redondo, um pequeno cachorro de gesso marrom, outro pônei de brinquedo amarelo, duas lâmpadas, um isqueiro e um pacote com cinco velas brancas, uma toalha de crochê branca, um pratinho vermelho de vidro, três velas brancas gastas, uma toalha vermelha de crochê e uma pequena bíblia de plástico. Tudo isso entremeado de

imagens de santos e fotografias de familiares e de padres.

As benzedeadas parecem compartilhar da ideia de que os santos protegem, trazem saúde e paz aos familiares e entes queridos. Notamos que alguns altares não são compostos apenas por imagens religiosas, mas também, por objetos do cotidiano e que fazem parte da vida das benzedeadas e que dividem espaço com os santos e itens sagrados, como as fotografias, objetos de higiene pessoal, televisão, celular, ferro elétrico, brinquedos, entre outros.

No Altar de Agda, embaixo da estante encontram-se algumas revistas e um boletim informativo do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), organização popular de benzedeadas, do qual participa. Há um retrato do monge João Maria, colocado em cima de uma caixa de celular. O monge em questão é João Maria de Agostini, um italiano que chegou ao Brasil por volta de 1840. Segundo Oro (2014) João Maria espalhava cruzeiros por onde passava e em meio à mata densa aparecia, em meados do século XIX. Todas as cinco benzedeadas entrevistadas se dizem devotas de São João Maria, denominação usada correntemente pelos devotos.

Concluimos a partir das entrevistas e da visão dos altares nas casas das benzedeadas que essa variedade de santos e itens considerados sagrados aumenta a garantia e a possibilidade de curar as pessoas e de alcançar as graças desejadas. Os santos têm importância central para as benzedeadas aqui estudadas. Segundo elas, são seus ajudantes, invocados por meio de orações e fórmulas próprias, pois para cada tipo de doença e benzimento existe um santo auxiliar específico. Assim, pode-se dizer que uma benzedeadas bem servida de santos tem mais opções na solução dos problemas e na cura de doenças daqueles que as procuram.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os altares organizados por benzedeadas no município de Rebouças-PR, são espaços praticados conforme as ações do cotidiano e seguindo regras muito gerais. Cada objeto ali colocado tem uma história que pode, até certo ponto, ser recuperada pela memória da pessoa que organizou o altar. Os posicionamentos das imagens nos altares das benzedeadas, sua localização na sala ou na cozinha, também podem indicar algumas *estratégias*, tais como ter maior facilidade de acesso ao espaço sagrado enquanto realiza outros afazeres.

Podemos dizer que o acervo de objetos devocionais dos altares das benzedeadas varia de acordo com as preferências, as devoções e a trajetória de vida de cada entrevistada, podendo, dessa forma, ser um espaço de múltiplas influências religiosas ou ritualísticas. Também, se vinculam a acontecimentos cotidianos, a programas de TV, a novas tecnologias e a certos momentos vividos no lugar em que se mora e em que se vive. A inclusão da imagem de Ganesha ao rol de santos de seu altar, como foi o caso de uma das entrevistadas, indica certa heterodoxia que marca a prática de

muitas dessas mulheres. Para algumas delas isso parece não ser problema.

Para as benzedeiças entrevistadas as orações e os santos são os principais elementos para proporcionar a cura a seus pacientes. Seus altares domésticos possuem uma variedade de santos e itens considerados sagrados, pois, dessa forma, as benzedeiças compartilham da ideia de que haverá uma maior possibilidade de curar as pessoas que procuram o seu atendimento.

Os altares observados se configuram como *espaços praticados*, vão mudando e se adaptando e se dilatam quando algum paciente traz um santo como forma de agradecimento ou testemunha de alguma cura ou graça alcançada. Nesses espaços é possível perceber quais são as preferências das benzedeiças. A imagem de nossa Senhora Aparecida em forma de estatueta encontra-se presente nos cinco altares estudados, sendo que em alguns deles há mais de uma imagem da santa.

O tradicional e o atual convivem nesses altares. Sendo assim, tais altares estão ligados a acontecimentos cotidianos, a programas televisivos, a certos momentos vividos no lugar em que se mora. Dessa forma, apreendemos que as benzedeiças ressignificam suas práticas ao longo do tempo e se adaptam a novas realidades. Não são avessas à modernização e incorporam novos elementos em suas benzeções, se comunicam por meio de celulares, acessam a internet, recebem e-mail, assistem televisão via satélite. Três benzedeiças afirmam que utilizam o celular para benzer pessoas à distância. Outra usa o computador para enviar e-mail com orações.

As práticas das benzedeiças passaram por mudanças, especialmente nas duas últimas décadas, em função do uso de novas tecnologias como a telefonia celular e a internet. Esses meios de comunicação possibilitaram o ato de benzer e enviar orações mesmo para pessoas em outras cidades. As possibilidades se ampliaram, mas o ofício permaneceu. A fé, as orações e os santos continuam a pautar os gestos, rezas e preceitos. A prática de organizar altares com imagens de santos, velas e flores ainda permanece entre as benzedeiças de Rebouças. Destaca-se um elemento particular, a disposição de fotografias nestes altares como algo novo, mas profundamente vinculado à tradição religiosa local: a figura do monge João Maria.

FONTES ORAIS

Ágda de Andrade Cavalheiro. Entrevista concedida a Marcia Scavinski em 15/05/2014.

Cacilda Viriato Lucek. Entrevista concedida a Marcia Scavinski em 27/03/2014.

Emília Valenga. Entrevista concedida a Marcia Scavinski em 27/03/2015.

Terezinha de Jesus Peresslo. Entrevista concedida a Marcia Scavinski em 16/04/2014.

Rosa Madrak. Entrevista concedida a Marcia Scavinski em 15/04/2014.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel De. **A invenção do Cotidiano. 1 – artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CONFORTIN, Helena. **Beneduras, superstições, simpatias... Mitos ou realidade**. Erechim: EdiFAPES, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11^a ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- HOROCHOVSKI, Marisete T. Hoffmann. Velhas benzedeadas. **Mediações**, Londrina, v. 17 n. 2, p. 126-140, Jul./Dez. 2012 .
- INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. **Cadernos de Teologia e Pastoral**. RJ: Vozes, 1978.
- MACEDO, Carmen Cinira. **Imagem do eterno: religiões no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ORO, Ari Pedro. Monge João Maria de Agostini: Um Eremita peregrino transnacional. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 15, n. 25, p. 75-86, jan./jun. 2014
- PERUSSOLO, Jerônimo Cabral. **Rebouças por mim Jerônimo Cabral Perussolo**. Rebouças, 2011, p.27.
- RUSSO, Silveli Maria de Toledo. **O oratório como símbolo de poder no cotidiano religioso dos espaços domésticos da São Paulo colonial**. <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Silveli%20Maria%20de%20Toledo%20Russo.pdf>> Acesso 18/11/2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-276-0



9 788572 472760